

Anuário Estatístico da Defesa Nacional
2016



**GOVERNO DE
PORTUGAL**

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Edição: Ministério da Defesa Nacional
Direção: Secretaria-geral do Ministério da Defesa Nacional
Coordenação: Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação
Design: Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação
Ano: 2016

NOTA INTRODUTÓRIA

Este é a primeira edição do Anuário Estatístico onde toda a recolha foi efetuada tendo por base uma plataforma eletrónica que, para além de agilizar o processo, terá como finalidade futura a sua disponibilização de uma forma mais automatizada possibilitando uma melhor análise e tratamento dos dados. Deve ser dada a devida nota que tal objetivo não teria sido possível sem o empenho e dedicação de todas as entidades e pessoas que contribuem para este Anuário.

É ainda de salientar que, paralelamente ao desenvolvimento tecnológico, foi efetuado um trabalho de atualização de conteúdos e tabelas procurando assim uma melhor adequação às novas realidades da Defesa Nacional, espelhando de forma mais adequada a sua atividade.

Esperamos que o trabalho realizado vá de encontro às expectativas daqueles que têm este Anuário como instrumento de pesquisa e estudo, para um conhecimento mais profundo da área da Defesa Nacional.

Sinais Convencionais

- Dado confidencial
- Resultado nulo
- Dado não disponível
- Estimativa
- Dado rectificado
- Dado inferior a metade da unidade utilizada
- Não aplicável
- Dado incompleto

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.

Índice

1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES.....	20
1.2 - VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA	21
1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES.....	21
1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB.....	22
1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS A CORRENTES E CONSTANTES	22
1.6 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS A PREÇOS CORRENTES.....	24
1.7 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES	26
1.8 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS	28
1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA POR SERVIÇOS CENTRAIS.....	30
1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA.....	31
1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA	33
1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO	35
1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA	37
2.1 – MARINHA.....	43
2.2 – EXÉRCITO	44
2.3 – FORÇA AÉREA	48
3.1 – CONTRIBUIÇÃO NACIONAL PARA OPERAÇÕES E FORÇAS DE ELEVADA PRONTIDÃO.....	51
3.1.1 - Operações da ONU em que Portugal participa.....	51
3.1.1.1 - Afeganistão (United Nations Assistance Mission in Afghanistan) (UNAMA).....	51
3.1.1.2 - Mali (United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali) (MINUSMA)	52
3.1.2 - Operações da NATO em que Portugal participa.....	52
3.1.2.1 - International Security Assistance Force (ISAF).....	52
3.1.2.2 - Kosovo Force (KFOR).....	53
3.1.2.3 - Missão da NATO no Mediterrâneo (Operação Ative Endeavour/Strait of Gibraltar)	54
3.1.2.4 - Missão da NATO na área do Corno de África (HoA - Operação Ocean Shield)	55
3.1.2.5 - Missão de Policiamento Aéreo da NATO.....	55
3.1.2.6 - Immediate Assurance Measures	56
3.1.3 - Forças em elevada prontidão no âmbito da NATO para as quais Portugal contribui com Forças e meios	57
3.1.3.1 - NATO Response Force (NRF) / Immediate Response Force (IRF).....	57
3.1.3.2 - Standing NATO Maritime Group 1/2 (SNMG1/2)	58
3.1.4 - Operações da UE em que Portugal participa.....	58
3.1.4.1 – Somália – Missão da UE treino para a reforma do setor de segurança da Somália (EUTM Somália)	58
3.1.4.2 – Corno de África, Costa da Somália e Oceano Índico - Missão Militar da EU na costa da Somália (Operation Atalanta EU Naval Force to the Somália (EUNAVFOR SOMÁLIA - OP ATALANTA)).	60
3.1.4.3- EUROFORÇAS.....	60
3.1.4.4 – Mali – Missão de treino da UE para a reforma do setor militar e de segurança do Mali (EUTM Mali)	61
3.1.4.5 – República Centro África (RCA) – EUMAM – Missão de aconselhamento militar da União Europeia (EU) que sucedeu à força de manutenção de paz da EU (EUFOR) na RCA.	62
3.1.4.6 – FRONTEX – Missão da Força Aérea Portuguesa de apoio ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) através da participação de uma aeronave C-295 e 18 militares.....	62
3.2.1 Operações no âmbito do artigo 5º do Tratado da Aliança – Defesa Coletiva	64
3.2.2 Operações não artigo 5º - Operações de Resposta a Crises (CRO).....	64
3.2.2.1 Operações de Apoio à Paz (PSO)	64
3.2.2.2 Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises (CRO).....	64
3.3 - DESPESAS COM AS MISSÕES	65
3.4 – APOIO MILITAR À AÇÃO EXTERNA DO ESTADO PORTUGUÊS.....	66

3.4.1 – Operações/Missões realizadas.....	66
3.4.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU.....	67
3.4.1.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU – Efetivos	67
3.4.1.1.2 - Operações/Missões no âmbito da ONU – Meios envolvidos.....	68
3.4.1.2 – Operações/Missões no âmbito da NATO.....	68
3.4.1.2.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Efetivos	68
3.4.1.2.2 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Meios envolvidos	69
3.4.1.3 – Operações/Missões no âmbito da UE.....	69
3.4.1.3.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Efetivos	69
3.4.1.3.2 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Meios envolvidos.....	70
3.4.2 – Contributos nacionais para Forças de alta prontidão	70
4.1 – ATIVIDADE BILATERAL DE DEFESA (COM EXCEÇÃO DA ÁFRICA SUBSARIANA)	74
4.1.1 - Acordos, convenções, memorandos de entendimento e cartas de intenções	74
4.1.2 - Programas de Cooperação/Atividades	75
4.1.3 - Cruzeiros de investigação científica	76
4.1.4 - Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros	76
4.1.5 - Sobrevoos e aterragem - Pedidos de autorização Aeronaves Estrangeiras	77
4.2. - COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR.....	80
4.2.1 - Projetos de cooperação técnico-militar com os PLOP	80
4.2.2 - Despesas globais da cooperação técnico-militar	81
4.2.3 - Despesas dos projetos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PLOP	81
4.2.4 - Formação de militares dos PLOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA	82
4.2.5 - Despesas suportadas pelos Ramos das FA	83
4.2.6 - Formação de militares nos PLOP por tipo de curso e Ramo das FA	84
Exercícios Conjuntos:	89
Exercícios Combinados:.....	90
5.1 - EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS – EMGFA, MARINHA, EXÉRCITO E FORÇA AÉREA	96
5.1.1 - Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados	96
5.1.2 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados	96
5.2 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA	99
5.2.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados	99
5.2.2 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados	99
5.3 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO	100
5.3.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados	100
5.3.2 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados	102
5.4 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA FORÇA AÉREA	103
5.4.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados	103
5.4.2 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados	103
6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA.....	110
6.1.1 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais.....	110
6.1.2 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo	110
6.1.3 - Importações de Bens e Tecnologias Militares – Valores globais.....	111
6.1.4 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Por Áreas do Globo	111
6.2 – LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR (LPM).....	111
6.3 – LOGÍSTICA	113
6.3.1 - Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais.....	113
6.3.2 - Despesas com Equipamentos e Material de Saúde	113
6.3.3 - Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos	113

6.3.4 - Despesas com Transportes – Funcionamento	114
6.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	115
6.4.1 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – MARINHA.....	115
6.4.2 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – EXÉRCITO.....	118
6.4.3 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – FORÇA AÉREA.....	119
6.4.4 – Pessoal empregue em atividades de investigação e desenvolvimento	119
6.4.5- Investigação e Desenvolvimento com Financiamento LPM e Respetivas Áreas Tecnológicas – Âmbito Nacional e Internacional - Sob Coordenação da DGRDN	120
6.5 – INDÚSTRIAS DE DEFESA	121
6.5.1 – EMPORDEF (SGPS), S.A. e Associações do Setor	121
6.5.1.1 - A EMPORDEF (SGPS), S.A. é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais públicos que agrupa as participações do Estado nas seguintes empresas da área da Defesa:	121
6.5.1.2 - A DANOTEC - Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias, agrupa as seguintes empresas e instituições com atividades de interesse na área da Defesa:.....	122
6.6 – QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO	122
6.6.1 – Qualidade.....	122
6.6.1.1 – Garantia Governamental da Qualidade.....	123
6.6.1.2 – Certificação AQAP.....	124
6.6.2 – Normalização	124
6.6.2.1 - Acordos de Normalização NATO.....	125
6.6.3 – Catalogação	125
6.6.3.1 - Pedidos de Catalogação de Artigos – 2016.....	126
6.6.3.2 - Pedidos de Atribuição de Códigos de Organização (CORG)	126
6.6.3.3 - Propostas de Cancelamento de Número NATO de Abastecimento (NNA)	127
6.6.3.4 - Situação da Base de Dados de Catalogação (SPCAT II*) em 31 de dezembro de 2016	127
6.6.3.5 - Articulação do Centro Nacional de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional - SIG-DN (Logística)	127
7.1 – IMÓVEIS AFETOS À DEFESA NACIONAL	135
7.2 – SERVIDÕES MILITARES AFETAS À DEFESA NACIONAL	136
7.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS.....	137
7.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS	138
7.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS	139
7.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFETOS À DEFESA NACIONAL.....	139
7.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS	140
7.8 – IMÓVEIS ADQUIRIDOS	140
7.9 – ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS AFETOS À DEFESA NACIONAL	141
7.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS.....	142
7.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES	142
7.12 – NATUREZA DOS IMÓVEIS	143
8.1 - DESPESAS COM A AQUISIÇÃO E LOCAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	150
8.2 - EXISTÊNCIAS REFERIDAS A 31 DE DEZEMBRO.....	153
8.3 - ÁREAS INFORMATIZADAS – PERCENTAGEM.....	155
8.4 - PESSOAL AFETO EXCLUSIVAMENTE ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PESSOAL TIC).....	157
8.5 - UTILIZAÇÃO DA INTERNET. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA INTERNET	158
8.6 - PRESENÇA DO ORGANISMO NA INTERNET	160
9.1 – FORMAÇÃO AMBIENTAL	164
9.2 – REPRESENTAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO, NACIONAIS E INTERNACIONAIS	165
9.3 - PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO, NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	166
9.4 – PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE (PDNA)	167
9.5 – CONTROLO DE CONSUMOS.....	167

9.6 – PRODUÇÃO DE RESÍDUOS.....	168
9.7 – MONITORIZAÇÃO DE CONSUMOS E PRODUÇÃO DE RESÍDUOS NA DEFESA NACIONAL	168
9.8 – AUDITORIAS.....	169
9.9 – ENTIDADES CERTIFICADAS	169
9.10 – ENTIDADES COM IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL.....	169
9.11 – PROJETOS DE AMBIENTE.....	169
10.1 – PESSOAL.....	176
10.1.1 – Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31DEZ.....	176
10.1.1.2 – Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos	176
10.1.1.2.1 – Militares do Quadro Permanente	176
10.1.1.2.2 – Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente.....	177
10.1.1.3 – Militares do QP, Ativo, Quanto à Efetividade de Serviço (*)	178
10.1.1.4 – Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar	178
10.1.1.5 – Estrutura Etária do Pessoal Militar	178
10.1.1.6 – Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Ativo	179
10.1.1.7 – Origem Geográfica dos Militares.....	180
10.1.1.8 – Distribuição por gênero de Pessoal Militar	181
10.1.1.9 – Promoção de Militares do QP	182
10.1.1.10 – Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço	183
10.1.2 – Pessoal Militarizado.....	183
10.1.2.1 – Número de Efetivos nos últimos 5 anos, por Grupo/ Categoria Profissional	183
10.1.2.2 – Número de Militarizados segundo o Sexo.....	184
10.1.2.3 – Pessoal Militarizado, segundo as Habilitações Literárias	185
10.1.2.4 – Pessoal Militarizado por Grupo Etário.....	185
10.1.2.5 – Tempo de Serviço do Pessoal Militarizado, segundo o Sexo	185
10.1.2.6 – Fluxo de Entradas e Saídas do Pessoal Militarizado	186
10.1.2.7 – Estrutura Remuneratória do Pessoal Militarizado	186
10.1.3 – Pessoal Civil.....	187
10.1.3.1 – Número de Efetivos nos últimos 5 anos, por organismo	187
10.1.3.2 – Número de Trabalhadores Civis segundo o Sexo	187
10.1.3.3 – Pessoal Civil segundo o Cargo, Categoria/Carreira	189
10.1.3.4 – Pessoal Civil segundo a Mobilidade de Vínculo de Emprego Público	190
10.1.3.5 – Pessoal Civil segundo as Habilitações Literárias	191
10.1.3.6 – Pessoal Civil por Grupo Etário e Sexo	192
10.1.3.7 – Tempo de Serviço do Pessoal Civil, segundo o Sexo	193
10.1.3.8 – Modalidade de Horário praticada pelo Pessoal Civil	194
10.1.3.9 – Fluxo de Entradas e Saídas do Pessoal Civil.....	195
10.1.3.10 – Estrutura Remuneratória do Pessoal Civil.....	196
10.1.4 – Comparações internacionais	197
10.1.4.1 – Efetivos de países membros da NATO	197
10.2 – JUSTIÇA E DISCIPLINA.....	198
10.2.1 – Condecorações Atribuídas	198
10.2.2 – Processos Iniciados.....	198
10.2.3 – Punições Aplicadas	198
10.2.4 – Processos Instruídos por Indícios de Prática de Crimes (253)	199
11.1 – INSTITUTOS, ACADEMIAS, ESCOLAS E CENTROS DE INSTRUÇÃO DAS FA.....	205
11.2 – PESSOAL MILITAR NA EFETIVIDADE DE SERVIÇO QUE FREQUENTOU CURSOS INTERNOS	206
11.3 – PESSOAL MILITAR QUE FREQUENTOU CURSOS NO ESTRANGEIRO	206
11.4 – CURSOS MINISTRADOS E NÚMERO DE ALUNOS, POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO.....	208

11.4.1 – Caracterização da atividade formativa.....	208
11.5 – DOCENTES, POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO E POR CATEGORIA.....	209
11.6 – PESSOAL DE APOIO POR ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.....	210
11.7 – PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO INICIADOS, EM CURSO E CONCLUÍDOS.....	210
11.8 - CURSOS MINISTRADOS POR CENTROS DE INSTRUÇÃO.....	211
11.8.1 – Estabelecimentos de Ensino e Formação não Superior.....	211
11.8.1.1 – Caracterização de Ação Formativa.....	211
11.9 – INSTRUTORES E PESSOAL DE APOIO, POR CENTROS DE INSTRUÇÃO.....	213
11.9.1 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Categoria.....	213
11.9.2 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Habilitações.....	214
11.9.3 – Caracterização do Pessoal de Apoio.....	215
12.1 – INFRAESTRUTURAS HOSPITALARES.....	220
12.1.1 – Localização.....	220
12.1.2 – Camas, segundo o fim a que se destinam.....	220
12.1.3 – Capacidade Funcional.....	221
12.2 – RECURSOS HUMANOS.....	221
12.2.1 – Médicos militares e civis.....	221
12.2.2 – Enfermeiros militares e civis.....	222
12.2.3 – Técnicos de Superiores de Saúde (295).....	222
12.2.4 – Médicos Dentistas.....	223
12.2.5 – Médicos Veterinários Militares e Civis.....	223
12.2.6 – Enfermeiros Veterinários militares e civis (298).....	224
12.2.7 – Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica.....	224
12.2.8 – Médicos no HFAR, por Especialidade Exercida (a).....	225
12.2.9 – Técnicos Superiores no HFAR, por especialidade.....	226
12.2.10 – Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica no HFAR, por especialidade.....	226
12.3 – ATIVIDADE HOSPITALAR.....	227
12.3.1 – Consultas Efetuadas, por especialidade, no HFAR.....	227
12.3.2 – Atos de Terapêutica Efetuados no HFAR.....	228
12.3.3 - Atos de Diagnóstico Efetuados no HFAR.....	228
12.3.4 - Intervenções Cirúrgicas Realizadas, por Especialidade.....	229
12.3.5 - Taxa Mensal de Ocupação das Camas, por Polo Hospitalar.....	229
13.1 - BENEFICIÁRIOS ADM - DISTRIBUIÇÃO POR RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS E POR TIPOLOGIA.....	234
13.2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS.....	234
13.3 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE.....	235
13.4 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE POR MODALIDADE DE ASSISTÊNCIA.....	236
13.5 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS.....	237
14.1 - BENEFICIÁRIOS DO IASFA, I.P. – DISTRIBUIÇÃO POR RAMOS DAS FA.....	245
14.2 - FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL – INVALIDEZ – SUBSÍDIO.....	245
14.3 – AÇÃO SOCIAL COMPLEMENTAR.....	246
14.4 - FUNÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL - PRESTAÇÕES POR ENCARGOS FAMILIARES.....	247
14.5 - TOTAL ANUAL DE SUBSÍDIOS/COMPARTICIPAÇÕES E MONTANTES DESPENDIDOS POR TIPO.....	248
15.1 - AUDITORIAS EXECUTADAS PELA IGDN.....	251
15.2 – AUDITORIAS CONCLUÍDAS vs. AUDITORIAS HOMOLOGADAS.....	252
16.1 – INICIATIVAS / EVENTOS CULTURAIS.....	257
16.1.1 – Número de Iniciativas / Eventos Culturais.....	257
16.2 – MUSEUS DA DEFESA.....	258
16.2.1 – Número de acervo / peças, por museu.....	258
16.2.2 – Número de visitas, por museu.....	259

16.3 – BIBLIOTECAS DA DEFESA	260
16.3.1 – Fundos existentes, por número de registos, em suporte papel e suporte digital	260
16.3.2 – Serviço ao público – Número de utilizadores	261
16.3.3 – Serviços prestados, por Biblioteca.....	262
16.4 – ARQUIVOS DA DEFESA.....	263
16.4.1 – Metros lineares (ml) de documentação, apenas do Arquivo Histórico	263
16.4.2 – Tratamento e descrição de Fundos e Coleções, apenas do Arquivo Histórico	263
16.4.3 – Serviço ao público – número de utilizadores.....	264
SIGLAS	265

Capítulo

1

NOTA EXPLICATIVA

As estatísticas do orçamento inscritas neste capítulo têm como suporte preferencial da informação a Conta Geral do Estado (CGE).

Os dados referentes à Lei da Programação Militar (LPM) incluem os saldos apurados e a transitar para o ano seguinte.

Os dados macroeconómicos relativos ao PIB (Produto Interno Bruto) e População têm por base a informação divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

A conversão dos valores nominais (preços correntes) em valores reais (preços constantes) é efetuada suprimindo o efeito da inflação (deflacionando) tendo como referência de cálculo o índice harmonizado de preços no consumidor (Índice harmonizado de preços no consumidor (Taxa de variação média anual - Base 2015 - % por Consumo individual por objetivo; Mensal - Localização geográfica - Portugal) – Fonte: INE – Dados atualizados em 10 de agosto de 2017 – Anos 2010 a 2016.

Os dados referentes às despesas da Defesa foram discriminados por natureza. Assim, de acordo com o classificador das despesas públicas, distinguiram-se três agrupamentos principais de despesa:

- Pessoal, que se identifica com o grupo “Despesas com o pessoal”;
- Operação e manutenção, que se identifica com os grupos “Aquisição de Bens e Serviços”, “Transferências correntes” e “Outras despesas correntes”;
- Despesas de capital, que se identifica com o grupo com a mesma designação do citado classificador.

Salienta-se o facto de os montantes despendidos com a alimentação e o fardamento do efetivo militar, de acordo com o classificador das despesas públicas em vigor (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro), tal como se verificava com o classificador anterior, em vigor desde 1989, serem incorporados no agrupamento “Aquisição de Bens e Serviços”, pelo que, neste estudo, à semelhança do procedimento adotado nos anos anteriores, procedeu-se à sua inclusão no grupo “Operação e Manutenção”.

De acordo com o classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, a rubrica “07.01.14 – Investimentos Militares” compreende não só as construções e as obras de engenharia que as administrações militares realizam, mas também os quartéis, os campos de tiro, os aeródromos, as estradas e as pontes militares, e ainda as grandes reparações a efetuar naquelas estruturas, bem como o armamento e os equipamentos principais utilizados pelas Forças Armadas.

A execução do orçamento de 2016 continua a ser desenvolvida num contexto de reforma estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas. Neste âmbito, a sua atuação foi orientada, entre outros, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril (“Defesa 2020”), que definiu as linhas

orientadoras de planeamento para pôr em prática uma reestruturação nas Forças Armadas com vista à sua maior eficiência e eficácia, e pelo Despacho n.º 7527-A/2013, que consiste na Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas — Reforma “Defesa 2020”.

O grau de realização do orçamento afeto ao Programa Defesa situou-se nos 89%, sendo de destacar os agrupamentos despesas com o Pessoal (98%), aquisição de bens e serviços (82,7%) e Aquisição de bens de capital (70,4%).

Relativamente à gestão de cativos, foram autorizadas descativações que ascenderam a cerca de 17,3 milhões de euros, sendo de destacar que 16,3 milhões se destinaram a colmatar a reposição salarial que ocorreu em 2016, conseqüente da reversão dos cortes salariais que vinham sendo aplicados em exercícios económicos anteriores.

Em termos globais, nos anos em análise, poder-se-á dizer que os recursos utilizados pela Defesa, a preços correntes, têm vindo a fazer um percurso com oscilações materializadas em aumentos e reduções verificadas nas comparações entre períodos homólogos (anos económicos), sendo, no entanto, possível reconhecer uma tendência de redução, uma vez que entre 2010 e 2016 o orçamento executado passou de 2.222,2 M€ para 1.844,9 M€ (vide quadros 1.1. e 1.2.).

Em 2016 a execução do orçamento da defesa decresceu 0,84% face ao período homólogo do ano anterior (2015).

É dado tratamento autónomo à componente da LPM, pela sua especificidade, bem como ao Capítulo 50 – Projetos (ex-PIDDAC), por serem as componentes do orçamento particularmente vocacionadas para o investimento efetuado pelo Ministério da Defesa Nacional.

- Capítulo 50 – Projetos

No âmbito do orçamento do “Capítulo 50 – Projetos” relativo a 2016, verificou-se uma execução global de 90,87% face ao orçamento corrigido líquido de cativos.

No quadro e gráfico seguintes encontram-se vertidos os valores relativos às execuções orçamentais verificadas entre 2010 e 2016:

Ano	Dotação Corrigida	Montante Executado	Grau de realização
2010	11.265,2	3.282,9	29,1%
2011	4.275,0	2.234,6	52,3%
2012	14.645,3	4.617,9	31,5%
2013	14.226,8	4.077,0	28,7%
2014	5.250,0	4.141,7	78,9%
2015	5.250,0	4.403,1	83,9%
2016	4.626,4	4.204,2	90,9%

- Lei de Programação Militar (LPM) –

A LPM (Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio) entrou em vigor em 2015 e incorpora e desenvolve a programação do investimento público nas Forças Armadas relativo a equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infraestruturas com impacto direto na modernização e na operacionalização do Sistemas de Força Nacional (SFN), concretizado através das respetivas capacidades.

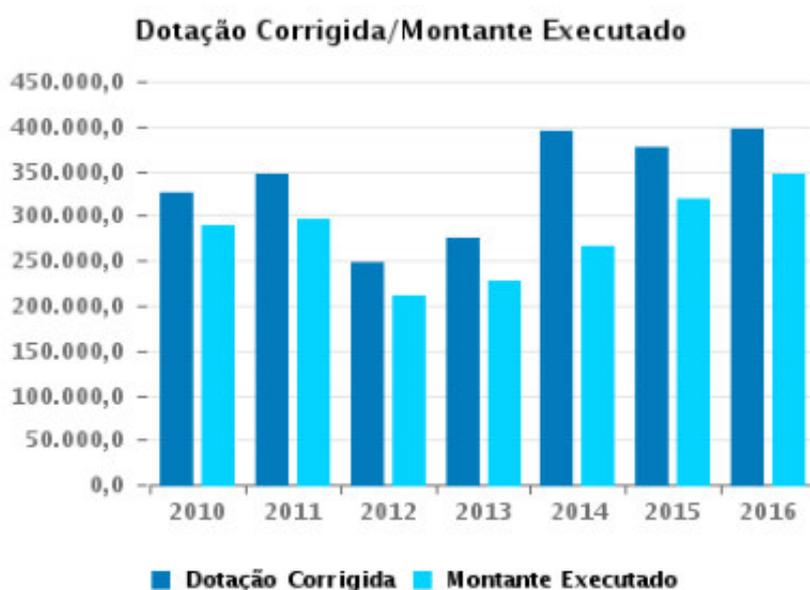
O total de investimento previsto na Lei n.º 7/2015 é de 3.160,000 M€ em 12 anos (2015-2026), repartido da seguinte forma: primeiro quadriénio (2015-2018) 960,000 M€; segundo quadriénio (2019-2022) 1.100,000 M€; terceiro quadriénio (2023-2026) 1.100,001 M€.

Em 2016 releva-se a transição de verbas relativas a saldos de dotações da LPM previstas na respetiva Lei (34,7 milhões de euros), e a recuperação de IVA ao abrigo da mesma Lei (25,9 milhões de euros).

Para uma dotação corrigida no valor de 398.136.426 €, foi realizada uma despesa de 346.345.506 €, a que corresponde uma taxa de execução de 86,99%.

No quadro e gráfico seguintes encontram-se vertidos os valores relativos às execuções orçamentais verificadas entre 2010 e 2016:

(m€)			
Ano	Dotação Corrigida	Montante Executado	Grau de realização
2010	325.466,5	288.372,2	88,6%
2011	346.169,0	296.738,7	85,7%
2012	248.677,1	210.692,5	84,7%
2013	274.944,5	228.361,7	83,1%
2014	395.352,8	266.631,3	67,4%
2015	376.691,8	320.214,3	85,0%
2016	398.136,4	346.345,5	87,0%



O quadro a seguir apresentado reflete a execução orçamental referente ao ano de 2016.

Capítulos	Saldo 2015 (1)	Orçamento 2016			Dotação Corrigida (5)=(1+2-3+/-4)	Execução		Saldo (8)=(5)-(6)
		Inicial (2)	Cativação (3)	Alt Orç.(+/-) (4)		Montante (6)	% (7)=(6)/(5)	
SC/MDN	7.061,1	412.474,3	40.366,9	- 49.640,7	362.833,5	248.937,0	68,6%	113.896,6
EMGFA	3.268,3	138.871,8	9.531,5	- 8.605,4	130.266,3	113.193,1	86,9%	17.073,2
Marinha	17.982,7	504.969,1	11.567,5	64.454,6	569.423,7	536.509,0	94,2%	32.914,8
Exército	26.260,8	567.430,3	3.201,4	61.908,4	629.338,7	600.069,0	95,4%	29.269,6
Força Aérea	8.879,2	329.679,6	7.063,0	52.497,9	382.177,5	346.153,3	90,6%	36.024,2
TOTAL	63.452,12	1.953.425,01	71.730,18	120.614,77	2.074.039,77	1.844.861,36		229.178,42

- PESSOAL –

O MDN assumiu como escopo da sua atuação, a valorização cívica do conceito de defesa e a dignificação dos seus recursos humanos, como garante da coesão, motivação e retenção dos efetivos, e do reconhecimento da especificidade da condição militar, com especial atenção aos Deficientes das Forças Armadas e aos Antigos Combatentes, através das áreas de apoio, social, saúde e ensino.

Não obstante o efeito da reversão dos cortes salariais aplicada em 2016, verificou-se um decréscimo ao nível das despesas com Pessoal, de 2015 para 2016, de cerca de 1,74%.

- OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO –

Em 2016, o Programa orçamental “P006 – Defesa” continuou a orientar a sua atividade tendo presentes os objetivos permanentes da política de defesa nacional e as missões atribuídas às Forças Armadas, procurando respostas flexíveis, eficazes e eficientes, num quadro cooperativo alargado.

O reforço do financiamento às Forças Nacionais Destacadas (FND), em linha com o compromisso assumido pelo Governo, permitiu ao MDN o aumento da eficácia e coerência na resposta às exigências impostas pela imprevisibilidade das ameaças atuais, seja através do quadro estratégico das organizações internacionais e alianças de que é membro, seja no reforço da luta contra o terrorismo.

A consolidação das dotações orçamentais ao nível da cooperação técnico-militar proporcionou a criação de condições para a promoção de uma cultura de melhoria sistemática desta cooperação, incentivando e promovendo novas abordagens no âmbito multilateral da CPLP ou a nível bilateral, num esforço permanente de melhoria da eficácia e eficiência dos programas operacionais, bem como nas áreas da formação, do treino e das indústrias de defesa, alinhando e integrando este esforço de cooperação setorial no quadro do esforço global e integrado da cooperação internacional de Portugal.

Em termos globais as despesas com operação e manutenção registam em 2016 um decréscimo de 2,56 % relativamente a 2015.

- DESPESAS DE CAPITAL –

MDN concentrou elevado esforço na promoção das capacidades e modernização dos equipamentos da Defesa Nacional, de forma pragmática e racional, melhorando os processos de decisão, nomeadamente os relacionados com a execução da Lei de Programação Militar, em coerência com a decisão de não cativação destas verbas, e com os relacionados com a componente financiada por receitas próprias.

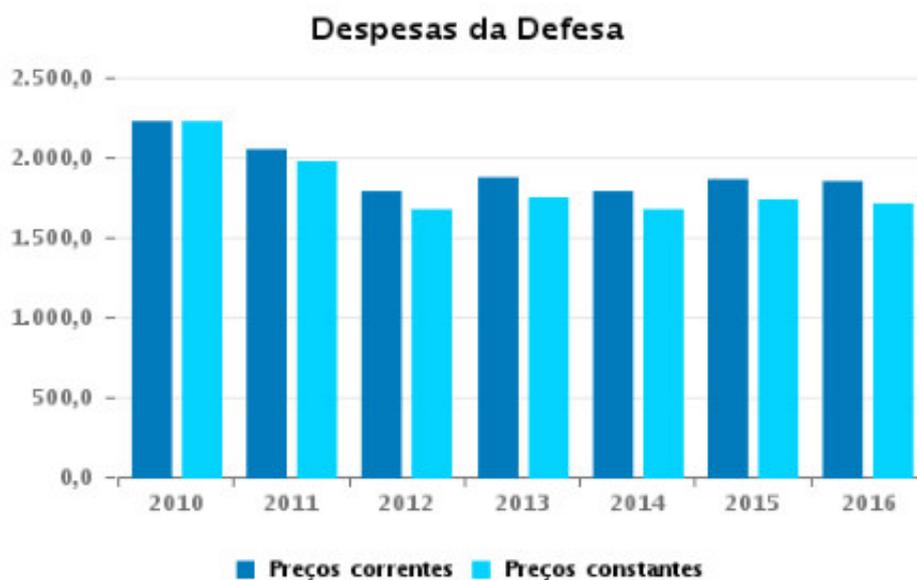
1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços correntes	Preços constantes
2016	1.844,9	1.709,9
Dados retrospectivos		
2015	1.860,5	1.734,8
2014	1.790,2	1.677,6
2013	1.870,0	1.748,9
2012	1.788,9	1.679,7
2011	2.048,7	1.977,5
2010	2.222,2	2.222,2

Fonte: Despesa a preços correntes - Conta Geral do Estado (CGE) 2010/2016.

Despesa a preços constantes: Cálculo com base nos deflatores «taxas médias anuais de inflação, de 2010 a 2016» - INE.



1.2 - VARIACÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA

(%)

Ano	Variação anual
2016/2015	-0,8%
Dados retrospectivos	
2015/2014	3,9%
2014/2013	-4,3%
2013/2012	4,5%
2012/2011	-12,7%
2011/2010	-7,8%

1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços correntes			Preços constantes		
	Despesas da Defesa	Despesas públicas (OE)	PIB	Despesas da Defesa	Despesas públicas (OE)	PIB
2016	1.844,9	51.813,8	171.409,5	1.709,9	48.024,6	184.933,7
Dados retrospectivos						
2015	1.860,5	49.466,4	167.375,4	1.734,8	46.124,0	179.504,3
2014	1.790,2	49.715,7	162.191,2	1.677,6	46.588,3	173.079,1
2013	1.870,0	49.440,3	159.239,1	1.748,9	46.237,5	170.269,3
2012	1.788,9	48.498,2	158.119,0	1.679,7	45.537,9	168.398,0
2011	2.048,7	51.675,9	170.045,0	1.977,5	49.880,2	176.166,6
2010	2.222,2	50.956,9	179.929,8	2.222,2	50.956,9	179.929,8

Fonte: Despesas da Defesa a preços correntes - Conta Geral do Estado 2010/2016. Despesas Públicas - Leis do OE respetivas. PIB - INE.

Despesa a preços Constantes: Cálculo com base nos deflatores «taxas médias anuais de inflação, de 2010 a 2016» - INE.

1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB

(%)

Ano	Despesas da Defesa / Despesas públicas	Despesas da Defesa / PIB
2016	3,6%	1,0%
Dados retrospectivos		
2015	3,8%	1,0%
2014	3,6%	1,0%
2013	3,8%	1,1%
2012	3,7%	1,1%
2011	4,0%	1,2%
2010	4,4%	1,2%

Fonte: Conta Geral do Estado 2010/2016 (despesas da Defesa). Despesas Públicas - Leis do OE. PIB - INE.

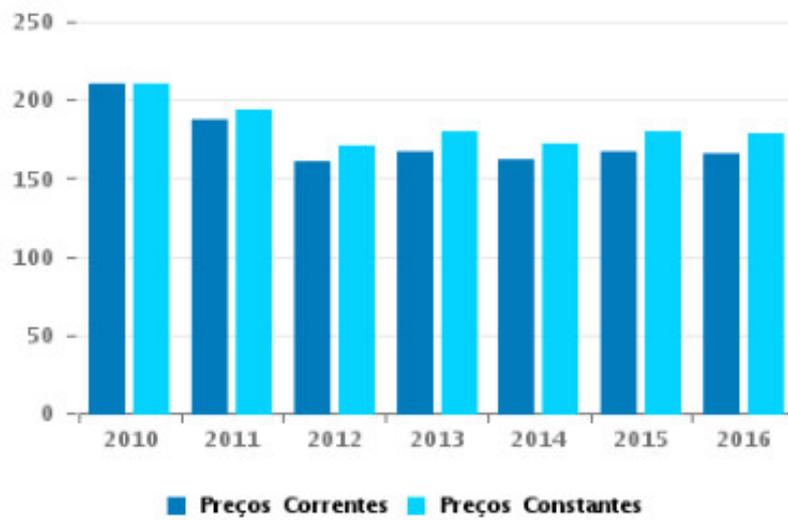
1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS A CORRENTES E CONSTANTES

(euros)

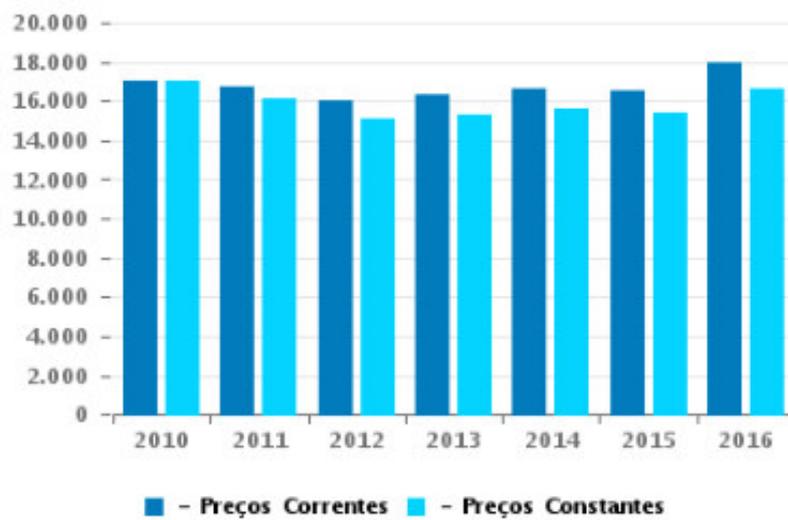
Ano	Preços correntes		Preços constantes	
	Despesas da Defesa / habitante	PIB / habitante	Despesas da Defesa / habitante	PIB / habitante
2016	178,9	17.937,3	165,9	16.625,6
Dados retrospectivos				
2015	179,9	16.537,7	167,8	15.420,2
2014	172,5	16.682,3	161,7	15.632,9
2013	179,3	16.329,7	167,7	15.271,8
2012	170,6	16.057,8	160,2	15.077,6
2011	194,3	16.710,9	187,6	16.130,2
2010	210,2	17.017,9	210,2	17.017,9

Fonte: Conta Geral do Estado 2010/2016. PIB e População - INE.

Despesas da Defesa por Habitante



PIB, por Habitante



1.6 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	1.177.205,5	294.125,0	4.204,2	346.345,5	22.981,2	1.844.861,4
Dados retrospectivos						
2015	1.198.022,6	301.324,5	4.403,1	320.214,3	36.501,3	1.860.465,8
2014	1.174.304,3	312.445,1	4.141,7	266.631,3	32.666,2	1.790.188,6
2013	1.237.837,9	375.162,7	4.077,0	228.361,7	24.605,0	1.870.044,3
2012	1.148.023,0	364.653,3	4.617,9	210.692,5	60.896,8	1.788.883,5
2011	1.336.167,2	370.022,3	2.234,6	296.738,7	43.499,0	2.048.661,8
2010	1.434.972,4	456.490,2	3.282,9	288.372,2	39.102,2	2.222.219,9

PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

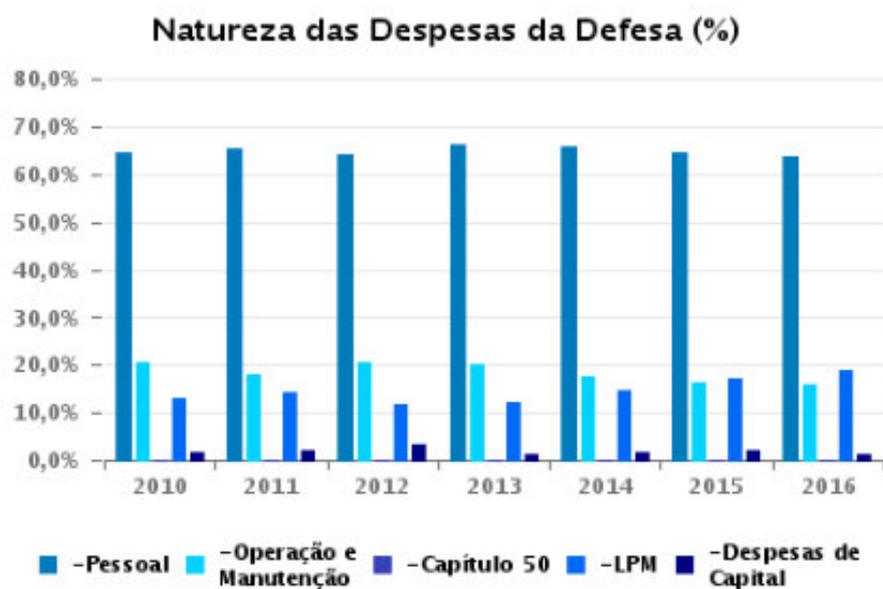
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	1.091.116,5	272.615,6	3.896,8	321.017,3	21.300,6	1.709.946,8
Dados retrospectivos						
2015	1.117.073,7	280.964,4	4.105,6	298.577,8	34.034,9	1.734.756,4
2014	1.100.432,8	292.790,2	3.881,1	249.858,4	30.611,2	1.677.573,7
2013	1.157.649,8	350.859,4	3.812,9	213.568,2	23.011,0	1.748.901,3
2012	1.077.947,8	342.394,9	4.336,0	197.831,9	57.179,7	1.679.690,3
2011	1.289.736,7	357.164,4	2.157,0	286.427,4	41.987,4	1.977.472,9
2010	1.434.972,4	456.490,2	3.282,9	288.372,2	39.102,2	2.222.219,9

Fonte: Conta Geral do Estado 2010/2016.

1.6 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS (CONTINUAÇÃO)

(%)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	63,8%	15,9%	0,2%	18,8%	1,2%	100,0%
Dados retrospectivos						
2015	64,4%	16,2%	0,2%	17,2%	2,0%	100,0%
2014	65,6%	17,5%	0,2%	14,9%	1,8%	100,0%
2013	66,2%	20,1%	0,2%	12,2%	1,3%	100,0%
2012	64,2%	20,4%	0,3%	11,8%	3,4%	100,0%
2011	65,2%	18,1%	0,1%	14,5%	2,1%	100,0%
2010	64,6%	20,5%	0,1%	13,0%	1,8%	100,0%



1.7 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

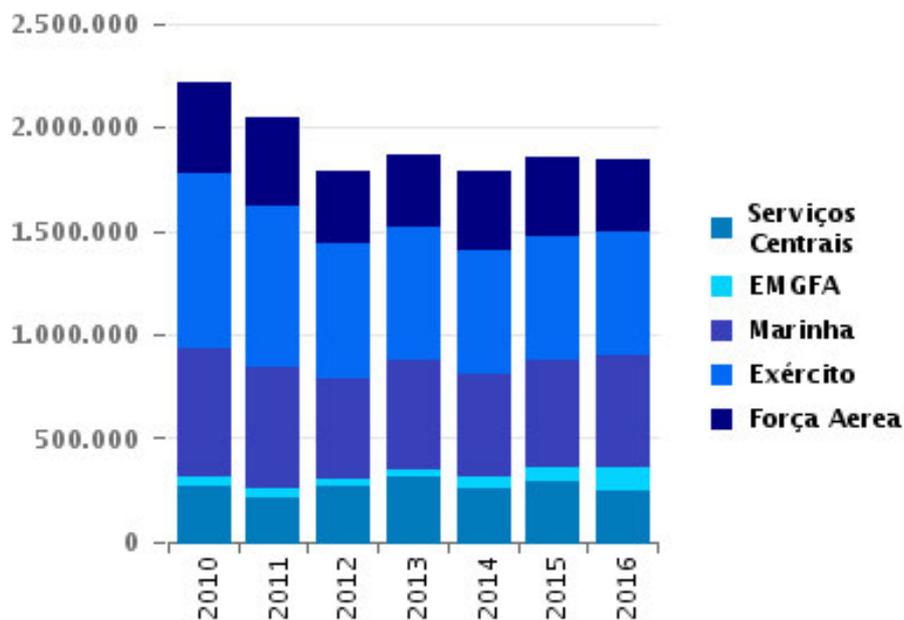
A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2016	248.936,9	113.193,1	536.508,9	600.069,0	346.153,3	1.844.861,2
Dados retrospectivos						
2015	291.871,6	68.564,1	515.148,0	603.375,9	381.506,1	1.860.465,7
2014	254.404,7	54.617,7	503.430,3	596.383,5	381.352,2	1.790.188,4
2013	309.546,6	38.753,1	523.847,6	641.968,0	355.929,2	1.870.044,5
2012	270.809,6	36.360,7	476.174,2	651.812,4	353.726,8	1.788.883,7
2011	210.287,5	42.854,4	589.185,6	781.732,2	424.602,2	2.048.661,9
2010	267.070,3	46.191,3	621.963,2	842.564,2	444.431,0	2.222.220,0

Fonte: Conta Geral do Estado 2010/2016.

Distribuição das Despesas por Capítulos a preços correntes



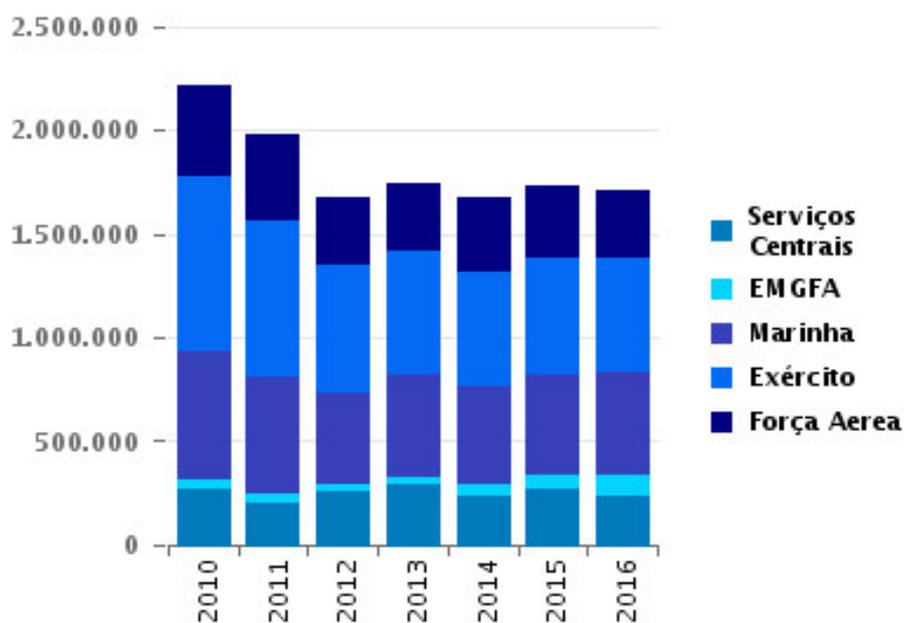
A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2016	230.732,2	104.915,3	497.274,1	556.186,0	320.839,1	1.709.946,7
Dados retrospectivos						
2015	272.150,2	63.931,3	480.340,1	562.606,5	355.728,2	1.734.756,3
2014	238.401,0	51.181,9	471.761,2	558.867,1	357.362,7	1.677.573,9
2013	289.493,9	36.242,6	489.912,3	600.380,8	332.871,8	1.748.901,4
2012	254.279,4	34.141,3	447.108,5	612.025,8	332.135,3	1.679.690,3
2011	202.980,2	41.365,3	568.712,0	754.567,7	409.847,7	1.977.472,9
2010	267.070,3	46.191,3	621.963,2	842.564,2	444.431,0	2.222.220,0

Fonte: Conta Geral do Estado 2010/2016. INE (Ano base 2010).

Distribuição das Despesas por Capítulos a preços constantes



1.7 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES (CONTINUAÇÃO)

(%)

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2016	13,5%	6,1%	29,1%	32,5%	18,8%	100,0%
Dados retrospectivos						
2015	15,7%	3,7%	27,7%	32,4%	20,5%	100,0%
2014	14,2%	3,1%	28,1%	33,3%	21,3%	100,0%
2013	16,6%	2,1%	28,0%	34,3%	19,0%	100,0%
2012	15,1%	2,0%	26,6%	36,4%	19,8%	100,0%
2011	10,3%	2,1%	28,8%	38,2%	20,7%	100,0%
2010	12,0%	2,1%	28,0%	37,9%	20,0%	100,0%

1.8 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	70.159,3	42.954,6	1.609,2	130.902,0	3.311,8	248.936,9
Dados retrospectivos						
2015	82.044,8	38.077,7	1.793,8	160.149,4	9.805,8	291.871,5
2014	40.909,6	64.186,5	1.780,4	139.861,4	7.666,9	254.404,8
2013	80.056,8	109.107,5	705,5	109.901,6	9.775,1	309.546,5
2012	70.796,8	73.622,8	1.631,1	87.569,0	37.189,8	270.809,5
2011	80.688,9	36.448,8	57,4	82.348,4	10.743,9	210.287,4
2010	91.361,4	92.502,1	1.201,2	74.113,1	7.892,5	267.070,3

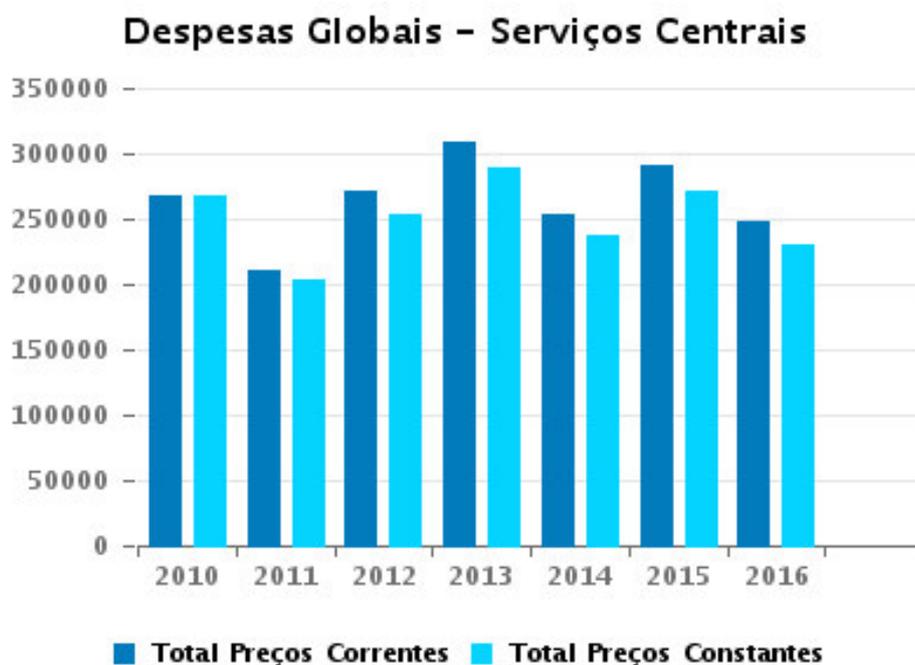
Fonte: Conta Geral do Estado 2010/2016.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	65.028,6	39.813,4	1.491,5	121.329,2	3.069,6	230.732,3
Dados retrospectivos						
2015	76.501,2	35.504,9	1.672,6	149.328,3	9.143,3	272.150,3
2014	38.336,1	60.148,7	1.668,4	131.063,2	7.184,6	238.401,0
2013	74.870,6	102.039,5	659,8	102.782,1	9.141,9	289.493,9
2012	66.475,4	69.128,8	1.531,5	82.223,8	34.919,8	254.279,3
2011	77.885,1	35.182,3	55,4	79.486,9	10.370,5	202.980,2
2010	91.361,4	92.502,1	1.201,2	74.113,1	7.892,5	267.070,3

Fonte: Conta Geral do Estado 2010/2016. INE (Ano base 2010).



1.8 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

(%)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	28,2%	17,3%	0,6%	52,6%	1,3%	100,0%
Dados retrospectivos						
2015	28,1%	13,0%	0,6%	54,9%	3,4%	100,0%
2014	16,1%	25,2%	0,7%	55,0%	3,0%	100,0%
2013	25,9%	35,2%	0,2%	35,5%	3,2%	100,0%
2012	26,1%	27,2%	0,6%	32,3%	13,7%	100,0%
2011	38,4%	17,3%	0,0%	39,2%	5,1%	100,0%
2010	34,2%	34,6%	0,4%	27,8%	3,0%	100,0%

1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA POR SERVIÇOS CENTRAIS

(milhares de euros)

Serviço	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
SG	52.442,1	30.500,5	399,5	3.414,4	636,0	87.392,5
IGDN	1.214,6	125,8	0,0	0,0	15,6	1.355,9
DGPDN	4.347,3	1.774,6	0,0	0,0	91,2	6.213,2
DGRDN	6.917,1	5.078,0	1.209,6	127.487,7	2.320,7	143.013,2
IDN	1.514,8	448,6	0,0	0,0	104,8	2.068,1
IASFA	0,0	4.334,6	0,0	0,0	0,0	4.334,6
PJM	1.786,4	168,3	0,0	0,0	126,8	2.081,5



1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	67.297,4	28.515,5	0,0	10.694,2	6.686,2	113.193,3
Dados retrospectivos						
2015	30.025,9	29.364,8	0,0	7.492,0	0,0	66.882,7
2014	26.178,1	16.616,9	0,0	552,9	11.269,9	54.617,8
2013	23.919,1	8.829,7	0,0	5.166,1	838,2	38.753,1
2012	24.239,5	6.927,9	0,0	4.268,1	925,2	36.360,7
2011	29.681,1	8.285,2	0,0	2.605,7	2.282,4	42.854,4
2010	33.494,0	6.995,9	0,0	4.883,8	817,6	46.191,3

Fonte: Conta Geral do Estado 2010/2016.

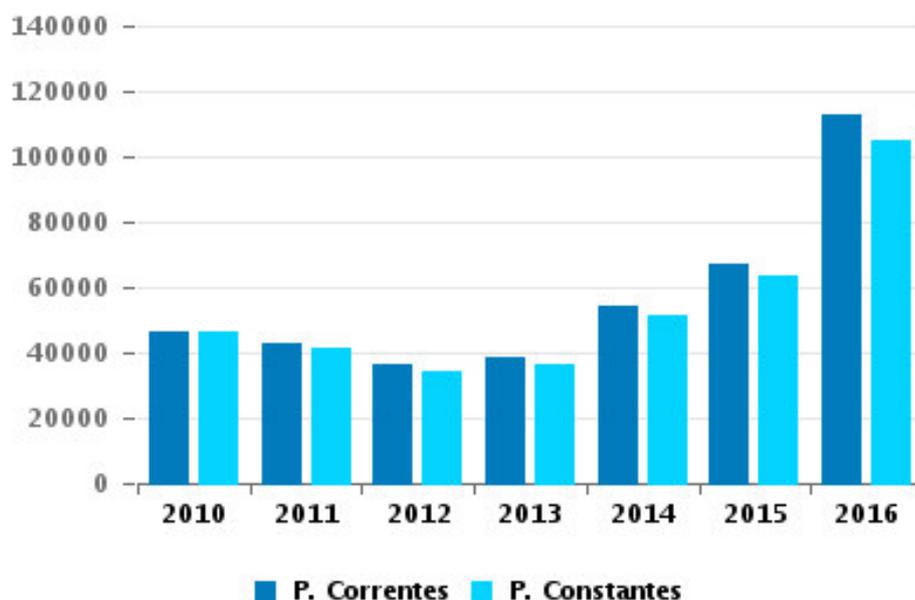
A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	62.375,9	26.430,1	0,0	9.912,1	6.197,2	104.915,3
Dados retrospectivos						
2015	27.998,1	27.380,7	0,0	6.985,8	1.566,8	63.931,4
2014	24.531,3	15.571,6	0,0	518,1	10.561,0	51.182,0
2013	22.369,6	8.257,7	0,0	4.831,4	783,9	36.242,6
2012	22.760,0	6.505,0	0,0	4.007,6	868,8	34.141,4
2011	28.649,7	7.997,3	0,0	2.515,2	2.203,1	41.365,3
2010	33.494,0	6.995,9	0,0	4.883,8	817,6	46.191,3

Fonte: Conta Geral do Estado 2010/2016. INE (ano base 2010).

Despesas Globais – EMGFA



1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA (CONTINUAÇÃO)

						(%)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	59,5%	25,2%	0,0%	9,4%	5,9%	100,0%
Dados retrospectivos						
2015	44,9%	43,9%	0,0%	11,2%	0,0%	100,0%
2014	47,9%	30,4%	0,0%	1,0%	20,6%	100,0%
2013	61,7%	22,8%	0,0%	13,3%	2,2%	100,0%
2012	66,7%	19,1%	0,0%	11,7%	2,5%	100,0%
2011	69,3%	19,3%	0,0%	6,1%	5,3%	100,0%
2010	72,5%	15,1%	0,0%	10,6%	1,8%	100,0%

1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	333.367,3	82.364,9	867,9	115.183,7	4.725,1	536.508,9
Dados retrospectivos						
2015	348.224,6	87.773,9	869,6	73.677,5	0,0	510.545,6
2014	354.021,7	75.107,7	712,3	70.414,2	3.174,5	503.430,4
2013	358.735,4	90.350,2	1.111,4	69.863,9	3.786,8	523.847,7
2012	326.861,5	90.455,9	1.055,4	49.897,2	7.904,2	476.174,2
2011	388.078,9	110.339,3	1.680,8	84.040,3	5.046,2	589.185,5
2010	400.966,2	113.378,8	434,1	103.091,7	4.092,4	621.963,2

Fonte: Conta Geral do Estado 2010/2016.

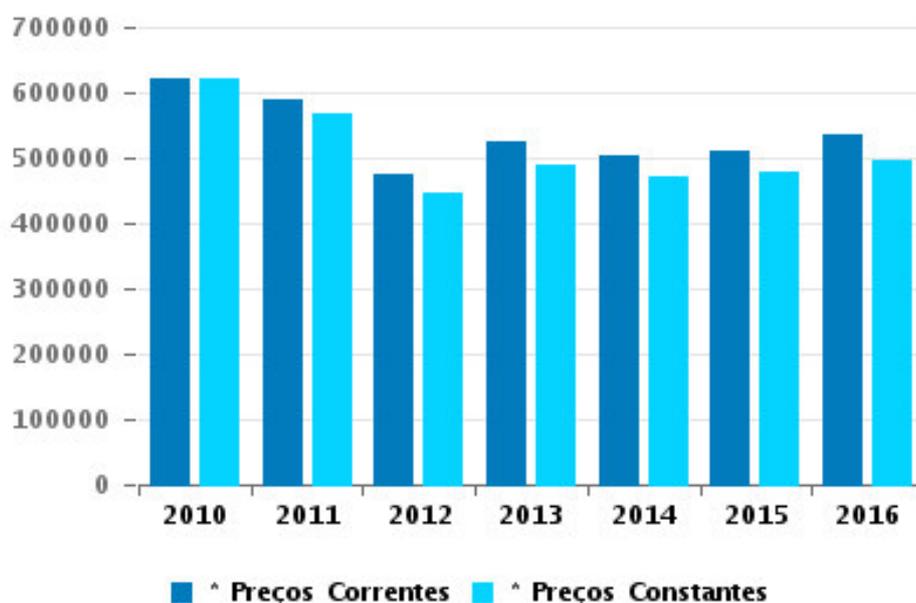
A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	308.988,1	76.341,6	804,5	106.760,3	4.379,6	497.274,1
Dados retrospectivos						
2015	324.695,5	81.843,2	810,8	68.699,2	4.291,4	480.340,1
2014	331.751,4	70.382,9	667,5	65.984,7	2.974,8	471.761,3
2013	335.496,2	84.497,2	1.039,4	65.338,1	3.541,5	489.912,4
2012	306.909,9	84.934,4	990,9	46.851,5	7.421,7	447.108,4
2011	374.593,5	106.505,2	1.622,4	81.120,0	4.870,8	568.711,9
2010	400.966,2	113.378,8	434,1	103.091,7	4.092,4	621.963,2

Fonte: Conta Geral do Estado 2010/2016. INE (ano base 2010).

Despesas Globais – Marinha



1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA (CONTINUAÇÃO)

(%)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	62,1%	15,4%	0,2%	21,5%	0,9%	100,0%
Dados retrospectivos						
2015	68,2%	17,2%	0,2%	14,4%	0,0%	100,0%
2014	70,3%	14,9%	0,1%	14,0%	0,6%	100,0%
2013	68,5%	17,2%	0,2%	13,3%	0,7%	100,0%
2012	68,6%	19,0%	0,2%	10,5%	1,7%	100,0%
2011	65,9%	18,7%	0,3%	14,3%	0,9%	100,0%
2010	64,5%	18,2%	0,1%	16,6%	0,7%	100,0%

1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	475.792,7	66.910,3	852,1	52.207,6	4.306,3	600.069,0
Dados retrospectivos						
2015	500.604,4	73.243,7	866,6	12.375,3	0,0	587.090,0
2014	512.409,8	75.486,2	774,1	50,4	7.663,1	596.383,6
2013	531.440,1	86.035,1	1.063,3	15.537,4	7.892,1	641.968,0
2012	512.019,4	103.595,7	1.027,1	23.551,2	11.619,0	651.812,4
2011	580.671,3	110.912,0	121,4	70.254,6	19.772,8	781.732,1
2010	639.518,3	123.558,8	47,6	60.488,5	18.951,0	842.564,2

Fonte: Conta Geral do Estado 2010/2016.

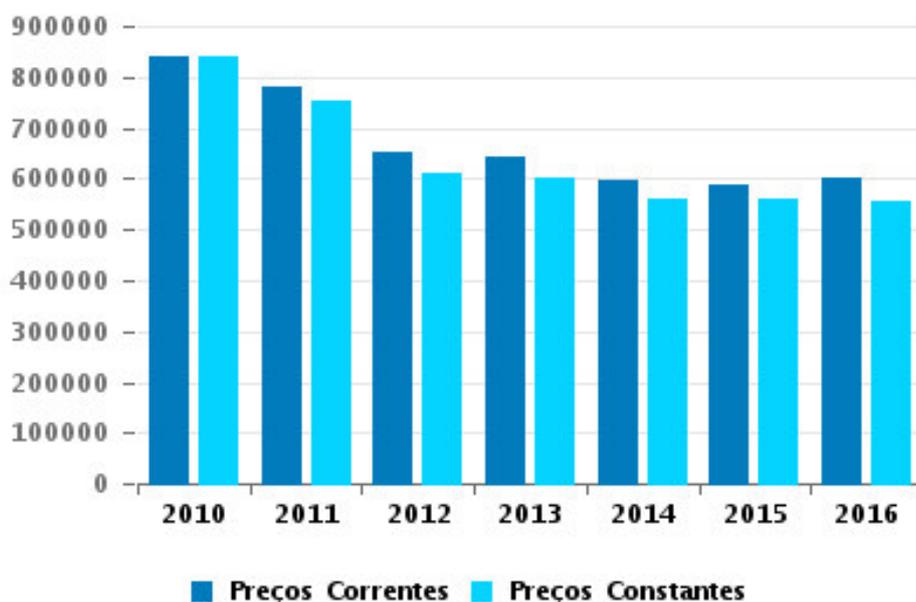
A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	440.998,0	62.017,2	789,8	48.389,7	3.991,4	556.186,1
Dados retrospectivos						
2015	466.779,2	68.294,8	808,0	11.539,1	15.185,4	562.606,5
2014	480.175,8	70.737,6	725,4	47,2	7.181,1	558.867,1
2013	497.013,0	80.461,6	994,3	14.530,9	7.380,9	600.380,7
2012	480.765,8	97.272,2	964,4	22.113,6	10.909,7	612.025,7
2011	560.493,5	107.057,9	117,2	67.813,4	19.085,7	754.567,7
2010	639.518,3	123.558,8	47,6	60.488,5	18.951,0	842.564,2

Fonte: Conta Geral do Estado 2010/2016. INE (ano base 2010).

Despesas Globais – Exército



1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO (CONTINUAÇÃO)

(%)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	79,3%	11,2%	0,1%	8,7%	0,7%	100,0%
Dados retrospectivos						
2015	85,3%	12,5%	0,1%	2,1%	0,0%	100,0%
2014	85,9%	12,7%	0,1%	0,0%	1,3%	100,0%
2013	82,8%	13,4%	0,2%	2,4%	1,2%	100,0%
2012	78,6%	15,9%	0,2%	3,6%	1,8%	100,0%
2011	74,3%	14,2%	0,0%	9,0%	2,5%	100,0%
2010	75,9%	14,7%	0,0%	7,2%	2,2%	100,0%

1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	230.588,9	73.379,6	875,0	37.358,0	3.951,8	346.153,3
Dados retrospectivos						
2015	237.121,8	72.864,3	873,1	61.169,0	3.795,0	375.823,2
2014	240.785,2	81.047,9	875,0	55.752,4	2.891,8	381.352,3
2013	243.686,6	80.840,3	1.196,9	27.892,6	2.312,7	355.929,1
2012	214.105,8	90.051,2	904,3	45.407,0	3.258,6	353.726,9
2011	257.047,0	104.036,9	374,9	57.489,7	5.653,8	424.602,3
2010	269.632,5	120.054,6	1.600,0	45.795,2	7.348,7	444.431,0

Fonte: Conta Geral do Estado 2010/2016.

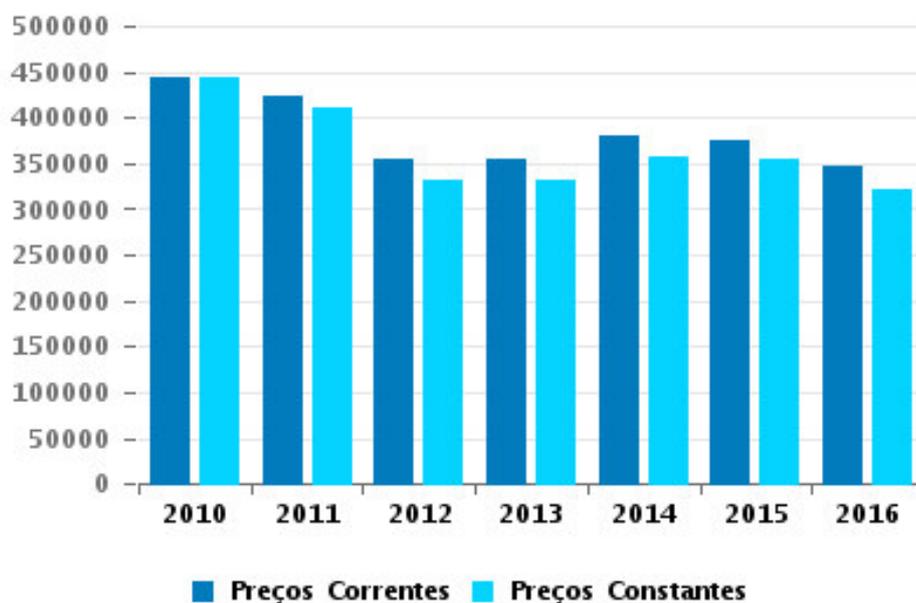
A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	213.725,9	68.013,4	811,0	34.626,0	3.662,8	320.839,1
Dados retrospectivos						
2015	221.099,7	67.940,9	814,1	62.025,4	3.848,1	355.728,2
2014	225.638,2	75.949,5	819,9	52.245,2	2.709,8	357.362,6
2013	227.900,4	75.603,4	1.119,4	26.085,7	2.162,9	332.871,8
2012	201.036,8	84.554,5	849,1	42.635,4	3.059,7	332.135,5
2011	248.114,9	100.421,7	361,9	55.491,9	5.457,3	409.847,7
2010	269.632,5	120.054,6	1.600,0	45.795,2	7.348,7	444.431,0

Fonte: Conta Geral do Estado 2010/2016. INE (ano base 2010).

Despesas Globais – Força Aérea



1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA (CONTINUAÇÃO)

(%)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2016	66,6%	21,2%	0,3%	10,8%	1,1%	100,0%
Dados retrospectivos						
2015	63,1%	19,4%	0,2%	16,3%	1,0%	100,0%
2014	63,1%	21,3%	0,2%	14,6%	0,8%	100,0%
2013	68,5%	22,7%	0,3%	7,8%	0,6%	100,0%
2012	60,5%	25,5%	0,3%	12,8%	0,9%	100,0%
2011	60,5%	24,5%	0,1%	13,5%	1,3%	100,0%
2010	60,7%	27,0%	0,4%	10,3%	1,7%	100,0%

Capítulo

2

NOTA EXPLICATIVA

As Missões de Interesse Público inserem-se numa nova postura das Forças Armadas, pretendendo-se que estas alcancem uma maior visibilidade dentro da sociedade, em especial com o impacto decorrente do desempenho das missões relacionadas com a proteção civil, o desenvolvimento sustentado em ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

É neste contexto que as Forças Armadas colocam ao serviço do país e também da comunidade internacional os seus meios humanos e materiais e, ainda, o seu acumulado conhecimento, exercendo importantes missões nos espaços marítimo, terrestre e aéreo.

O resultado dessa atividade encontra-se resumido em quadros próprios, onde se assinalam as áreas de missão que competem a cada um dos Ramos das Forças Armadas e os elementos orgânicos que têm responsabilidade primária de as assegurar, bem como os meios utilizados e respetivos encargos financeiros.

MARINHA

A geografia de Portugal, os vastos espaços marítimos de soberania e de jurisdição nacional, a ligação entre o continente e os arquipélagos atlânticos, aliados aos interesses nacionais subjacentes, são fatores que ditam o entrosamento da Marinha com a Nação que orgulhosamente serve.

Neste contexto, para que Portugal disponha das condições necessárias à realização dos importantes objetivos marítimos nacionais, nomeadamente aqueles que têm em vista a sua segurança e desenvolvimento, é preciso dispor dos instrumentos necessários à concretização da ação do Estado no mar.

O exercício dessa ação implica um profundo conhecimento do mar, acompanhado de uma presença efetiva e permanente em toda a vasta extensão do espaço marítimo sob soberania ou jurisdição nacional. Só assim é possível garantir a vigilância e fiscalização das atividades que nele se desenvolvem e, dessa forma, contribuir para a segurança de pessoas e bens, ao mesmo tempo que se exerce a dissuasão e a repressão de eventuais ameaças. Para o efeito, é indispensável a existência de meios adequados, apoiados por um sistema logístico com vista à sua sustentação.

É neste contexto que a Marinha assume especial relevância, pela sua capacidade e versatilidade de atuação num vasto espetro de tarefas, que se dividem em três funções fundamentais:

- ❖ Defesa militar e apoio à política externa;
- ❖ Segurança e autoridade do Estado;
- ❖ Desenvolvimento económico, científico e cultural.

A função de defesa militar e apoio à política externa centra-se na defesa da integridade territorial de Portugal, na proteção dos portugueses e nos compromissos de defesa militar internacionalmente assumidos. No âmbito desta função, a Marinha executa operações e atividades visando a defesa militar própria e autónoma, a defesa coletiva e a segurança cooperativa, a proteção dos interesses nacionais e a diplomacia naval.

A função de segurança e autoridade do Estado engloba a segurança nos espaços marítimos, tanto no âmbito da proteção (*security*) como da salvaguarda (*safety*), onde a Marinha executa operações e atividades visando a segurança marítima e a salvaguarda da vida humana no mar, a vigilância, a fiscalização, o apoio à Autoridade Marítima Nacional (AMN) e a cooperação interagências, a ação em estados de exceção e o apoio à proteção civil.

A função desenvolvimento económico, científico e cultural abarca um conjunto alargado de tarefas com um papel relevante no âmbito do desenvolvimento, em diversas áreas, contribuindo para o bem-estar dos portugueses e para a afirmação de Portugal como um país marítimo, contribuindo para criar condições de segurança nos espaços marítimos, para fomentar a economia nacional, a investigação científica sobre os assuntos do mar e a cultura marítima e naval.

A missão da Marinha, consagrada na Lei Orgânica da Marinha (LOMAR – Decreto-Lei nº 185/2014 de 29 de dezembro), pode ser expressa de forma concisa pelo enunciado «**Contribuir para que Portugal use o Mar**», que sintetiza a perceção do valor criado pela Marinha.

ELEMENTOS ORGÂNICOS, MEIOS AFETOS E DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO

2.1 – MARINHA

Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Homem / missão	Horas de missão	Despesa			TOTAL
				Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Autoridade Marítima	DGAM a)	1.320	8.784,0	42.358.507,5	8.370.836,2	2.787.118,5	53.516.462,3
Segurança Marítima	CN b)	258	79.987,0	1.951.657,7	3.443.086,1	0,0	5.394.743,8
	IH	4	5.040,0	67.770,0	3.685,0	0,0	71.455,0
	DGAM	1.122	8.760,0	2.061.418,1	1.872.324,5	568.473,7	4.502.216,4
Preservação do Meio Marinho	CN b)	258	79.987,0	1.951.657,7	3.443.086,1	0,0	5.394.743,8
	IH	8	375,0	4.312,0	13.420,0	0,0	17.732,0
	DGAM	67	909,0	36.750,0	36.307,0	0,0	73.057,0
Presença Naval	CN	570	7.379,0	670.589,0	349.385,0	0,0	1.019.974,0
Vigilância e Fiscalização dos Espaços Marítimos	CN b)	258	79.987,0	1.951.657,7	3.443.086,1	0,0	5.394.743,8
Investigação Científica no Mar	CN	80	352,0	9.626,0	48.643,2	0,0	58.269,2
	EN & CINAV	4	N/A	N/A	N/A	160.122,0	160.122,0
	IH	65	57.533,0	835.980,0	93.956,0	189.360,0	1.119.296,0
Busca e Salvamento	CN b)	258	79.987,0	1.951.657,7	3.443.086,1	0,0	5.394.743,8
	IH	3	35,0	503,0	0,0	0,0	503,0
TOTAL		4275	409.115,0	53.852.086,3	24.560.901,4	3.705.074,3	82.118.061,9

a) Inclui Vencimentos, emolumentos e encargos Entidade Patronal.

b) Por impossibilidade de discriminação, o valor apresentado é partilhado pelas diferentes áreas de missão do CN representando o valor total da despesa.

EXÉRCITO

O Exército presta anualmente apoio a diversas entidades civis, tarefas às quais dedica especial empenho e que são objeto do reconhecimento público. Este Ramo tem procurado dar resposta a inúmeras solicitações que não se esgotam apenas no âmbito das chamadas Missões de Interesse Público. Dessa forma, e no intuito de estreitar o contacto com a população e sensibilizar a comunidade civil para a instituição militar, as unidades têm acolhido ao longo do ano visitas de várias escolas e outras entidades, tendo igualmente sido realizadas exposições e outros eventos de natureza cultural e desportiva.

A exemplo do sucedido em anos anteriores, a ação do Exército pode ser enquadrada em três áreas fundamentais, designadamente, Colaboração com as Autoridades Civis, Apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil e Ações de Defesa do Meio Ambiente.

2.2 – EXÉRCITO

Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Recursos Humanos	Horas de missão	Despesa			TOTAL
				Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Desmatação e terraplanagem de um terreno envolvente ao campo de treino do Clube Desportivo Feirense	RE 3	6	988,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Regularização de taludes/ retificação e nivelamento da plataforma superior e áreas circundantes. Retificação de cotas	RE 3	5	652,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Limpeza de curso de água	RE 1	4	1.692,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Remoção e espalhamento de areias	RE 1	4	200,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Regularização de área balnear	RE 3	3	858,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Desmatação de 6900 m2 de terreno	RE 3	3	66,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Movimentação e regularização de areal	RE 1	4	567,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Construção plataforma parque Industrial	RE1	11	10.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Patrulhamento e vigilância à Serra de Sintra	RE1	184	1.044,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Município de Monchique	RE1	44	1.044,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Município de Silves	RE1	44	1.044,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Município de Loulé	RE1	36	1.044,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Município de São Brás de Alportel	RE1	43	1.152,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Clube Desportivo Feirense; Desmatação e terraplanagem de um terreno envolvente ao campo de treino do Clube Desportivo Feirense	RE3	6	182,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CM Espinho- Reforço de areia na praia de Espinho	RE3	4	76,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CM Constância- Apoio a rotura de ramal de esgotos	RE1	5	27,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CM Arruda dos Vinhos- Limpeza de margens de ribeiras	RE1	3	469,0	0,0	15.076,7	0,0	15.076,7
Sport Club do Porto- Abertura de fundação para apoio de grua	RE3	4	367,0	0,0	0,0	0,0	0,0

CM Vila Nova da Barquinha- Apoio à Federação Portuguesa de Motonáutica - Rio Tejo - Tancos	RE1	3	109,0	0,0	310,0	0,0	310,0
CM Vila Nova da Barquinha- Construção de dreno no cemitério das Limeiras	RE1	5	116,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cruzeiro Religioso Tejo Fratel- Apoio de grua no cruzeiro religioso do Tejo	RE1	3	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CM Espinho- Regularização de área balnear	RE3	3	176,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CM de Mira- Movimentação/regularização de areias	RE3	4	123,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CM de Vagos- Limpeza de cursos de água	RE3	4	470,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Unidade de Intervenção/GNR/Pontinha- Regularização de uma plataforma	RE1	5	37,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CM de Pedrogão Grande- Execução de plataforma	RE3	10	2.141,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CM de Odivelas- Limpeza de margens de ribeiras	RE1	4	299,0	0,0	14.031,1	0,0	14.031,1
CM Castanheira de Pera- Manutenção da rede viária florestal	RE1	5	788,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CM Silves- Beneficiação de caminhos agrícolas	RE1	4	1.609,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CM Castro Marim- Reparação de troços de estradas comarcárias	RE1	5	309,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CM Monchique- Reparação de troços de estradas comarcárias	RE1	6	1.345,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CM Lagoa	RE1	9	0,0	0,0	5.551,2	0,0	5.551,2
CM Lagos- Ponte Treadway com 15,20m	RE1	7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CM Figueira da Foz- Ponte em Montemor-o-Velho	RE1	29	0,0	0,0	22.013,7	0,0	22.013,7
	RE1	22	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CM Tabuaço- Reconhecimento para montagem de ponte em Tabuaço	RE1	3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CM Silves- Reconhecimento para montagem de ponte em Tabuaço	RE1	4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Associação Recreativa e Cultural de Santa Cita- Reconhecimento para montagem de passadiço	RE1	4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Associação Recreativa e Cultural de Santa Cita - Falcões BTT	RE1	15	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Federação de Triatlo de Portugal- Reconhecimento para montagem de plataforma flutuante no Parque Nações	RE1	4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Federação de Triatlo de Portugal- Reconhecimento para montagem de plataforma da ponte Ribbon	RE1	3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Federação de Triatlo de Portugal- Montagem de plataforma da ponte Ribbon	RE1	8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transporte/Alojamento	RG3	68	6,0	0,0	8.689,8	0,0	8.689,8
	RG3	69	6,0	0,0	4.862,0	0,0	4.862,0
TOTAL		719	29.009,0	0,0	70.534,6	0,0	70.534,6

FORÇA AÉREA

Do conjunto das várias atividades desenvolvidas pela Força Aérea, em 2016, continua a ser significativo o esforço que tem sido dedicado às ações realizadas no âmbito das Missões de Interesse Público.

A diversidade de atividades desenvolvidas em colaboração com as autoridades e organismos civis, quer através do emprego de meios em missões de Busca e Salvamento, evacuação sanitária, transporte de órgãos, controlo de poluição, controlo aduaneiro e de fiscalização, quer através do apoio a atividades de cariz recreativo, cultural e logístico, refletem a importância e o peso desta vertente na atividade da Força Aérea, permitindo uma interação constante de interesse nacional entre a comunidade civil e a instituição militar.

Do total de 16.864:20 horas de voo (H/V) realizadas em 2016, 6.856:05 H/V foram voadas em missões operacionais entre as quais, 1.630.30 HV em benefício de Missões de Interesse Público, repartidas por diversas áreas de atividade.

Em matéria de autoridades civis, foram apoiadas as seguintes entidades e organismos: Presidência da República (08 missões, 07:05 H/V), Ministério dos Negócios Estrangeiros (5 missões, 13:15 H/V), Ministério da Justiça (01 missão, 1:20 H/V), Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (4 missões, 1:40 H/V), Ministério dos Negócios Estrangeiros/Comunidades Portuguesas e do Protocolo de Estado (101 missões, 171:55 H/V); Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (02 missões, 02:10 H/V); Governo Regional dos Açores (206 missões, 371:25 H/V) e Governo Regional da Madeira (229 missões, 144:50 H/V).

Foram ainda executadas missões para os seguintes organismos: Autoridade Nacional de Proteção Civil (18 missões, 36:50 H/V); Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores (03 missões, 05:50 H/V), Serviço Regional de Proteção Civil da Madeira (01 missão, 02:00 H/V), Banco de Portugal, no transporte de valores (06 missões, 11:10 H/V); Armadores de Navios e Seguradoras - Evacuações Médicas de Tripulantes de Navios - (33 missões, 122:45 H/V) e efetuado o transporte de 28 doentes.

No âmbito das missões de Transporte e Evacuação Sanitária, foi elevado o número de ações realizadas, num total de 507 missões, que corresponderam ao transporte de 596 doentes e o dispêndio de 792:05 H/V; no Transporte de Órgãos para transplante, efetuaram-se 30 missões e 68:05 H/V.

Em apoio do Governo Regional dos Açores, foi efetuado o transporte de 239 doentes e para o Governo Regional da Madeira, 294 doentes.

No que se refere às missões de Fiscalização no Âmbito das Pescas (SIFICAP), foram gastas 289:00 H/V, num total de 55 missões, distribuídas pelo Continente, Açores e Madeira (Continente: 148:50 H/V, 33 missões; Açores: 110:15 H/V, 18 missões e Madeira: 29:55 H/V, 04 missões). Refira-se ainda que a área coberta nestas ações de fiscalização totalizou cerca de 4.092.030 milhas náuticas, permitindo detetar 256 alvos.

No cumprimento das responsabilidades nacionais no âmbito da prestação do Serviço de Busca e Salvamento nas vastas áreas das Regiões de Informação de Voo de Lisboa e da Região de Informação de Voo Oceânica de Santa Maria, foram empenhadas, permanentemente, ao longo do ano de 2016, as aeronaves P 3P/C, C 130, EH 101, SA-330, C-295 e AL III, a partir de Bases no Continente, nos Açores (Lajes) e na Madeira (Porto Santo).

Os alertas foram ativados para 52 missões pelo Centro Coordenador de Busca e Salvamento de Lisboa, num total de 158:25 H/V, distribuídas da seguinte forma: 37 missões e 102:50 H/V ativadas a pedido do MRCC e 15 missões e 55:35 H/V ativadas pelo RCC. Quanto ao Centro Coordenador de Busca e Salvamento da Região Oceânica de Santa Maria foram ativadas um total de 20 missões correspondentes a 77:45 H/V.

No que respeita à divulgação do património histórico da Força Aérea junto da população, são de referir as diversas exposições temporárias e itinerantes, as 114 Cerimónias Militares e os 45 Concertos da Banda de Música da Força Aérea, bem como a exposição estática de aeronaves no Museu do Ar, tendo este órgão de natureza cultural acolhido cerca de 52.251 visitantes (incluem-se as visitas aos Polos de Ovar e Sintra).

A divulgação, comunicação e informação sobre atividades e eventos militares, culturais, pedagógicos e científicos constituem importantes vias para a construção e manutenção de uma sólida e favorável imagem institucional, uma vez que permitem dar a conhecer a Força Aérea junto da sociedade civil.

No domínio da Internet, consolidou-se o uso das redes sociais Facebook e Twitter, desenvolvendo-se simultaneamente a aposta em outras ferramentas sociais. Atualmente, a Força Aérea está presente nas redes Facebook, Twitter, YouTube, Instagram e Flickr. A utilização de todas estas ferramentas tem como objetivo fortalecer a imagem da Força Aérea num espaço comunicacional caracterizado pela instantaneidade, partilha e interação.

Ainda que a contínua evolução das novas tecnologias de informação e a crescente adesão dos cidadãos ao mundo online se venha afirmando como um grande atrativo para público e organizações, a Força Aérea não se tem limitado à utilização dos canais assentes na Web. Nesse sentido, adotaram-se várias políticas de comunicação com o intuito de mostrar ao público a missão, nomeadamente sob a forma de eventos como: o Dia de Base Aberta, relações com a comunidade civil e militar e com os media tradicionais, entrevistas e reportagens, realização de exposições, cerimónias militares, concertos musicais, exposições, encontros culturais, apresentações, produção de filmes e fotografia, publicação de livros e revistas de índole aeronáutico, histórico e patrimonial, palestras, bem como colóquios e seminários sobre temas relacionados com a Força Aérea.

A Força Aérea esteve ainda representada em eventos de grande relevo como as comemorações do Dia de Portugal em Lisboa, as comemorações dos 100 anos da Aviação Militar em Lisboa e na Azambuja, as comemorações do Dia do Combatente e da Batalha de La Lys, na Batalha e a feira Qualifica relacionada com a formação e emprego.

Importa, por fim, realçar o papel da revista aeronáutica “Mais Alto”, que se continuou a afirmar como publicação de referência.

2.3 – FORÇA AÉREA

Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Recursos Humanos	Horas de Voo	Despesa			TOTAL
				Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Entidades Cíveis	ESQ. 501	36	11,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Busca e Salvamento	ESQ. 502	128	116,4	0,0	0,0	0,0	0,0
	ESQ. 552	6	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
	ESQ. 601	63	70,3	0,0	0,0	0,0	0,0
	ESQ. 751	220	110,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Evacuação a Navios	ESQ. 751	215	122,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Evacuação Sanitária	ESQ. 502	1.244	301,2	0,0	0,0	0,0	0,0
	ESQ. 504	96	134,3	0,0	0,0	0,0	0,0
	ESQ. 751	655	233,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Transporte de Órgãos	ESQ. 502	24	10,5	0,0	0,0	0,0	0,0
	ESQ. 504	72	57,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Fiscalização SIFICAP	ESQ. 502	616	777,1	0,0	0,0	0,0	0,0
	ESQ. 601	385	295,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio a Outras Entidades	ESQ. 501	66	15,6	0,0	0,0	0,0	0,0
	ESQ. 502	1.064	530,5	0,0	0,0	0,0	0,0
	ESQ. 504	186	144,4	0,0	0,0	0,0	0,0
	ESQ. 751	305	67,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Combate a Incêndios	ESQ. 501	12	8,6	0,0	0,0	0,0	0,0
	ESQ. 502	28	36,5	0,0	0,0	0,0	0,0
	ESQ. 751	5	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL		5426	3.044,6	0,0	0,0	0,0	0,0

Nota: Em relação às despesas com Pessoal, Manutenção e Operação e Investimento, os dados são não disponíveis.

Capítulo

3

NOTA EXPLICATIVA

Em cumprimento do constitucionalmente estabelecido “Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte”.

Neste contexto, desde finais de 1993, Portugal, tem vindo a participar em Missões Humanitárias e de Paz (MHP) com Forças Nacionais Destacadas (FND) em diversos teatros de operações (TO) ou com militares em outras missões no exterior, e a contribuir com forças e meios para: as NATO *Graduated Forces* (NGF) (*Immediate Reaction Force* (IRF) da NATO *Response Force* (NRF) e para as *Standing NATO Maritime Group 1 e 2* (SNMG 1 e 2), bem como para a EU *Battle Groups* (EUBG) e EUROFORÇAS (EUROFOR ou EUROMARFOR), os quais, por razões de simplificação, quando empregues, se consideram abrangidas no conceito de FND.

De um modo geral, as Forças Armadas Portuguesas têm participado em operações humanitárias, de apoio à paz e outras, que decorrem de Resoluções do Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), sob a responsabilidade dessa organização, da OTAN, da UE, integradas em coligações e outras dirigidas para a prossecução dos interesses estratégicos e particulares de Portugal.

A atuação do EMGFA orienta-se de modo a validar, com a participação e colaboração dos Ramos, a adequabilidade, a aceitabilidade e a exequibilidade das forças e meios nacionais, que possam satisfazer às condições de emprego e outros requisitos estabelecidos pelas organizações internacionais, em termos de capacidades próprias, composição da força e custos relacionados com o seu levantamento, preparação, aprontamento e sustentação.

Compete ao EMGFA propor a participação nacional, especificando os requisitos operacionais que as forças e meios podem satisfazer, as eventuais limitações ao seu emprego e a sua composição, organização e custos associados, em função dos diversos cenários de participação definidos pelo Governo para o desenvolvimento da sua política externa.

3.1 – CONTRIBUIÇÃO NACIONAL PARA OPERAÇÕES E FORÇAS DE ELEVADA PRONTIDÃO

3.1.1 - Operações da ONU em que Portugal participa

Portugal, como membro das Nações Unidas (NU), tem satisfeito os compromissos internacionais assumidos no âmbito militar, participando em missões de carácter humanitário e de apoio à paz, designadamente:

3.1.1.1 - Afeganistão (*United Nations Assistance Mission in Afghanistan*) (UNAMA)

A missão das NU no Afeganistão, com a designação de UNAMA, foi aprovada pelo Conselho de Segurança das NU (CS/NU) e resultou da necessidade de viabilizar a consolidação do processo de reconstrução e de restabelecimento de um ambiente de segurança, num quadro de instabilidade e violência existentes. Portugal participa com 1 oficial nas funções de *Military Advisor* (MilAd) para a UNAMA, destacado na *Military Advisory Unit* (MAU).

3.1.1.2 - Mali (United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali) (MINUSMA)

Em 25 de abril, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 2100/2013, que define o mandato de uma nova operação de apoio à paz das Nações Unidas (ONU) no Mali, a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização no Mali - MINUSMA.

A MINUSMA tem como objetivo apoiar o processo político e a segurança em centros populacionais e linhas de comunicações, a proteção de civis, monitorização dos direitos humanos, criação de condições para o retorno dos refugiados, consolidação da autoridade do estado e a preparação de eleições livres.

O Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), reunido em 30 de julho de 2014, deu parecer favorável, à participação nacional na MINUSMA, por um período de 3 meses entre 1 de setembro e 30 de novembro de 2014.

Portugal participou na MINUSMA, em 2014, com 1 aeronave C-130, tripulação e pessoal de apoio, num total de 47 militares e adicionalmente com dois militares no Estado-Maior da MINUSMA, estes por um período de seis meses até fevereiro do ano seguinte.

Em apoio da MINUSMA, em 2014, foram transportados 1568 passageiros e cerca de 216 toneladas de carga diversa em 234H09 de voo.

Em outubro de 2014, o secretariado ONU solicitou a Portugal a extensão da missão que, por questões de índole operacional e orçamental, apenas se poderia materializar no início de 2015. Assim, foi sancionada favoravelmente pelo CSDN em 16 de dezembro de 2014, a condução de uma nova missão, por um período inicial de 4 meses, em moldes semelhantes aos da missão anterior, a realizar no início de 2015.

Para o ano de 2016 a participação nacional foi efetuada através de uma aeronave C-130, por um período inicial de 4 meses a partir de 01 novembro de 2016 (cerca de 80 HV/mês), podendo ser estendida com um C-130 ou por um C-295, até 6 meses, e respetivas tripulações e pessoal de apoio até 47 militares, com base em verbas resultantes do ressarcimento das Nações Unidas, e ainda, com dois militares no Estado-Maior da MINUSMA, por um período mínimo de seis meses.

3.1.2 - Operações da NATO em que Portugal participa

3.1.2.1 - International Security Assistance Force (ISAF)

Na sequência do processo de transição¹, surgiu o conceito operacional de Assistência de Segurança de Forças (SFA2) no Afeganistão (AFG), destinado a apoiar as *Afghan National Army* (ANA) e *Afghan National Police* (ANP) à medida que as forças da ISAF forem reduzindo. Salienta-se, nesta fase do processo de transição e no âmbito do conceito de SFA, a importância do preenchimento pelas nações *das Advisors Teams* (AT) (em substituição das OMLTs³) de modo a apoiar as ANSF, pré-requisito para a transferência de responsabilidades de segurança até final de 2014. Nessa medida, tornou-se necessário proceder a algumas alterações na constituição do Contingente Nacional, refletindo a versão implementada da CJSOR⁴, dentro do teto de efetivos estabelecido e de modo a potenciar o contributo nacional para a ISAF.

¹O processo de transição foi dividido em 5 fases, dependentes da situação de segurança e das capacidades das ANSF. Neste momento já se concluiu a fase 3, o que significa que 75% da população do Afeganistão vive em território cuja segurança é primariamente garantida pelas ANSF. Aguarda-se que o Presidente Hamid Karzai anuncie o início da fase 4.

²SFA – *Security Forces Assistance*.

³OMLT – *Operational Mentor and Liaison Teams*.

⁴CJSOR – *Combined Joint Statement of Requirements*.

Em sessão do CSDN, de 15 de março de 2012, foi dado parecer favorável a uma proposta do Governo relativa a novas contribuições para 2012, elevando-se o efetivo máximo autorizado para 235 militares, posteriormente determinada através de Portaria ⁵, refletindo o novo dispositivo. Este, além de prever o nosso empenhamento na segurança do Aeroporto Internacional de Kabul (KAIA), alterou a tipologia de apoio às Forças Armadas e Polícia Afegãs com o fim das OMLT e a implantação de uma componente muito forte de mentoria e formação a militares (através das MAT⁶ e PeH SAT⁷), polícia (através da ANPTC Wardak⁸) e civis afegãos (através do KAIA TP⁹), componente esta que certamente deixará contributo efetivo para o futuro do Afeganistão.

Mais recentemente, em resultado da reunião ordinária do Conselho em 2013 foi emitida uma Nota Informativa divulgando a manutenção, de uma maneira geral, dos destacamentos das nossas Forças, com algumas adaptações, em particular no Afeganistão com a redução de efetivos naquele Teatro de Operações, reflexo da preparação do final de missão da Força Internacional de Segurança e Assistência, prevista para o final de 2014.

Nesta conformidade, o efetivo presente no 7º Contingente Nacional ISAF em 31DEC13 era de 123 militares, distribuídos pelas diferentes mentorias e formação (MAT, PeH SAT e KAIA TP), Unidade de Apoio e Proteção da Força, Célula de Informações Militares e ainda cargos isolados em QG (ISAF HQ, ISAF IJC, ISAF SOF, NSOCC), efetivo este que sofreu pequenas flutuações em função das necessidades manifestadas pela missão e em consonância com as solicitações efetuadas pela estrutura de comando NATO.

A este, sucedeu o 8º CN/ISAF, com apenas 56 militares e menos capacidades, já preparando a transição programada da ISAF para a Resolute Support Mission – RSM – a iniciar-se em 01JAN15. A data oficial de fim de missão deste (último) Contingente é 12NOV14, tendo, contudo, havido militares a regressar em data posterior e que, inclusivamente, fizeram a ligação com o início da RSM.

Portugal continuou a sua participação na RSM com um efetivo de até dez (10) militares, em funções de Estado-Maior no QG das Forças Aliadas.

3.1.2.2 - Kosovo Force (KFOR)

Em 01MAR11 a KFOR transitou para o “Gate 2” da *Deterrent Presence*. Em 7 de abril de 2014 (FOC), o 1º Batalhão de Infantaria Mecanizada da Brigada Mecanizada, com um efetivo de 182 militares, ficou sediado no complexo de “Camp *Slim Lines*”, perto de Pristina, e constitui, com uma Companhia Húngara, a Reserva Tática do Comandante da KFOR (*KFOR Tactical Reserve Maneuver Battalion – KTM*).

A KTM contava com um efetivo de 311 militares, dos quais 182 nacionais.

Em 6 de junho de 2014 ocorreu a retração deste TO dos 5 militares que constituíam a Célula de Informações Militares (CIM) desde outubro de 2012 e que estavam localizados junto do QG da KFOR em Campo FilmCity.

⁵ Portaria nº 187/2012 do Ministro da Defesa Nacional, de 11 de Abril de 2012, publicada no Diário da República de 26 de Abril

⁶ MAT: *Military Advisor Team*

⁷ *Pohantoon-e-Hawayee* (Academia Aérea) Staff Advisor Team

⁸ *Afghan National Police Training Center em Wardak*

⁹ *KAIA Transition Plan*

Portugal contribuiu ainda com 4 militares colocados no QG do Comando da KFOR: 2 no Joint Effects Coordination (1 com funções de chefia, 1 como Environmental Officer e 1 como chefe da célula J4 Logística).

Em 4 de outubro de 2014 (FOC) o 1º Batalhão de Infantaria Paraquedista da Brigada de Reação Rápida, com um efetivo de 177 militares, substituiu na KTM o 1ºBIMec.

Em 2016, manteve-se a participação com uma Unidade Escalão Batalhão (UEB), com um efetivo de até cento e oitenta e seis (186) militares, para integrar a KTM da *Kosovo Force* e até cinco (5) militares em funções de Estado-Maior no Quartel-general (QG) da Força.

3.1.2.3 - Missão da NATO no Mediterrâneo (Operação Active Endeavour/Strait of Gibraltar)

A operação começou no dia 4 de outubro de 2011 como uma das oito respostas da NATO aos ataques de 11 de setembro de 2011. Os meios navais da Força Naval Permanente do Mediterrâneo (STANAVFORMED), que estavam a participar no exercício *Destined Glory 2001* na costa sul da Espanha, foram redirecionadas a fim de proporcionar uma presença imediata militar da NATO no Mediterrâneo Oriental.

A “Operação Active Endeavour” (OAE) é uma operação marítima da NATO que opera no Mediterrâneo e foi projetada para impedir a circulação de terroristas e armas de destruição em massa, pressupondo ainda benefícios para a segurança do transporte marítimo em geral com o objetivo de dissuadir, defender e proteger contra actividades terroristas. Foi uma das primeiras ações militares tomadas pela NATO em resposta a uma invocação do artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, que prevê a defesa coletiva. Trata-se da primeira operação jamais realizada pela Aliança na aplicação direta dessa cláusula de defesa. A OAE foi comandada pelo “NATO Maritime Component Commander- Naples”, em Itália e atualmente, devido ao processo de transformação em curso na NATO, é comandada pelo “Maritime Command Northwood”, - Reino Unido.

Portugal iniciou a sua participação na OAE em novembro de 2001, através de unidades navais, primeiro no Mediterrâneo Oriental e posteriormente estendida ao Estreito de Gibraltar.

A participação nacional tem decorrido no âmbito do seu empenhamento nas forças navais permanentes da NATO, primeiro na STANAVFORLANT e, desde 2005, através da SNMG1. A partir de março de 2005 a participação nacional passou essencialmente a concretizar-se através do emprego de uma aeronave P3 Orion da Força Aérea, com quatro saídas/mês até ao final de 2007, tendo esta participação sido reduzida para 2 saídas / mês em janeiro de 2008 e em janeiro de 2012 foi ainda mais reduzida para 1 saída/mês. A participação nacional tem vindo a ser efetuada também de forma pontual através de empenhamentos nacionais nas SNMG.

No ano de 2014 no âmbito desta Operação, a Força Aérea efetuou uma missão mensal realizando-se um total de 90H35 de voo da aeronave P-3C C. A Marinha participou na operação ACTIVE ENDEAVOUR com o submarino NRP *Tridente*, no Mar Mediterrâneo, atribuído a esta operação entre 30 de setembro e 9 de outubro.

Em 2015 e 2016, a Força Aérea participou com uma (1) aeronave P3-C da Força Aérea, operando a partir de Portugal, com a execução de um voo mensal, com duração máxima de 8 horas, e uma tripulação que não ultrapassou os quinze (15) militares.

3.1.2.4 - Missão da NATO na área do Corno de África (HoA - Operação Ocean Shield)

A *Operation Ocean Shield* (OOS) sucedeu à *Operation Allied Protector* (OAP) retendo as lições identificadas e aprendidas e é, desde 17 de agosto de 2009, a face visível da contribuição da NATO no esforço internacional da luta contra a pirataria na área do Corno de África (HoA).

Assim, reconhecendo a importância estratégica do HoA para o hemisfério ocidental bem como para a região, a Aliança continua a contribuir para o esforço da comunidade internacional no combate à pirataria. Convergentes com este entendimento e conscientes do valor acrescentado da presença das forças da NATO na região, a União Europeia e as *Coalition Maritime Forces* (CMF) já terão divulgado que, se eventualmente a NATO retirar do teatro de operações, o esforço internacional será afetado significativamente. Neste sentido, o Conselho do Atlântico Norte (NAC), estendeu o mandato da OOS de até final de 2014.

Os esforços da NATO no combate à pirataria têm sido prejudicados pela inexistência de um edifício jurídico robusto e aplicável, com vista à perseguição, detenção e transferência de indivíduos suspeitos de praticarem atos de pirataria. Acredita-se, ainda, que este problema, não inibindo a NATO de continuar a OOS, tem vindo a prejudicar a capacidade de gerar meios operacionais para emprego no teatro de operações.

A NATO tem vindo a operar na área de operações da costa da Somália através da contribuição do SNMG 1 e 2, em cooperação com outras organizações (União Europeia, *Combined Task Force 151* (CTF-151) e outros países Non-NATO) no combate à pirataria.

Em 2012, Portugal, preencheu (até ao final de maio) o cargo de Chefe do Estado-Maior no *Force Headquarters Afloat* da SNMG1.

Em 2013, Portugal, preencheu desde 21 de janeiro o cargo de *Staff Above Water and Electronic Warfare Officer* no *Force Headquarters Afloat* da SNMG1.

Em 2014, Portugal participou nesta operação com um oficial embarcado no *Staff* da TF 508.

3.1.2.5 - Missão de Policiamento Aéreo da NATO

O Sistema Integrado de Defesa Aérea da NATO, em tempo de paz, assenta no empenhamento das capacidades de defesa aérea de cada Estado membro no policiamento do respetivo espaço aéreo.

A entrada dos bálticos (Estónia, Letónia e Lituânia) e da Eslovénia para a NATO em março de 2004, implicou a necessidade de lhes garantir uma defesa coletiva similar à dos outros Estados membros. Nesse sentido, a fim de suprir as respetivas lacunas no âmbito do Policiamento Aéreo, foi elaborado pelo SACEUR em 25 de fevereiro de 2004, um *Concept of Operations for an Interim Air Policing Solution* que irá manter-se até, pelo menos, 2018.

O Comité Militar da NATO (MC) e o Conselho do Atlântico Norte (NAC) aprovaram o referido conceito e selecionaram, entre outras, a opção de destacamento de meios aéreos em QRA(I) (*Quick Reaction Alert Interceptor*), para a Base Aérea de Siauliai, na Lituânia, em regime de rotatividade entre os membros da NATO contribuintes.

Em 25 de abril de 2014, foi implementada a SACEUR *Strategic Directive for the Implementation of Immediate Assurance Measures* que visa preencher e reforçar, entre outras, as capacidades de policiamento Aéreo, em consequência do agravamento da crise da Ucrânia.

O Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), reunido em 24 de março de 2014, deu parecer favorável à proposta do Governo sobre o empenhamento de Destacamentos das Forças Armadas em missões militares no exterior do Território Nacional, em 2014, nas quais se inclui a missão de Policiamento Aéreo do Espaço Aéreo Báltico.

Nessa conformidade, a participação nacional no Policiamento Aéreo do Báltico ocorreu de 1 de setembro a 31 de dezembro de 2014 (Bloco 36).

O contingente nacional constou de 12 elementos de operações (incluindo 8 pilotos-aviadores), uma equipa CRC com 4 elementos e uma equipa de apoio com 54 elementos, perfazendo um total de 70 militares. Os meios destacados incluíram 6 aeronaves F-16.

De 03 de maio a 31 de agosto de 2016, Portugal participou como *Lead Nation* com quatro aeronaves F-16M e até 90 militares (Bloco 41), a operar a partir da Base Aérea de Siauliai, na Lituânia.

3.1.2.6 - Immediate Assurance Measures

Na sequência da avaliação estratégica efetuada pela NATO sobre os acontecimentos na Ucrânia, e do seu impacto na segurança da Aliança e na estabilidade regional, o NAC (*North Atlantic Council*) atribuiu às NMA (NATO Military Authorities) a tarefa de desenvolver um programa coerente, sustentável e visível, de medidas de tranquilização (*assurance measures*) e de garantia de segurança aos Aliados. O seu objectivo foi o de demonstrar a coesão da OTAN, e o seu compromisso com a dissuasão e a defesa colectiva, face a qualquer ameaça de agressão à Aliança.

Na reunião de Ministros de Defesa da OTAN, de 3 e 4 de junho de 2014 em Bruxelas, em resultado do debate sobre as implicações estratégicas das ações da Rússia na Ucrânia, os Ministros da Defesa acordaram então no desenvolvimento de um Plano de Ação de Prontidão que abordasse as medidas necessárias para responder aos desafios colocados por aquelas ações, quer na ótica de tranquilização dos Aliados mais expostos, quer na da adaptação da Aliança, com vista ao reforço da sua capacidade de resposta.

Este plano, desenvolvido em paralelo com a implementação das medidas imediatas de tranquilização atrás referidas e designado por Readiness Action Plan (RAP), foi então endossado aos Chefes de Estado e de Governo que o aprovaram durante a Cimeira da OTAN que se realizou em Cardiff, País de Gales, em 4 e 5 de setembro de 2014.

No âmbito do Plano de Ação de Prontidão, as medidas de tranquilização (*assurance measures*) constituem-se como a componente que providencia o indispensável sustentáculo para uma assertiva e credível dissuasão.

Estas medidas de tranquilização incluem uma contínua presença aérea, terrestre e marítima, e uma significativa atividade militar, ambas numa base rotativa, no flanco leste da área de responsabilidade da Aliança.

A participação de Portugal nestas medidas, foi objeto de parecer favorável no Conselho Superior de Defesa nacional (CSDN) realizado em 30 de julho de 2014, e concretizou-se com a contribuição com uma aeronave de patrulhamento marítimo P-3C, com respetiva tripulação e pessoal de apoio, num total de 29 militares, no período de 1 a 30 de novembro de 2014, operando na Região do Mar Báltico, a partir da Base Aérea de Siauliai na Lituânia e tendo realizado um total de 62H15 de voo.

Participou com um Esquadrão de Reconhecimento na Lituânia, composto por 140 militares, durante 4 meses, de abril a agosto de 2015.

Em 2016, o contributo nacional foi constituído por um submarino (SSG) em operação nos Bálticos durante 60 dias (15 de maio a 14 de julho) e uma Bateria de Artilharia de Campanha até cento e vinte (120) militares, por um período até 4 meses (julho a outubro), no centro/leste da Europa (Lituânia).

3.1.3 - Forças em elevada prontidão no âmbito da NATO para as quais Portugal contribui com Forças e meios

3.1.3.1 - NATO Response Force (NRF) / Immediate Response Force (IRF)

A NRF/IRF é uma força de reação imediata, conjunta e combinada, com um efetivo aproximado de 13.000 militares, com uma prontidão entre 5 e 30 dias, capacidade de sustentação no mínimo para 30 dias e preparada para intervir como *Initial Entry Force* em operações de Resposta a Crises ou ao abrigo do artigo 5º.

No ano de 2014, Portugal integrou a estrutura da NRF na componente IRF com as seguintes capacidades:

NRF 2014 - STANDBY DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014	
Designação	Caracterização
FFGH	Fragata com um efetivo de 200 militares, em standby apenas no 1º semestre de 2014
1 Esquadrão de Reconhecimento	Efetivo de 140 militares
6 F16 MLU	Efetivo 140 militares

No ano de 2016, as forças e unidades na eNRF cumpriram um período de *National Preparation Phase* e *NRF Preparation Phase*, ao qual se seguiu um período em *standby* de 12 meses com uma prontidão entre 5 a 30 dias. Portugal integra a estrutura da eNRF, na componente VJTF e IFFG, com as seguintes forças:

NRF 2016 - STANDBY DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016	
Designação	Caracterização
FFGH	Fragata com um efetivo de 200 militares, em standby apenas no 1º semestre de 2016 (VJTF).
FFGH	Fragata com um efetivo de 210 militares, 4 meses, no 2º semestre de 2016 (SNMG1).
1 Batalhão de Infantaria Mecanizada	Efetivo de 600 militares em standby (VJTF).

1 Bateria de Artilharia Ligeira	Efetivo de cerca de 120 militares em stand down (IFFG).
6 F16 MLU	Efetivo até 140 militares em standby (VJTF).

No âmbito dos exercícios da componente terrestre da eNRF 2016, Portugal participou nos exercícios de prontidão com um batalhão na fase ALERTEX e com células de resposta nas fases e exercícios seguintes.

Efetuar o aprontamento e certificação às unidades a atribuir à NRF17, nomeadamente:

- Uma (1) fragata, em exercício de certificação internacional durante 48 dias (06 de abril a 22 de maio);
- Quatro (4) aeronaves F-16, em exercício de certificação internacional durante duas semanas, no mês de outubro.

3.1.3.2 - Standing NATO Maritime Group 1/2 (SNMG1/2)

As SNMG1/2 são forças navais permanentes da NATO, aptas a desempenhar ações de presença naval, assim como outras atividades típicas de tempo de paz, no âmbito das MSO, constituindo um dos elementos permanentes da NRF.

Em 2012, Portugal, preencheu (até ao final de maio) o cargo de Chefe do Estado-Maior no *Force Headquarters Afloat* da SNMG1.

Ainda no ano de 2012, o NRP Arpão (SSG) integrou a SNMG2 no período de 4 de setembro a 27 de outubro tendo participado, durante esse período, na Operação *Active Endeavour* (OAE).

Em 2013, Portugal, preencheu, desde 21 de janeiro, o cargo de *Staff Above Water and Electronic Warfare Officer* no *Force Headquarters Afloat* da SNMG1.

Ainda no ano de 2013, o NRP Tridente (SSG) integrou a SNMG2 no período de 9 a 21 de setembro tendo participado, durante esse período, na Operação *Active Endeavour* (OAE).

Em 2015, Portugal assumiu o comando da SMNG1, no período de 07 de julho a 20 de dezembro, com a nomeação de um oficial general embarcado no navio-chefe da força naval, o *NRP D. Francisco de Almeida*, incluindo o respetivo estado-maior nacional, representando um efetivo até 215 militares. Adicionalmente, a participação nacional contou ainda com um militar no staff do FHQ.

No 2.º semestre de 2016 (01 de agosto a 29 de novembro), contribuiu com uma fragata com destacamento de helicópteros e uma equipa de fuzileiros embarcados, num total de até duzentos e dez (210) militares.

3.1.4 - Operações da UE em que Portugal participa

Como membro da União Europeia, Portugal tem contribuído igualmente no âmbito dos compromissos militares assumidos por esta organização, nomeadamente através da participação em missões de caráter humanitário e de manutenção de paz.

3.1.4.1 – Somália – Missão da UE treino para a reforma do setor de segurança da Somália (EUTM Somália)

No sentido de viabilizar a consolidação do processo de restabelecimento de um ambiente de segurança e desenvolvimento, no caminho da paz e estabilidade na Somália, o Conselho da União Europeia, através

da decisão 2010/96/CFSP de 15 de fevereiro de 2010, em estreita cooperação e coordenação com a União Africana, aprovou o estabelecimento de uma missão “não-executiva” para contribuir para o treino das forças de Segurança da Somália, designada por UE *Training Mission* (EUTM) Somália, em curso no Uganda e em duas localizações distintas: Kampala, onde está sediado o Quartel-General da Missão e Bihanga *Training Centre* (BTC) onde se desenvolvem todas as ações de treino.

O 4º Intake do 2º Mandato teve início com a Operação *Crested Star III*, que decorreu de 1 a 6 julho 2012. A Operação foi liderada pelo US *Government Department of State* e envolveu o movimento de militares somalis entre o *JAZEERAH Camp* (Mogadíscio/Somália) e o *Training Center* (Bihanga/Uganda).

Em 26ago12, apresentaram-se no Teatro de Operações (TO) Uganda, 13 militares portugueses que constituíram a equipa de formação *Fighting in Build-up Areas* (FIBUA).

Em 03set12, a equipa portuguesa deu início à 2ª fase com a formação FIBUA aos soldados somalis.

Em 29out12, iniciou-se a Fase 3 de formação onde a equipa FIBUA centrou a sua actuação na monitorização da formação ministrada por militares Somalis que constituem a equipa de especialistas em FIBUA. Entre 17 e 18nov12 foi realizado o exercício “*VigilantLion*”, marcando o fim da Fase 3.

No dia 25 de novembro de 2012 foram retraídos do TO 11 elementos do módulo de FIBUA, ficando a equipa com 2 militares para darem apoio à fase de Coesão em BTC, continuando a manter ainda um militar no desempenho da função de Chefe da Repartição de Informações (J2) do Quartel-General da Missão em Kampala.

Em 2013 e até 10 de março, Portugal continuou a contribuir para esta missão nos mesmos moldes anteriores.

Desde 11 de março, Portugal participou, numa 1ª fase com um efetivo de 5 militares. Continuou a garantir o J2 em Kampala e começou a contribuir com 4 militares para a equipa de instrução no Curso de Comandantes de Companhia *Coy Commanders Course* do 5º Intake, liderada por um militar espanhol.

Numa segunda fase, a partir de 03 de agosto de 2013 e até 5 de Dezembro 2014, altura em que retraiu, Portugal liderou a equipa de treino de Comandantes de Companhia do 6º Intake, contribuindo então com um efetivo de 5 militares para esta equipa que liderou.

Portugal continuou a garantir um militar na função de J2 em Kampala até ao dia 30 de dezembro, dia em que foi projetado para Mogadíscio (Mogadíscio *International Airport* – MIA) na Somália, dando início a uma nova fase nesta missão de treino em que o seu Quartel-General foi deslocalizado para o MIA e as missões de treino serão efetuadas no *Jazeera Training Camp* (JTC), em Mogadíscio.

Desde o início de 2013, Portugal, em parceria com a Espanha, tem sido responsável pela área de formação de Comandantes de Companhia a ministrar às Forças Somalis, o que em 2014 se materializou em 2 militares, que retraíram em 19DEC14.

Adicionalmente, nos meses de outubro a dezembro de 2014, Portugal foi a nação líder no mister do *Reintegration Course for SNA Cadets*, com a participação de 2 OF-2, retraindo, também a 19DEC14.

Ainda, desde 31 de maio de 2014, Portugal garante também o cargo de J4 – *Engineering and Infrastructure* (JEng).

Em 2015 e 2016 manteve a participação nos dois cargos do QG da missão (J2 e JEng) e até quatro formadores nas equipas de treino e formação.

3.1.4.2 – Corno de África, Costa da Somália e Oceano Índico - Missão Militar da EU na costa da Somália (Operation Atalanta EU Naval Force to the Somália (EUNAVFOR SOMÁLIA - OP ATALANTA)).

A União Europeia (UE), em apoio às Resoluções 1.814 (2008), 1.816 (2008) e 1.838 (2008) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, deu início a uma operação militar em 2008 na costa da Somália, com a designação Operação Atalanta, aprovada pela Resolução do Conselho da União Europeia 2008/851/CFSP de 10 de novembro de 2008.

A “Operação Atalanta” tem como objetivo, proteger o tráfego marítimo que atravessa o Golfo de Áden e a bacia da Somália, em particular os navios fretados pelas Nações Unidas no âmbito do *World Food Programme*, e ainda, prevenir e deter os atos de pirataria ou assaltos a navios nessa área.

Em 2012, Portugal voltou a empenhar um meio naval, por 2 meses.

Em 2013, Portugal voltou a estar empenhado nesta Missão, tendo participado com um Comando, respetivo Estado-Maior e uma unidade naval (NRP Álvares Cabral), por um período de 4 meses (6 de abril a 6 de agosto).

Em 2014, a participação nacional cingiu-se ao empenhamento sucessivo de três oficiais no staff do comando da Operação, a bordo do navio chefe da força naval, contando ainda desde novembro, pelo período de um ano com um Staff Officer no FHQ da operação.

Em 2015 e 2016 a participação portuguesa é materializada com dois (2) oficiais em funções de Estado-Maior, particularmente com um oficial no Force HQ (Navio-Chefe) e outro no Operational HQ (Northwood-Reino Unido).

3.1.4.3- EUROFORÇAS

Este Grupo de Cargos inclui os cargos na EUROMARFOR e na EUROFOR.

Na EUROMARFOR, resultante dos compromissos assumidos, Portugal tem um cargo atribuído, que é o Representante Nacional na Célula Permanente desta Força Marítima Europeia, com a particularidade da sede desta célula alternar, de 2 em 2 anos, entre os países que dela fazem parte (Portugal, Espanha, França e Itália), estando, atualmente, sediada em Rota (Espanha).

Na sequência da Declaração de Petersberg (1992), que foi assinada pelos ministros dos negócios estrangeiros da União Europeia (UE), as quatro nações demonstraram vontade de contribuir para o cumprimento das missões previstas naquela Declaração, e assim, em 15 de maio de 1995, em Lisboa, foi criada formalmente a EUROFORCE (que compreende a componente marítima, EUROMARFOR, e a componente terrestre EUROFOR).

A EUROMARFOR, criada em maio de 1995 pela França, Itália, Portugal e Espanha, pode ser empregue em vários tipos de missões como missões humanitárias e de salvamento, missões de manutenção da paz,

missões de combate em gestão de crises, incluindo de restabelecimento da paz. De 25 de maio a 24 de junho de 2016, Portugal participou com uma corveta e um destacamento de guerra de minas.

A EUFOR, com o Quartel-General em Florença (Itália), tem tido 16 militares portugueses a prestarem serviço nesse QG. Esta força foi desativada em 14 de Junho de 2012.

3.1.4.4 – Málí – Missão de treino da UE para a reforma do setor militar e de segurança do Mali (EUTM Mali)

Por carta datada de 24 de dezembro de 2012, o Presidente da República do Mali endereçou à Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança um convite no qual se congratulava com o destacamento de uma missão de formação militar da UE no Mali.

Tendo em conta a Decisão 2013/34/PESC do Conselho da União Europeia, de 17 de janeiro de 2013, promove uma missão militar da União Europeia que tem em vista contribuir para a formação das Forças Armadas do Mali (EUTM Mali).

A EUTM Mali foi então lançada em 18 de fevereiro de 2013 e cujo Mandato teria uma duração de prevista de 15 meses, com o objetivo de treinar e aconselhar as Forças Armadas do Mali (MAF), sob o controle das autoridades civis legítimas, a fim de contribuir para restaurar a sua capacidade militar com vista a permitir-lhes participar em operações de combate.

Para esta missão contribuem 27 Nações num total de 564 Militares entre o Quartel-general da Missão em Bamako e o Campo de Treino em Koulikoro, a 60 Km da capital.

Em 06 de fevereiro de 2013 o Conselho Superior de Defesa Nacional deu parecer favorável sobre o apoio militar nacional para esta missão de treino com um efetivo de 7 militares, nos termos definidos pela Portaria Nº 116/2013, de 20 de Fevereiro, publicada no Diário da República 2ª série, Nº43, de 1 de Março de 2013.

Neste âmbito a 25 de fevereiro de 2013 foi projetado um Oficial da Força Aérea para o cargo de Adjunto para as Comunicações (DJ6), no Quartel-general da Missão.

Em 12 de outubro de 2013, foram projetados mais 6 militares para o Campo de Treino de Koulikoro, para ministrar Instrução e Treino de Atiradores Especiais aos 2º e 3º Batalhões. A formação a estes 2 Batalhões terminou a 20 de março de 2014.

A EUTM Mali terminou o seu primeiro mandato em 17 de maio de 2014, iniciando-se então o segundo mandato de 24 meses até 18 de maio de 2016, aprovado pela Decisão n.º 2014/220/PESC, de 15 de abril de 2014.

Decorrente deste, foram projetados 9 militares:

- 1 militar no MHQ em Bamako, no cargo de J3 *Current Ops Specialist*, desde 28 de setembro de 2014;
- 4 militares no treino de equipas *Sniper*, no *Koulikoro Training Center* (Koulikoro) desde 19 de novembro de 2014;
- 4 militares no treino de *Forward Tactical Air Controller* (FTAC), igualmente no *Koulikoro Training Center* (Koulikoro) desde 19 de novembro de 2014.

Até ao final do ano de 2016 houve um acréscimo de 3 militares, perfazendo um efetivo de até doze militares nesta missão.

3.1.4.5 – República Centro Africa (RCA) – EUMAM – Missão de aconselhamento militar da União Europeia (EU) que sucedeu à força de manutenção de paz da EU (EUFOR) na RCA.

Esta missão foi estabelecida a 19 de janeiro de 2015, com um mandato inicial de doze meses, com início na data da *Full Operational Capability* (FOC) para, em estreita colaboração com a MINUSCA, apoiar as autoridades da República Centro Africana no desenvolvimento da reforma no setor da segurança, especialmente no que diz respeito à gestão das Forças Armadas Centro Africanas (FACA). Foi lançada pelo Conselho da EU em 16 de março de 2015, com uma equipa até 60 elementos, tendo atingido a FOC a 16 de julho de 2015. Portugal participou com um efetivo de 8 militares, por um período de 12 meses, com rotação ao fim de 6 meses.

A situação na RCA continuou a caracterizar-se por uma quebra do Estado de Direito com uma ausência quase total de administração e serviços do Estado fora da capital, Bangui. A atividade criminal e as ameaças persistiam pelo que, a pedido das autoridades da RCA, o Conselho Europeu aprovou o lançamento da European Union Training Mission RCA (EUTM-RCA), por um período inicial de dois anos, renováveis, a partir da data da FOC que foi atingida em setembro de 2016. Esta missão foi estabelecida com uma estrutura multinacional de 170 militares, organizada num Estado-Maior e em três pilares que materializam o conceito da sua atividade, comandada por um oficial-general oriundo do país que se constitua como *lead nation*. Portugal transitou para a EUTM RCA aumentando a sua participação com um efetivo até 11 militares.

3.1.4.6 – FRONTEX – Missão da Força Aérea Portuguesa de apoio ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) através da participação de uma aeronave C-295 e 18 militares.

A Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), é um organismo da União Europeia criado pelo Regulamento N°2007/2004 do Conselho Europeu de 26 de outubro de 2004, tendo em vista uma gestão integrada das fronteiras externas dos Estados-Membros. Ao Ministério da Administração Interna (MAI), através do SEF, cabe a missão, entre outras, de proceder ao controlo da circulação de pessoas, na qual se inclui a prevenção dos riscos da imigração ilegal. Assim, o SEF constitui-se a entidade para a coordenação no que respeita a operações da Agência FRONTEX, sendo, quando necessária, assessorado pela Força Aérea.

Nos últimos 2 anos a Força Aérea tem sido solicitada para cooperar em operações conjuntas da FRONTEX, com meios específicos de vigilância marítima.

Neste âmbito, e a coberto da DIROP N°21 do CEMGFA de 2013, a Força Aérea Portuguesa tem contribuído com uma Aeronave C-295 e 18 militares para a missão de Informações, Vigilância e Reconhecimento (ISR), com o objetivo de detetar, caracterizar e seguir os alvos de interesse e apoiar as unidades marítimas na interceção dos mesmos.

Durante o ano de 2013 a Força Aérea contribuiu para as Operações Conjuntas (JO):

- JO POSEIDON, de 01-31 de julho a partir de Kerkira, na Grécia, tendo efetuado 28 missões num total de 100 horas e detetados 2.490 contatos de superfície;
- JO HERMES, de 01-31 de agosto a partir de Trapani, na Sicília, tendo sido efetuadas 15 missões num total de 90 horas e detetados 2.151 contatos de superfície;
- JO INDALO, de 04 de setembro a 04 de outubro a partir de Málaga, no Sul de Espanha, tendo sido efetuadas 18 missões num total de 93 horas e detetados 2.449 contatos de superfície;
- JO HERMES EXTENSION, de 05-31 de outubro a partir de Sigonella, na Sicília, tendo sido efetuadas 18 missões num total de 89 horas e detetados 1.633 contatos de superfície.

Durante o ano de 2014 a Força Aérea contribuiu para as Operações Conjuntas (JO):

- - JO HERMES EXTENSION, de 06-31 de janeiro a partir de Sigonella, na Sicília, tendo efetuado 17 missões num total de 90 horas e detetados 2.140 contatos de superfície;
- - JO AENEAS, de 01-31 de maio a partir de Sigonella, na Sicília, tendo sido efetuadas 17 missões num total de 87H05 horas e detetados 2.227 contatos de superfície;
- - JO HERMES, de 02-30 de junho a partir de Sigonella, na Sicília, tendo sido efetuadas 15 missões num total de 87H55 horas e detetados 2.058 contatos de superfície;
- - JO INDALO, de 01-31 de julho a partir de Málaga, no Sul de Espanha, tendo sido efetuadas 23 missões num total de 90 horas e detetados 3.356 contatos de superfície.

Durante o ano de 2014 a Marinha participou na Operação TRITON através do Navio de Patrulha Oceânica NRP Viana do Castelo, com 61 militares, entre 1 de novembro e 6 de dezembro e na Operação INDALO, através do Navio de Patrulha Oceânica NRP Figueira da Foz, com 61 militares, entre 30 de julho e 1 de setembro.

Durante o ano de 2015 a Marinha participou na Operação TRITON através do Navio de Patrulha Oceânica NRP Viana do Castelo, com 61 militares, entre 29 de julho e 02 de setembro.

Durante o ano de 2016 a participação nacional na Operação TRITON teve o seguinte empenhamento:

- Um Patrulha Oceânica, NRP Figueira da Foz, entre 28 de outubro e 06 de dezembro;
- Uma Fragata (FFGH), NRP Vasco da Gama, entre 27 de novembro de 2016 e 30 de janeiro de 2017;
- Uma aeronave C-295 entre 01 de novembro e 30 de novembro de 2016.

3.1.4.7 – COLIGAÇÃO MULTINACIONAL INHERENT RESOLVE

Participação de uma equipa de formadores, constituída por 30 militares, inseridos numa *Building Partnership Capacity* espanhola, no sul do Iraque, a que acrescem 2 militares em QG da Coligação.

3.1.4.8 – QUADRO BILATERAL/MULTILATERAL

A Participação nacional em ações bilaterais e multilaterais no Golfo da Guiné em 2016 teve o seguinte empenhamento:

- De uma aeronave P-3C no período de 16 a 30 de março, com 60 HV;
- De uma fragata (FFGH), no período de 29 de fevereiro a 28 de abril;

- De um navio patrulha oceânico (NPO), durante o segundo semestre de 2016.

3.2 - TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES

Para tipificar a participação de Forças Armadas em operações em apoio da ação externa do Estado, foi adotada a Doutrina em vigor na NATO, a qual preconiza a seguinte partição:

3.2.1 Operações no âmbito do artigo 5º do Tratado da Aliança – Defesa Coletiva

3.2.2 Operações não artigo 5º - Operações de Resposta a Crises (CRO)

3.2.2.1 Operações de Apoio à Paz (PSO)

- (1) Manutenção de Paz (PK);
- (2) Imposição de Paz (PE);
- (3) Prevenção de Conflitos (CP);
- (4) Restabelecimento da Paz (PM);
- (5) Consolidação da Paz (PB);
- (6) Operações Humanitárias (HO).

3.2.2.2 Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises (CRO)

- (1) Apoio a operações humanitárias.
 - a. Assistência a deslocados e refugiados;
 - b. Operações humanitárias (fora do âmbito das PSO).

- (2) Assistência a desastres;

Apoio à população de Cabo-Verde

Na sequência da erupção do vulcão Pico do Fogo na ilha do Fogo, as Forças Armadas Portuguesas participaram desde 28 de novembro até 14 de dezembro nas operações de apoio à população de Cabo Verde.

As participações nacionais nas operações de apoio à população de Cabo-Verde consubstanciaram-se no emprego da Fragata Álvares Cabral com um efetivo de 204 militares.

- (3) Busca e salvamento;
- (4) Operações de evacuação de não combatentes (NEO);
- (5) Operações de extração;
- (6) Apoio às autoridades civis;
- (7) Imposição de sanções e embargos.

3.3 - DESPESAS COM AS MISSÕES

Os encargos financeiros resultantes da participação das Forças Armadas em missões humanitárias e de paz conduzidas sob a égide das diversas organizações de que Portugal faz parte atingiram, no ano de 2016, um total de **50.977.314,8€**, conforme indicado no quadro seguinte, sendo as missões da NATO aquelas que, de longe, representaram a maior parcela:

Organização	Missão	Custos/ Missão	Homem/missão
ONU	MINUSCA	2.585.631,7	ND
ONU	MINUSMA	3.278.811,3	ND
ONU	UNAMA	42.254,1	ND
ONU	Colombia	9.278,0	ND
OTAN	ACTIVE ENDEAVOUR/SEAGARDIAN	885.121,0	ND
OTAN	AIR POLICING	4.606.965,1	ND
OTAN	ASSURANCE MEASURES	3.166.352,1	ND
OTAN	CIM	264.402,6	ND
OTAN	ENRF 2017	3.459.658,0	ND
OTAN	KFOR	10.561.126,3	ND
OTAN	QG'S Participações diversas	156.098,5	ND
OTAN	RSM	652.762,4	ND
OTAN	SNMG	7.017.712,0	ND
OTAN	VJTF 2016	678.099,5	ND
UE	ATALANTA	123.122,1	ND
UE	EUMAM-RCA	479.929,4	ND
UE	EUROMARFOR	822.640,0	ND
UE	EUTM-Mali	369.541,6	ND
UE	EUTM-SOMÁLIA	339.119,7	ND
UE	EUNAVFOR MED (OP SOPHIA)	2.441.838,2	ND
BILATERAL/MULTILAREAL	Golfo da Guiné	4.413.141,0	ND
NACIONAL	SATCOM	1.458.008,1	ND
NACIONAL	SEGUROS	168.139,5	ND
Coligação Multinacional	OIR	2.997.562,8	ND
TOTAL		50.977.314,8	



3.4 – APOIO MILITAR À AÇÃO EXTERNA DO ESTADO PORTUGUÊS

3.4.1 – Operações/Missões realizadas

Organização	Missão	Custos/ Missão	Homem/missão
NATO	NAM - Báltico	4.617.027,0	ND
NATO	KFOR - Kosovo	11.975.766,0	ND
NATO	ISAF - Afeganistão	0,0	ND
NATO	Active Endeavour - Mediterrâneo	885.121,0	ND
NATO	SNMG	7.250.162,0	ND
ONU	UNAMA - Afeganistão	41.000,0	ND
ONU	MINUSMA - Mali	2.802.834,0	ND
ONU	Missão de Paz Colômbia	0,0	ND
ONU	ONUOGBIS	0,0	ND
ONU	MINUSCA - RCA	5.438.678,0	ND
UE	EUMAM / EUTM - RCA	540.000,0	ND
UE	EUTM Mali	700.000,0	ND
UE	EUTM Somália	342.300,0	ND
UE	ATALANTA - Somália	160.000,0	ND
UE	EUNAVFORMED - Mediterrâneo	2.470.876,0	ND
UE	EU FRONTEX	0,0	ND
TOTAL		37.223.764,0	0

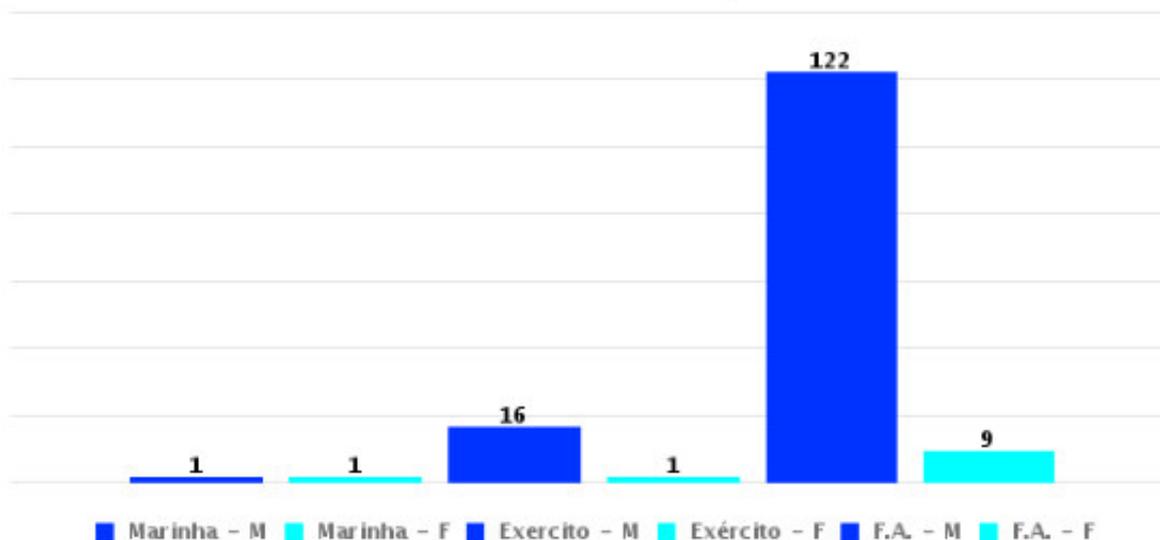
Homem/Missão: Valores não disponíveis

3.4.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU

3.4.1.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU – Efetivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
MINUSMA - Mali	FORÇA AÉREA (C-130)	0	0	0	0	12	0	12	0	123	0	114	9
Missão de Paz Colômbia		2	0	1	1	3	0	2	1	3	0	3	0
ONUOGBIS		0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
UNAMA - Afeganistão		0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5	0
MINUSCA - RCA		0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
TOTAL		2	0	1	1	17	0	16	1	131	0	122	9

Missões ONU - N.º de Efetivos por Sexo



3.4.1.1.2 - Operações/Missões no âmbito da ONU – Meios envolvidos

(euros)

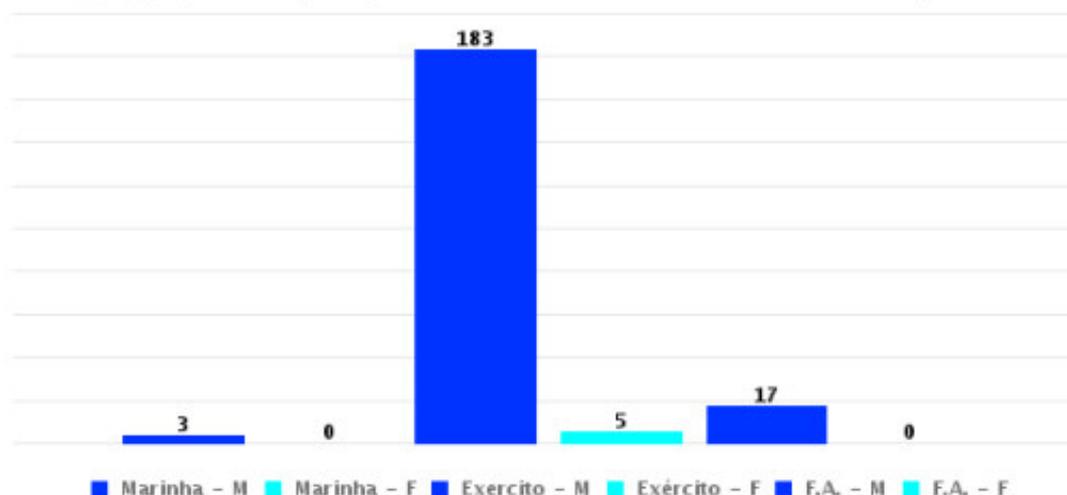
Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
MINUSMA - Mali	FORÇA AÉREA (C-130)	2.802.834,0
Missão de Paz Colômbia		ND
ONUOGBIS		ND
UNAMA - Afeganistão		41.000,0
MINUSCA - RCA		5.438.678,0
TOTAL		8.282.512,0

3.4.1.2 – Operações/Missões no âmbito da NATO

3.4.1.2.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Efetivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
NAM - Báltico		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
KFOR - Kosovo		1	0	1	0	115	67	177	5	17	0	17	0
ISAF - Afeganistão		2	0	2	0	6	0	6	0	2	0	0	0
Active Endeavour - Mediterrâneo		0	0	0	0	0	0	0	0	78	0	0	0
SNMG		195	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		198	0	3	0	121	67	183	5	97	0	17	0

Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO - N.º de Efetivos por Sexo



3.4.1.2.2 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Meios envolvidos

(euros)

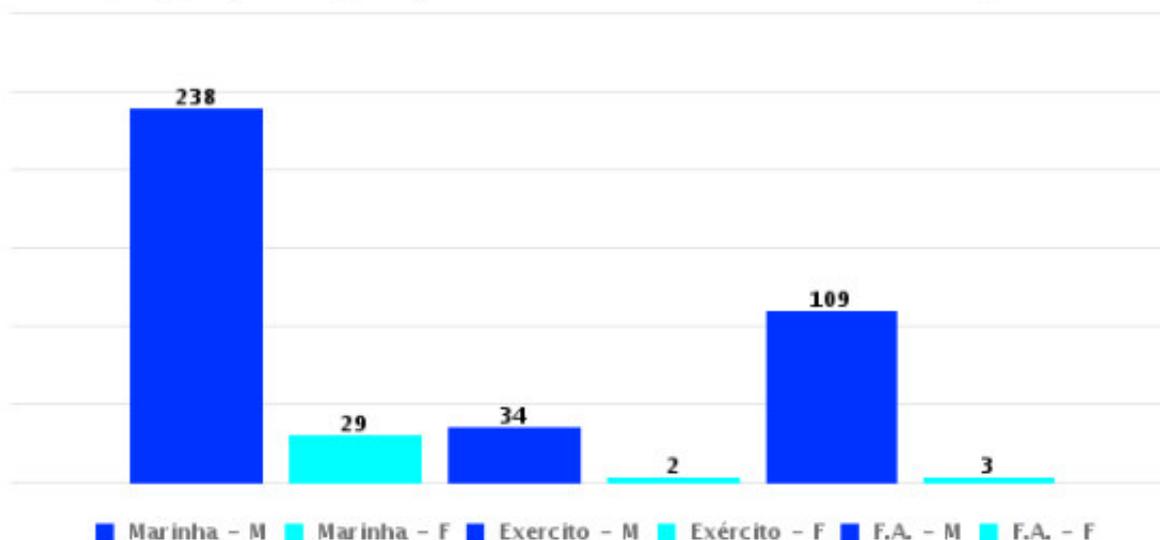
Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
NAM - Báltico	1Submarino, 1Bateria Art Campanha, 4F16	ND
KFOR - Kosovo		ND
ISAF - Afeganistão		ND
Active Endeavour - Mediterrâneo	P3-C	ND
SNMG	1 Fragata	ND
TOTAL		

3.4.1.3 – Operações/Missões no âmbito da UE

3.4.1.3.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Efetivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
EUMAM / EUTM - RCA		3	0	3	0	8	0	8	0	7	0	7	0
EUTM Mali		3	0	2	1	12	0	12	0	5	0	5	0
EUTM Somália		0	0	0	0	8	0	7	1	0	0	0	0
ATALANTA - Somália		6	0	6	0	8	0	7	1	0	0	0	0
EUNAVFORMED - Mediterrâneo		37	0	37	0	0	0	0	0	34	0	33	1
EU FRONTEX		218	0	190	28	0	0	0	0	66	0	64	2
TOTAL		267	0	238	29	36	0	34	2	112	0	109	3

Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE - N.º de Efetivos por Sexo



3.4.1.3.2 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Meios envolvidos

(euros)

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
EUMAM / EUTM - RCA		540.000,0
EUTM Mali	1 C130	700.000,0
EUTM Somália		342.000,0
ATALANTA - Somália		160.000,0
EUNAVFORMED - Mediterrâneo	1 Submarino	2.470.876,0
EU FRONTEX	1 Fragata; 1 Patrulha; 2 C295	0,0
TOTAL		4.212.876,0

3.4.2 – Contributos nacionais para Forças de alta prontidão

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/ RC	M	F	QP	RC	M	F
SNMG1	1 FRAGATA	164	31	166	29	0	0	0	0	0	0	0	0
IFFG 30 (L)	1 BATERIA ART CAMPANHA	0	0	0	0	38	82	106	14	0	0	0	0
TOTAL		164	31	166	29	38	82	106	14	0	0	0	0

Capítulo

4

RELACIONAMENTO BILATERAL DE DEFESA NOTA EXPLICATIVA

O relacionamento bilateral de defesa (com exceção da Cooperação Técnico-Militar com os Países de Língua Portuguesa, que, pela sua especificidade, será tratada em capítulo autónomo) assenta nas grandes linhas orientadoras previstas no Conceito Estratégico de Defesa Nacional, refletindo, sobretudo, os compromissos assumidos no âmbito dos acordos internacionais e nos planos de atividades negociados em sede de comissões mistas e o esforço que tem sido desenvolvido na definição de eixos prioritários com vista ao aprofundamento da cooperação do domínio da Defesa.

Das atividades prosseguidas durante o ano 2016 no relacionamento bilateral no âmbito da defesa, salienta-se a participação no processo de implementação da Estratégia Global da União Europeia para a Segurança e a Defesa; o acompanhamento do processo de redução da presença norte-americana na BA4, sita nas Lajes, no sentido de assegurar os interesses da Defesa nesse processo; a participação na Iniciativa 5+5 Defesa e coorganização do exercício SEABORDER; a participação na Presidência Portuguesa do G7++ *Friends of Gulf of Guinea*; a realização da reunião do Grupo de Trabalho Político-Estratégico com Espanha e das reuniões bilaterais com os EUA previstas no Acordo de Cooperação em Defesa; a realização das reuniões das Comissões Mistas com a Argélia (11.^a), com Marrocos (20.^a), com a Tunísia (19.^a), com a Mauritânia (3.^a), com a Roménia, que procederam ao balanço das atividades de cooperação realizadas entre as Partes, tendo sido adotados novos planos de cooperação bilateral; a realização da 6.^a Reunião de Cooperação Estratégica de Defesa com o Brasil e das Consultas Político-Estratégicas de Defesa com o Chile (6.as), com a Argentina (4.as), com o Uruguai (4.as), com a Ucrânia (2.as) e com o Luxemburgo; a assinatura do Protocolo de Cooperação no âmbito das Indústrias da Defesa com a Argélia; a negociação de instrumentos jurídicos com a Arábia Saudita, o Canadá, a Colômbia, a Croácia, o Equador, os EUA, a Índia, Marrocos, a Noruega, o Peru, o Qatar, o Reino Unido e Trinidad e Tobago; o acompanhamento dos trabalhos da Conferência de Revisão da Convenção para as Armas Biológicas e Tóxicas (BTWC - *Biological and Toxin Weapons Convention*) e o acompanhamento da Presidência Portuguesa *Open Skies Consultive Commission* e da Presidência Portuguesa do Fórum para Cooperação na Segurança, bem como das missões ativas no quadro *Open Skies* (OSCE).

Para o sucesso da cooperação internacional de defesa tem sido fundamental o contributo e o envolvimento das Forças Armadas e dos Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional, continuando-se a registar níveis crescentes de articulação e partilha de informação entre os agentes da diplomacia de defesa.

Nos quadros seguintes apresenta-se, assim, o ponto de situação, referente ao ano de 2016, das atividades desenvolvidas no âmbito do relacionamento bilateral de defesa.

4.1 – ATIVIDADE BILATERAL DE DEFESA (COM EXCEÇÃO DA ÁFRICA SUBSARIANA)

4.1.1 - Acordos, convenções, memorandos de entendimento e cartas de intenções

PAÍS	EM VIGOR	EM PROJETO	EM RENEGOCIAÇÃO
Alemanha	10	0	0
Arábia Saudita	0	1	0
Argélia	3	0	0
Argentina	1	0	0
Bélgica	2	0	0
Brasil	6	0	0
Bulgária	3	0	0
Canadá	2	1	0
Chile	2	0	0
China	3	0	0
Colômbia	1	1	0
Croácia	0	1	0
EAU	0	1	0
Eslováquia	2	0	0
Eslovênia	1	0	0
Espanha	22	1	0
EUA	17	1	0
Estónia	1	0	1
Federação Russa	4	0	0
Filipinas	0	1	0
França	6	0	0
Grécia	4	0	0
Holanda	1	0	0
Hungria	3	0	0
Índia	0	1	0
Indonésia	0	1	0
Itália	2	0	0
Letónia	2	0	0
Líbia	1	0	0
Lituânia	2	0	0
Luxemburgo	1	0	0
Marrocos	5	1	0
Mauritânia	1	0	0
Noruega	1	0	0

Polónia	3	0	0
Reino Unido	5	1	0
República Checa	3	0	0
Roménia	3	0	0
Sérvia	1	0	0
Suécia	1	0	0
Trinidad e Tobago	0	1	0
Tunísia	2	0	0
Turquia	2	0	0
Ucrânia	3	0	0
Uruguai	3	0	0
TOTAL	135	13	1

4.1.2 - Programas de Cooperação/Atividades

PAÍS	Nº de Atividades por País
África do Sul	1
Argélia	11
Argentina	1
Brasil	1
Chile	3
Espanha	1
EUA	16
Filipinas	1
Índia	1
Luxemburgo	1
Marrocos	9
Mauritânia	3
Nigéria	1
Roménia	16
Tunísia	3
Uruguai	1
TOTAL	70

4.1.3 - Cruzeiros de investigação científica

PAÍS	Cruzeiros
Alemanha	5
Espanha	8
EUA	2
França	6
Ilhas Caimão	1
Itália	3
Gibraltar	1
Panamá	1
Reino Unido	3
TOTAL	30

4.1.4 - Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros

Relação dos pedidos de autorização diplomática para visita de navios de guerra estrangeiros:

PAÍS	Visitas
Alemanha	4
Bélgica	1
Brasil	2
Canadá	2
China	2
Colômbia	1
Dinamarca	6
Emirados Árabes Unidos	3
Espanha	18
EUA	15
Finlândia	1
França	15
Itália	2
Marrocos	2
México	1
Países Baixos	4
Polónia	2

Reino Unido	3
Rússia	5
Suécia	1
Trindade e Tobago	3
Turquia	1
Venezuela	1
TOTAL	95

4.1.5 - Sobrevoos e aterragem - Pedidos de autorização Aeronaves Estrangeiras

PAÍS	Pedidos Processados		Total
	Permanentes	Não Permanentes	
África do Sul	0	4	4
Alemanha	79	22	101
Angola	19	3	22
Argentina	0	2	2
Arábia Saudita	0	3	3
Argélia	17	35	52
Austrália	0	2	2
Áustria	0	13	13
Bélgica	223	44	267
Bolívia	0	3	3
Brasil	18	2	20
Burkina-Faso	0	2	2
Camarões	6	2	8
Canadá	34	4	38
Chade	5	0	5
Chile	0	4	4
China	0	8	8
Colômbia	0	13	13
Congo, República Democrática do	0	4	4
Costa do Marfim	0	8	8
Dinamarca	24	4	28
Egito	34	33	67
Emirados Árabes Unidos	16	27	43
Equador	0	17	17
Espanha	339	116	455
Estados Unidos da América	3.599	109	3.708
Finlândia	15	3	18
França	352	95	447
Geórgia	0	3	3
Grécia	1	1	2
Holanda	54	26	80
Honduras	0	1	1
Hungria	0	7	7
Índia	0	35	35

Indonésia	0	1	1
Irlanda	1	0	1
Israel	0	38	38
Itália	59	30	89
Japão	0	3	3
Jordânia	5	0	5
Kuwait	0	3	3
Líbano	0	1	1
Lituânia	13	8	21
Luxemburgo	0	1	1
Marrocos	38	6	44
México	0	6	6
Namíbia	0	5	5
Nigéria	12	2	14
Noruega	21	24	45
Paquistão	0	57	57
Peru	0	4	4
Polónia	19	0	19
Qatar	0	10	10
Reino Unido	154	31	185
Rep Checa	5	0	5
Rep. Eslovaca	1	0	1
Roménia	40	0	40
Rússia	0	32	32
Suécia	10	7	17
Suíça	5	1	6
Tunísia	4	3	7
Turquia	19	4	23
Venezuela	0	11	11
Vietname	0	2	2
OTAN/NATO	7	0	7
TOTAL	5.248	945	6.193

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

NOTA EXPLICATIVA

A cooperação Técnico-Militar (CTM) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e com Timor-Leste encontra-se estruturada em Programas-Quadro bilaterais, de carácter indicativo e flexível, que integram Projetos concretos a executar no terreno, envolvendo também ações de natureza complementar, decorrentes das orientações e conceitos aplicados à execução da política de CTM, essencialmente dirigida à capacitação das Estruturas Superiores da Defesa Nacional e das Forças Armadas daqueles Países, bem como à capacitação destas últimas e à formação dos seus quadros militares.

A execução dos Projetos envolve quatro componentes: projeção de assessorias técnicas, residentes ou temporárias, e/ou unidades móveis de instrução, formação de pessoal em Portugal e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste, apoio à recuperação de infraestruturas militares locais e fornecimento de material e equipamentos.

A área da formação, componente nuclear da CTM, tem como objetivo criar, progressivamente, condições para a apropriação pelos respetivos Ministérios da Defesa e Forças Armadas, criando capacidades que garantam sustentação e autonomia próprias, desenvolvendo-se em dois níveis: através de um plano de formação de quadros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste em Portugal, elaborado e executado anualmente, e de vários Projetos no terreno, direcionados para a criação e/ou reorganização de estabelecimentos de ensino e centros de instrução/formação militar naqueles Países.

Neste contexto, e com o intuito de redinamizar o ensino de longa duração em Portugal, rentabilizando a capacidade sobrança da rede de Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar (EESPUM)/Ensino Militar não superior foi desenvolvido, por parte da DGPDN/MDN, o Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR), que visa a preparação e qualificação de quadros intermédios e superiores, capacitando-os para, posteriormente, poderem desempenhar funções superiores nos seus países (direção, chefia, coordenação e orientação).

A formação em Portugal permite uma maior inserção dos formandos militares em contexto internacional e fornece-lhes o conhecimento e as ferramentas necessárias para o apoio ao desenvolvimento das suas competências.

Tendo a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) consagrado, na revisão de 2001, a Defesa como área de cooperação, tem vindo a ser dado corpo ao desenvolvimento de uma componente de Defesa da Comunidade, cujas ações são preparadas por um Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa, posteriormente avaliadas nas reuniões de CEMGFA e de Diretores de Política de Defesa da CPLP e, finalmente, analisadas e aprovadas pelos Ministros da Defesa, num ciclo que se renova anualmente.

Os encargos financeiros que decorrem dos Projetos inscritos nos Programas-Quadro de CTM e da componente de Defesa da CPLP inscrevem-se, na parte elegível, na contribuição portuguesa para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

Os quadros relativos à CTM com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste procuram identificar e quantificar as ações realizadas, as áreas de intervenção e os consequentes investimentos.

4.2. - COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

4.2.1 - Projetos de cooperação técnico-militar com os PLOP

República de Cabo Verde
Projeto 1 (Assessorar a Estrutura Superior das Forças Armadas de Cabo Verde Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR)
República da Guiné-Bissau
Projeto 1 - Estrutura Superior das Forças Armadas
República Democrática de S. Tomé e Príncipe
Projeto 1 - Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas de S. Tomé e Príncipe Projeto 2 - Guarda Costeira Projeto 3 - Pelotão de Engenharia Militar de Construções
República de Angola
Núcleo Conjunto de Coordenação (NCC) Projeto 1 - Marinha de Guerra Angolana Projeto 2 - Exército Projeto 3 - Força Aérea Nacional
República de Moçambique
Núcleo Conjunto de Coordenação Projeto 1 - Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF) "Tenente- General Armando Emílio Guebuza" Projeto 2 - Academia Militar "Marechal Samora Machel" (AMMSM) Projeto 3 - Marinha de Guerra de Moçambique (MGM) Projeto 4 - Força Aérea de Moçambique (FAM) Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR)
República Democrática de Timor-Leste
Núcleo Conjunto de Coordenação Projeto 1 - Instituto de Defesa Nacional Projeto 2 - Centro de Instrução Militar Projeto 3 - Componente Naval Projeto 4 - Componente Terrestre Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR)

4.2.2 - Despesas globais da cooperação técnico-militar

(euros)

Tipo de Despesas	PAÍSES						TOTAL
	República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Desp. suportadas pelos Ramos das FA	105.651,0	59.765,0	138.794,0	1.288.536,0	767.182,0	551.148,0	2.911.076,0
Desp. suportadas pela DGPDN	106.068,0	164.147,0	190.968,0	1.439.276,0	1.089.239,0	706.961,0	3.696.659,0
TOTAL	211.719,0	223.912,0	329.762,0	2.727.812,0	1.856.421,0	1.258.109,0	6.607.735,0

4.2.3 - Despesas dos projetos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PLOP

(euros)

PAÍS	N.º Militares	Valor
Cabo Verde	3	75.328,0
Guiné-Bissau	5	92.977,0
S. Tomé e Príncipe	7	112.873,0
Angola	74	1.144.490,0
Moçambique	47	762.710,0
Timor-Leste	32	487.494,0
TOTAL	168	2.675.872,0

4.2.4 - Formação de militares dos PLOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES					TOTAL	
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique		República Democrática de Timor-Leste
Formação	Marinha	4	1	4	40	3	0	52
	Exército	8	4	6	20	8	0	46
	Força Aérea	0	0	0	7	1	0	8
Promoção	Marinha	0	0	0	0	0	0	0
	Exército	0	0	0	0	0	0	0
	Força Aérea	0	0	0	0	0	0	0
Atualização	Marinha	0	0	0	0	0	0	0
	Exército	0	0	0	0	0	0	0
	Força Aérea	0	0	0	0	0	0	0
Qualificação	Marinha	0	0	0	2	0	0	2
	Exército	0	0	3	16	0	5	24
	Força Aérea	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	Marinha	4	1	4	42	3	0	54
	Exército	8	4	9	36	8	5	70
	Força Aérea	0	0	0	7	1	0	8

4.2.5 - Despesas suportadas pelos Ramos das FA

(euros)

Ramo das Forças Armadas		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	17.046,5	3.590,2	8.507,0	10.770,5	9.561,4	0,0	49.475,6
	Exército	17.495,2	2.796,8	9.940,8	1.398,4	12.524,8	0,0	44.156,0
	Força Aérea	0,0	0,0	0,0	72.658,2	5.862,7	0,0	78.521,0
Vencimentos dos militares em missões nos PLOP e Timor-Leste	Marinha	47.825,4	47.825,4	42.067,4	431.543,7	269.671,0	169.016,4	1.007.949,3
	Exército	54.517,9	60.577,6	91.293,9	386.373,9	239.180,8	264.218,9	1.096.163,0
	Força Aérea	0,0	10.332,6	0,0	306.815,6	255.959,7	22.988,1	596.095,9
Material fornecido	Marinha	420,1	0,0	0,0	5.192,6	1.945,6	2.042,8	9.601,1
	Exército	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Força Aérea	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros custos	Marinha	456,9	0,0	0,0	2.577,3	232,4	548,8	3.815,4
	Exército	1.431,8	2.727,1	3.274,0	14.050,3	8.790,8	14.804,0	45.078,1
	Força Aérea	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	Marinha	65.749,0	51.415,6	50.574,4	450.084,1	281.410,5	171.607,9	1.070.841,5
	Exército	73.444,9	66.101,5	104.508,7	401.822,6	260.496,5	279.022,9	1.185.397,1
	Força Aérea	0,0	10.332,6	0,0	379.473,8	261.822,4	22.988,1	674.616,9

4.2.6 - Formação de militares nos PLOP por tipo de curso e Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES					TOTAL	
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique		República Democrática de Timor-Leste
Formação	Marinha	0	46	0	14	0	78	138
	Exército	0	148	25	1.578	392	553	2.696
	Força Aérea	0	0	0	18	22	0	40
Promoção	Marinha	0	0	0	0	0	0	0
	Exército	0	0	0	0	0	0	0
	Força Aérea	0	0	0	0	0	0	0
Atualização	Marinha	0	0	0	0	0	0	0
	Exército	0	0	0	0	73	7	80
	Força Aérea	0	0	0	0	0	0	0
Qualificação	Marinha	0	100	0	0	0	56	156
	Exército	0	0	0	169	0	117	286
	Força Aérea	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	Marinha	0	146	0	14	0	134	294
	Exército	0	148	25	1.747	465	677	3.062
	Força Aérea	0	0	0	18	22	0	40

Capítulo

5

NOTA EXPLICATIVA

Para assegurar a execução das missões e tarefas da sua competência, como parte integrante do sistema de forças nacional, e habilitar ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo país, as Forças Armadas (FFAA) proporcionam às suas unidades um rigoroso programa de treino, bem como a participação em exercícios nacionais e internacionais. Entre as ações de treino, visando estabelecer os padrões definidos, tem lugar a participação, de forma regular, em exercícios conjuntos e exercícios combinados. Com a finalidade de tornar a leitura dos quadros mais objetiva, é anexada à presente nota explicativa uma relação do âmbito dos exercícios indicados pelo EMGFA/Ramos nos respetivos quadros.

MARINHA

Na área dos exercícios e atividades para o aprontamento das forças descreveram-se, qualitativa e quantitativamente, todos os exercícios em que a responsabilidade da preparação e condução foi da Marinha, os exercícios combinados realizados em território estrangeiro em que participaram meios navais e, ainda, os exercícios da responsabilidade de outros Ramos em que houve participação da Marinha.

Foram também incluídas outras atividades conducentes à preparação e aprontamento das unidades navais, designadas por programas de treino, e que englobam o treino básico, operacional, específico e próprio, que se realizam após prolongados períodos de paragem dos navios ou decorrentes de ações de manutenção, rendições de elementos da guarnição em número significativo e preparação de missões cujas características exigem treino específico.

Foram ainda consideradas as viagens de instrução e os embarques de fim-de-semana dos cadetes da Escola Naval, cujo principal objetivo é a aplicação prática dos conhecimentos escolares adquiridos, e que, pelo seu cariz operacional, permitem proporcionar simultaneamente treino às unidades navais envolvidas.

No que concerne à apresentação dos meios financeiros envolvidos, seguiu-se a metodologia de apenas considerar os custos acrescidos, isto é, as despesas com pessoal e operação dos meios efetuadas exclusivamente por força da realização dos exercícios. Assim sendo, contabilizaram-se somente as despesas que não seriam efetuadas caso os exercícios não se tivessem realizado, o que significa que, de um modo geral, só se consideraram as despesas com suplemento de embarque, alimentação (exceto o almoço) e combustível. As exceções a esta orientação geral encontram-se devidamente assinaladas nos quadros respetivos.

EXÉRCITO

Na área específica do treino operacional descrevem-se os exercícios em que a responsabilidade da preparação foi do Exército, os exercícios combinados e aqueles que sendo da responsabilidade primária de outros Ramos, tiveram participação de forças do Exército.

Os totais dos custos acrescidos, que se inserem no quadro dos exercícios sectoriais, consideram, no tocante a "pessoal", as ajudas de custo despendidas nas reuniões preparatórias e em exercícios e, quanto a "operação", as despesas da rubrica orçamental de "Aquisição de bens e serviços correntes", em munições consumidas e alimentação.

No quadro referente aos meios envolvidos em exercícios combinados, os custos acrescidos traduzem essencialmente o valor global das ajudas de custo no estrangeiro, os encargos com o transporte e despesas gerais de preparação.

FORÇA AÉREA

A execução da Política de Defesa Nacional exige, permanentemente, eficiência operacional. Para a alcançar é necessário planear e executar exercícios que preparem, treinem e assegurem a prontidão dos sistemas de armas, de forma a atingirem as capacidades para que foram adquiridos e assim poderem cumprir as missões a que se destinam. Com este objetivo, são realizados exercícios sectoriais, conjuntos e combinados em que os meios da Força Aérea intervêm com outros meios e forças nacionais ou internacionais para assegurarem os níveis de prontidão e combate definidos.

Sem a execução destas atividades e a avaliação dos resultados atingidos não é possível conhecer as capacidades e as limitações existentes, assim como a segurança na operação, interoperabilidade com outras forças e o desenvolvimento de táticas e técnicas adequadas. É por isso essencial a preparação e execução de um plano anual detalhado que assegure a preparação das forças e certifique a sua prontidão, ao qual têm de ser atribuídos os recursos materiais e financeiros adequados que viabilizem a sua concretização.

Estas atividades essenciais visam preparar a utilização eficiente do poder aéreo em todas as suas modalidades, designadamente: de defesa aérea, interdição, TASMO, TASLO, MPA, SAR, transporte, vigilância, guerra eletrónica, comando e controlo e apoio aéreo a outras forças militares e militarizadas e a organizações civis, bem como preparar o seu emprego em operações de paz e humanitárias.

Para qualificar os elementos recrutados para operar os equipamentos, a Força Aérea desenvolve a atividade de instrução e treino, que representa um valor importante do orçamento atribuído.

Os custos dos exercícios sectoriais, conjuntos e combinados, a seguir apresentados, têm como base de cálculo o preço da hora de voo por aeronave aprovado para 2010, nas envolventes de pessoal e operação.

CONCEITOS

Decorrente do processo político de aprovação e promulgação do Orçamento de Estado (OE) e da sua calendarização e face às restrições orçamentais patentes na sua disposição, surge a aprovação do PAEMGFA 16, com a inerente atribuição de fonte de financiamento para o CCOM-PEX 16. Congregando estas verbas com as cativações atribuídas aos Ramos em sede de OE16, elaborou-se a EXPROGEN 16, que reflecte no seu todo os exercícios do EMGFA e UEO dependentes, bem como dos Ramos.

Os meios respeitantes à participação dos Ramos, bem como os respetivos encargos resultam da informação recebida dos mesmos, sendo suportados pelos respetivos orçamentos. A proposta de EXPROGEN consolida a informação do EMGFA e dos Ramos, revista numa perspetiva de uniformização e harmonização, assim como de conformação face às orientações superiores conhecidas, nomeadamente no que respeita à informação existente sobre as FND para 2016.

Exercícios Conjuntos

Exercícios envolvendo forças militares nacionais de dois ou mais Ramos. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto, proporcionar treino operacional e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos e os planos.

Numa previsão inicial da realização de 14 exercícios, três (3) não se realizaram ou foram cancelados.

Exercícios Combinados

Exercícios com forças militares nacionais e de outro país, podendo ou não ser realizados em território nacional. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto/combinado e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, proporcionar treino operacional e avaliar a capacidade e a interoperabilidade das forças participantes.

Numa previsão inicial de realização de 94 exercícios, trinta (30) não se realizaram ou foram cancelados.

Exercícios sectoriais

Exercícios de um Ramo, com eventual participação de forças de outro Ramo ou forças aliadas/amigas, em que aquele Ramo tem a responsabilidade primária do planeamento, condução e avaliação.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

Exercícios Conjuntos:

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
Açor 16	É um exercício do tipo LIVEX/JOINTEX que tem por finalidade o treino operacional conjunto e avaliar a prontidão das Unidades do SFN.
Armageddon 16	Exercício do tipo CPX/LIVEX que permite o treino da CGerCIMIC, Unidade de natureza conjunta, testar planos de IO, NGO e GO.
CANÁRIO 16	É um Exercício do tipo LIVEX que proporciona treino operacional conjunto e treino de procedimentos de embarque, instalação e desembarque em Aeronaves. Exercício do EXE/FA.
CSIEX / ITX 16-1	Exercício do tipo LIVEX/SIGEX . Treino de interoperabilidade CSI no âmbito da preparação para o Exercício FELINO 16.
CSIEX / ITX 16-2	Exercício do tipo LIVEX/SIGEX . Treino de interoperabilidade CSI no âmbito da preparação para o Exercício FELINO 16.
FAST EAGLE 16	Exercício do tipo CPX/LIVEX para treino e manutenção das qualificações do EM da OMPOESP.
FOCA 16	Exercício LIVEX que permite o treino operacional conjunto de procedimentos de embarque, instalação e desembarque em UN (MAR/EX).
GAIVOTA 16	Exercício LIVEX de treino operacional conjunto/qualificação de tripulações em ações de VERTREP (MAR/FA).
LOBO 16	Exercício LIVEX/SIGEX de treino operacional conjunto e interoperabilidade CSI.
LUSITANO 16	Exercício CPX/LIVEX de treino operacional conjunto com vista ao treino e

PARDAL 16	certificação do EM FRI e da CompOEsp. Exercício LIVEX/SIGEX de treino operacional conjunto e interoperabilidade CSI.
RELÂMPAGO 16	Exercício MAPEX/FTX/LFX de treino operacional conjunto que permite avaliar a prontidão das Unidades do SFN.
ZARCO 16 - 1	Exercício LIVEX de treino operacional conjunto que permite avaliar a prontidão das Unidades do SFN e testar os planos existentes em ações de Proteção Civil.
ZARCO 16 - 2	Exercício LIVEX de treino operacional conjunto que permite avaliar a prontidão das Unidades do SFN e testar os planos existentes em ações de Proteção Civil.

Exercícios Combinados:

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
AEGEAN SEAL 16	Exercício do tipo LIVEX realizado na Grécia que tem por finalidade planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; dar cumprimento a compromissos internacionais e testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
AMANI AFRICA 16	Exercício do tipo LIVEX/FTX realizado na Polónia que tem por finalidade dar cumprimento a compromissos internacionais e reforçar a cooperação militar com países amigos.
ANAKONDA 16	Exercício do tipo LIVEX realizado na Polónia que tem por finalidade treino operacional conjunto; testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
ARGONAUT 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Chipre que tem por finalidade dar cumprimento a compromissos internacionais.
ASAREX 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
AZOR LINEAGE I 16	Exercício do tipo CPX/CAX realizado em Espanha que tem por finalidade o treino operacional conjunto; testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
BALTOPS 16	Exercício do tipo LIVEX realizado no Mar Báltico que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; dar cumprimento a compromissos internacionais e testar os níveis de interoperabilidade com outros países.
BISON COUNTER 16	Exercício do tipo LIVEX realizado na Suécia que tem por finalidade testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.

BRIGADEX 16	Exercício do tipo CPX realizado em França.
BRILLIANT JUMP I 16	Exercício do tipo ALERTEX realizado em Portugal que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
BRILLIANT JUMP II 16	Exercício do tipo DEPLOYEX realizado em Portugal que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
CELULEX 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
CHALLENG PQ 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade dar cumprimento a compromissos internacionais e testar os níveis de interoperabilidade com outros países.
CIBER PERSEU 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
CMX 16	Exercício do tipo CPX realizado em vários Países no âmbito da NATO que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais e dar cumprimento a compromissos internacionais.
CWIX 16	Exercício do tipo LIVEX realizado na Polónia que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto e testar os níveis de interoperabilidade com outros países.
CYBER COALITION 16	Exercício do tipo LIVEX realizado na Estónia que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; dar cumprimento a compromissos internacionais e testar os níveis de interoperabilidade com outros países.
DOBLLE LLAVE 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Espanha que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
EATT 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
EFICÁCIA 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade avaliar a prontidão das unidades do SFN e testar os planos existentes e proporcionar treino operacional conjunto.
ÉGIDA I 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Espanha que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com

EMERALD MOVE 16	países amigos. Exercício do tipo LIVEX realizado em Itália que tem por finalidade dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
EXERCÍCIO BILAT PRT/FR COMBINADO 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
EXERCÍCIO DE TROPAS PÁRA-QUEDISTAS	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
FELINO 16	Exercício do tipo CPX realizado em Cabo Verde que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
FOST 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Inglaterra que tem por finalidade testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
GAMMA (UME-SP) 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Espanha que tem por finalidade dar cumprimento a compromissos internacionais.
GROM 16	Exercício do tipo LIVEX realizado na Polónia que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
GRUFLEX 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Espanha que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
INSTREX 1 16	Exercício do tipo CPX/LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
INSTREX 2 16/1 17	Exercício do tipo CPX/LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
IT MINEX 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Itália que tem por finalidade testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais e dar cumprimento a compromissos internacionais.
JCET 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
LOCKED SHIELDS 16	Exercício do tipo LIVEX realizado na Estónia que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; dar cumprimento a compromissos

	internacionais e testar os níveis de interoperabilidade com outros países.
LONE PARATROOPER 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Espanha que tem por finalidade testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
LONG PRECISION 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Espanha que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
MAGRE 1 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
MILEX 16	Exercício do tipo CPX realizado na Grécia que tem por finalidade testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais e dar cumprimento a compromissos internacionais.
MORSA - SAMAR 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Espanha que tem por finalidade dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
MORSA - SATER 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
MULTICOOPERATIVE EXERCISE (MCE) 16	Exercício do tipo LIVEX realizado na Argélia que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
MULTILAYER 16	Exercício do tipo CPX que tem por finalidade testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais e dar cumprimento a compromissos internacionais.
NOBLE ARROW 16	Exercício do tipo LIVEX realizado na Turquia que tem por finalidade testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; dar cumprimento a compromissos internacionais e testar os níveis de interoperabilidade com outros países.
OBANGAME 16 / SAHARAN EXPRESS 16	Exercício do tipo LIVEX realizado no Golfo da Guiné que tem por finalidade reforçar a cooperação militar com países amigos.
ORION 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade avaliar a prontidão das unidades do SFN e testar os planos existentes; proporcionar treino operacional conjunto; testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
POST 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Inglaterra que tem por finalidade avaliar a prontidão das unidades do SFN e testar os planos existentes;

	testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
RAMSTEIN GUARD 2 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade avaliar a prontidão das unidades do SFN e testar os planos existentes; proporcionar treino operacional conjunto e testar os níveis de interoperabilidade com outros países.
REAL THAW	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade avaliar a prontidão das unidades do SFN e testar os planos existentes; proporcionar treino operacional conjunto e testar os níveis de interoperabilidade com outros países.
REP 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal.
SAGRE 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em França que tem por finalidade dar cumprimento a compromissos internacionais e testar os níveis de interoperabilidade com outros países.
SEABORDER 16	Exercício do tipo CPX/LIVEX realizado em Portugal, Argélia e Itália que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
STEADFAST ILUSION 16	Exercício do tipo LIVEX realizado na Estónia que tem por finalidade testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais e dar cumprimento a compromissos internacionais.
STEADFAST INDICATOR 16	Exercício do tipo LIVEX realizado na Roménia que tem por finalidade dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
SWIFT RESPONSE 16	Exercício do tipo LIVEX realizado na Grécia e na Roménia que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
SWORDFISH 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
TOBRUQ LEGACY 16	Exercício do tipo CPX/LIVEX realizado na Eslováquia que tem por finalidade testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
TRIDENT JUNCTURE 16	Exercício do tipo LIVEX realizado em Itália que tem por finalidade testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; dar cumprimento a compromissos internacionais e testar os níveis de interoperabilidade com outros países.
VALLIANT WARRIOR I 16	Exercício do tipo CPX realizado em Espanha que tem por finalidade testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; dar cumprimento a compromissos internacionais e testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.

VALLIANT WARRIOR II 16	Exercício do tipo CPX realizado em Espanha que tem por finalidade testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
VALLIANT WARRIOR IV 16	Exercício do tipo CPX realizado em Espanha que tem por finalidade testar planos de organizações internacionais, em que está prevista a participação de forças nacionais; dar cumprimento a compromissos internacionais e testar os níveis de interoperabilidade com outros países.
VERIFEX 16 (Quota Ativa)	Exercício do tipo LIVEX realizado na Hungria que tem por finalidade dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
VERIFEX 16 (Quota Passiva)	Exercício do tipo LIVEX realizado em Portugal que tem por finalidade dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.

5.1 - EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS – EMGFA, MARINHA, EXÉRCITO E FORÇA AÉREA

5.1.1 - Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados

Nome do Exercício	Pessoal envolvido/ Ramo			Custos/Exercício		
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea
AÇOR 16	90	124	43	0,0	6.000,0	67.817,0
CANÁRIO 16	0	0	0	0,0	1.500,0	10.000,0
CSIEX / ITX 16-2	0	0	0	0,0	0,0	0,0
FOCA 16	0	85	0	0,0	2.700,0	0,0
GAIVOTA 16	0	0	0	0,0	0,0	15.000,0
LOBO 16	1	1	2	0,0	0,0	0,0
LUSITANO 16	0	100	94	328.095,5	0,0	126.000,0
PARDAL 16	3	3	3	0,0	0,0	0,0
RELÂMPAGO 16	0	0	0	0,0	20.000,0	0,0
ZARCO 161	62	498	68	0,0	5.500,0	0,0
ZARCO 162	175	322	37	0,0	20.609,0	0,0
TOTAL	331	1.133	247	328.095,5	56.309,0	218.817,0

5.1.2 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Nome do Exercício	Pessoal envolvido/ Ramo			Custos/Exercício		
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea
AEGEAN SEAL 16	10	0	0	14.195,0	0,0	0,0
AMANI AFRICA 16	0	0	0	0,0	0,0	0,0
ANAKONDA 16	0	2	0	0,0	7.932,0	0,0
ARGONAUT	0	0	0	0,0	0,0	0,0
ASAREX 16	0	0	36	0,0	0,0	83.448,0
AZOR LINEAGE I 16	0	39	0	0,0	12.113,0	0,0
BALTOPS	33	0	0	64.922,0	0,0	0,0
BISON COUNTER 16	0	6	0	0,0	21.813,3	0,0
BRIGADEX	0	0	0	0,0	0,0	0,0
BRILLIANT JUMP I 16 (ALERTEX)	0	583	0	0,0	65.853,4	0,0
BRILLIANT JUMP I 16 (DEPLOYEX)	0	17	0	0,0	20.335,2	0,0
CIBER PERSEU 16	0	0	0	0,0	2.270,0	0,0
CELULEX 16	0	176	0	0,0	2.360,0	0,0
CHALLENG PQ 16	0	0	0	0,0	10.000,0	0,0

CMX 16	0	0	0	0,0	0,0	0,0
CWIX 16	0	4	1	0,0	0,0	0,0
DOBLE LLAVE 16	0	5	0	0,0	7.149,6	0,0
EATT 16	0	0	305	0,0	15.000,0	323.956,0
EFICÁCIA 16	30	0	7	0,0	24.260,0	51.590,0
ÉGIDA I 16	0	3	0	0,0	1.283,3	0,0
EMERALD MOVE 16	105	0	0	94.650,0	0,0	0,0
EXER BILAT PRT/FR COMBINADO 16	150	0	0	0,0	0,0	0,0
EXERCÍCIO DE TROPAS PARA- QUEDISTAS	0	0	0	0,0	0,0	0,0
FELINO 16	0	0	0	0,0	0,0	0,0
FOST 16	40	0	0	206.350,5	0,0	0,0
GAMMA (UME-SP) 16	0	0	0	0,0	0,0	0,0
GROM	12	0	0	29.200,0	0,0	0,0
GRUFLEX 16	143	0	0	178.939,5	0,0	0,0
INSTREX 1 16	587	0	78	425.649,8	0,0	92.075,0
INSTREX 2 16 / 1 17	495	0	0	231.361,1	0,0	99.603,0
IT MINEX 16	88	0	0	689.917,0	0,0	0,0
JCET	0	0	0	13.385,0	0,0	0,0
LOCKED SHIELDS 16	0	0	0	0,0	0,0	0,0
LONE PARATROOPER 16	0	10	0	0,0	9.477,5	0,0
LONG PRECISION 16	0	3	0	0,0	3.007,0	0,0
MAGRE 1 16	7	0	0	0,0	0,0	0,0
MILEX 16	0	0	0	0,0	0,0	0,0
MORSA - SATER 16	0	0	10	0,0	0,0	13.504,0
MORSA - SAMAR 16	0	0	26	0,0	0,0	52.979,0
MULTICOOPERATIVE EXERCISE (MCE) 16	0	0	0	0,0	0,0	0,0
MULTILAYER 16	0	0	0	0,0	0,0	0,0
NOBLE ARROW 16	0	0	36	0,0	0,0	0,0
OBANGAME 16 / SAHARAN EXPRESS 16	169	0	27	0,0	0,0	0,0
ORION 16	0	2.930	16	0,0	64.895,0	21.203,0
POST 16	197	0	0	0,0	0,0	0,0
RAMSTEIN GUARD 2 16	400	0	538	0,0	0,0	0,0
REAL THAW 16	400	0	538	313.411,2	0,0	30.000,0
REP 16	100	0	0	58.269,0	0,0	0,0
SAGRE 16	35	0	0	133.126,2	0,0	0,0
SEABORDER 16	0	0	6	0,0	0,0	38.000,0
STEADFAST ILUSION 16	0	0	0	0,0	0,0	0,0
STEADFAST INDICATOR 16	0	2	0	0,0	6.082,7	0,0
SWIFT RESPONSE 16	0	9	0	0,0	14.589,1	0,0

SWIMMEX 16	0	0	0	2.738,0	0,0	0,0
SWORDFISH 16	886	0	88	564.877,4	0,0	268.911,0
TOBRUQ LEGACY 16	0	1	0	0,0	2.541,6	0,0
TRIDENT JUNCTURE 16	0	0	0	0,0	0,0	0,0
VALLIANT WARRIOR I 16	0	2	0	0,0	1.546,6	0,0
VALLIANT WARRIOR II 16	0	2	0	0,0	973,1	0,0
VALLIANT WARRIOR IV 16	0	4	0	0,0	2.160,7	0,0
VERIFEX 16 (QUOTA ATIVA)	0	0	0	0,0	0,0	0,0
VERIFEX 16 (QUOTA PASSIVA)	0	0	0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	3.887	3.798	1.712	3.020.991,8	295.643,1	1.075.269,0

5.2 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA

5.2.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados

Nome do Exercício	Pessoal envolvido	Custos/Exercício
JOINT WOLFPACK	72	29.426,9
INSTREX 161	653	228.407,0
INSTREX 0117	492	231.361,1
TOTAL	1.217	489.195,0

5.2.2 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Nome do Exercício	Pessoal envolvido	Custos/Exercício
EXERCÍCIO BILATERAL PRT/FR COMBINADO	0	0,0
SWORDFISH 16	884	564.720,9
REP 16	88	58.269,2
MAGRE 162	64	22.214,5
SAHARAN-OBANGAME EXPRESS	191	1.308.847,0
SAGRE 16	33	35.500,3
MCE 16	79	34.129,9
IT MINEX 16	79	93.857,1
BALTOPS 16	36	149.834,4
MAGRE 16-1	7	6.261,4
ERMO 16	1	1.072,7
AEGEAN SEAL 16	10	14.194,3
GRUFLEX 61	135	178.420,0
GROM 16	12	24.404,4
TOTAL	1.619	2.491.726,1

5.3 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO

5.3.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados

Nome do Exercício	Pessoal envolvido	Custos/Exercício
ORION 16	2.083	82.891,9
DRAGÃO 16	359	16.537,8
EFICÁCIA 16	390	43.469,0
RELAMPAGO 16	359	25.039,0
PLUTÃO 16	292	10.058,0
NEPTUNO 161	44	4.431,0
NEPTUNO 162	82	10.931,0
RAIO 16	35	360,0
KEPLER 16	63	4.499,0
URANO 16	164	13.000,0
MARTE 16	457	27.567,0
CAMÕES 16	231	9.820,0
VENUS 16	53	3.000,0
MEDULA 161	17	1.304,0
VULCANO 16	320	15.960,0
APRONTEX 16	X	8.334,0
BANGUI 161	160	3.079,0
PRISTINA 161	X	20.367,0
ARGOS 161	191	3.000,0
TROVÃO 161	152	5.500,0
TROVÃO 162	152	6.000,0
EFICÁCIA 16	252	32.159,0
VIRIATO 161	14	6.000,0
VIRIATO 162	14	5.000,0
ZEUS 161	206	3.023,2
ZEUS 162	196	3.000,0
TEJO	25	2.070,0
HERCULES 16	27	1.000,0
ESTIO 161	105	11.000,0

CELULEX 16	86	1.507,5
HAKEA 161	115	450,0
HAKEA 162	115	550,0
PANTERA 161	34	1.000,0
PANTERA 162	69	2.000,0
ONÇA 161	74	5.000,0
ONÇA 161	85	5.000,0
HIENA 161	32	500,0
RAPOSA 161	41	1.000,0
RINO 161	7	1.000,0
LOBO 162	47	3.000,0
LEOPARDO 161	16	1.200,0
LEOPARDO 162	9	800,0
LINCE 161	204	12.125,0
LINCE 162	187	12.830,6
LINCE 163	271	12.125,0
LINCE 164	240	12.125,0
CIBER PERSEU 16	80	2.000,0
METROSÍDERO 161	105	2.349,0
METROSÍDERO 162	59	4.651,0
PRIÔLO161	146	4.000,0
PRIÔLO 162	175	4.000,0
PEDRA VIVA 16	133	4.140,0
GARAJAU16	a)	750,0
MORSA16	b)	1.750,0
TOTAL	8.773	474.253,0

X- Dados não disponíveis

a) Exercício integrado no ZARCO 161

b) Exercício integrado no ZARCO 162

5.3.2 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Nome do Exercício	Pessoal envolvido	Custos/Exercício
AZOR LINEAGE I/2016 (FCC)	2	1.137,3
VALIANT WARRIOR (KLT)	2	1.259,8
AZOR LINEAGE I/2016	37	16.127,0
BRILLIANT JUNT II/2016 (FCC)	1	602,9
PROJEÇÃO DO SPEARHEAD BN/VJTF	6	3.483,4
TOBRUQ LEGACY 16	1	2.669,3
VALIANT WARRIOR III/2016	4	2.160,7
LINAGE AGRUPADO 16	129	196.035,9
ORION 16	376	39.369,5
SWIFT RESPONSE 16	9	23.440,5
LONG PRECISION 16	3	3.007,0
LONE PARATROOPER 16	10	7.159,3
DOBLE LLAVE	5	7.149,0
STEADFAST INDICATOR 2016	2	6.124,7
BISON COUNTER 16	6	22.000,0
ÉGIDA II	3	1.283,3
STRONG EUROPE TANK CHALLENGE	1	11.703,9a)
NORDIC TANK CHALLENGE	1	a)
CRC FIRE PHOBIA	7	1.095,6
CRC FIRE PHOBIA	10	3.801,2
TOTAL	615	349.610,3

a) Valor inclui também os custos do Exercício NORDIC TANK CHALLENGE

5.4 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA FORÇA AÉREA

5.4.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados

Nome do Exercício	Pessoal envolvido	Custos/Exercício
AÇOR 16	43	3.572,0
EFICÁCIA 16	7	433,0
INSTREX 161	78	0,0
INSTREX 0117	60	0,0
LUSITANO 16	94	59.416,0
ZARCO 161	13	0,0
TOTAL	295	63.421,0

Os custos inerentes às Horas de Voo (H.V.) efetuadas em cada um dos exercícios, são considerados pela FAP como parte integrante do regime de esforço atribuído às Esquadras de Voo (treino e qualificação das tripulações). Deste modo os valores em causa para as H.V. não foram adicionados ao custo total.

5.4.2 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Nome do Exercício	Pessoal envolvido	Custos/Exercício
ASAREX 16	30	0,0
EATT 16	30€	a)
MORSA 16	3€	1.145,0
NOBLE ARROW 16	7€	b)
OBANGAME/SAHARAN EXPRESS 16	27	c)
ORION 16	1€	d)
RAMSTEIN GUARD 02-16	0	e)
REAL THAW 16	53€	77.203,0
SEABORDER 16	€	38.033,0
SWORDFISH 16	8€	0,0
TOTAL	1.11€	116.381,0

a) Despesas de pessoal e logística financiadas no âmbito do programa European Air Transport Fleet Ad Hoc Working Group Operations & Training (EATF AHWG O&T) da Agência Europeia de Defesa.

b) Custos de participação suportados por FND2016.

c) Custos FND2016. Exercício Obangame/Saharan Express e cooperação bilateral com os governos de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

d) Custos de participação no Exercício Orion 16 integrados no Exercício EATT 16. Apenas são apresentadas as missões dedicadas ao Exercício Orion 16; restantes missões realizadas no âmbito do Exercício EATT16.

e) Exercício integrado no exercício Real Thaw 16.

Capítulo

6

NOTA EXPLICATIVA

Este capítulo, da responsabilidade da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), cujo regime de organização e funcionamento se encontra regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 8/2015, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 148, de 31 de julho de 2015 e pela Portaria n.º 283/2015, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 180, de 15 de junho de 2015, inclui dados estatísticos referentes a:

- Exportações e Importações de Material, Equipamentos e Tecnologias de Defesa;
- Equipamentos de Defesa e Lei de Programação Militar (LPM);
- Logística;
- Investigação e Desenvolvimento (I&D) na área da Defesa;
- Indústrias e Empresas Nacionais com Atividades no Âmbito do Setor da Defesa;
- Qualidade, Normalização e Catalogação dos Bens Militares.

Os valores apurados respeitantes a 2016 e indicados nos quadros seguintes, resultaram de contributos do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas, do IASFA, dos SCS/MDN e da consulta efetuada às indústrias nacionais de armamento e afins, sendo os restantes elementos provenientes das atividades normais da DGRDN.

CONCEITOS

Carro de Combate

Viatura de combate blindada e de autopropulsão, com forte poder de fogo, munida fundamentalmente com uma peça principal de alta velocidade inicial, capaz de fazer tiro direto para alvos blindados e outros, com elevada mobilidade em todo o terreno, com um elevado nível de autoproteção e que não está vocacionada nem equipada para transporte de tropas de combate.

Avião de Combate

Avião de asa fixa ou asa de geometria variável, armado e equipado para defrontar alvos, utilizando mísseis guiados, foguetes não guiados, bombas, metralhadoras, canhões ou outras armas de destruição, assim como qualquer modelo ou versão de avião que desempenhe outras funções militares, tais como avião de transporte não armado, reconhecimento ou guerra eletrónica.

Helicóptero de Combate

Aparelho de asa rotativa, armado e equipado para defrontar alvos ou equipado para desempenhar outras funções militares.

Fragata

Navio de 1.500 a 3.500 toneladas de deslocamento e comprimento entre 75 e 150 metros, com armamento anti superfície, antiaéreo e antissubmarino e cuja missão principal é a escolta e a luta antissubmarina.

Corveta

Navio de menor deslocamento que as fragatas, comprimento entre 60 e 100 metros, com armamento semelhante mas de menor calibre, que desempenha o mesmo tipo de missões embora com menores capacidades oceânicas.

Patrulha

Navio de pequeno a médio deslocamento (200 a 400 toneladas) e comprimento inferior a 45 metros, destinado a operar junto a zonas costeiras em missões de vigilância, patrulha e defesa.

Lancha de Desembarque

Grande

Navio de 120 a 500 toneladas de deslocamento e comprimento entre os 25 e os 55 metros, capaz de transportar e desembarcar 2 a 3 carros de combate ou 300 a 450 combatentes.

Média

Navio com comprimento entre os 15 e os 25 metros, capaz de transportar e desembarcar 1 carro de combate ou 50 a 200 combatentes.

Pequena

Navio com comprimento entre os 7,5 e os 30 metros, destinado exclusivamente ao transporte e desembarque de pessoal.

Lancha de Fiscalização

Navio de pequeno deslocamento (inferior a 150 toneladas) e com comprimento inferior a 30 metros, com fraco armamento e destinado à fiscalização das águas ribeirinhas e interiores.

Navio Hidrográfico

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos hidrográficos ou oceanográficos.

Balizador

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos relacionados com a manutenção e conservação dos meios de assinalamento marítimo.

Escola

Navio especificamente construído ou equipado para fins de instrução.

Reabastecedor

Navio com deslocamento entre 5.000 e 10.000 toneladas e com comprimento entre 40 e 140 metros, destinado a prover o reabastecimento no mar de outros navios, quer em combustíveis quer em outros produtos, tais como alimentos, sobressalentes, etc..

Submarino

Navio de guerra cuja especificidade reside na capacidade de efetuar operações navais em imersão.

Unidade Auxiliar de Marinha

Navio e embarcação que pelas suas características ou natureza do serviço a que se destinam não deva ser considerada como unidade naval.

6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

6.1.1 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais

(Apenas as exportações definitivas que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGRDN)

Ano	Valor (milhares de euros)
2016	452.834,88
2015	59.514,14
2014	90.091,88

6.1.2 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo

(Apenas as exportações definitivas carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGRDN)

Continente	2014		2015		2016	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	50.158,56	55,67%	24.390,77	40,98%	356.409,60	78,71%
ÁSIA	1.174,63	1,30%	3.169,00	5,32%	2.690,69	0,59%
ÁFRICA	14.715,14	16,33%	11.007,88	18,50%	27.748,91	6,13%
AMÉRICA	22.464,77	24,94%	19.905,41	33,45%	65.518,63	14,47%
OCEANIA	1.578,78	1,75%	1.041,23	1,75%	467,05	0,10%
TOTAL	90.091,88	100,00%	59.514,29	100,00%	452.834,88	100,00%



6.1.3 - Importações de Bens e Tecnologias Militares – Valores globais

(Apenas as importações definitivas que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGRDN)

Continente	2014		2015		2016	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	73.268,14	47,93%	126.235,95	73,92%	132.648,64	81,49%
ÁSIA	57.264,45	37,46%	7.358,19	4,31%	1.632,75	1,00%
ÁFRICA	671,71	0,44%	769,22	0,45%	658,73	0,40%
AMÉRICA	21.654,10	14,17%	36.403,47	21,32%	27.783,83	17,07%
OCEANIA	0,00	0,00%	0,00	0,00%	53,08	0,03%
TOTAL	152.858,40	100,00%	170.766,83	100,00%	162.777,03	100,00%

6.1.4 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Por Áreas do Globo

(Apenas as exportações e importações definitivas que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGRDN)

Continente	Importação		Exportação		Saldo (Exp. - Imp.)
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)
EUROPA	132.648,64	81,49%	356.409,60	78,71%	223.760,96
ÁSIA	1.632,75	1,00%	2.690,69	0,59%	1.057,94
ÁFRICA	658,73	0,40%	27.748,91	6,13%	27.090,18
AMÉRICA	27.783,83	17,07%	65.518,63	14,47%	37.734,80
OCEANIA	53,08	0,03%	467,05	0,10%	413,97
TOTAL	162.777,03	100,00%	452.834,88	100,00%	290.057,85

6.2 – LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR (LPM)

Principais Programas de Reequipamento das Forças Armadas

A LPM tem por objeto a programação do investimento público das Forças Armadas relativo a forças, equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infraestruturas com impacto direto na modernização e na operacionalização do Sistema de Forças, concretizado através das medidas e capacidades fixadas em planos plurianuais.

- Programação financeira por capacidade em 2016 –

Capacidade	Montante Planeado	Montante Executado	Nº de Projetos em Execução	Nº de Projetos Concluídos
Capacidades Conjuntas	95.138.000,00	103.642.561,65	11	1
Comando e Controlo (EMGFA)	8.531.000,00	8.531.000,00	3	0
Ciberdefesa	1.100.000,00	1.100.000,00	1	0
Informações Militares	16.000,00	16.000,00	1	0
Segurança Militar e Contra- Informação	19.000,00	19.000,00	1	0
Comando e Controlo Naval	1.022.500,00	1.319.048,00	2	0
Submarina	3.836.900,00	3.766.289,00	1	0
Projeção de Força	100.000,00	510.053,00	1	0
Oceânica de Superfície	31.339.600,00	51.744.930,00	3	0
Patrulha e Fiscalização	45.750.000,00	47.278.314,00	1	0
Oceanográfica e Hidrográfica	300.000,00	767.717,00	1	0
Apoio à Autoridade Marítima Nacional	405.000,00	404.994,00	4	0
Guerra de Minas	100.000,00	88.394,00	1	0
Reservas de Guerra (Marinha)	200.000,00	200.000,00	1	1
Comando e Controlo Terrestre	7.244.816,00	9.142.839,09	3	1
Forças Ligeiras	12.242.448,00	13.712.141,71	4	1
Forças Médias	111.203,00	113.957,47	1	1
Operações Especiais	1.150.660,00	500.156,69	1	1
Info., Vig., Aq.Obj. e Rec. Terrestre	1.099.999,00	1.278.134,19	2	0
Transporte Terrestre	0,00	288.550,79	1	1
Proteção e Sobrevivência da F. Terrestre	673.447,00	974.707,14	4	0
Sust. Logística da Força Terrestre	5.859.427,00	11.347.602,29	6	3
Reservas de Guerra (Exército)	0,00	999.960,42	1	0
Comando e Controlo Aéreo	2.940.000,00	452.395,47	1	0
Luta Aérea Ofensiva e Defensiva	28.500.000,00	23.713.380,46	1	0
Op Aéreas de Vig., Recon. e Patrulh. Terrestre e Marítimo	1.000.000,00	568.252,00	1	0
Transp. Aéreo Estrat. Tático e Esp.	2.920.000,00	7.272.583,98	1	0
Projeção,Proteção, Operacionalidade e Sustentação	4.000.000,00	1.410.566,78	1	0
Inst.de Pilotagem e Naveg. Aérea	100.000,00	0,00	1	0
Apoio ao Desenvolvimento	112.966,30	44,85	1	0
Reservas de Guerra (Força Aérea)	500.000,00	431.489,94	1	0

O "montante planeado" resulta dos valores inscritos na LPM; o "montante executado" corresponde aos pagamentos efetuados. Considerando que para além das receitas gerais (inscritas em LPM) existem as receitas próprias (decorrentes de transição de saldos, reembolsos de IVA, etc) podem ocorrer situações em que o montante executado é superior ao planeado.

6.3 – LOGÍSTICA

No intuito de disponibilizar uma informação mais alargada e melhorada, são englobados os quadros com dados da área da Logística que foram fornecidos pelo EMGFA, Ramos das Forças Armadas, SC/MDN e IASFA.

Os elementos estatísticos do quadro 6.3.2 referem-se exclusivamente à aquisição de equipamento hospitalar, meios de diagnóstico e curativos e à manutenção do equipamento hospitalar.

6.3.1 - Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais

Ano	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	(euros)
					TOTAL
2016	1.667.722,35	55.958.834,90	4.853.300,81	27.337.672,06	89.817.530,12
2015	2.021.135,18	37.659.800,45	5.494.851,79	28.007.436,10	73.183.223,52
2014	62.515,81	26.401.032,04	5.292.754,25	21.078.141,78	52.834.443,88
2013	187.371,27	25.045.000,00	ND	17.487.054,00	42.719.425,27

6.3.2 - Despesas com Equipamentos e Material de Saúde

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	(euros)
				TOTAL
Aquisição de:				
- Equipamento hospitalar	110.121,72	445,9€	17.352,9€	127.920,6€
- Meios auxiliares de	35.990,7€	147.558,37	13.809,7€	197.358,8€
- Meios curativos	0,0€	23.237,17	0,0€	23.237,17
Manutenção de equipamento	21.252,8€	20.700,8€	1.777,57	43.731,32

6.3.3 - Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos

Equipamento	SC/MDN		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
	Transporte de pessoal	4	20.408,76	10	31.496,52	0	14.489,95	1	19.472,03	20	845.810,26	4	75.399,48	39
Transporte geral	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	41.325,78	0	0,00	0	0,00	2	41.325,78
Todo-o-terreno	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Serviços especiais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	9	359.965,38	0	0,00	9	359.965,38
Motociclos, ciclomotores e velocípedes	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	4	20.408,76	10	31.496,52	0	14.489,95	3	60.797,81	29	1.205.775,64	4	75.399,48	50,00	1.408.368,16

IASFA: Aquisição efetuada em regime de aluguer operacional de veículos.

6.3.4 - Despesas com Transportes – Funcionamento

	(euros)						
Equipamento	SC/MDN	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Manutenção	55.762,23	21.249,38	43.648,65	443.168,94	4.853.300,81	541.438,08	5.958.568,09
Combustíveis e lubrificantes	135.559,85	47.109,41	374.926,15	321.474,16	129.834,23	1.242.652,48	2.251.556,28
Aquisição de serviços	2.578.477,33	20.896,37	95.588,56	43.771,70	727.428,03	183.529,69	3.649.691,68
TOTAL	2.769.799,41	89.255,16	514.163,36	808.414,80	5.710.563,07	1.967.620,25	11.859.816,05

6.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O MDN, tendo como instrumento financeiro a Lei de Programação Militar, promove, dinamiza e coordena, através da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de Defesa, mediante participação em programas e projetos cooperativos internacionais de I&D no quadro das alianças militares em que Portugal participa, assim como em projetos de âmbito nacional de tecnologias de Defesa.

Entende-se por I&D de Defesa, o conjunto de iniciativas e atividades de índole científica e/ou tecnológicas ligadas à geração e aplicação de competências, conhecimentos e saber em áreas e domínios que direta ou indiretamente concorrem para a satisfação de lacunas ou objetivos de capacidades de Defesa, para o reforço da base tecnológica e industrial de Defesa (nacional e europeia) e ainda para o apoio e informação ao processo de tomada de decisão em matéria de opção e aquisição de novos equipamentos e sistemas de armas.

6.4.1 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – MARINHA

Programa/Projeto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			ODN	PIDDAC	LPM	Outras Fontes	
MECPAB	EN & CINA	Gestão da Manutenção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUTOLAND	EN & CINA	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	85.074,61	85.074,61
SEAGULL	EN & CINA	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	67.903,75	67.903,75
TURTLE	EN & CINA	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	25.537,19	25.537,19
PERSEUS	EN & CINA	Sistemas de Apoio à Decisão	0,00	0,00	0,00	85.102,45	85.102,45
SABUVIS	EN & CINA	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
E-VENTOS	EN & CINA	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Solar	EN & CINA	Não Integrada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SADAP	EN & CINA	Sistemas de Apoio à Decisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ICARUS	EN & CINA	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RSEM	EN & CINA	Não Integrada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MISSION PLANNING	EN & CINA	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ARCHIMARIA	EN & CINA	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PATACHO DE PEDRO DIAS	EN & CINA	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NECSAVE	EN & CINA	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MareCom	EN & CINA	Processamento de Sinal	0,00	0,00	0,00	11.480,17	11.480,17
SUNNY	EN & CINA	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	160.370,00	160.370,00
Networked Ocean	EN & CINA	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ARCHINAVES	EN & CINA	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CNO	EN & CINA	Sistemas de Apoio à Decisão	0,00	0,00	0,00	21.227,99	21.227,99
SHARE	EN & CINA	Não Integrada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEACON II	EN & CINA	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SigneaMar	EN & CINA	Sistemas de Apoio à Decisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vibcontrolo	EN & CINA	Gestão da Manutenção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Océanides	EN & CINA	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dicionário de História Marítima	EN & CINA	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MIDNET	EN & CINA	Processamento de Sinal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DeepFloat	EN & CINA	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SoSMSA	EN & CINA	Sistemas de Apoio à Decisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
As Operações do U-35 na Costa de Sagres (1917)	EN & CINA	História Marítima	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
VEEO PLUS	EN & CINA	Gestão da Manutenção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Universidade Itinerante do Mar	EN & CINA	Não Integrada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tipologia da Conflitualidade e Beligerância Portuguesa na Grande Guerra	EN & CINA	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TUNES	EN & CINA	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GAMMAex	EN & CINA	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	4.022,93	4.022,93
SUBECO	EN & CINA	Processamento de Sinal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
THEMIS	EN & CINA	Sistemas de Apoio à Decisão	0,00	0,00	0,00	39.227,50	39.227,50
TROANTE	EN & CINA	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANDRÓMEDA	EN & CINA	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
BMS & EMM	EN & CINA	Sistemas de Apoio à Decisão	0,00	0,00	0,00	14.438,23	14.438,23
Profundis	EN & CINA	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COWCLIP	EN & CINA	Não Integrada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONBLAST 2	EN & CINA	Não Integrada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SIDENAV	EN & CINA	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIREND	EN & CINA	Não Integrada	0,00	0,00	0,00	25.052,78	25.052,78
Automatização dos levantamentos hidrográficos	IH	Não Integrada	1.098,00	13.928,00	19.535,00	0,00	34.561,00
Automatização dos sistemas de cartografia náutica	IH	Não Integrada	10.657,00	7.750,00	0,00	0,00	18.407,00
Vigilância da qualidade do meio marinho	IH	Não Integrada	16.859,00	32.598,00	37.842,00	0,00	87.299,00
Cartas sedimentológicas	IH	Não Integrada	134.773,00	13.075,00	9.731,00	0,00	157.579,00
Estudo das tecnologias das ajudas e segurança da navegação	IH	Não Integrada	9.429,00	0,00	0,00	0,00	9.429,00
Geologia marinha	IH	Não Integrada	121.339,00	45.141,00	22.232,00	0,00	188.712,00
Previsão operacional	IH	Não Integrada	49.149,00	0,00	0,00	0,00	49.149,00
Inovação e desenvolvimento de técnicas de análise	IH	Não Integrada	29.960,00	0,00	0,00	0,00	29.960,00
Dinâmica sedimentar e projetos I&D(Geologia)	IH	Não Integrada	153.591,00	0,00	61.485,00	5.333,00	220.409,00
Rede maregráfica	IH	Não Integrada	14.361,00	5.220,00	0,00	0,00	19.581,00
Rede boias ondógrafo	IH	Não Integrada	36.290,00	4.720,00	60.053,00	0,00	101.063,00
Rede meteorológica	IH	Não Integrada	3.447,00	0,00	0,00	0,00	3.447,00
Rede Radar HF	IH	Não Integrada	10.161,00	0,00	0,00	0,00	10.161,00
Rede boias multiparamétricas	IH	Não Integrada	36.959,00	10.415,00	0,00	0,00	47.374,00

SIMOCEAN	IH	Não Integrada	16.549,00	0,00	0,00	4.984,00	21.533,00
TRADE 2	IH	Não Integrada	686,00	0,00	0,00	0,00	686,00
SOCODRONE	IH	Não Integrada	10.076,00	0,00	0,00	38.839,00	48.915,00
CORESYP	IH	Não Integrada	11.674,00	0,00	0,00	94.401,00	106.075,00
RAIAco	IH	Não Integrada	958,00	0,00	0,00	82.611,00	83.569,00
JERICO NEXT	IH	Não Integrada	19.502,00	0,00	0,00	0,00	19.502,00
SUBECO	IH	Não Integrada	6.448,00	0,00	0,00	290.800,00	297.248,00
TOTAL			693.966,00	132.847,00	210.878,00	1.072.405,60	2.110.096,60

6.4.2 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – EXÉRCITO

(euros)

Programa/Projeto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			ODN	PIDDAC	LPM	Outras Fontes	
TROANTE	DGRDN / MDN	Ciências Militares	0,00	0,00	0,00	108,00	108,00
AUXDEFENSE	DGRDN / MDN	Ciências Militares	0,00	0,00	0,00	8.820,88	8.820,88
BMS & EMM	DGRDN / MDN	Ciências Militares	0,00	0,00	0,00	15.945,79	15.945,79
GAMMAex	DGRDN / MDN	Ciências Militares	0,00	0,00	0,00	2.447,73	2.447,73
THEMIS	DGRDN / MDN	Ciências Militares	0,00	0,00	0,00	9.975,00	9.975,00
CESAR - Recolha de amostras NBQR	EME / CINAMIL	Ciências Militares	5.250,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00
Anthrax análise e rastreio em solos	EME / CINAMIL	Ciências Militares	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Auto Identidade dos Futuros Comandantes	EME / CINAMIL	Ciências Militares	3.325,00	0,00	0,00	0,00	3.325,00
FIVE – Fusão de imagens do visível e do infravermelho	EME / CINAMIL	Ciências Militares	3.650,00	0,00	0,00	0,00	3.650,00
VIGeos3D - Validação Informação Geoespacial 3D	EME / CINAMIL	Ciências Militares	11.275,00	0,00	0,00	0,00	11.275,00
Motivação dos Soldados Portugueses- Um estudo longitudinal	EME / CINAMIL	Ciências Militares	3.150,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00
Desenvolvimento de um instrumento de avaliação	EME / CINAMIL	Ciências Militares	3.570,00	0,00	0,00	0,00	3.570,00
SPPDIM – Pesquisa, processamento e difusão de informações	EME / CINAMIL	Ciências Militares	4.463,00	0,00	0,00	0,00	4.463,00
Projeto de Apoio à Transição e Adaptação ao Ensino Superior	EME / CINAMIL	Ciências Militares	1.313,00	0,00	0,00	0,00	1.313,00
RASA – Riscos dos Solos e Sistemas Aquíferos do CMSM	EME / CINAMIL	Ciências Militares	13.475,00	0,00	0,00	0,00	13.475,00
IDIMIL_MZ - Investigação, Desenvolvimento e Inovação Militar	EME / CINAMIL	Ciências Militares	4.725,00	0,00	0,00	0,00	4.725,00
C_Mil_R3 - Carreiras dos Militares do Exército Português	EME / CINAMIL	Ciências Militares	7.980,00	0,00	0,00	0,00	7.980,00
A arquitetura de Segurança na África Subsariana	EME / CINAMIL	Ciências Militares	1.798,00	0,00	0,00	0,00	1.798,00
SNIFFER	FP7(CE)	Ciências Militares	0,00	0,00	0,00	66.288,00	66.288,00
UPCAST - 3467 - via TEKEVER	P2020	Ciências Militares	0,00	0,00	0,00	9.571,00	9.571,00
Porto de Sines	Gab Porto Sines	Ciências Militares	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
Adaptabilidade do Ensino Superior Universitário Militar	EME / CINAMIL	Ciências Militares	4.192,83	0,00	0,00	0,00	4.192,83
Segurança e Integridade Estrutural de Edifícios Estratégicos	EME / CINAMIL	Ciências Militares	12.705,00	0,00	0,00	0,00	12.705,00
África-Uma Forma Portuguesa de Comando e Liderança Militar	EME / CINAMIL	Ciências Militares	4.196,85	0,00	0,00	0,00	4.196,85
Perfil Físico	EME / CINAMIL	Ciências Militares	9.900,00	0,00	0,00	0,00	9.900,00
FIREND- Projétil para Combate a Incêndios	CINAMIL / Direção de Formação	Ciências Militares	81.956,05	0,00	0,00	0,00	81.956,05
TOTAL			187.924,73	0,00	0,00	143.156,40	331.081,13

6.4.3 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – FORÇA AÉREA

(euros)

Programa/Projeto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			ODN	PIDDAC	LPM	Outras Fontes	
TROANTE	CIDIFA	a)	0,00	0,00	0,00	50.846,00	50.846
ANDROMEDA	CIDIFA	b)	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000
AUXDEFENSE	CIDIFA	c)	0,00	0,00	0,00	8.771,08	8.771,08
SUNNY	CIDIFA	d)	0,00	0,00	0,00	103.800,00	103.800
SHM TB-30	CIDIFA	e)	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL			0,00	0,00	0,00	168.417,08	168.417,08

a) O projeto TROANTE tem em vista o desenvolvimento de tecnologia UAS de aplicação dual (militar e civil), tecnologia essa que se pretende que venha a evoluir no sentido da sua Industrialização e Comercialização, e subsequente aplicação no âmbito da Prestação de Serviços. O Financiamento é assegurado por verbas do MDN(I&D).

b) O projeto ANDROMEDA pretende, entre vários objetivos, apoiar-se nos resultados positivos obtidos pelo projeto FP7-PERSEUS que contou com a colaboração e envolvimento da Marinha, da Força Aérea, da GNR e do INOV no desenvolvimento de um sistema de informação que permitisse selecionar, filtrar e partilhar informação entre as referidas entidades assim como com outras entidades militares e civis internacionais. O Financiamento é assegurado por verbas do MDN(I&D).

c) O Projeto AUXDEFENSE pretende desenvolver produtos inovadores de elevado desempenho em termos de proteção mecânica (impacto, corte e perfuração), com base em estruturas auxéticas avançadas, tendo em vista a sua utilização nas Forças Armadas. O Financiamento é assegurado por verbas do MDN(I&D).

d) Smart Unattended Airborne Sensor Network for Detection of Vessels used for cross border crime and irregular entry (SUNNY) - O Projeto SUNNY visa contribuir para EUROSUR através da definição de uma nova ferramenta para a coleta de informações em tempo real de cenários operacionais. O Projeto pretende testar uma rede de sensores UAV heterogêneos em duas camadas a altitudes diferentes, a fim de fornecer melhores capacidades de vigilância. O Financiamento é assegurado por verbas provenientes do FP7.

e) O projeto SHM TB30 pretende desenvolver uma metodologia e construir as respetivas ferramentas avançadas para avaliação da condição estrutural de uma frota de aeronaves, possibilitando a extensão da sua vida útil a custos aceitáveis.

6.4.4 – Pessoal empregue em atividades de investigação e desenvolvimento

Pessoal			
Ramos	2016		
	Militar	Civil	TOTAL FORÇAS ARMADAS
Marinha	96	53	149
Exército	58	23	81
Força Aérea (SHERLOC)	22	0	22
TOTAL POR CLASSE	176	76	252

**6.4.5- Investigação e Desenvolvimento com Financiamento LPM e Respetivas Áreas Tecnológicas
– Âmbito Nacional e Internacional - Sob Coordenação da DGRDN**

			(euros)
Programa/Projeto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fonte de Financiamento LPM
TROANTE - desenvolvimento de tecnologia UAV para utilização de âmbito conjunto e dual	Força Aérea / Marinha / Exército / Critical Software / Instituto de Telecomunicações-Aveiro / Faculd	Veículos não-tripulados	300.000,00
AUXDEFENSE - Desenvolvimento de materiais auxéticos para o setor da Defesa	TECMINHO / Força Aérea / Exército / Leandro Manuel Araújo / Fibrauto. / Latino Group / IDT Consultin	Materiais	100.000,00
THEMIS - Distributed Holistic Emergency Management Intelligent System	Marinha / Exército / Critical Software / ISEGI-UNL (MAGIC) / UNIDEMI	Sistemas de comando e controlo / Fatores humanos e medicina	122.562,64
SUB-ECO - Edificação de um sistema de Vigilância Acústica Submarina	Marinha / Força Aérea Portuguesa / CISMIL / MARSENSING / CINTAL	Sensores e tecnologias de radar / Ambiente operacional / Modelação e simulação	325.800,00
FIREND - Projétil de artilharia para o combate de incêndios	Exército / Marinha / ANPC / IdMec / IST / ADAI / HFA	Tecnologias de Informação e Comunicações / Sistemas de comando e controlo / Ambiente operacional	180.000,01
BMS&EMM - Battlefield Management System & Emergency Mobile Mesh	Critical Software / Exército / Marinha / DGAM / INESC-ID	Tecnologias de Informação e Comunicações / Sistemas de comando e controlo / Ambiente operacional	200.000,00
ANDROMEDA - Investigação e tecnologia envolvendo veículos aéreos não-tripulados e tripulados e navio	Força Aérea / Marinha / Autoridade Marítima Nacional / INOV – INESC / Xsealence;	Opto-eletrónica / Tecnologias de Informação e Comunicações / Robôs e veículos não-tripulados / Siste	5.000,00
GAMMAEX - Sistema aéreo com operação remota para ser empregue em cenários onde figuram ameaças BQR	Marinha / Força Aérea / I-SKYEX / Instituto de Soldadura e Qualidade / Instituto Superior Técnico	Tecnologias de defesa QBRN / Robôs e veículos não-tripulados	2.447,73
RSEM (Reduced Sensitivity Energetic Materials for the Higher Performance of the Inertial Confinement	ADAI / LEDAP	Materiais	50.000,00
MIDNET (Military Disruption Tolerant Networks)	TEKEVER	Sistemas de comunicação	150.000,00
TOTAL			1.435.810,38

6.5 – INDÚSTRIAS DE DEFESA

Nos quadros seguintes identificam-se as empresas portuguesas, com atividades no âmbito da Defesa, participadas pelo Estado e uma das principais associações do sector.

6.5.1 – EMPORDEF (SGPS), S.A. e Associações do Setor

6.5.1.1 - A EMPORDEF (SGPS), S.A. é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais públicos que agrupa as participações do Estado nas seguintes empresas da área da Defesa:

Arsenal do Alfeite, S.A.

DEFAERLOC – Locação de Aeronaves Militares, S.A.

DEFLOC – Locação de Equipamentos de Defesa, S.A.

EDISOFT – Empresa de Serviços e de Desenvolvimento de Software, S.A.

EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.

EMPORDEF Engenharia Naval, S.A. (EEN)

ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.

ETI - Empordef Tecnologias de Informação, S.A.

EXTRA - Explosivos da Trafaria, S.A.

idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A.

NAVALROCHA - Sociedade de Reparação e Construção Navais, S.A.

OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.

6.5.1.2 - A DANOTEC - Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias, agrupa as seguintes empresas e instituições com atividades de interesse na área da Defesa:

AEROHÉLICE, Sociedade de Manutenção e Revisão Geral de Hélices, Lda

Cablotec

EDISOFT

EID, S.A.

Embraer Portugal, SGPS SA

EMPORDEF - EMPRESA PORTUGUESA DE DEFESA SGPS S.A.

EMPORDEF - Tecnologias de Informação, S.A.

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

GMVIS SKYSOFT S.A.

HOLOS - Soluções Avançadas em Tecnologias de Informação, S.A.

IDD – Indústria de Desmilitarização e Defesa, SA

INEGI - INSTITUTO DE ENGENHARIA MECÂNICA E GESTÃO INDUSTRIAL

INESC PORTO

InoCrowd

INOV (INESC Inovação Instituto de Novas Tecnologias)

ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade

NAVALROCHA, S.A.

OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal

Optilink

SATA AIR AÇORES, SA

TAP Portugal

TEKEVER Group

6.6 – QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Dentro das competências da DGRDN, foram exercidas no ano de 2016 as seguintes atividades no domínio da Qualidade, Normalização e Catalogação de bens militares:

6.6.1 – Qualidade

A DGRDN, através da Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente (DSQA) exerce as competências de Autoridade Nacional para o exercício da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ) no âmbito da Defesa Nacional ao abrigo do artº 7º da Portaria n.º283/2015, de 15 de setembro a fim de dar cumprimento ao disposto no STANAG 4107.

A Área da Qualidade da DSQA é ainda a entidade responsável pela concessão e manutenção da Certificação AQAP para as Indústrias de Defesa.

6.6.1.1 – Garantia Governamental da Qualidade

O STANAG 4107 dispõe um conjunto de normas para a aplicação das Allied Quality Assurance Publications (AQAP) cuja observância pode ser exigida em contratos celebrados entre países e agências NATO junto da Indústria de Defesa Nacional.

A garantia de cumprimento destas normas é feita pelo acompanhamento dos contratos no país fornecedor através da atividade GGQ diretamente pela DGRDN ou por um representante indicado por esta Direção-geral.

As ações realizadas no âmbito do acompanhamento de contratos pela DGRDN, enumeram-se na tabela abaixo:

Empresa/Entidade	Contrato	2016
Base Aérea nº5	F-16 MLU PRT-ROM	1
ETI, S.A	GPATE – Sub-contract dated May 20th 2009	1
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	OA LC-CC 4600002815	1

6.6.1.2 – Certificação AQAP

A DGRDN é a entidade responsável pela emissão e manutenção da Certificação NATO AQAP (Allied Quality Assurance Publications) das empresas que atuam no setor da Defesa.

As ações realizadas no âmbito da Certificação AQAP realizadas pela DGRDN caracterizam-se pelas auditorias de Qualidade e pela emissão de certificados de Qualidade. Nas tabelas abaixo enumeram-se as atividades realizadas em 2016:

Auditorias

Empresa	Tipo de Auditoria	2016
AEROEQUIPO,Lda.	Concessão	1
AEROHÉLICE, Lda.	Acompanhamento	1
AEROMECC, S.A	Concessão	1
Critical Software, S.A.	Acompanhamento	1
DEIMOS Engenharia, S.A.	Acompanhamento	1
EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.	Acompanhamento	1
INTROSYS S.A.	Acompanhamento	1
	TOTAL	7

Emissão de Certificados

Empresa	Certificado	2016
AEROEQUIPO, Lda.	AQAP-2120	1
AEROMECC, S.A.	AQAP-2120	1
	TOTAL	2

AEROMECC, S.A.1

6.6.2 – Normalização

Os Acordos de Normalização ou STANAG's – acrónimo que deriva da expressão Standard Agreements – são instrumentos usados na NATO para estabelecer normas militares comuns a todos os países da Organização nos domínios das políticas, das regras e procedimentos que abrangem variados domínios: operacionais, científicos, técnicos, logísticos, qualidade, etc.

6.6.2.1 - Acordos de Normalização NATO

	2015	2016
Número de processos elaborados	100	95
Número de acordos de normalização (STANAG's) ratificados por Portugal	46	162
Número de registos que constam na Base de Dados Nacional	1.239	1.225
Número de documentos de normalização NATO (NSO) recebidos e analisados	1.857	1.690

6.6.3 – Catalogação

O Centro Nacional de Catalogação, cumprindo o definido nos STANAG's 3150 e 3151, ratificados e implementados por Portugal, é a entidade nacional responsável pela:

Catalogação de artigos de produção nacional utilizados quer pelas Forças Armadas nacionais, quer pelas Forças Armadas de outros países que usam o Sistema de Catalogação NATO;

Catalogação de artigos utilizados pelas Forças Armadas nacionais que são produzidos em países não-NATO, mas que fazem parte do Sistema de Catalogação NATO (países participantes no Comité de Diretores Nacionais de Catalogação - AC/135);

Atribuição de Código de Organização (CORG) às organizações sedeadas em Portugal que são fornecedoras das Forças Armadas nacionais e estrangeiras.

A catalogação destes artigos é efetuada através da atribuição de um “Número NATO de Abastecimento” (NNA) que identifica de forma inequívoca o artigo em causa para todos os países que utilizam o Sistema de Catalogação NATO.

Atualmente, com o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão do Ministério da Defesa Nacional (SIGDN), o Centro Nacional de Catalogação passou a gerir e a atribuir os Números de Abastecimento Provisório (NAP-MD).

O Centro Nacional de Catalogação tem como responsabilidade garantir a qualidade da catalogação nacional, razão pela qual organiza regularmente o Curso de Operadores do Sistema Nacional de Catalogação (COSN). Este Curso destina-se a proporcionar a habilitação profissional e a aprendizagem de conhecimentos adequados ao exercício de funções como operador do Sistema Nacional de Catalogação (SNC) nas Secções de Catalogação (SECA) dos Ramos das Forças Armadas e nos Serviços de Identificação e Classificação de Material.

6.6.3.1 - Pedidos de Catalogação de Artigos – 2016

Solicitações Internacionais	Ao CNC Nacional	
	Pedidos de Catalogação	Catalogados
SECA's dos Ramos/CNC	2.056	1.870
TOTAL	2.056	1.870

Os pedidos de catalogação Internacionais são submetidos pelas SECA's dos Ramos e verificados/alterados/validados no CNC antes de serem enviados ao respectivo NCB Estrangeiro (do país fabricante do material).

Solicitações Nacionais	Ao CNC Nacional	
	Pedidos de Catalogação	Catalogados
NCB's Estrangeiros	92	87
Marinha	256	198
Exército	629	517
Força Aérea	436	361
Outros	75	57
TOTAL	1.488	1.220

6.6.3.2 - Pedidos de Atribuição de Códigos de Organização (CORG)

Solicitações Internacionais	Ao CNC Nacional	A CNC Estrangeiros
	Organizações Nacionais	Organizações Estrangeiras
NCB's Estrangeiros	1	62
TOTAL	1	62

Solicitações Nacionais	Ao CNC Nacional	A CNC Estrangeiros
	Organizações Nacionais	Organizações Estrangeiras
Marinha	10	0
Exército	28	0
Força Aérea	26	0
Empresas	55	0
TOTAL	119	0

6.6.3.3 - Propostas de Cancelamento de Número NATO de Abastecimento (NNA)

Pospostas de Cancelamento	Quantidade
Recebidas	110
Respostas efetuadas	235

6.6.3.4 - Situação da Base de Dados de Catalogação (SPCAT II*) em 31 de dezembro de 2016

Registos	Quantidade
Artigos catalogados por Portugal	14.832
Artigos internacionais – PRT é Utente	462.200
Artigos Nacionais com Utente estrangeiros	1.848
Organizações nacionais	5.098

6.6.3.5 - Articulação do Centro Nacional de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional - SIG-DN (Logística)

Empresa	Atribuição de NAP	Alterações Efetuadas em SIG-DN (a)	Inserções NNA/ÑAP em SIG/DN
Marinha	4.679	16.794	11.975
Exército	1.275	2.853	2.968
Força Aérea	1.188	2.462	4.131
SG/MDN	0	0	97
EMGFA	0	0	0
Lab. Militar	81	132	166
IASFA	257	298	256
GDM-SIG	0	47.400	0

(a) Compreendendo operações de: Evolução (NAP para NNA ou NNA para NNA); Eliminação (NAP e NNA); Adição/Eliminação de Utente; Adição/Eliminação de referências.

(b) Total de números de gestão (NAP-MD e NNA) inseridos em SIG-DN.

Capítulo

7

NOTA EXPLICATIVA

O capítulo 7º, da responsabilidade da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), cujo regime de organização e funcionamento se encontra regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º8/2015, de 31 de julho, Portaria n.º 283/2015 de 15 de setembro, e Despacho n.º 10969/2015 do Diretor-geral de Recursos da Defesa Nacional, de 25 de setembro de 2015, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 193, de 2 de outubro de 2015, inclui dados estatísticos referentes ao património imobiliário afeto à Defesa Nacional.

Os dados apurados respeitantes a 2016 e indicados resultam da contribuição dos Órgãos e Serviços Centrais, do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do Instituto de Ação Social das Forças Armadas.

CONCEITOS

Desamortização de Unidades Imobiliárias

Desafetação de unidades imobiliárias do MDN, mediante a reafetação a outras entidades do Estado, e alienação por venda ou cessão a título definitivo e oneroso a pessoas coletivas de direito público ou instituições particulares de interesse público.

Alojamento Clássico

Locais distintos e independentes, constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural) que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Distinto

Significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da coletividade.

Independente

Significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

Área Bruta de Construção

É o resultado do somatório da área bruta dos pisos, medida pelo perímetro exterior das paredes e eixo das paredes separadoras, incluindo as varandas privativas.

Área do Terreno

Área bruta do terreno delimitado pelo seu perímetro.

Capacidade de Alimentação

Número de refeições servidas por hora em cada unidade, considerando condições normais de utilização.

Capacidade de Alojamento

Número máximo de camas instaladas em cada unidade, em condições normais de utilização.

Classificação de Imóveis

A classificação dos edifícios como Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público encontra-se definida na Lei nº 107/2001, de 9 de agosto.

Imóvel de Interesse Municipal

Consideram-se de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

Imóvel de Interesse Público

Imóvel que, sem merecer a classificação de monumento nacional, ofereça, todavia, considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico.

Monumento Nacional

Imóvel cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico.

Construção Nova

Edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre o qual foi erguida já tenha sido efetuada outra construção, incluindo-se ampliações de edifícios existentes.

Grandes Reparações de Unidades Imobiliárias

Trabalhos através dos quais as construções são melhoradas ou renovadas, prolongando materialmente a sua duração de tempo útil.

Natureza das Unidades Imobiliárias

Qualificação dos prédios em rústicos, urbanos ou mistos, tendo em conta a sua descrição na matriz predial.

Servidões das Unidades Imobiliárias

Restrições aos direitos de propriedade, público e privado, relativos a zonas confinantes com organizações militares ou de interesse para a Defesa Nacional, de carácter permanente ou temporário. Estas servidões são criadas por decreto.

TIPOS DE UTILIZAÇÃO

Operacional

Unidades imobiliárias utilizadas para o desenvolvimento das atividades (missões), da componente operacional do Sistema de Forças Nacional. São exemplos de unidades imobiliárias classificadas nesta categoria quartéis, bases aéreas e bases de fuzileiros.

Logístico-Administrativo

Unidades imobiliárias cuja utilização é dirigida para o apoio logístico e administrativo da estrutura orgânica da Defesa Nacional, tais como os Centros de Finanças, os Centros de Recrutamento e o Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea.

Formação/Instrução

Unidades imobiliárias destinadas a ministrar formação militar, instrução, instrução básica e treino (academias, institutos, escolas, centros de instrução, campos de tiro, etc.), bem como ensino civil, tais como o Instituto de Odivelas, o Colégio Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

Cultural

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com a divulgação cultural (museus, bibliotecas, etc.).

Ciência e Tecnologia

Unidades imobiliárias onde se desenvolvem atividades científicas e tecnológicas – conjunto de atividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, promoção, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e tecnologia. Incluem-se nesta categoria os serviços hidrográficos, cartográficos, laboratórios de investigação de produtos químicos e farmacêuticos, etc.

Saúde

Unidades imobiliárias cuja função é de apoio à saúde (hospitais militares, casas de saúde, farmácias, laboratórios militares de análises clínicas, etc.).

Justiça

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com questões de justiça militar (tribunais, casas de reclusão, etc.).

Apoio Social

Unidades imobiliárias destinadas ao apoio social dos militares (messes, habitações, lares e outros equipamentos de carácter social).

Mistos

Unidades imobiliárias em que existem mais do que uma das utilizações referidas, não sendo nenhuma delas prioritárias em termos de ocupação de espaço.

Outros

Unidades imobiliárias cuja utilização não se integra em nenhuma das definições anteriores, nomeadamente faróis, farolins, estradas militares, etc.

Unidade Imobiliária

Todo o imóvel ou agrupamento imobiliário que seja fisicamente autónomo e independente e que apresente, em si mesmo, continuidade, qualquer que seja o número de freguesias em que se situe e o número de entidades afetárias ou utentes.

Imóvel

Prédio rústico ou urbano afeto ao MDN, localizado no país ou no estrangeiro, incluindo edifícios ou construções de carácter provisório que se encontrem assentes no mesmo local por um período superior a 6 meses.

Agrupamento imobiliário

Conjunto de várias edificações separadas entre si, mas constituindo um todo, por se encontrarem interligadas por um espaço exterior comum, em regra, vedado.

Unidades Imobiliárias Adquiridas

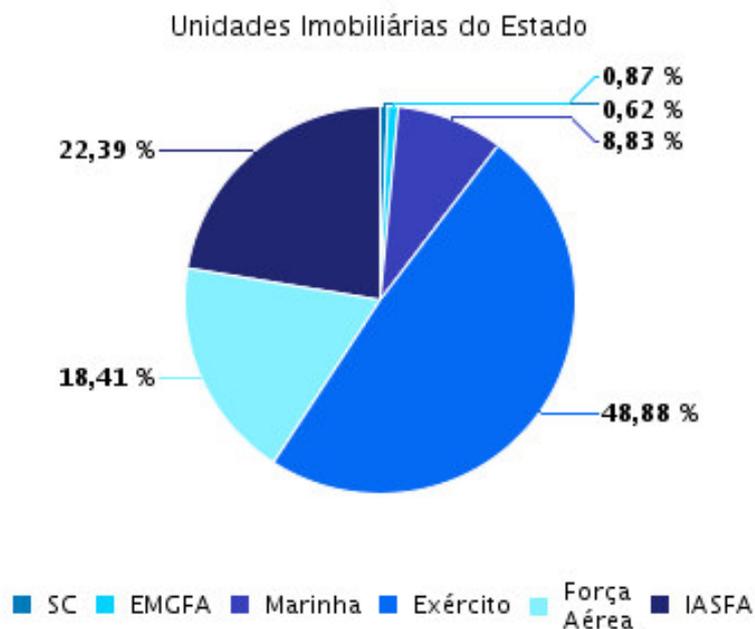
Imóveis que passaram a integrarem o património afeto ao MDN, independentemente da forma como se processou a afetação (compra, permuta, arrendamento ou expropriação), sendo excluídas as novas construções.

7.1 – IMÓVEIS AFETOS À DEFESA NACIONAL

Localização	UI DO ESTADO						UI ARRENDADAS						TOTAL
	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	
Continente	4	7	44	356	87	174	0	0	0	10	1	0	683
Açores	1	0	21	26	48a)	5	0	0	0	4	35	0	140
Madeira	0	0	6	11	10	1	0	0	16	0	0	0	44
USA	0	0	0	0	3b)	0	0	0	0	0	0	0	3
TOTAL	5	7	71	393	148	180	0	0	16	14	36	0	870

a) No decorrer da regularização patrimonial (ainda em curso), foram levantadas e reorganizadas as UI no Arquipélago dos Açores, tendo sido identificadas mais 15 UI já existentes e afetas à Força Aérea.

b) Para alojamento dos 3 elementos da representação portuguesa no Air Force Material Command (Ohio).

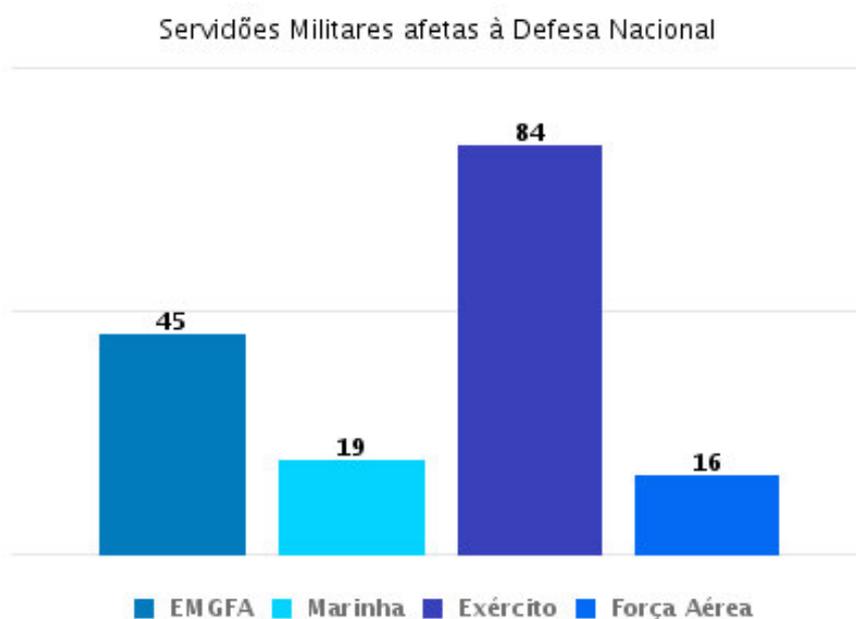


7.2 – SERVIDÕES MILITARES AFETAS À DEFESA NACIONAL

Localização	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Continente	5	15	75	15	110
Açores	24	3	5	1	33
Madeira	16	1	4	0	21
TOTAL	45	19	84	16	164

Força Aérea - Estes valores correspondem aos Decretos de Servidão em vigor, independentemente do número de imóveis abrangidos por cada Servidão.

Nota: Estes valores correspondem aos Decretos de Servidão em vigor, independentemente do número de imóveis abrangidos por cada Servidão.



7.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS

Afetação	Localização	Tipos de Utilização									TOTAL	
		Operacional	Logístico-Administrativo	Formação e Instrução	Cultural	Ciência & Tecnologia	Saúde	Justiça	Apoio Social	Mistos		Outros
SC	Continente	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	4
	Açores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
EMGFA	Continente	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	Açores	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24
	Madeira	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16
Marinha	Continente	21	2	3	3	1	0	0	8	3	4	45
	Açores	10	6	0	0	0	0	0	5	0	0	21
	Madeira	3	1	0	0	0	0	0	18	0	0	22
Exército	Continente	25	35	40	10	2	5	1	54	18	181	371
	Açores	4	1	2	0	0	0	0	7	0	12	26
	Madeira	3	1	1	1	0	0	0	3	0	1	10
Força Aérea	Continente	41	19	7	5	0	1	0	8	0	10	91
	Açores	28	32	0	0	0	0	0	5	0	18	83
	Madeira	6	1	0	0	0	0	0	1	0	2	10
	USA	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
IASFA	Continente	0	0	0	0	0	0	0	134	0	40	174
	Açores	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4
	Madeira	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
TOTAL		187	99	53	20	3	6	1	251	21	270	911

Força Aérea: As Unidades Imobiliárias do complexo de Sintra e do complexo do Lumiar para efeitos do tipo de utilização são divididas em três e duas Unidades Imobiliárias, respetivamente (BA1+AFA+MUSAR) e (BALUM/UAL+CMA).

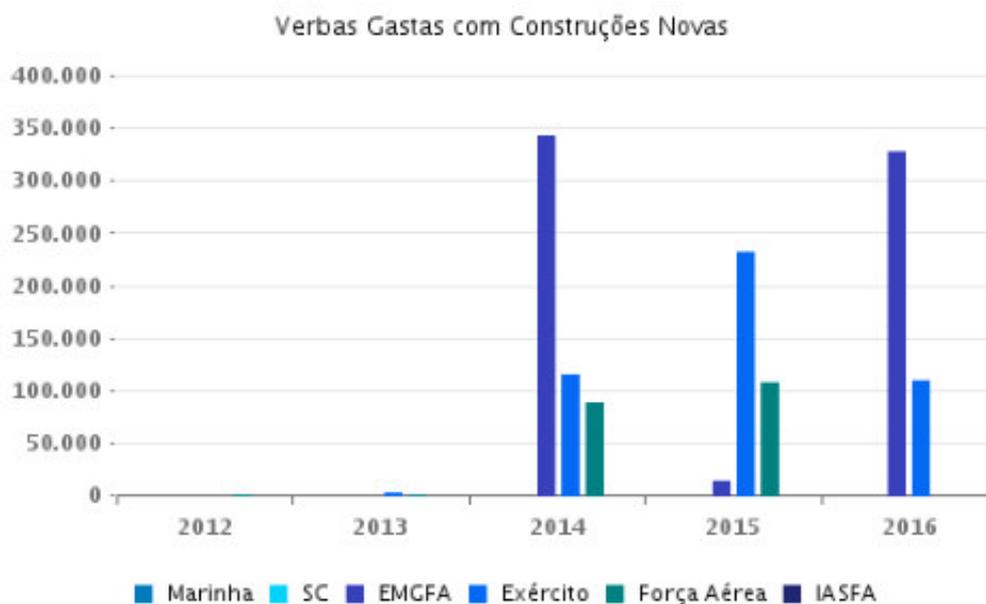
Nota: Existem imóveis que possuem mais do que um tipo de utilização, pelo que os totais dos imóveis afetos à defesa poderão não corresponder aos totais do presente quadro.

7.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS

(milhares de euros)

Organismo	2012		2013		2014		2015		2016		TOTAL Valor
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
SC	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0
EMGFA	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3.419.300,00	62,73%	145.136,88	4,10%	3.267.829,94	74,93%	6.832.266,82
Marinha	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0
Exército	(a)	0,00%	13.999,86	96,17%	1.156.286,50	21,21%	2.316.653,44	65,44%	1.093.136,78	25,07%	4.580.076,58
Força Aérea	384,80	100,00%	557,90	3,83%	874.966,00	16,05%	1.078.167,00	30,46%	0,00	0,00%	1.954.075,7
IASFA	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0
TOTAL	384,80	100,00%	14.557,76	100,00%	5.450.552,50	100,00%	3.539.957,32	100,00%	4.360.966,72	100,00%	13.366.419,10

a) Segundo dados da DIE, durante o ano de 2012 o Exército não efetuou gastos com grandes reparações imobiliárias.



7.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS

(milhares de euros)

Organismo	2012		2013		2014		2015		2016		TOTAL Valor
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
SC	0,00	0,00%	0,00	0,00%	557.561,4(c)	6,83%	791.125,91(c)	4,85%	744.103,49	8,27%	2.092.790,80
EMGFA	309,68	5,44%	919,48	0,04%	396,00	0,00%	0,00	0,00%	628.293,93	6,99%	629.919,09
Marinha	2.576,36	45,27%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.482.889,91	9,09%	1.841.580,28	20,48%	3.327.046,55
Exército	(a)	0,00%	4.176,50	0,18%	3.943.081,38(b)	48,34%	12.942.800,82	79,30%	5.776.669,95	64,24%	22.666.728,65
Força Aérea	1.477,00	25,95%	2.636,70	0,11%	3.656.481,95	44,82%	1.103.909,33	6,76%	2.091,11	0,02%	4.766.596,09
IASFA	1.328,35	23,34%	2.324.160,00	99,67%	0,00	0,00%			0,00	0,00%	2.325.488,35
TOTAL	5.691,39	100,00%	2.331.892,68	100,00%	8.157.520,73	100,00%	16.320.725,97	100,00%	8.992.738,76	100,00%	35.808.569,53

(a) Segundo dados da DIE, durante o ano de 2012 o Exército não efetuou gastos com grandes reparações imobiliárias.

(b) Só foram consideradas as intervenções acima dos €100.000 (valores c/IVA incluído)

(c) No presente exercício económico foram consideradas as reparações constantes da conta 622322-Conservação e reparação de edifícios (enquadrados na rubrica orçamental 02.02.03).

7.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFETOS À DEFESA NACIONAL

Afetação	Localização	Edifícios Classificados		Edifícios em Vias de Classificação		TOTAL
		Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	
SC	Continente	0	3	0	0	3
	Açores	0	0	0	0	0
EMGFA	Continente	0	1	0	0	1
	Açores	0	1	0	0	1
	Madeira	0	0	0	0	0
Marinha	Continente	4	3	0	0	7
	Açores	0	0	0	0	0
	Madeira	0	0	0	0	0
Exército	Continente	24	11	0	30(a)	65
	Açores	4	3	0	0	7
	Madeira	0	0	0	0	0
Força Aérea	Continente	0	0	0	2	2
	Açores	0	0	0	0	0
	Madeira	0	0	0	0	0
	USA	0	0	0	0	0
IASFA	Continente	0	3	0	0	3
	Açores	0	0	0	0	0
	Madeira	0	0	0	0	0
TOTAL		32	25	0	32	89

a) Os dados referentes aos edifícios em vias de classificação são indiferenciados.

7.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS

Localização	Continente		Açores		Madeira		USA		TOTAL	
	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC
SC	63.651,00	41.225,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.651,00	51.225,00
EMGFA	14,74	36,28	0,00	11,50	0,00	6,84	0,00	0,00	14,74	54,62
Marinha	9.823.893,03	572.049,88	290.822,65	26.490,52	146.512,00	6.585,50	0,00	0,00	10.261.227,68	605.125,90
Exército	101.227.795,00	1.456.424,00	943.889,00	13.119,00	234.831,00	41.191,00	0,00	0,00	102.406.515,00	1.510.734,00
Força Aérea	111.053,30	4.190,20	7.207,60	436,40	687,20	8,60	5,60	0,80	118.953,70	4.636,00
IASFA	81.550,58	220.919,37	489,60	2.448,00	726,00	1.639,00	0,00	0,00	82.766,18	225.006,37
TOTAL	111.307.957,65	2.294.844,73	1.252.408,85	52.505,42	382.756,20	49.430,94	5,60	0,80	112.943.128,30	2.396.781,89

a) Atualização dos dados referentes à regularização (ainda em curso) do Arquipélago dos Açores disponível no 1.º semestre de 2017.

7.8 – IMÓVEIS ADQUIRIDOS

Ano	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2016	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0

7.9 – ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS AFETOS À DEFESA NACIONAL

Afetação	Localização	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
SC	Continente	0	0	0	0	0	0
	Açores	0	0	0	0	0	0
EMGFA	Continente	0	0	0	ND	0	0
	Açores	0	0	0	ND	0	0
	Madeira	0	0	0	ND	0	0
Marinha	Continente	0	0	1	18	0	19
	Açores	0	0	0	4	0	4
	Madeira	0	0	0	2	0	2
Exército	Continente	0	0	33b)	8d)	4	45
	Açores	0	0	0	1d)	0	1
	Madeira	0	0	0	0	0	0
Força Aérea	Continente	2a)	0	0	0	0	2
	Açores	0	0	1c)	0	0	1
	Madeira	0	0	0	0	0	0
	USA	0	0	0	0	0	0
IASFA	Continente	0	0	0	0	0	0
	Açores	0	0	0	0	0	0
	Madeira	0	0	0	0	0	0
TOTAL		2	0	35	33	4	74

(a) Alienação de duas UI através do despacho nº16063/2012 dos Ministérios da Defesa Nacional, (publicado no Diário da República, 2ª série - N.º 244 de 18 de dezembro de 2012)

b) Foram considerados os imóveis abatidos ao cadastro do Exército

c) Alienação de duas UI através do Despacho nº 16063/2012 dos Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional, (publicado no Diário da República, 2ª série – N.º 244 de 18 de Dezembro de 2012).

d) Foram considerados os imóveis abatidos ao cadastro do Exército.



7.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS

Localização	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
	N.º de unidades						
Continente	0	0	13	63	562	1.783	2.421
Açores	0	28	60	0	196	30	314
Madeira	0	2	24	33	2	0	61
USA	0	0	0	0	3	0	3
TOTAL	0	30	97	96	763	1.813	2.799

7.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES

Afetação	Localização	N.º de Unidades		Capacidade de Alojamento		Capacidade de Alimentação	
		N.º de quartéis e bases	N.º de bases	N.º de camas	N.º de camas	N.º de refeições servidas/hora	N.º de refeições servidas/hora
Marinha	ZMN	NA	NA	NA	NA	NA	NA
	ZMC	NA	NA	NA	NA	NA	NA
	ZMS	NA	NA	NA	NA	NA	NA
	Açores	NA	NA	NA	NA	NA	NA
	Madeira	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Exército	Continente	0	46	0	24.504	0	22.177
	Açores	0	3	0	836	0	840
	Madeira	0	2	0	1.040	0	559
Força Aérea	Continente	0	18	0	7.228	0	0
	Açores	0	1	0	353	0	0
	Madeira	0	1	0	0	0	0
	USA	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	71	0	33.961	0	23.576

7.12 – NATUREZA DOS IMÓVEIS

Organismo	Rústica	Urbana	Mista	Omissa na Matriz Predial	TOTAL
SC	4	0	0	1	5
EMGFA	0	45	0	0	45
Marinha	11	27	8	25	71
Exército	85	263	54	5	407
Força Aérea	134	22	25	0	181
IASFA	2	175	1	1	179
TOTAL	236	532	88	32	888

Capítulo

8

SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO (atualizar)

CONCEITOS

1. Hardware

Minicomputador (Departamental)

Sistema de médio porte, multiutilizador, desenhado para suprir as necessidades de um departamento de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina médios, possibilitando a sua portabilidade e geralmente utilizando sistemas operativos do tipo *UNIX*, *OS/400* ou *Windows NT*, etc.

Microcomputador (PC's)

Sistema de pequeno porte, normalmente monoposto e de uso pessoal, com capacidade de processamento e comunicações próprias, orientados para o tratamento de aplicações de uso geral.

Inclui a unidade de processamento, o monitor, o teclado e o rato. O equipamento deverá ser considerado enquanto solução autónoma, bem como quando utilizado em rede.

Periférico

Dispositivo ligado e controlado por um computador e suscetível de com ele comunicar (ex.: impressoras, *drives* de disco, *scanners*, etc.).

Inclui os terminais não inteligentes dos computadores de grande porte e dos minicomputadores.

Comunicações

Engloba os equipamentos de rede (ex.: *routers*, *bridges*, *switches*, *gateways*, repetidores, concentradores, etc.) e o respetivo suporte físico (ex.: fibra ótica, cabo coaxial, par entrançado, UTP, *wireless*, etc.).

2. Software

SGBD – Sistema de gestão de base de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas que têm como função assegurar a gestão automatizada de uma base de dados e o controlo e gestão dos utilizadores que lhe acedem (ex.: *ORACLE*, *DB2*, *SQL Server*, etc.).

Ferramenta de desenvolvimento

Programa ou conjunto coordenado de programas cujo objetivo é o desenvolvimento de aplicações. Tipicamente inclui um editor, a linguagem de programação com compilador, *linker* e *debugger* e uma livreria de módulos e funções prontas a usar (ex.: *C*, *Pascal*, *Visual Basic*, *Java*, etc.).

Ferramenta de produtividade individual

Programa ou conjunto coordenado de programas, normalmente orientado para computadores pessoais, cujo objetivo é potenciar facilidades que contribuam para o aumento significativo da produtividade pessoal num sistema informático (ex.: folhas de cálculo, bases de dados, processadores de texto, SW de apresentação e edição gráfica, etc.).

SW de transferência de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a transferência de dados entre sistemas, a emulação e o controlo de comunicações (ex.: *mail*, *EDI*, *PC3270*, *FTP*, *TCP-IP*, *SNA*, etc.).

SW de segurança

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a de garantir a segurança da informação num sistema informático (ex.: *Firewall*, SW de autenticação e encriptação, antivírus, etc.).

SW aplicacional

Programa ou conjunto coordenado de programas que se destinam a fazer face a tarefas concretas e específicas do organismo.

3. Serviços

Desenvolvimento de SW

Atividades que englobam a aquisição de serviços de programação e/ou de aplicações desenvolvidas à medida, contratadas a um fornecedor externo à organização.

Manutenção de HW e SW

Atividade que tem por fim conservar ou repor uma unidade funcional num estado que lhe permita desempenhar a sua função.

Comunicações

Serviços na área das comunicações prestados por operadores de comunicações.

Inclui os custos de assinatura e de utilização.

Consultoria

Serviços prestados por um fornecedor externo em funções de estudo, análise, aconselhamento e orientação na área dos SI/TI.

Outro Outsourcing

Entrega da execução de uma função da organização, na área dos SI/TI, a um fornecedor externo, não incluída em rubrica anterior.

8.1 - DESPESAS COM A AQUISIÇÃO E LOCAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

(euros)

Bens e Serviços		MDN (*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
		Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor
Equipamento Informático Hardware	Computadores de Centro de Dados - A	1	4.213,49	5	21.000,00	0	0,00	6	46.937,94	0	0,00	12	72.151,43
	Computadores de Centro de Dados - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	PC secretária (Desktops) - A	64	34.909,81	50	35.046,42	755	445.301,63	273	136.500,00	49	37.302,00	1.191	689.059,86
	PC secretária (Desktops) - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Computadores Portáteis - A	25	26.259,35	10	15.410,00	165	123.972,71	71	136.500,00	97	84.697,00	368	386.839,06
	Computadores Portáteis - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Impressoras de rede - A	3	110,70	4	1.368,18	70	62.708,69	0	0,00	70	38.127,00	147	102.314,57
	Impressoras de rede - L	2	3.254,13	145	580.765,00	0	0,00	0	0,00	11	6.527,00	158	590.546,13
	Equipamentos de Comunicações - A	76	44.605,22	581	674.584,81	97	202.234,44	102	240.193,10	0	0,00	856	1.161.617,57
	Equipamentos de Comunicações - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Outros Periféricos - A	136	37.995,49	605	86.157,10	1.203	537.119,15	0	0,00	0	0,00	1.944	661.271,74
	Outros Periféricos - L	13	679,49	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	13	679,49
Subtotal	A	305	148.094,06	1.255	833.566,51	2.290	1.371.336,62	452	560.131,04	216	160.126,00	4.518	3.073.254,23
	L	15	3.933,62	145	580.765,00	0	0,00	0	0,00	11	6.527,00	171	591.225,62
Suporte Lógico Software	Sistemas Operativos - A	449	31.167,35	927	95.013,53	22	5.519,14	1.345	574.163,00	2	290.397,00	2.745	996.260,02
	Sistemas Operativos - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados - A	28	25.860,95	2	14.883,00	0	0,00	28	147.857,71	1	60.213,00	59	248.814,66
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	SW de Segurança - A	36	0,00	3.770	141.319,30	0	0,00	7.000	46.407,90	3	42.468,00	10.809	230.195,20
	SW de Segurança - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	SW de Desenvolvimento - A	253	7.876,13	0	0,00	115	18.811,09	2	44.640,00	0	0,00	370	71.327,22
	SW de Desenvolvimento - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	245.987,00	1	245.987,00
	Sistema de Gestão de Conteúdos - A	203	9.450,74	0	0,00	131	222.630,55	0	0,00	0	0,00	334	232.081,29
	Sistema de Gestão de Conteúdos - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	SW Aplicacional - A	0	0,00	24	551.408,53	92	31.582,20	0	0,00	17	128.923,00	133	711.913,73
	SW Aplicacional - L	0	0,00	19	35.306,77	0	0,00	0	0,00	0	0,00	19	35.306,77
	Outro SW de Produtividade e Individual - A	1.366	337.910,03	1.669	473.136,28	583	39.620,47	0	0,00	0	0,00	3.618	850.666,78
	Outro SW de Produtividade e Individual - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Subtotal	A	2.335	412.265,20	6.392	1.275.760,64	943	318.163,45	8.375	813.068,61	23	522.001,00	18.068	3.341.258,90
	L	0	0,00	19	35.306,77	0	0,00	0	0,00	1	245.987,00	20	281.293,77

Serviços	Desenvolvimento de Software - A	1	224.352,00	1	5.166,00	5	150.575,00	2	44.640,00	0	0,00	9	424.733,00
	Desenvolvimento de Software - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Manutenção de Hardware e Software - A	19	148.167,89	6	452.559,08	26	643.575,69	13	189.009,66	0	0,00	64	1.433.312,32
	Manutenção de Hardware e Software - L	15	24.983,62	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	15	24.983,62
	Formação - A	0	0,00	2	3.100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	3.100,00
	Formação - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Comunicações - A	53	132.832,45	4	15.075,74	939	219.762,61	2	634.129,64	12	23.757,00	1.010	1.025.557,44
	Comunicações - L	0	0,00	6	1.131.181,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	6	1.131.181,00
	Consultoria - A	0	0,00	0	0,00	9	156.090,70	0	0,00	0	0,00	9	156.090,70
	Consultoria - L	0	0,00	1	2.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	2.000,00
	Outro Outsourcing - A	0	0,00	0	0,00	52	1.025.394,68	1	69.105,60	0	0,00	53	1.094.500,28
	Outro Outsourcing - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Subtotal	A	73	505.352,34	13	475.900,82	1.031	2.195.398,68	18	936.884,90	12	23.757,00	1.147	4.137.293,74
	L	15	24.983,62	7	1.133.181,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	22	1.158.164,62
TOTAL	A	2.713	1.065.711,60	7.660	2.585.227,97	4.264	3.884.898,75	8.845	2.310.084,55	251	705.884,00	23.733	9.846.173,87
	L	30	28.917,24	171	1.749.252,77	0	0,00	0	0,00	12	252.514,00	213	1.778.182,01

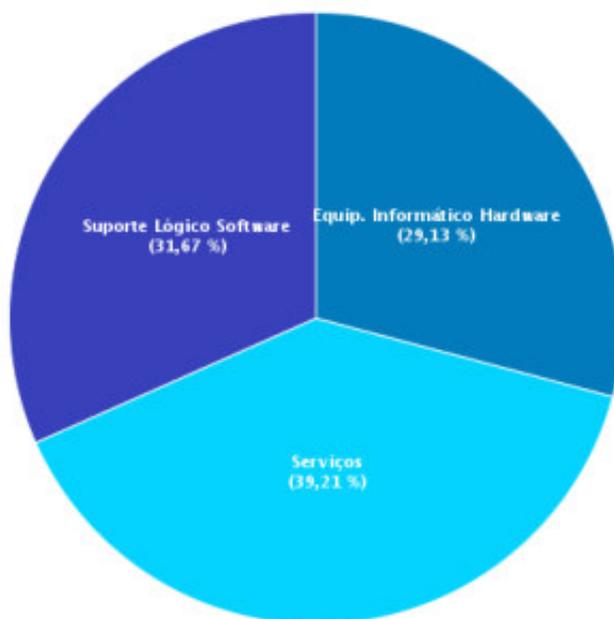
A – Aquisição

L – Locação

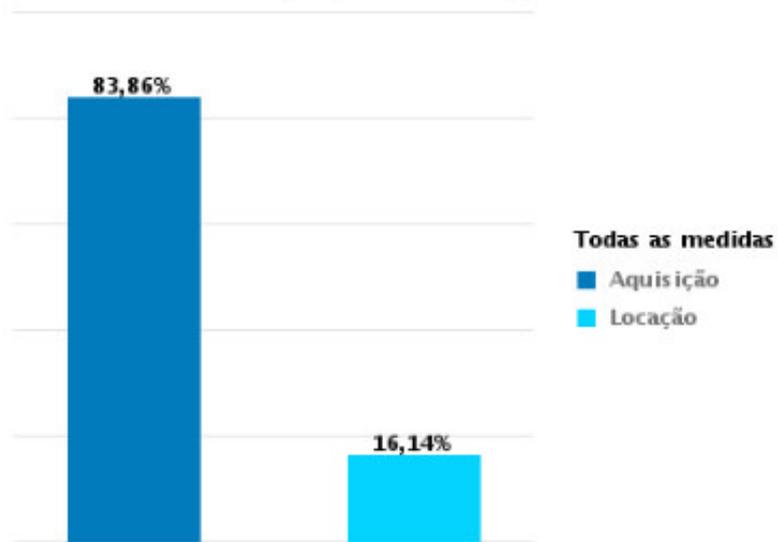
(*) MDN inclui Serviços Centrais e IASFA.

EMGFA inclui dados do IUM.

Despesas com a aquisição de bens e serviços



Aquisição versus Locação



8.2 - EXISTÊNCIAS REFERIDAS A 31 DE DEZEMBRO

(euros)

Bens e Serviços	MDN (*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor
Equipamento Informático Hardware	23	229.388,55	126	1.144.089,48	130	93.171,07	110	1.410.000,00	0	0,00	389	2.876.649,1
Computadores de Centro de Dados - A	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
Computadores de Centro de Dados - L	1.370	461.547,36	2.000	646.865,22	5.572	956.320,87	6.105	3.052.500,00	3.640	217.136,00	18.687	5.334.369,45
Computadores de Secretária - A	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
Computadores de Secretária - L	281	101.704,08	248	141.410,17	1.458	288.001,64	804	409.600,00	860	64.786,00	3.651	1.005.501,89
Computadores Portáteis - A	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
Computadores Portáteis - L	113	60.251,00	171	58.536,44	572	147.170,32	0	0,00	702	167.778,00	1.558	433.735,76
Impressoras de rede - A	23	15.298,29	133	332.508,41	0	0,00	0	0,00	0	0,00	156	347.806,7
Impressoras de rede - L	699	114.942,16	692	3.335.482,44	2.556	742.942,42	867	1.745.706,10	660	2.464.553,00	5.474	8.403.626,12
Equipamentos de Comunicações - A	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
Equipamentos de Comunicações - L	1.566	125.872,48	554	82.188,12	12.152	973.304,74	2.046	1.408.816,95	3.685	537.292,00	20.003	3.127.474,29
Outros Periféricos - A	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
Outros Periféricos - L	4.052	1.093.705,63	3.791	5.408.571,87	22.440	3.200.911,06	9.932	8.026.623,05	9.547	3.451.545	49.762	21.181.356,61
Subtotal	23	15.298,29	133	332.508,41	0	0	0	0	0	0	156	347.806,7
Suporte Lógico Software	1.360	170.387,50	1.402	156.819,65	1.728	70.534,86	5.259	838.828,59	4.540	143.554,00	14.289	1.380.124,6
Sistemas Operativos - A	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
Sistemas Operativos - L	10	76.756,16	6	42.076,34	441	97.856,25	70	369.292,13	34	87.329,00	561	673.309,88
SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados - A	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados - L	232	5.700,70	3.757	95.583,72	0	0,00	0	0,00	29	156.086,00	4.018	257.370,42
SW de Segurança - A	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
SW de Segurança - L	8	15.107,52	0	0,00	571	120.917,91	123	318.027,25	0	0,00	702	454.052,68
SW de Desenvolvimento - A	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
SW de Desenvolvimento - L	1	27.336,86	0	0,00	419	310.419,75	0	0,00	0	0,00	420	337.756,61
Sistema de Gestão de Conteúdos - A	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
Sistema de Gestão de Conteúdos - L	15	15.801,93	20	20.208,53	2.777	382.711,96	105	845.106,57	4.651	33.335,00	7.568	1.297.163,99
SW Aplicacional - A	0	0,00	4	531.200,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	531.200
SW Aplicacional - L	1.425	599.800,63	2.142	492.100,50	583	39.620,47	6.303	1.700.129,91	137	273.583,00	10.590	3.105.234,51
Outro SW de Produtividade Individual - A	0	0,00	1	6.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	6.000
Outro SW de Produtividade Individual - L	3.051	910.891,3	7.327	806.788,74	6.519	1.022.061,2	11.860	4.071.384,45	9.391	693.887	38.148	7.505.012,69
Subtotal	0	0	5	537.200	0	0	0	0	0	0	5	537.200
TOTAL	7.103	2.004.596,93	11.118	6.215.360,61	28.959	4.222.972,26	21.792	12.098.007,5	18.938	4.145.432	87.910	28.686.369,3
	23	15.298,29	138	869.708,41	0	0	0	0	0	0	161	885.006,7

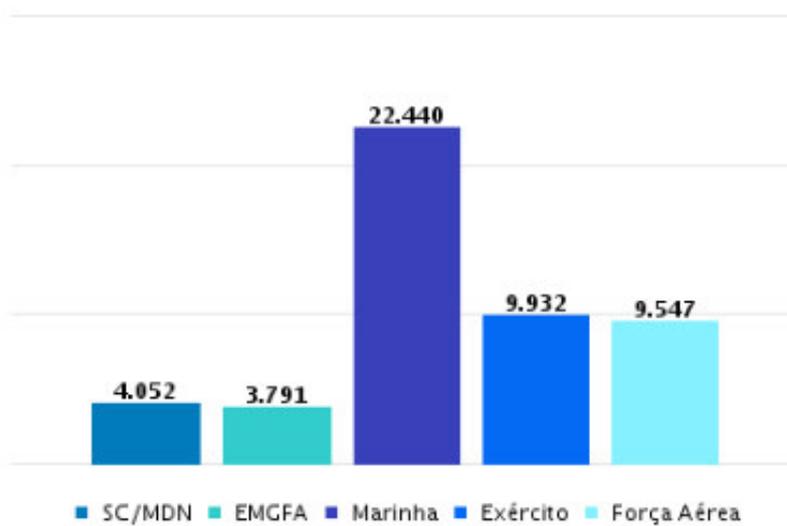
A – Aquisição

L – Locação

(*)Inclui Serviços Centrais e IASFA.

MDN inclui dados do IUM.

Existências de Hardware a 31 de dezembro



8.3 - ÁREAS INFORMATIZADAS – PERCENTAGEM

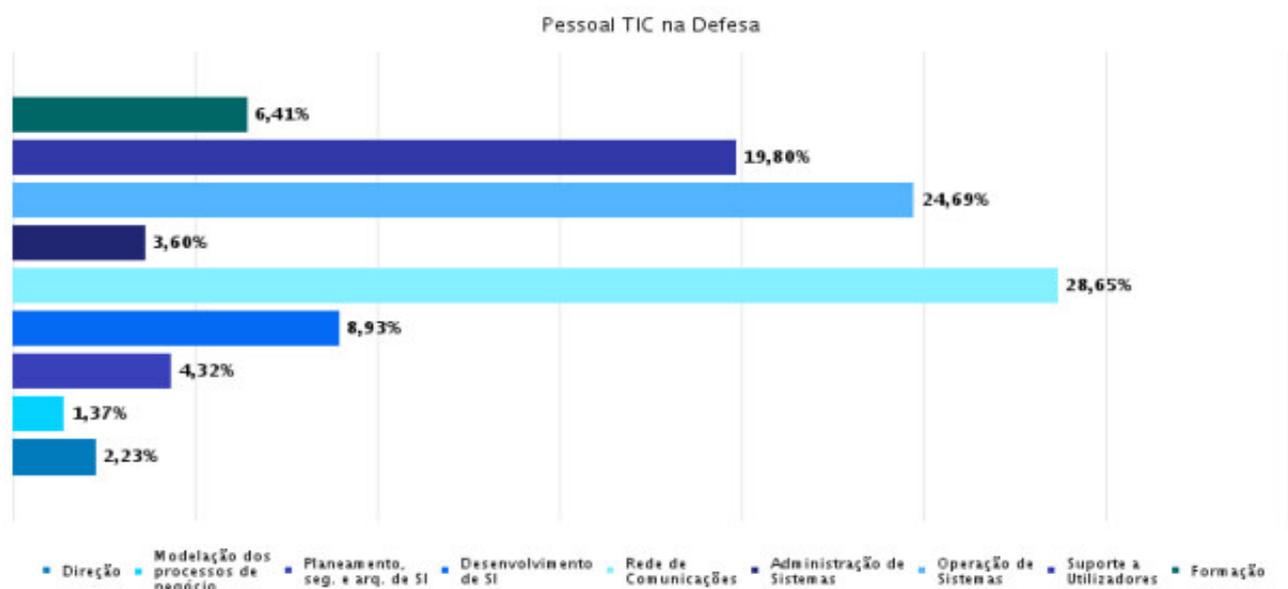
Áreas Comuns	DGRDN	DGPDN	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN
1. Gestão de Recursos Financeiros	100	100	100	100	100	90	0
1.1. Contabilidade	100	100	100	100	100	100	100
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	100	0	100	0	100	100	0
2. Gestão de Recursos Humanos	100	70	100	100	100	100	0
2.1. Formação de Pessoal	0	50	100	0	0	20	100
3. Gestão de Recursos Materiais	100	50	100	100	0	85	100
3.1. Gestão de Stocks	100	60	100	100	0	85	100
4. Planeam. e Calendarização Atividades	100	70	80	100	0	60	100
5. Conceção e Gestão de Projetos	100	0	90	100	0	60	100
6. Apoio à Decisão	100	55	30	100	0	70	100
7. Gestão Documental / Cent. Document.	100	85	100	100	0	80	100
8. Gestão de Correspondência	100	80	100	100	100	95	100
9. Gestão de Proc. Administrativos	100	25	60	0	0	30	100
10. Recolha/Receção de Informação	100	75	90	0	0	60	100
11. Registo de Informação	100	75	90	100	0	85	100
12. Organiz. Informação em Base de Dados	100	40	90	100	100	90	100
13. Process. e Tratamento da Informação	100	65	70	100	100	70	100
14. Difusão da Informação	100	85	100	100	100	60	100
15. Adoção de processos de dematerialização	25	0	N/A	0	0	0	0
16. Gestão Operacional	0	0	N/A	0	0	0	0
17. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas	100	20	N/A	0	100	0	0
18. Gestão de Compras e Vendas	0	85	N/A	100	100	0	0
19. Organiz. Informação em Base de Dados	100	25	N/A	100	100	0	0
20. Fornecimento de Alimentação (Rancho)	0	0	N/A	25	0	0	0
21. Recrutamento	100	0	100	0	0	0	0
22. Biblioteca	0	0	0	100	0	0	100

8.3 - ÁREAS INFORMATIZADAS – PERCENTAGEM (Continuação)

Áreas Comuns	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea
1. Gestão de Recursos Financeiros	100	0,00	100	100
1.1. Contabilidade	100	99,80	100	100
1.2. Process.e Cálculo Vencimentos	100	100,00	100	100
2. Gestão de Recursos Humanos	100	0,00	100	100
2.1. Formação de Pessoal	77	78,75	100	100
3. Gestão de Recursos Materiais	33	0,00	85	90
3.1. Gestão de Stocks	60	91,25	100	100
4. Planeam. e Calendarização Atividades	83	83,29	100	80
5. Conceção e Gestão de Projetos	63	78,11	100	70
6. Apoio à Decisão	70	72,17	80	75
7. Gestão Documental / Cent. Document.	70	80,88	95	90
8. Gestão de Correspondência	73	79,83	95	90
9. Gestão de Proc. Administrativos	67	82,31	60	60
10. Recolha/Receção de Informação	67	81,44	80	95
11. Registo de Informação	87	97,63	80	95
12. Organiz. Informação em Base de Dados	93	90,00	80	95
13. Process. e Tratamento da Informação	90	94,11	70	95
14. Difusão da Informação	93	90,28	100	95
15. Adoção de processos de dematerialização	0	38,00	0	70
16. Gestão Operacional	0	80,00	0	100
17. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas	100	100,00	40	100
18. Gestão de Compras e Vendas	93	100,00	100	100
19. Organiz. Informação em Base de Dados	33	90,00	100	95
20. Fornecimento de Alimentação (Rancho)	0	90,00	100	100
21. Recrutamento	33	20,00	100	95
22. Biblioteca	0	75,00	100	80

8.4 - PESSOAL AFETO EXCLUSIVAMENTE ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PESSOAL TIC)

Área	MDN (*)	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Direção	7	3	9	7	5	31
Modelação dos processos de negócio	3	14	0	0	2	19
Planeamento, segurança e arquitetura de sistemas de informação	5	16	13	21	5	60
Desenvolvimento de Sistemas de Informação	44	1	37	23	19	124
Rede de Comunicações	5	10	37	310	36	398
Administração de Sistemas	10	18	10	0	12	50
Operação de Sistemas	2	22	7	312	0	343
Suporte a Utilizadores	24	17	56	40	138	275
Formação	1	0	13	61	14	89
TOTAL	101	101	182	774	231	1.389



8.5 - UTILIZAÇÃO DA INTERNET. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA INTERNET

Área	DGRDN	DGPDN	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN
Meio de Ligação à Internet (Mais Utilizado)							
Computadores ou postos com ligação individual	ND	0	344	0	102	D	34
Computadores ou postos partilhando uma ligação	D	0	4	0	0	0	0
Acesso à Internet							
Número de computadores ligados à Internet	224	55	348	98	100	480	34
Número de trabalhadores com acesso à Internet	224	50	203	53	75	480	34
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	224	50	203	53	75	305	34
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	224	0	203	53	0	305	34
Atividades Proseguidas pelo Organismo							
Procura e recolha de informação/documentação	D	D	D	53	0	D	0
Acesso a bases de dados	D	D	D	53	0	D	34
Troca eletrónica de ficheiros	D	D	D	53	0	D	D
Correio eletrónico	D	D	D	53	75	D	D
Aquisição de bens e serviços on-line	D	D	D	53	0	NA	D
Consulta de catálogos de aprovisionamento	D	D	D	53	0	D	D
Formação de recursos humanos	D	D	D	0	0	ND	D
Comunicação interna entre os diversos departamentos	D	D	D	53	0	D	D
Comunicação externa com outros organismos AP	D	D	D	53	0	D	D
Realização atividades de I&D em cooperação	ND	0	0	0	0	NA	D
Interação com outros órgãos. (guichet único)	ND	0	0	0	0	ND	D

8.5 - UTILIZAÇÃO DA INTERNET. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA INTERNET (Continuação)

Área	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea
Meio de Ligação à Internet (Mais Utilizado)				
Computadores ou postos com ligação individual	D	D	D	ND
Computadores ou postos partilhando uma ligação	D	D	D	D
Acesso à Internet				
Número de computadores ligados à Internet	1.590	1.320	2.123	4.500
Número de trabalhadores com acesso à Internet	1.776	8.850	9.205	6.000
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	2.016	9.300	11.507	5.312
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	1.856	3.600	11.507	5.312
Atividades Prosseguidas pelo Organismo				
Procura e recolha de informação/documentação	D	D	D	D
Acesso a bases de dados	D	D	D	D
Troca eletrónica de ficheiros	D	D	D	D
Correio eletrónico	D	D	D	D
Aquisição de bens e serviços on-line	D	D	D	D
Consulta de catálogos de aprovisionamento	D	D	D	D
Formação de recursos humanos	D	D	D	D
Comunicação interna entre os diversos departamentos	D	D	D	D
Comunicação externa com outros organismos				
AP	D	D	D	D
Realização atividades de I&D em cooperação	D	D	D	b)
Interação com outros órgãos ... (guichet único)	D	ND	D	a)

D - Disponível

ND - Não Disponível

NA - Não Aplicável

Nota: Exército - De acordo com a informação fornecida pela Direção de Comunicação e de Sistemas de Informação/ Exército, todas as funcionalidades que aparecem como zero encontram-se disponíveis para todos os utilizadores

8.6 - PRESENÇA DO ORGANISMO NA INTERNET

Área	DGRDN	DGPDN	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN
Informação institucional acerca organismo	D	D	D	D	D	D	ND
Informação acerca serviços prestados	D	D	ND	D	0	D	D
Endereço eletrônico para recepção ou pedidos de informação	D	D	D	D	D	D	D
Disponibilizado acesso a bases de dados	D	ND	ND	D	0	D	NA
Disponibilizados formulários preenchimento on-line	D	ND	NA	D	0	D	NA
Informação acerca oportunidade de recrutamento	D	ND	NA	D	0	D	NA
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital on-line	D	0	NA	D	0	D	NA
Venda de serviços ou produtos em formato digital on-line	ND	0	NA	ND	0	NA	NA
Disponibilizados formulários para download	D	0	NA	D	0	D	NA
Recebimentos on-line	ND	0	NA	ND	0	ND	NA
Fornecimento de serviços on-line recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	ND	0	NA	D	0	NA	NA

Área	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea
Informação institucional acerca organismo	D	D	D	D
Informação acerca serviços prestados	D	D	D	D
Endereço eletrônico para recepção ou pedidos de informação	D	D	D	D
Disponibilizado acesso a bases de dados	D	ND	D	D
Disponibilizados formulários preenchimento on-line	D	D	D	D
Informação acerca oportunidade de recrutamento	D	D	D	D
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital on-line	D	D	D	D
Venda de serviços ou produtos em formato digital on-line	ND	ND	NA	ND
Disponibilizados formulários para download	D	D	D	D
Recebimentos on-line	ND	ND	NA	ND
Fornecimento de serviços on-line recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	ND	D	ND	ND

D - Disponível
 ND - Não Disponível
 NA - Não Aplicável

Capítulo

9

NOTA EXPLICATIVA

Considerando a abrangência e a transversalidade das questões ambientais no Quadro da Defesa Nacional, designadamente no que se refere às atividades subjacentes às missões das Forças Armadas, assume-se como essencial integrar as preocupações ambientais, face aos crescentes atentados aos ecossistemas e ao património nacional, em particular à poluição marítima, à utilização abusiva dos recursos marinhos, sob a nossa jurisdição, e à destruição da floresta.

De facto, com o tempo, as Forças Armadas na sua atividade operacional passaram a aglutinar boas práticas individuais mas também preocupações e sensibilidades, identificadas pelo contacto com organizações internacionais, ou mesmo por requisitos ditados pela necessidade de conduzir ações e missões de natureza combinada no exterior do território nacional.

Neste contexto, através do despacho nº 6484/2011, de 23 de março, foi publicada a Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional, que tem como finalidade definir as linhas de orientação, prioridades e objetivos para operacionalizar a estratégia a adotar pelo ministério da Defesa Nacional em matéria de ambiente.

[http://www.defesa.pt/premiodefesanacional/Documents/Proposta%20de%20Directiva%20Ministerial%20Ambiente_Final_Cor.pdf]

A informação constante neste capítulo é coordenada pela Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional, em colaboração com a Estrutura Coordenadora para Assuntos Ambientais (ECAA) conforme despacho nº10447/2012, de 11 julho.

9.1 – FORMAÇÃO AMBIENTAL

Conjunto de atividades, promovidas pela DGRDN, que visam a aquisição de conhecimentos, perícias, atitudes e formas de comportamento ambientalmente corretos.

		(nº de participantes)
Entidades	Formação	N.º
SC	Sessão de Esclarecimento - Aviso Concurso PO SEUR i	50
Marinha	Curso IDB02 "Estágio em Ambiente" - 1 Edição	5
	IDB02 "Estágio em Ambiente" - 2ª Edição	18
	IDB02 "Estágio em Ambiente" - 3ª Edição	20
	ADB01 "Aperfeiçoamento em Formação em Ambiente"	20
	Projeto SOPHIA - Direito do Mar, Proteção do Ambiente Marinho e Legislação Europeia	3
	Projeto SOPHIA – Conhecimento para a Gestão do Ambiente Marinho Sistemas de Informação Geográfica –	2
	Projeto SOPHIA – Ecossistemas de Plataforma Continental (Módulo 6)	1
	Projeto SOPHIA – Ecossistemas de Mar Profundo (Módulo 7)	1
	1ª Conferência Portuguesa sobre o Lixo Marinho	2
	Workshop "Interações do Atlântico: Conhecimento, Alterações Climáticas, Espaço e Oceanos	1
	Business2Sea 2016 – Fórum do Mar	1
Exército	Gestão de Resíduos ON-JOB	4
	NATO Environmental Management for Military Forces M3-77	1
	Curso de Operador de ETAR	4
	Gestão de resíduos de higiene feminina	15
	Conhecer e saber adotar boas práticas de gestão de resíduos perigosos produzidos	25
	Separação de resíduos e sua reciclagem	30
	Palestra sobre Proteção ambiental	33
	Palestra sobre Proteção ambiental- CIGeoE	32
	Ambiente em Operações	20
	A Proteção Ambiental no Exército	22
	Seminário em Segurança e Eficiência Energética	53
	Seminário de Proteção Ambiental do 44º CFS	45
	Sistema de Gestão Ambiental	8
	Manuseamento de Resíduos perigosos	5
	Manuseamento de Amianto	5
	Importância dos Separadores de Hidrocarbonetos	4
	Ecossistemas Mediterrânicos de elevado valor ecológico	10
Força Aérea	Curso de Gestão Ambiental	19

9.2 – REPRESENTAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO, NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Participação em grupos de trabalho especializados, tendo como objetivo manter a ligação a outras entidades, nacionais e estrangeiras que se possam constituir como referência para a atuação do MDN nesta matéria.

Representação em Grupos de Trabalho, Nacionais e Internacionais

EDA - Agência Europeia de Defesa

DEFNET - Environmental Defense Network

EPWG - NATO Environmental Protection Working Group

Chemicals REACH - Registration, Evaluation, Authorization and Restriction of

GTRA - Grupo de Trabalho para a Remoção do Amianto

CEMRES-INICIATIVA 5+5 PARIS

CEMRES-INICIATIVA 5+5 TUNES

COLOQUIOS C4

CESD-BRUXELAS

Grupo de Estudo "Norte de Africa e Médio Oriente

Grupo de Estudo Terrorismo e Violência Política

Grupo de Estudo Segurança Energética

Grupo de Estudos Política externa de Segurança e defesa Europeia

Grupo de Estudos Cibersegurança

Órgão de Governação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho e Ambiente da Marinha

Estrutura de Coordenação de Assuntos Ambientais

Consultation forum for sustainable energy in the defence and security sector (European Defense Agency)

8 Reuniões- Estrutura coordenadora de assuntos ambientais

1 Reunião na Bélgica- Environmental Protection Working Group

2 Part- Consultation Forum for Sustainable Energy in the Defence and Security

1 participação em conferência- Vilnius/ Lituânia

a) Projeto ClimAdaPT - Workshop promovido pela CMLLeiria

b) Estudo do Chapim Real e Azul - Base Aérea 6

c) Estudo do Xarroco - Base Aérea 6

d) Estudo de Impacte Ambiental para um Novo Aeroporto

e) Estudo de Impacte Ambiental para um Novo Aeroporto

f) Estudo de Impacte Ambiental para um Novo Aeroporto

g) Estudo de Impacte Ambiental para um Novo Aeroporto

a) Debate sobre a adaptação do município às alterações climáticas - Base Aérea 5

d) Ecologia (fauna e flora) Base Aérea 6

e) Prospeção Geotécnica Base Aérea 6

f) Ruído Base Aérea 6

g) Prospeção Arqueológica Base Aérea 6

9.3 - PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO, NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Cooperação técnica e científica nos domínios da Gestão Ambiental com diversas entidades, com o estabelecimento de protocolos, numa perspetiva de otimização dos recursos das infraestruturas da Defesa Nacional.

Ramo ou Entidade do MDN	Área de Ação	Entidade
MDN+IDN	Implementação referencial Educação	M.EDUC+MUNICIPIOS BAIÃO,MATOSINHOS,vlla Nova de Gaia e Maia
MDN+IDN	Implementação referencia Educação	M.edu+Municipios Lisboa , Sintra Oeiras Almada
IDN	Memorando Entendimento	Centro Altos Estudos do Uruguai
IDN	Implementação Referencial	Município Baioa e Agrupamentos Escolares
Marinha	Nada a reportar	Nada a reportar
Exército	Eficiência energética da componente operacional	Galp e com o Instituto Superior Técnico (IST)
Exército	Vigilância contra incêndios	Câmara Municipal de Mafra
Exército	Vigilância contra incêndios	Câmara Municipal de Mafra
Força Aérea Portuguesa BA5	Plano de Gestão Florestal	INCF
Força Aérea Portuguesa CT	Modo de Produção Biológica de Cortiça e Pinhão	SATIVA
Força Aérea Portuguesa CT	Programme for the Endorsement of Forest Certification	SATIVA
Força Aérea Portuguesa CT	Certificado Forest Stewardship Council	FSC

9.4 – PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE (PDNA)

Como incentivo para as boas práticas ambientais nas Forças Armadas Portuguesas, vincando as suas preocupações na preservação dos recursos naturais do nosso país, foi criado em 1993, por Despacho Conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e dos Recursos Naturais, o Prémio Defesa Nacional e Ambiente. Este prémio destina-se a galardoar os serviços sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional, estabelecimento ou órgão das Forças Armadas que, de acordo com os princípios da Defesa Nacional, melhor contributo preste, em Portugal, para a qualidade do ambiente, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, através da utilização eficiente dos recursos, da promoção de boas práticas de gestão energética, proteção e valorização do património natural e paisagístico e da biodiversidade. [<http://www.defesa.pt/premiodefesanacional/Paginas/default.aspx>].

Ramo ou Entidade MDN	Candidaturas apresentadas no ano corrente
Força Aérea Portuguesa - ER4	"Preservar, para mais longe alcançar"
Marinha - Direção de Navios	"Monitorização do Desempenho Energético dos Navios"

Candidatura Vencedora "Preservar, para mais longe alcançar" - Força Aérea Portuguesa Estação Radar nº4

9.5 – CONTROLO DE CONSUMOS

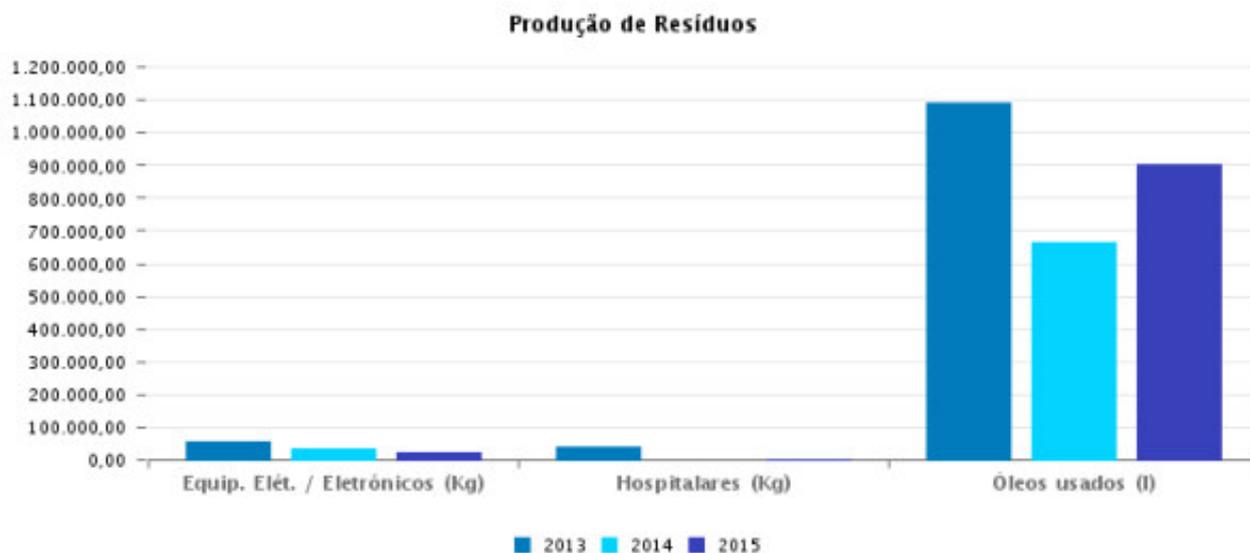
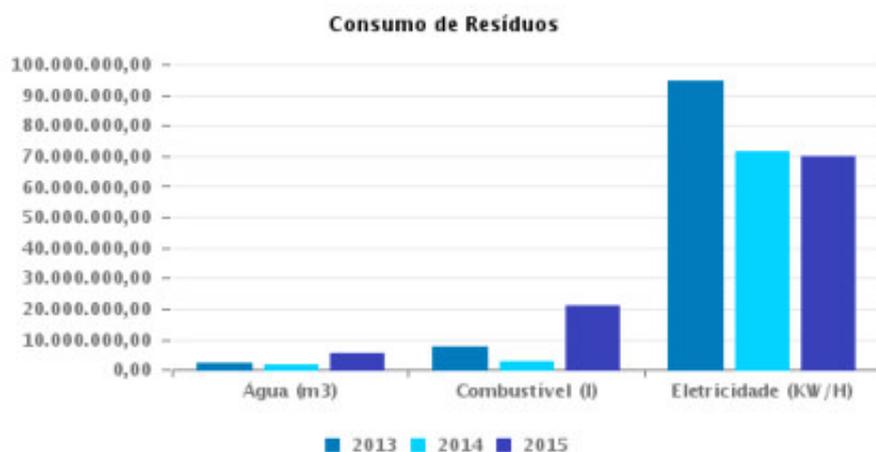
Consumos	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Água (m3)	6.175,00	95.604,00	624.530,00	655.591,48	943.643,00	0,00	2.325.543,48
Eletricidade (KW/H)	29.460,00	9.665.359,00	32.966.781,00	24.691.292,61	30.996.610,51	0,00	98.349.503,12
Gás (m3)	5.137,00	507.446,11	362.310,00	1.863.324,02	24.395.748,75	0,00	27.133.965,88
Gasolina (l)	4.803,54	42.532,88	19.290,00	36.441,69	18.669,17	0,00	121.737,28
Gasóleo (l)	75.144,51	131.150,97	131.335,00	1.904.441,16	1.708.941,09	0,00	3.951.012,73

9.6 – PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

Resíduos	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Óleos usados (l)	ND	0,00	345.227,00	60.452,34	13.952,50	ND	419.631,84
Óleos usados (alimentares)	ND	0,00	7.587,00	7.071,89	10.408,00	ND	25.066,89
Pilhas e acumuladores (Kg)	ND	0,00	250,00	3.100,50	95.814,16	ND	99.164,66
Tinteiros e Tonners (Kg)	ND	0,00	ND	523,50	346,00	ND	869,50
Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos (kg)	ND	0,00	350,00	18.694,00	16.623,50	ND	35.667,50
Hospitalares (Kg)	ND	0,00	883,00	6.728,37	46.653,46	ND	54.264,83
Sucata (Kg)	ND	0,00	22.671,00	0,00	117.155,00	ND	139.826,00

ND - Não Disponível

9.7 – MONITORIZAÇÃO DE CONSUMOS E PRODUÇÃO DE RESÍDUOS NA DEFESA NACIONAL



9.8 – AUDITORIAS

A criação de uma bolsa de Auditores Internos Ambientais, permite assegurar a manutenção ou atribuição de certificações ambientais.

9.9 – ENTIDADES CERTIFICADAS

Certificação/ Ano de certificação	Unidade ou Entidade MDN
EMAS/2015	Força Aérea
iISO 14001/2015	Força Aérea - BA5
ISO 14001/2001	Exército - Instituto Geográfico do Exército (IGeoE)
ISO 14001/2004	Exército - Campo Militar de Santa MArgarida
ISO 14001/2004	Força Aérea - Campo de tiro de Alcochete

9.10 – ENTIDADES COM IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL

Unidade ou Entidade MDN com Sistema Implementado
Base Aérea nº4 - Força Aérea
Base Aérea nº5 - Força Aérea
Base Aérea nº6 - Força Aérea
Campo de Tiro de Alcochete - Força Aérea
Campo Militar de Santa Margarida - Exército
Depósito de Munições NATO de Lisboa - Marinha
Instituto Geográfico do Exército
Regimento de Cavalaria nº4 - CMSM Exército

9.11 – PROJETOS DE AMBIENTE

Entende-se como Projetos de Ambiente, nomeadamente com ações de consultadoria, apoio a submissão de projetos, diagnósticos ou outras ações de âmbito ambiental.

Concluídos
Auditoria Energética aos Edifícios MDN/EMGFA
EMAS na BA5 com a colaboração UNL e APA
Sete candidaturas submetidas ao "Aviso 21 - Administração pública Eficiente", aprovadas do Exército e outra da Força Aérea (colaboração da ADENE)

Em Curso

EMAS - Força Aérea/Estação Radar Nº2 (Paços de Ferreira)

"SMART BLUE WATER CAMP" - Projeto Piloto da EDA na Brigada Mecanizada de Santa Margarida

Capítulo

10

NOTA EXPLICATIVA

Os dados apresentados no presente capítulo, da responsabilidade da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), visam analisar quantitativamente os recursos humanos (pessoal militar, militarizado e civil) que servem diretamente no âmbito da Defesa Nacional. Tal como no ano transato, fixa-se o dia 31 de dezembro como data de referência para a contabilização de todos os efetivos.

Apresentam-se igualmente os conceitos considerados essenciais, não só para a interpretação da informação que é tratada sob forma de quadros e gráficos, mas também para a familiarização do público em geral com a realidade subjacente às Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e dos diversos diplomas que o corporizam, bem como com o ordenamento jurídico e de carreiras do pessoal civil.

Contemplam-se uma parte das alterações determinadas pelos despachos nº 126/MDN/2005, de 21 de junho e 143/MDN/2006, de 14 de julho, designadamente o tratamento dos dados relativos a encargos financeiros com os vencimentos dos militares em regime de voluntariado e em regime de contrato (quadro 10.1.1.12) e as despesas decorrentes da aplicação da Lei do Serviço Militar (quadro 10.1.1.13).

CONCEITOS

Pessoal Militar

Enquadramento Legal

Na sequência da 4.^a Revisão Constitucional (Lei n.º 1/97, de 20 de setembro), a atual Lei do Serviço Militar (LSM), aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2008, de 6 de maio, criou um novo modelo de serviço militar que, em tempo de paz, assenta no voluntariado e cujo regime jurídico entrou em vigor com a publicação do Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 52/2009 de 2 de março, (diploma que define as ações necessárias ao recenseamento militar e os mecanismos de articulação entre os organismos do Estado que intervêm no novo modelo de recenseamento). Lembra-se que, com a publicação do RLSM, iniciou-se um período transitório para se extinguir o Serviço Efetivo Normal (SEN), período cujo final não poderia exceder quatro anos. Assim, em setembro de 2004, passaram à situação de reserva de disponibilidade os últimos militares que foram incorporados com destino ao SEN (vide quadro 10.1.1.2.2). Tendo em vista facilitar o recrutamento dos recursos humanos necessários, foi publicado o Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de dezembro, que aprovou o Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de contrato (RC) e de voluntariado (RV). Este conjunto de incentivos foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 320/2007, de 27 de setembro, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, (Lei do Orçamento do Estado para 2011) pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, (Lei do Orçamento do Estado para 2012) e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, (Lei do Orçamento de Estado para 2013).

Em complemento, tanto o antigo Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações e retificações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 10-BI/99, de 31 de julho, pela Lei n.º 25/2000, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 70/2005, de 17 de março, pelo Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 310/2007, de 11 de setembro, como o atual EMFAR aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio e alterado pela Lei n.º 10/2018, de 2 de março, procuraram adaptar-se ao novo modelo de serviço militar e tornar compatíveis alguns aspetos do Estatuto da Condição Militar com outras alterações, entretanto ocorridas, no âmbito da macroestrutura das Forças Armadas e da racionalização dos efetivos militares.

Formas de prestação de Serviço Militar

Assim, com a entrada em vigor do novo quadro legal, o militar pode encontrar-se numa das seguintes formas de prestação de serviço:

- Nos Quadros Permanentes (QP)

É o militar que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontra vinculado às Forças Armadas com carácter de permanência.

O militar dos QP pode encontrar-se numa das seguintes situações:

. Ativo

Considera-se no ativo o militar dos QP que se encontre afeto a serviço efetivo ou em condições de ser chamado ao seu desempenho e que não tenha sido abrangido pelas situações de reserva ou de reforma.

. Reserva

É a situação para que transita o militar dos QP no ativo, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR, mantendo-se, no entanto, disponível para o serviço.

. Reforma

É a situação para que transita o militar dos QP no ativo ou na reserva, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR.

- Em Regime de Contrato (RC)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de tempo limitado (duração mínima de 2 e máxima de 6 anos), com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual ingresso nos QP.

Podem ainda ser criados, por Decreto-Lei, regimes de contrato com duração máxima até 20 anos, para situações funcionais cujo grau de formação e treino, tipo de habilitações académicas e exigências técnicas tornem desejável uma garantia de prestação de serviço mais prolongada, conforme sucede com o regime de contrato especial (Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei 147/2015, de 3 de agosto).

- Em Regime de Voluntariado (RV)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de 12 meses, incluindo o período de instrução, findo o qual pode ingressar no serviço efetivo em regime de contrato.

Pessoal Militarizado

Na Marinha e no Exército existem quadros de pessoal militarizado, os quais foram originados pela necessidade de satisfação de um conjunto de tarefas próprias desses Ramos num âmbito não especificamente militar (Decreto-Lei n.º 282/76, de 20 de abril - Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha -, Decreto-Lei n.º 550-R/76, de 12 de julho - Quadro de Pessoal Militarizado do Exército - e Decreto-Lei n.º 248/95, de 21 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 220/2005, de 23 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 de outubro - que criou a Polícia Marítima, autonomizando os grupos 1 – Corpo de Polícia Marítima e 3 – Cabos de Mar, anteriormente integrados no QPMM).

Pessoal Civil

Ao abrigo das modalidades de contratação previstas na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (contrato de trabalho para exercício de funções públicas por tempo indeterminado, determinado ou determinável).

Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA)

Pessoal que integra os estabelecimentos fabris, na dependência direta dos Ramos das FA, que foram criados com vista ao desempenho da função "Arsenal", imprescindível na época para o adequado desempenho das missões atribuídas às Forças Armadas.

Os estabelecimentos fabris do Exército atualmente existentes são o **Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF)**, **Manutenção Militar (MM)**, **Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFE)** e **Oficinas Gerais de Material de Engenharia (OGME)**.

Nos termos da Lei Orgânica do Exército, Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro e do Decreto Regulamentar n.º 74/2007, de 2 de Julho, os estabelecimentos fabris do Exército, dotados por lei de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, continuam sujeitos aos poderes de direção e fiscalização do Comando da Logística, que por sua vez integra os denominados órgãos centrais de administração e direção enquanto parte da estrutura de comando do Exército.

Os trabalhadores destes Estabelecimentos são detentores de um regime peculiar, não lhes sendo aplicável o regime do contrato de trabalho em funções públicas consagrado na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR).

Estão em curso os trabalhos conducentes à reestruturação dos EFE, que deverão incidir, designadamente na necessária definição jus-laboral destes trabalhadores.

10.1 – PESSOAL

10.1.1 – Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31DEZ

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa Quadro Permanente (Ativo)		6.499	5.376	3.844	15.719
RC Regime de Contrato		881	7.807	2.100	10.788
RV Regime de Voluntariado		0	168	0	168
SUBTOTAL		7.380	13.351	5.944	26.675
QPrs Quadro Permanente (Reserva)		1.378	1.726	718	3.822
QPrf Quadro Permanente (Reforma)		7.790	8.602	4.156	20.548
SUBTOTAL		9.168	10.328	4.874	24.370
TOTAL		16.548	23.679	10.818	51.045

10.1.1.2 – Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos

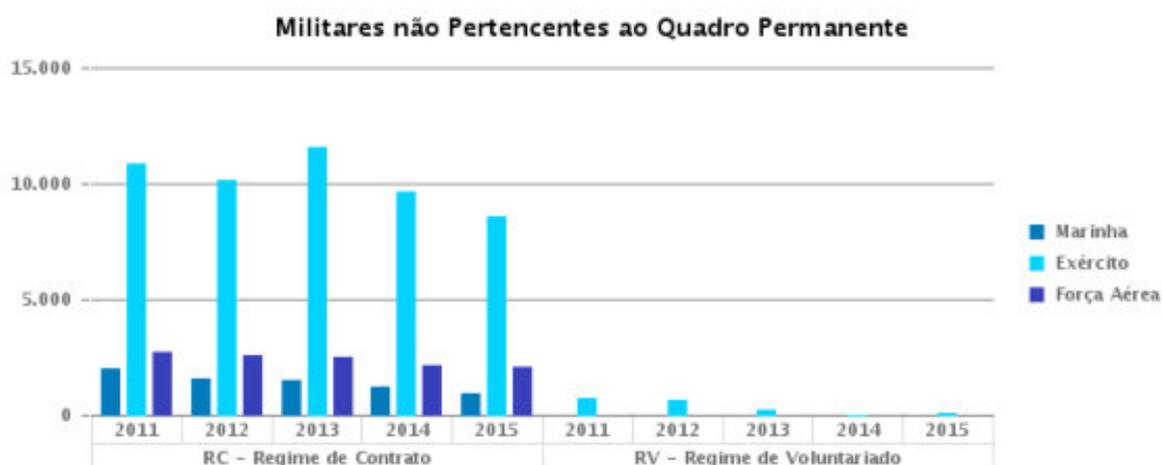
10.1.1.2.1 – Militares do Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa - Quadro Permanente (Ativo)	2015	6.784	5.317	3.845	15.946
	2014	6.950	5.396	3.827	16.173
	2013	7.140	5.871	3.837	16.848
	2012	7.065	5.833	3.489	16.387
	2011	7.177	6.021	3.933	17.131
QPrs - Quadro Permanente (Reserva)	2015	1.404	2.081	806	4.291
	2014	1.402	2.174	942	4.518
	2013	1.416	1.746	900	4.062
	2012	1.533	1.151	855	3.539
	2011	1.326	1.462	789	3.577
QPrf - Quadro Permanente (Reforma)	2015	7.702	8.533	4.057	20.292
	2014	7.592	8.537	3.926	20.055
	2013	7.559	8.625	3.935	20.119
	2012	7.516	8.709	3.916	20.141
	2011	7.565	9.023	3.874	20.462



10.1.1.2.2 – Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
RC - Regime de Contrato	2015	978	8.608	2.112	11.698
	2014	1.254	9.650	2.151	13.055
	2013	1.518	11.549	2.506	15.573
	2012	1.571	10.184	2.609	14.364
	2011	2.016	10.837	2.714	15.567
RV - Regime de Voluntariado	2015	0	79	0	79
	2014	0	25	0	25
	2013	0	217	0	217
	2012	0	695	0	695
	2011	0	732	0	732



10.1.1.3 – Militares do QP, Ativo, Quanto à Efetividade de Serviço (*)

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Comissão normal		6.485	5.376	3.830	15.691
Comissão especial		0	2	5	7
Inatividade temporária		7	10	0	17
Licença sem vencimento		7	54	9a)	70
TOTAL		6.499	5.442	3.844	15.785

a) Eleito (Cargos Políticos) 2
Licença registada ou ilimitada 5
Licença para assistência a filho 2

(*) Artigo 145.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

10.1.1.4 – Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar

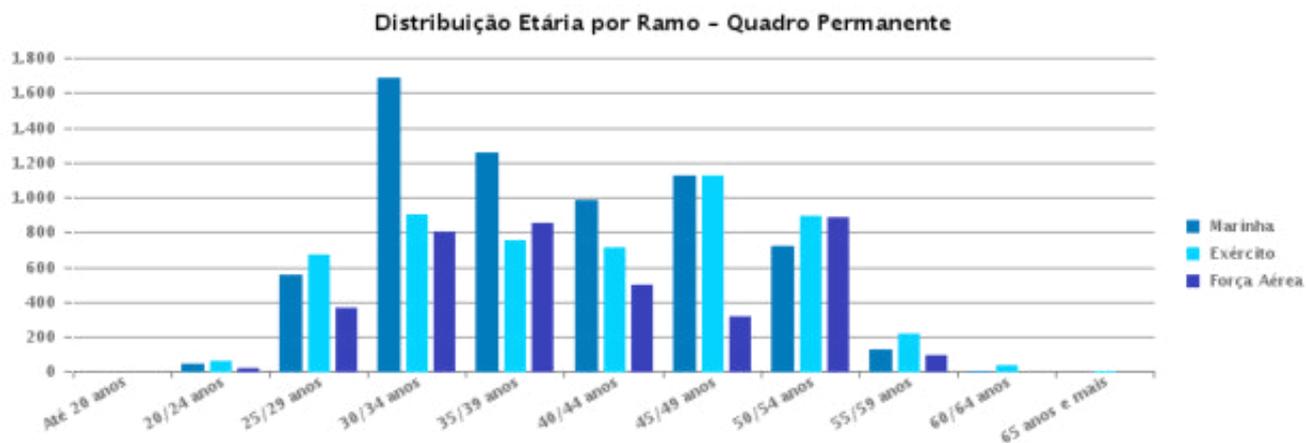
Ramo das FA Categoria	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais Gerais	32	0	0	62	0	0	27	0	0	121	0	0
Oficiais	1.320	123	0	2.131	288	0	1.371	257	0	4.822	668	0
Sargentos	2.322	6	0	3.183	428	0	2.446	12	0	7.951	446	0
Praças	2.825	752	0	0	7.091	168	0	1.831	0	2.825	9.674	168
TOTAL	6.499	881	0	5.376	7.807	168	3.844	2.100	0	15.719	10.788	168

Nota: Exército - Não foram contabilizados 1322 militares RC que se encontram em Formação P/QP e em Instrução RV/RC.

QPa - Quadro Permanente (Ativo)
RC - Regime de Contrato
RV - Regime de Voluntariado

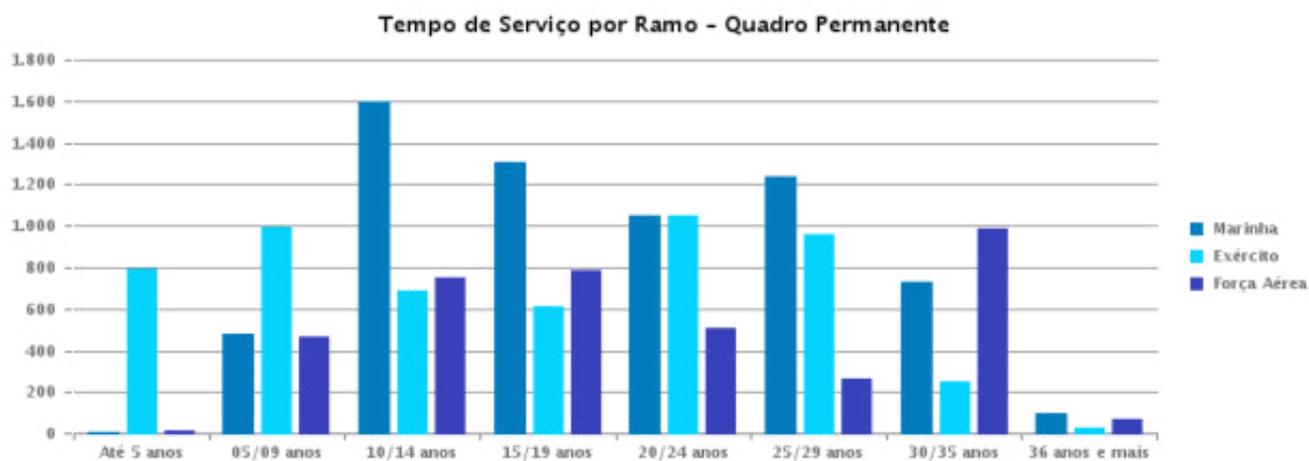
10.1.1.5 – Estrutura Etária do Pessoal Militar

Ramo das FA Categoria	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Até 20 anos	0	16	0	0	305	36	0	147	0	0	468	36
20/24 anos	41	402	0	58	4.114	121	23	1.032	0	122	5.548	121
25/29 anos	556	439	0	668	3.125	11	366	802	0	1.590	4.366	11
30/34 anos	1.685	24	0	904	258	0	801	118	0	3.390	400	0
35/39 anos	1.257	0	0	756	4	0	854	1	0	2.867	5	0
40/44 anos	987	0	0	710	1	0	501	0	0	2.198	1	0
45/49 anos	1.123	0	0	1.127	0	0	319	0	0	2.569	0	0
50/54 anos	723	0	0	896	0	0	889	0	0	2.508	0	0
55/59 anos	124	0	0	218	0	0	91	0	0	433	0	0
60/64 anos	3	0	0	35	0	0	0	0	0	38	0	0
65 anos e mais	0	0	0	4	0	0	0	0	0	4	0	0
TOTAL	6.499	881	0	5.376	7.807	168	3.844	2.100	0	15.719	10.788	168



10.1.1.6 – Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Ativo

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
	Até 5 anos	6	795	12	813
	05/09 anos	477	993	465	1.935
	10/14 anos	1.598	688	752	3.038
	15/19 anos	1.304	609	789	2.702
	20/24 anos	1.053	1.049	507	2.609
	25/29 anos	1.237	962	265	2.464
	30/35 anos	727	250	984	1.961
	36 anos e mais	97	30	70	197
	TOTAL	6.499	5.376	3.844	15.719



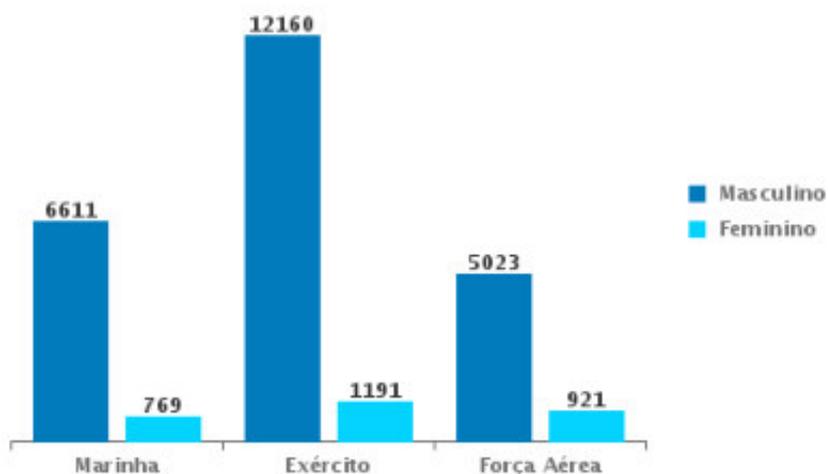
10.1.1.7 – Origem Geográfica dos Militares

Ramo das FA Situação	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Aveiro	131	26	0	247	421	6	125	106	0	503	553	6
Beja	201	16	0	42	92	2	67	34	0	310	142	2
Braga	115	13	0	264	764	2	103	52	0	482	829	2
Bragança	147	9	0	44	116	3	56	17	0	247	142	3
Castelo Branco	187	20	0	57	139	1	82	36	0	326	195	1
Coimbra	192	29	0	238	253	7	149	91	0	579	373	7
Évora	223	26	0	171	191	11	95	56	0	489	273	11
Faro	189	25	0	51	181	0	61	45	0	301	251	0
Guarda	98	9	0	51	142	1	63	20	0	212	171	1
Leiria	188	34	0	272	237	3	197	111	0	657	382	3
Lisboa	2.056	252	0	1.338	1.064	2	1.242	668	0	4.636	1.984	2
Portalegre	196	36	0	65	139	1	80	44	0	341	219	1
Porto	233	56	0	534	1.454	33	257	221	0	1.024	1.731	33
Santarém	395	56	0	817	392	3	281	135	0	1.493	583	3
Setúbal	945	186	0	420	542	6	252	182	0	1.617	910	6
Viana do Castelo	106	2	0	65	181	2	43	18	0	214	201	2
Vila Real	114	3	0	155	223	11	63	17	0	332	243	11
Viseu	166	17	0	275	439	11	120	38	0	561	494	11
Açores	52	8	0	114	436	42	61	61	0	227	505	42
Madeira	33	11	0	151	353	21	25	27	0	209	391	21
Outras origens	532	47	0	5	48	0	422	121	0	959	216	0
TOTAL	6.499	881	0	5.376	7.807	168	3.844	2.100	0	15.719	10.788	168

10.1.1.8 – Distribuição por género de Pessoal Militar

Ramo das FA Situação	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Masculino	5.893	718	0	5.075	6.935	150	3.296	1.727	0	14.264	9.380	150
Feminino	606	163	0	301	872	18	548	373	0	1.455	1.408	18
TOTAL	6.499	881	0	5.376	7.807	168	3.844	2.100	0	15.719	10.788	168

Distribuição por género de Pessoal Militar



10.1.1.9 – Promoção de Militares do QP

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Oficiais Gerais	Almirante da Armada; Marechal	0	0	0	0
	Almirante; General	1	1	1	3
	Vice-Almirante; Tenente-General	5	1	2	8
	Contra-Almirante; Major-General	5	0	4	9
	Comodoro; Brigadeiro-General	11	6	8	25
SUBTOTAL		22	8	15	45
Oficiais	Capitão de mar e guerra; Coronel	28	48	26a)	102
	Capitão de fragata; Tenente-Coronel	43	114	42b)	199
	Capitão-Tenente; Major	50	81	47c)	178
	1º Tenente; Capitão	62	59	83	204
	2º Tenente; Tenente	1	24	11d)	36
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	84	50	60e)	194
SUBTOTAL		268	376	269	913
Sargentos	Sargento-Mor	31	39	38	108
	Sargento-Chefe	43	162	76f)	281
	Sargento-Ajudante	85	152	66g)	303
	1º Sargento	86	126	82	294
	2º Sargento	42	46	50h)	138
	Subsargento; Furriel	0	0	0	0
SUBTOTAL		287	525	312	1.124
Praças	Cabo; Cabo de Secção	68	0	0	68
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	3	0	0	3
SUBTOTAL		71	0	0	71
TOTAL		648	909	596	2.153

a) Uma promoção reporta-se a 2012 e quatro promoções reportam-se a 2015

b) Três promoções reportam-se a 2015

c) Uma promoção reporta-se a 2017 e três promoções reportam-se a 2015

d) Onze promoções reportam-se a 2015

e) Ingressos nos QP, em 2016, no posto de ALF (Antiguidade no posto de ALF de 01-10-2014:11 ; ALF de 01-10-2015:35 ; Antiguidade no posto de ALF de 01-10-2016:14 - CIQETS)

f) Uma promoção reporta-se a 2014 e vinte e duas promoções reportam-se a 2015

g) Trinta e uma promoções reportam-se a 2015

h) Ingressos nos QP, em 2016, no posto de 2SAR (Antiguidade no posto de 2SAR de 01-10-2014:2 militares)

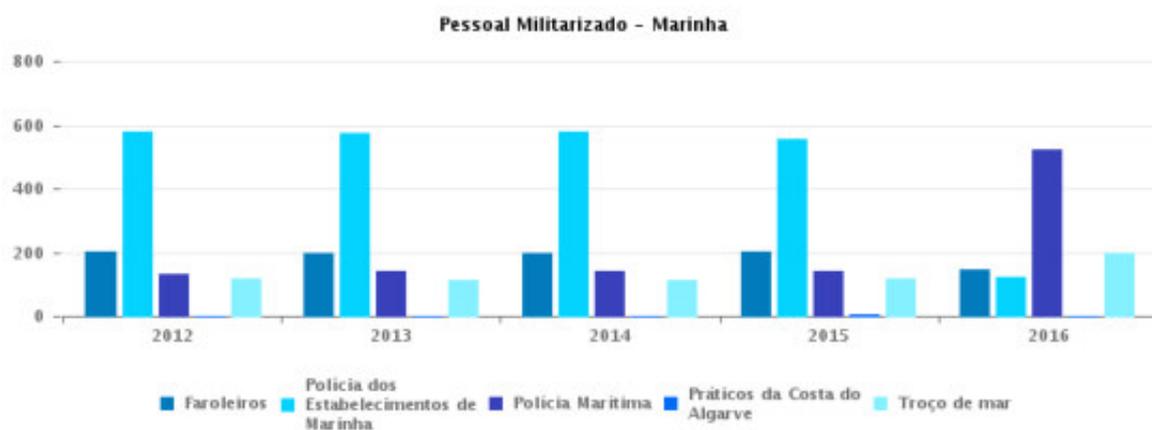
10.1.1.10 – Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço

Ramo das FA Situação		Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Ingressos	Oficiais	29	20	0	98	81	0	46	77	0	173	178	0
	Sargentos	5	0	0	46	114	0	50	0	0	101	114	0
	Praças	3	339	0	0	1.369	169	0	320	0	3	2.028	169
	TOTAL	37	359	0	144	1.564	169	96	397	0	277	2.320	169
Saídas	Oficiais	65	62	0	157	130	0	48	78	0	270	270	0
	Sargentos	97	5	0	144	203	0	90	0	0	331	208	0
	Praças	150	309	0	0	2.280	99	0	349	0	150	2.938	99
	TOTAL	312	376	0	301	2.613	99	138	427	0	751	3.416	99

10.1.2 – Pessoal Militarizado

10.1.2.1 – Número de Efetivos nos últimos 5 anos, por Grupo/ Categoria Profissional

Entidade		Grupo/Categoria Profissional	2011	2012	2013	2014	2015
Marinha	Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha (QPMM)	Polícia dos Estabelecimentos de Marinha	578	573	578	554	121
		Troço de mar	116	114	113	119	199
		Faroleiros	204	200	200	205	145
		Práticos da Costa do Algarve	2	2	2	5	2
		Quadro de Pessoal da Polícia Marítima (PM)	134	142	140	144	523
SUBTOTAL			1.034	1.031	1.033	1.027	990
Exército	Tratador		4	2	2	2	2
		Vigilante	0	0	0	0	2
		SUBTOTAL	4	2	2	2	4
TOTAL			1.038	1.033	1.035	1.029	994



10.1.2.2 – Número de Militarizados segundo o Sexo

Sexo	QPMM	PM	Exército	TOTAL
Mulheres	8	28	0	36
Homens	459	495	2	956
TOTAL	467	523	2	992

10.1.2.3 – Pessoal Militarizado, segundo as Habilitações Literárias

Ensino/Escolaridade		QPMM	PM	Exército	TOTAL
Ensino Superior	Doutoramento	0	0	0	0
	Mestrado	0	2	0	2
	Licenciatura	15	54	0	69
	Bacharelato	1	3	0	4
Ensino Pós-secundário Não Superior	Curso de Especialização Tecnológica	0	0	0	0
Ensino Secundário	12.º	186	300	0	486
	10.º - 11.º	15	38	1	54
Ensino Básico	3.º Ciclo (7.º - 9.º)	136	105	0	241
	2.º Ciclo (5.º - 6.º)	88	21	0	109
	1.º Ciclo (1.º - 4.º)	26	0	1	27
Desconhecidas		0	0	0	0
TOTAL		467	523	2	992

10.1.2.4 – Pessoal Militarizado por Grupo Etário

Grupo Etário	QPMM		PM		Exército		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F
18 - 24	6	0	0	0	0	0	6	0
25 - 34	82	4	66	6	0	0	148	10
35 - 44	103	4	227	20	0	0	330	24
45 - 54	177	0	176	2	0	0	353	2
55 - 64	91	0	26	0	2	0	119	0
≥ 65	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	459	8	495	28	2	0	956	36

10.1.2.5 – Tempo de Serviço do Pessoal Militarizado, segundo o Sexo

N.º de Anos	QPMM		PM		Exército		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F
< 10	97	5	142	17	0	0	239	22
10 - 14	21	3	44	2	0	0	65	5
15 - 24	186	0	236	9	0	0	422	9
25 - 34	148	0	73	0	0	0	221	0
≥ 35	7	0	0	0	2	0	9	0
TOTAL	459	8	495	28	2	0	956	36

10.1.2.6 – Fluxo de Entradas e Saídas do Pessoal Militarizado

Por Tipo de:		QPMM	PM	Exército	TOTAL
Entrada	Procedimento Concursal	12	0	0	12
	Outras situações(*)	1	3	0	4
	SUBTOTAL	13	3	0	16
Saída	Aposentação	16	0	0	16
	Falecimento	2	0	0	2
	Outras situações(**)	0	10	0	10
SUBTOTAL		18	10	0	28
TOTAL		31	13	0	44

(*) Preencher quando necessário

(**)Preencher quando necessário

10.1.2.7 – Estrutura Remuneratória do Pessoal Militarizado

Escalaõ Remuneratório	(euros)							
	QPMM		PM		Exército		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F
< 600	0	0	16	4	0	0	16	4
600 - 1000	14	2	1	0	0	0	15	2
1001 - 1500	141	6	8	0	2	0	151	6
1501 - 2000	288	0	483	28	0	0	771	28
2001 - 2500	13	0	37	0	0	0	50	0
2501 - 3000	0	0	0	0	0	0	0	0
3001 - 3500	0	0	0	0	0	0	0	0
3501 - 4000	0	0	0	0	0	0	0	0
4001 - 4500	0	0	0	0	0	0	0	0
4501 - 5000	0	0	0	0	0	0	0	0
> 5000	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	456	8	545	32	2	0	1.003	40

Marinha: Existem diferenças pois a tabela com a estrutura remuneratória é apurada com os dados do processamento de vencimentos de DEZ2016 e os dados da tabela de efetivos de pessoal identificam os quantitativos com base na Situação do Quadro à data de 31DEZ2016, que pode não coincidir com vencimentos pagos.

10.1.3 – Pessoal Civil

10.1.3.1 – Número de Efetivos nos últimos 5 anos, por organismo

MDN	2012	2013	2014	2015	2016
SC/IASFA	1.051	1.026	991	973	934
EMGFA	163	150	150	290	601
Exército	3.432	3.195	2.989	2.008	1.565
Força Aérea	1.021	971	878	842	702
Marinha	1.361	1.295	1.182	1.153	1.127
TOTAL	7.028	6.637	6.190	5.266	4.929

Nota: Exército - Apenas contempla os trabalhadores civis com vínculo ao MPCE, não estando representados as 4 acumulações, 38 trabalhadores subsidiados e as 44 avenças.



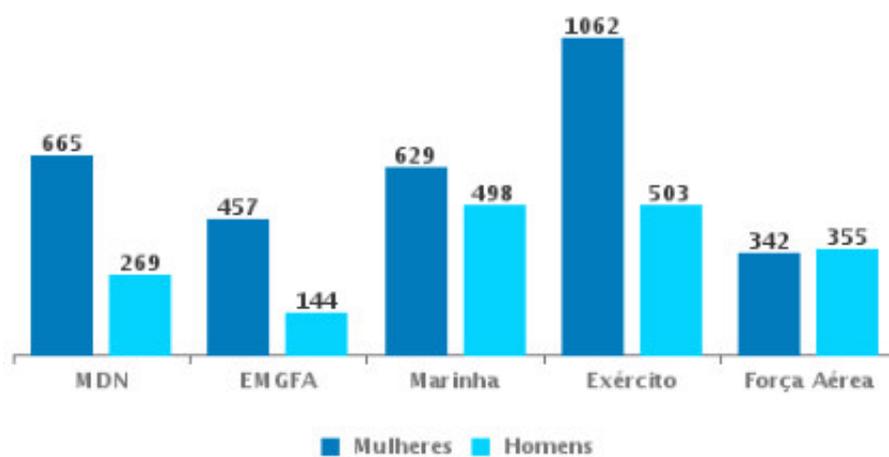
10.1.3.2 – Número de Trabalhadores Civis segundo o Sexo

Sexo	SG	IGDN	DGPDN	DGRDN	IDN	PJM	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Mulheres	110	15	14	78	19	14	415	457	629	1.062	342	3.155
Homens	52	14	12	49	12	9	121	144	498	503	355	1.769
TOTAL	162	29	26	127	31	23	536	601	1.127	1.565	697	4.924

Exército: Apenas contempla os trabalhadores civis com vínculo ao MPCE, não estando representados as 4 acumulações, 38 trabalhadores subsidiados e as 44 avenças.

Força Aérea: Não inclui contratos de prestação de serviços (avenças)

Número de Trabalhadores Civis segundo o Sexo



10.1.3.3 – Pessoal Civil segundo o Cargo, Categoria/Carreira

Cargo/Categoria/Carreira	SG	IGDN	DGPDN	DGRDN	IDN	PJM	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigentes - Cargos de Direção Superior de 1.º Grau	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	5
Dirigentes - Cargos de Direção Superior de 2.º Grau	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	3
Dirigentes - Cargos de Direção Intermédia de 1.º Grau	6	1	3	5	1	0	1	0	0	0	0	17
Dirigentes - Cargos de Direção Intermédia de 2.º Grau	4	2	0	11	0	1	3	0	0	0	0	21
Técnicos Superiores	50	0	14	64	7	2	40	18	90	45	10	340
Assistentes Técnicos	49	8	4	21	12	15	108	152	375	543	155	1.442
Assistentes Operacionais	23	4	3	17	5	4	338	202	529	705	497	2.327
Pessoal de Informática - Especialista	9	0	0	3	0	0	1	1	17	0	0	31
Pessoal de Informática - Técnico	20	0	0	4	0	1	3	11	19	38	0	96
Investigação	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Educação Pré-escolar/Ensino Básico e Secundário - Docente, Professor	0	0	0	0	0	0	8	1	5	170	0	184
Ensino Universitário/Politécnico - Docente, Professor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31	6	37
Especial Médica	0	0	0	0	0	0	0	73	0	11	1	85
Especial de Enfermagem	0	0	0	0	0	0	22	88	0	6	0	116
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	0	0	0	0	0	0	10	51	2	10	7	80
Técnicos Superiores de Saúde	0	0	0	0	0	0	0	4	0	3	0	7
Especial de Inspeção/Inspetores	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Pessoal Civil de Embarcações Salva-vidas	0	0	0	0	0	0	0	0	66	0	0	66
Pessoal Civil dos Serviços Departamentais das Forças Armadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Carreiras Subsistentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	21b)	22
Outras Situações(*)	0	0	0	0	6	0	0	0	22a)	2	0	30
TOTAL	162	29	26	127	31	23	536	601	1.127	1.565	697	4.924

(*)Instituto da Defesa Nacional: Outras Situações, Prestação de Serviço - Avença.

a) 21 - Bolseiros; 1 - Contratado além do quadro, com avença.

Exército: Apenas contempla os trabalhadores civis com vínculo ao MPCE, não estando representados as 4 acumulações, 38 trabalhadores subsidiados e as 44 avenças.

Força Aérea: Não inclui contratos de prestação de serviços (avenças).

b)Chefe de Mesa.

10.1.3.4 – Pessoal Civil segundo a Mobilidade de Vínculo de Emprego Público

Cargo/Categoria/Carreira	SG	IGDN	DGPDN	DGRDN	IDN	PJM	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	151	12	25	127	24	23	530	601	1.034	1.467	693	4.687
Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo	0	0	0	0	0	0	0	0	5	15	4	24
Nomeação	0	13	0	0	0	0	0	0	66	2	0	81
Comissão de Serviço	11	4	0	0	1	0	6	0	0	0	0	22
Prestação de Serviço	0	0	0	0	6	0	0	0	1	0	5	12
Outras Situações	0	0	1	0	0	0	0	0	21a)	81	0	103
TOTAL	162	29	26	127	31	23	536	601	1.127	1.565	702	4.929

a)Decreto - Lei nº202/2012 de 27 de agosto, que regula o estatuto de bolsheiro de investigação.

Exército: Apenas contempla os trabalhadores civis com vínculo ao MPCE, não estando representados as 4 acumulações, 38 trabalhadores subsidiados e as 44 avenças.

10.1.3.5 – Pessoal Civil segundo as Habilitações Literárias

Ensino/Escolaridade		SG	IGDN	DGPDN	DGRDN	IDN	PJM	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Ensino Superior	Doutoramento	0	0	2	2	4	0	0	0	8	26	0	42
	Mestrado	9	2	2	13	5	2	3	0	30	34	4	104
	Licenciatura	66	15	15	68	6	1	84	184	119	240	26	824
	Bacharelato	0	0	0	0	0	0	7	36	10	20	4	77
Ensino Pós-secundário Não Superior	Curso de Especialização Tecnológica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	0	25
Ensino Secundário	10.º - 12.º	62	4	4	28	10	9	139	178	352	492	147	1.425
Ensino Básico	3.º Ciclo (7.º - 9.º)	10	4	1	7	4	6	130	88	223	300	140	913
	2.º Ciclo (5.º - 6.º)	6	2	1	3	2	2	82	44	159	191	149	641
	1.º Ciclo (1.º - 4.º)	9	2	1	6	0	3	91	64	226	237	227	866
Desconhecidas		0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	7
TOTAL		162	29	26	127	31	23	536	601	1.127	1.565	697	4.924

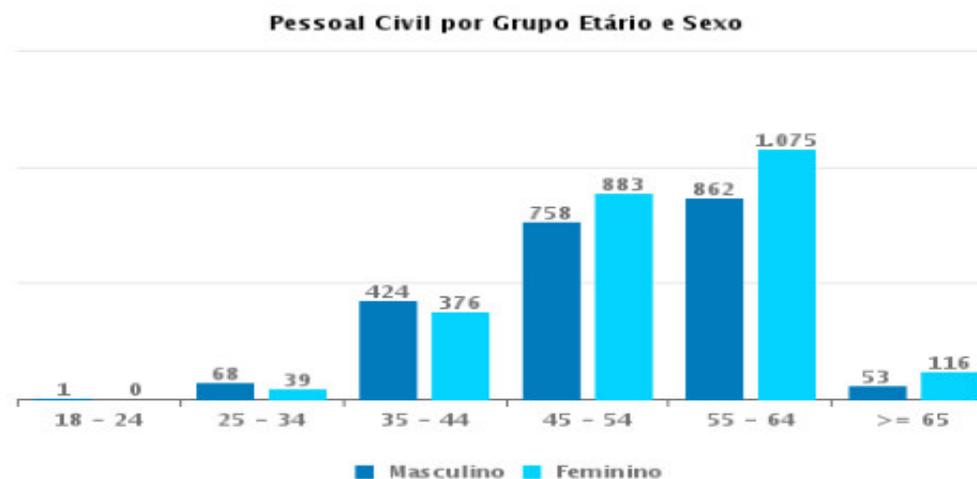
Exército: Apenas contempla os trabalhadores civis com vínculo ao MPCE, não estando representados as 4 acumulações, 38 trabalhadores subsidiados e as 44 avenças.
 Força Aérea: Não inclui contratos de prestação de serviços (avenças).

10.1.3.6 – Pessoal Civil por Grupo Etário e Sexo

Grupo Etário	SG		DGPDN		DGRDN		IGDN		IDN		PJM		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
18 - 24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
25 - 34	1	4	2	0	2	3	1	1	1	0	1	0	12	19	1	5	31	27	7	6	2	1	68	39		
35 - 44	17	32	4	5	20	27	2	2	3	3	4	0	39	89	35	96	119	104	88	141	24	35	424	376		
45 - 54	22	40	4	5	16	22	5	6	5	9	1	5	35	152	49	180	164	212	165	385	141	106	758	883		
55 - 64	12	34	1	4	11	24	5	4	2	6	3	8	32	146	56	165	174	261	226	474	180	175	862	1.075		
>= 65	0	0	1	0	0	2	1	2	1	1	0	1	3	9	3	10	10	25	17	56	8	25	53	116		
TOTAL	52	110	12	14	49	78	14	15	12	19	9	14	121	415	145	456	498	629	503	1.062	355	342	2.166	2.489		

Exército: Apenas contempla os trabalhadores civis com vínculo ao MPCE, não estando representados as 4 acumulações, 38 trabalhadores subsidiados e as 44 avenças.

Força Aérea: Não inclui contratos de prestação de serviços (avenças).



10.1.3.7 – Tempo de Serviço do Pessoal Civil, segundo o Sexo

N.º de anos	SG		DGPDN		DGRDN		IGDN		IDN		PJM		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
<10	1	8	8	8	5	8	1	1	3	1	1	0	8	38	0	0	39	37	189	205	1	4	293	246
10 - 14	7	14	0	1	6	15	0	2	1	1	1	0	14	23	2	5	9	44	8	36	3	2	78	87
15 - 24	21	46	2	3	19	23	6	5	5	8	4	3	60	227	54	122	169	239	71	277	55	105	664	743
25 - 34	14	32	2	2	12	13	2	5	0	6	2	5	25	98	63	241	204	224	141	361	178	175	747	1.001
>=35	9	10	0	0	7	19	5	2	3	3	3	4	14	29	26	88	77	85	94	183	118	56	382	412
TOTAL	52	110	12	14	49	78	14	15	12	19	11	12	121	415	145	456	498	629	503	1.062	355	342	2.164	2.489

Exército: Apenas contempla os trabalhadores civis com vínculo ao MPCE, não estando representados as 4 acumulações, 38 trabalhadores subsidiados e as 44 avenças.

Força Aérea: Não inclui contratos de prestação de serviços (avenças).

10.1.3.8 – Modalidade de Horário praticada pelo Pessoal Civil

Modalidade de Horário	SG	IGDN	DGPDN	DGRDN	IDN	PJM	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Isenção de Horário	22	4	5	21	2	0	6	2	0	0	0	62
Flexível	123	0	17	75	23	0	95	39	126	9	0	507
Rígido	0	24	0	5	0	22	245	298	962	1.273	542	3.371
Desfasado	0	0	0	0	0	0	0	52	0	174	6	232
Jornada Contínua	17	1	4	26	0	1	42	61	16	52	4	224
Trabalho por Turnos	0	0	0	0	0	0	129	148	0	51	140	468
Específico	0	0	0	0	6	0	19	1	23	6	5	60
TOTAL	162	29	26	127	31	23	536	601	1.127	1.565	697	4.924

Instituto da Defesa Nacional: Outras Situações, Prestação de Serviço - Avença - horário de trabalho "Não aplicável"

Marinha: Horário Específico - 2 civis na Modalidade Meia Jornada, restantes 21 enquadram-se de acordo com o Decreto – Lei nº202/2012 de 27 de Agosto, que regula o estatuto de bolseiro de investigação.

Exército: Apenas contempla os trabalhadores civis com vínculo ao MPCE, não estando representados as 04 acumulações, 38 trabalhadores subsidiados e as 44 avenças.

Força Aérea: Não inclui contratos de prestação de serviços (avenças)

10.1.3.9 – Fluxo de Entradas e Saídas do Pessoal Civil

Por Tipo de Entrada	SG	IGDN	DGPDN	DGRDN	IDN	PJM	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Comissão de Serviço (a)	2	0	0	2	0	0	4	0	0	0	0	8
Mobilidade (b)	3	0	2	8	0	0	8	5	11	14	3j)	54
Procedimento Concursal (c)	0	2	0	3	0	0	14	8	17	14	0	58
Recrutamento através do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Regresso de licença sem remuneração	0	0	0	0	1	0	0	5	27	1	0	34
Regresso por conclusão sem sucesso de período experimental	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Outras situações (*)	16	0	0	3	1h)	0	21	122	0	141	0	304
SUBTOTAL	21	2	2	16	2	0	48	140	55	170	3	459
Por Motivo de Saída												
Aposentação/Reforma (d)	1	0	0	2	0	0	11	1	10	24	15k)	64
Cedência de interesse público	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cessação de Mobilidade (e)	0	0	0	0	1	0	0	4	3	1	0	9
Conclusão sem sucesso de período experimental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comissão de Serviço (f)	3	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	5
Extinção do vínculo de emprego público (g)	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Falecimento	0	0	0	0	0	0	1	0	0	4	4	9
Licença sem remuneração	0	0	1	0	0	0	0	0	6	2	0	9
Passagem à situação de requalificação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras situações (**)	24	0	2	5	0	1	58	7	9i)	0	123l)	229
SUBTOTAL	28	1	4	8	1	1	71	12	28	31	142	327
TOTAL	49	3	6	24	3	1	119	152	83	201	145	786

Notas “Por Tipo de Entrada”:

Corresponde ao início de funções de um trabalhador nessa modalidade de prestação de serviço, oriundo de outro organismo.

Inclui as situações de mobilidades descritas nos artigos 92.º e 93.º da LGTFP, excetuando a Mobilidade na Categoria, entre Categorias e/ou Intercarreiras dentro do mesmo organismo.

Corresponde a um novo recrutamento. Inclui os trabalhadores em período experimental.

Notas “Por Motivo de Saída”:

Inclui situações de aposentação por velhice, limite de idade e/ou invalidez. Não inclui situações de trabalhadores em pré-reforma.

Diz respeito à cessação de mobilidades descritas nos artigos 92.º e 93.º da LGTFP, excetuando a Mobilidade na Categoria, entre Categorias e/ou Intercarreiras dentro do mesmo organismo.

Corresponde a situações de cessação e respetivo regresso do trabalhador ao organismo de origem ou início de comissão de serviço de um trabalhador noutra organismo.

Inclui as formas de extinção por caducidade (excetuando a situação de reforma ou aposentação do trabalhador), por acordo, por motivos disciplinares, pelo trabalhador com aviso prévio e com justa causa.

h) Consolidação de trabalhadores em situação de Mobilidade interna - 1

Consolidação de trabalhadores em situação de Mobilidade interna - 1

i) Saída por procedimento concursal para outro organismo da administração central - 2; Saídas por mobilidade/procedimento concursal - 7.

Exército: Apenas contempla os trabalhadores civis com vínculo ao MPCE, não estando representados as 04 acumulações, 38 trabalhadores subsidiados e as 44 avenças.

j) Inclui as situações de mobilidade descritas nos artigos 92.º e 93.º da LGTFP, excetuando a Mobilidade na Categoria, entre Categorias e/ou Intercarreiras dentro do mesmo organismo.

k) Inclui situações de aposentação por velhice, limite de idade e/ou invalidez. Não inclui situações de trabalhadores em pré-reforma.

l) Inclui 2 por Mobilidade para outro organismo e 121 por extinção de vínculo com a Força Aérea por terem transitado para o Mapa de Pessoal do Hospital das Forças Armadas.

10.1.3.10 – Estrutura Remuneratória do Pessoal Civil

Escala Remuneratório	SG		DGPDN		DGRDN		IGDN		IDN		PJM		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
< 600	2	6	0	1	2	5	0	2	1	3	0	2	1	10	8	69	11	210	48	144	33	93	65	545
600 - 1000	18	37	3	1	11	12	5	2	5	7	4	8	96	307	71	188	285	255	323	626	278	210	750	1.653
1001 - 1500	17	31	3	1	14	28	0	3	3	3	3	4	15	52	34	115	116	33	45	135	36	29	216	434
1501 - 2000	5	20	2	5	7	17	2	4	3	1	1	0	9	35	4	30	10	10	44	97	3	7	83	226
2001 - 2500	4	9	1	2	1	6	0	0	0	3	0	0	0	3	14	24	9	5	14	32	2	2	29	86
2501 - 3000	5	7	2	3	12	8	2	1	0	2	1	0	0	7	10	14	2	3	5	10	2	0	29	55
3001 - 3500	1	0	0	1	0	2	2	2	0	0	0	0	0	0	4	12	2	6	17	8	1	0	22	31
3501 - 4000	0	0	1	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	3	2	0	2	4	0	0	9	8
4001 - 4500	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	4	4	0	0	5	6
4501 - 5000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	0	1	2	3
> 5000	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
TOTAL	52	110	12	14	49	78	14	15	12	19	9	14	121	415	145	456	439	522	503	1.062	355	342	1.211	3.047

IDN: Inclui também pessoal avençado.

Marinha: Nesta tabela apenas constam os civis que são remunerados pela Marinha, embora os que não foram contabilizados pertençam ao mapa de pessoal da Marinha.

Exército: Apenas contempla os trabalhadores civis com vínculo ao MPCE, não estando representados as 04 acumulações, 38 trabalhadores subsidiados e as 44 avenças.

10.1.4 – Comparações internacionais

10.1.4.1 – Efetivos de países membros da NATO

(milhares)	
Efetivos Militares dos Ramos das FA's	Qt
Albânia	7"
Alemanha	180"
Bélgica	29"
Bulgária	31"
Canadá	65"
Croácia	15"
Dinamarca	16"
Eslováquia	13"
Eslovénia	7"
Espanha	121"
Estados Unidos da América	1,305"
Estónia	6"
França	0
Grécia	106"
Hungria	18"
Itália	182"
Latvia	5"
Lituânia	13"
Luxemburgo	0.9"
Noruega	20"
Países Baixos	41"
Polónia	103"
Portugal	31"
Reino Unido	161"
República Checa	22"
Roménia	70"
Turquia	411"
TOTAL	1.674

Fonte: Site da Nato - Press Release

10.2 – JUSTIÇA E DISCIPLINA

10.2.1 – Condecorações Atribuídas

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Serviços distintos	130	136	50	316
Mérito militar	176	185	143	504
Comportamento exemplar	487	1.283	623	2.393
Mérito do Ramo	412	334	143	889
Ordens honoríficas nacionais	0	10	8	18
Outras	1.084	293	120	1.497
TOTAL	2.289	2.241	1.087	5.617

10.2.2 – Processos Iniciados

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Averiguações	26	1.438	143	1.607
Disciplinares	46	185	45	276
TOTAL	72	1.623	188	1.883

10.2.3 – Punições Aplicadas

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Repreensão simples	9	32	3	44
Repreensão agravada	4	18	8	30
Detenção	0	116	12	128
Prisão disciplinar	0	8	0	8
Prisão disciplinar agravada	0	0	0	0
TOTAL	13	174	23	210

a) Cessação Compulsiva do Regime de Voluntariado e Contrato - 10

10.2.4 – Processos Instruídos por Índícios de Prática de Crimes (253)

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Abandono de posto - artº 66º CJM	0	2	0	2
Abuso de autoridade - artº 382 CP	0	1	0	1
Abuso de autoridade de uso ilegítimo de armas-artº100º CJM	0	0	0	0
Abuso de autoridade por ofensa à integridade física-artº93º CJM	0	6	0	6
Abuso de autoridade por outras ofensas-artº95º CJM	0	0	0	0
Abuso de autoridade por prisão ilegal - artº96º CJM	0	0	0	0
Actos que prejudiquem a circulação ou segurança -artº69º CJM	0	0	0	0
Ameaça e coacção	0	1	0	1
Burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços	0	0	0	0
Comércio ilícito de material de guerra - artº82º CJM	1	2	0	3
Corrupção	0	0	0	0
Crimes cometidos no exercício de funções públicas	0	1	0	1
Crimes contra a honra	0	0	0	0
Crimes contra a integridade física	0	0	0	0
Crimes contra a Segurança das Forças Armadas	0	1	0	1
Crimes contra o património em geral	0	0	0	0
Crimes de falsificação	0	0	0	0
Crimes informáticos	0	0	0	0
Dano em bens militares ou de interesse militar-artº79º CJM	0	4	7	11
Deserção - artºs 72º e 74º CJM	1	14	3	18
Desobediência-artº348º CP	0	0	0	0
Detenção ou tráfico de armas proibidas	0	1	0	1
Difamação, calúnia e injúria	0	0	0	0
Entrada ou permanência ilegítima-artº70º do CJM	1	4	4	9
Evasão militar	0	0	0	0
Extravio de material de guerra - artº81º CJM	0	4	1	5
Falsificação de doc,cunhos, marcas, chancelas, pesos, medidas	1	2	1	4
Furto de veículo motorizado	0	0	0	0
Furto/roubo de mat. de guerra-artº83º e 84.º CJM	1	2	0	3
Incêndio Florestal	0	2	0	2
Incêndio/Fogo posto em edifício	0	1	0	1
Incumprimento Deveres serviço-artº 67º CJM	0	1	0	1
Insubordinação por ameaças ou outras ofensas-artº89º CJM	0	1	0	1
Insubordinação por desobediência-artº87º CJM	0	0	0	0
Insubordinação por ofensas à integridade física-artº86º CJM	0	0	0	0
Maus tratos ou sobrecarga de menores,incapazes ou do cônjuge (artº152º CP)	0	0	0	0
Ofensa à integridade física voluntária grave	0	0	0	0
Ofensa à integridade física voluntária simples	1	2	0	3
Ofensa a sentinela	0	1	0	1
Outras burlas	0	0	0	0
Outros crimes	0	2	0	2
Outros crimes c/reserva da vida privada	0	0	0	0
Outros crimes contra a honra	0	0	0	0
Outros crimes contra a propriedade	0	0	0	0
Outros crimes contra a realização da justiça	0	0	0	0
Outros crimes contra a vida	1	1	1	3
Outros crimes contra o Estado	0	0	0	0
Outros crimes de perigo comum	0	0	0	0
Outros crimes respeitantes a estupefacientes	1	1	2	4
Outros danos	0	2	1	3
Outros furtos	5	16	17	38

Peculato	0	0	0	0
Receptação e auxílio material	0	0	0	0
Tráfico de estupefacientes	0	0	0	0
Usurpação de funções	0	0	0	0
Violação de providências públicas	0	0	0	0
Violação de segredo/espionagem	0	0	0	0
Violência doméstica	0	0	0	0
TOTAL	13	75	37	125

Capítulo

11

NOTA EXPLICATIVA

O ensino militar tem por finalidade a habilitação profissional do militar, a aquisição dos conhecimentos e das competências necessárias à evolução da ciência e da tecnologia bem como o seu desenvolvimento cultural.

A formação militar, instrução e treino, visam uma preparação contínua do militar para o exercício das respetivas funções e abrangem componentes de natureza técnico-militar, intelectual, cívica, cultural e de aptidão física. A formação militar envolve ações de investimento, de evolução e de ajustamento e materializam-se através de cursos, tirocínios, estágios, instrução e treino operacional e técnico, consoante a categoria, posto, classe, arma, serviço ou especialidade a que o militar pertence.

O ensino e formação ministrados em estabelecimentos militares garante a continuidade do processo educativo na prossecução dos princípios fundamentais definidos nos sistemas educativo e formativo nacionais, bem como, relevar o papel da Defesa Nacional e das Forças Armadas na sociedade.

No âmbito da articulação de competências das diversas entidades que integram o Ensino Superior Militar e através do Despacho n.º 229/2012 de S. Exa o Ministro da Defesa Nacional, datado de 2 de outubro, da Resolução de Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 19 de abril, designada por “Reforma 2020”, do Despacho de S. Exa o Ministro da Defesa Nacional datado de 30 de dezembro de 2013, pela Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas - Reforma “Defesa 2020”, aprovada pelo Despacho n.º 7527-A/2013 de S. Exa o Ministro da Defesa Nacional, datado de 11 de junho, e pelo Despacho n.º 3756/2015 de S. Exa o Ministro da Defesa Nacional, datado de 25 de março, foi encetada a Reforma do Ensino Superior Militar que estabeleceu o objetivo de criar um Instituto Universitário Militar (IUM), com base num modelo de ensino superior militar em que a progressão na carreira resultasse da articulação coerente da formação inicial com a formação complementar ao longo da vida, e que integrasse o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), a Escola Naval (EN), a Academia Militar (AM) e a Academia da Força Aérea (AFA).

Para alcançar estes desígnios foram encetados os trabalhos necessários à criação do IUM através da criação do Modelo de Governação Comum, conforme Portaria n.º 60/2014 – 2ª Série, de 27 de janeiro.

Ao nível da formação de Sargentos, foram revistas as Portarias que aprovam o regulamento escolar dos Cursos de Formação de Sargentos do Exército e da Força Aérea através, respetivamente, das Portarias n.º 60/2014, de 10 de março, e 8/2013, de 10 de janeiro.

No que diz respeito à Escola de Serviço de Saúde Militar (ESSM), proceder-se-á à sua extinção aquando da criação da Unidade de Ensino, Formação e Investigação de Saúde Militar (UEFISM).

O Decreto-Lei nº 249/2015 de 28 de outubro vem, assim, aprovar a orgânica do ensino superior militar, consagrando as suas especificidades no contexto do ensino superior, designadamente, no que concerne ao necessário equilíbrio entre a formação inicial e complementar dos Oficiais, à formação inicial dos Sargentos, ao respeito pela condição militar nas suas diferentes vertentes e à caracterização das ciências militares enquanto vetor estratégico das Forças Armadas e da GNR.

Relativamente ao IUM, o mesmo visa desenvolver atividades de ensino, investigação, apoio à comunidade, cooperação e intercâmbio, com a finalidade de formar Oficiais e Sargentos dos Quadros Permanentes das FA e da Guarda Nacional Republicana (GNR), habilitando-os ao exercício das funções que estatutariamente lhes são cometidas, conferindo-lhes as competências adequadas ao desempenho das mesmas e promovendo o desenvolvimento individual para o exercício de funções de comando, direção, chefia e estado-maior, bem como ao exercício de cargos em organizações internacionais.

Desta forma, o ensino superior militar organiza-se num sistema binário, no qual o ensino universitário se orienta para formações científicas sólidas, juntando esforços e competências de unidades de ensino e investigação, e o ensino politécnico incide especialmente em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente.

No mesmo âmbito cabe à Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) conceber, desenvolver, coordenar, harmonizar e apoiar tecnicamente a definição e a execução das políticas de recursos humanos necessários à defesa nacional. No campo concreto do ensino e formação militar, a DGRDN propõe e avalia a política nos domínios do ensino, formação e qualificação profissional e participa na definição da política de ensino superior militar, em articulação com o Conselho do Ensino Superior Militar.

De forma mais específica, deve a DGRDN estudar, conceber e propor a definição sobre a qualificação e o desenvolvimento de competências para as FA e exercer, nos termos da lei, as competências relativas ao processo de certificação de pessoas e das entidades formadoras dos Ramos, em especial através da colaboração com as entidades competentes em matéria de reconhecimento e certificação de qualificações profissionais, assegurando uma adequada harmonização e interligação com os sistemas e instituições nacionais e internacionais.

11.1 – INSTITUTOS, ACADEMIAS, ESCOLAS E CENTROS DE INSTRUÇÃO DAS FA (Pessoal Militar, Militarizado e Civil das Forças Armadas)

Ramo das FA		IUM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Alunos admitidos nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas	2015/2016	481	4.579	263	7.508	12.350
Dados retrospectivos						
	2014/2015	327	4.197	5.208	4.911	14.643
	2013/2014	492	4.149	6.554	4.842	16.037
	2012/2013	258	5.805	7.322	4.576	17.961
	2011/2012	266	5.532	12.361	3.937	22.096
	2010/2011	363	6.004	9.172	4.111	19.650

Ramo das FA		IUM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Saídas com aproveitamento	2015/2016	471	4.349	243	7.437	12.029
Dados retrospectivos						
	2014/2015	320	3.898	4.300	5.060	13.578
	2013/2014	484	3.829	6.187	4.847	15.347
	2012/2013	258	5.399	6.880	4.695	17.232
	2011/2012	255	5.074	12.555	4.377	22.261
	2010/2011	352	6.213	8.313	5.036	19.914

Alunos admitidos nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas



11.2 – PESSOAL MILITAR NA EFETIVIDADE DE SERVIÇO QUE FREQUENTOU CURSOS INTERNOS

Ramo das FA	IUM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cursos de Formação	0	38	3.017	838	3.893
Cursos de Promoção	7	8	1.143	353	1.511
Cursos de Especialização ou Qualificação	8	467	4.097	2.608	7.180
Cursos de Atualização	0	25	0	410	435
TOTAL	15	538	8.257	4.209	13.019

EMGFA: Cursos de Promoção:

CPOG- Curso de Promoção a Oficial General;

CPOS- Curso de Promoção a Oficial Superior, que é subdividido consoante o Ramo e Arma, num total de 6.

11.3 – PESSOAL MILITAR QUE FREQUENTOU CURSOS NO ESTRANGEIRO

Ramo das FA	IUM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Curta (até um mês)	18	16	23	29	86
Média (de um a três meses)	0	0	1	0	1
Longa (mais de três meses)	0	1	3	0	4
TOTAL	18	17	27	29	91

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DAS FORÇAS ARMADAS (a) (Principais Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução)

MDN	
Instituto Universitário Militar	
Marinha	
Escola Naval (Alfeite) Escola Superior de Tecnologias Navais (Alfeite) Escola de Tecnologias Navais Departamento de Operações Departamento de Armas e Eletrónica Departamento de Propulsão e Energia Departamento de Limitação de Avarias Departamento de Administração e Logística Departamento de Comunicações e Sistemas de Informação Departamento de Formação em Tecnologias de Educação Departamento de Formação Geral	Escola de Fuzileiros (Vale do Zebro) Escola de Submarinos (Alfeite) Escola de Mergulhadores (Alfeite) Escola de Hidrografia e Oceanografia (Lisboa) Escola de Faroleiros (Paço de Arcos) Centro de Educação Física da Armada (Alfeite) Centro de Instrução de Tática Naval (Alfeite) Centro de Instrução de Helicópteros (Montijo) Escola de Autoridade Marítima (Lisboa) (b)
Exército	
Academia Militar (Lisboa) Escola Superior Politécnica do Exército (Amadora) Escola do Serviço de Saúde Militar (Lisboa) (c) Escola de Sargentos do Exército (Caldas da Rainha) Escola Prática de Infantaria (Mafra) Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas) Escola Prática de Cavalaria (Santarém) Escola Prática de Engenharia (Tancos) Escola Prática de Transmissões (Porto) Escola Prática do Serviço de Material (Entroncamento) Escola Prática de Administração Militar (Póvoa de Varzim) Escola Prática do Serviço de Transportes (Figueira da Foz)	Escola Militar de Eletromecânica (Paço de Arcos) Escola de Tropas Aerotransportadas (Tancos) Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Lisboa) Centro de Informática do Exército (Lisboa) Centro Militar de Educação Física e Desportos (Mafra) Centros de Instrução de Praças: (Região Militar do Norte, Governo Militar de Lisboa, Campo Militar de St.ª Margarida, Região Militar Sul, Zonas Militares dos Açores e Madeira) Instituto Geográfico do Exército (Lisboa) Banda do Exército (Queluz)
Força Aérea	
Academia da Força Aérea (Sintra) Escola Sup. de Tecnologias Militares Aeronáuticas (Sintra) Esquadra 101/ Epsilon (Beja) Esquadra 103 / Alfa Jet (Beja) Esquadra 552 / AL III (Beja) Esquadra 502 / Aviocar (Sintra)	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (Ota) que inclui: Escola de Língua Inglesa (ELI) Escola de Formação Pedagógica de Formadores Escola de Formação de Condutores Banda de Música da Força Aérea (Lisboa) Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea (BA 6 - Montijo) Centro de Instrução Cinófila (AM 2 - Ovar) Centro de Medicina Aeronáutica – Secção de Treino Fisiológico (Lisboa) Direção de Instrução (Lisboa)

(a) Não inclui o Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odivelas;

(b) Integrado na estrutura do Sistema de Autoridade Marítima;

(c) Estabelecimento do ensino superior politécnico. Órgão de apoio aos 3 Ramos, inserido na estrutura orgânica do Exército.

11.4 – CURSOS MINISTRADOS E NÚMERO DE ALUNOS, POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO

11.4.1 – Caracterização da atividade formativa

		IUM		EN		AM		AFA		ESSM	
		Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos
Cursos conferentes de grau	Ensino Universitário	1	34	6	221	13	135	6	131	2	6
	Ensino Politécnico	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Curso não conferentes de grau		14	437	3	104	3	17	3	53	66	868
TOTAL		15	471	10	326	16	152	9	184	68	874

O único curso conferente de grau académico é o Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC)

11.5 – DOCENTES, POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO E POR CATEGORIA (MILITARES/ CIVIS, DOUTORADOS/ MESTRES/ LICENCIADOS)

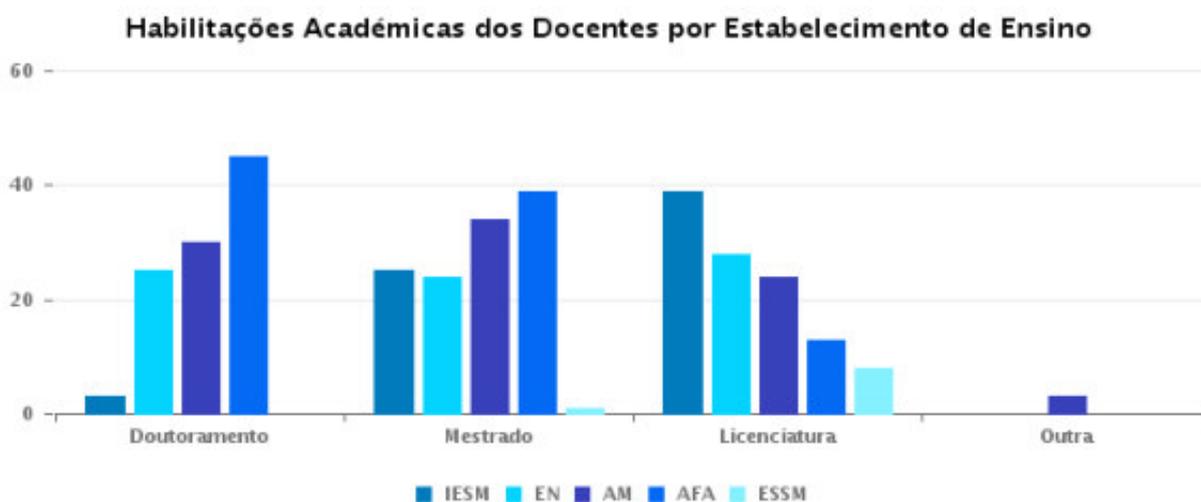
CATEGORIA		IUM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Militares	Oficiais	67	50	58	64	8	247
	Sargentos	0	0	3	0	1	4
	Praças	0	0	0	0	0	0
	Subtotal	67	50	61	64	9	251
Civis		2	27	30	33	0	92
Subtotal		2	27	30	33	0	92
TOTAL		69	77	91	97	9	343

Docentes pertencentes ao Quadro Orgânico do IUM- 67

Além dos docentes próprios do IUM, e ao abrigo de protocolos com Universidades, existe ainda um número significativo de professores doutores que "pro bono" ministram aulas aos vários cursos.

A GNR e a Universidade Nova de Lisboa acordaram um protocolo, no âmbito do qual, 23 professores civis daquela Universidade ministram diversas matérias.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	IUM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Doutoramento	3	25	30	45	0	103
Mestrado	25	24	34	39	1	123
Licenciatura	39	28	24	13	8	112
Outra	0	0	3	0	0	3
TOTAL	67	77	91	97	9	341



11.6 – PESSOAL DE APOIO POR ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (MILITARES/ CIVIS)

CATEGORIA		IUM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Militares	Oficiais	11	63	46	47	78	245
	Sargentos	17	45	38	23	72	195
	Praças	25	85	98	13	82	303
	Subtotal	53	193	182	83	232	743
Civis		16	46	50	14	40	166
Subtotal		16	46	50	14	40	166
TOTAL		69	239	232	97	272	909

11.7 – PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO INICIADOS, EM CURSO E CONCLUÍDOS

ATIVIDADES/SITUAÇÃO		IUM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Projetos de investigação	Iniciados	4	10	14	0	0	28
	Em curso	6	25	10	5	0	46
	Concluídos	0	6	10	0	0	16
	Subtotal	10	41	34	5	0	90
Publicações/Artigos Científicos	Iniciados	16	0	26	4	0	46
	Em curso	0	0	34	4	0	38
	Concluídos	22	206	45	11	0	284
	Subtotal	38	206	105	19	0	368
TOTAL		48	247	139	24	0	458

EMGFA: Os Artigos Científicos iniciados em 2016 foram todos terminados durante o ano de 2017.
Não é possível quantificar os Artigos Científicos que se encontram em curso.

11.8 - CURSOS MINISTRADOS POR CENTROS DE INSTRUÇÃO

11.8.1 – Estabelecimentos de Ensino e Formação não Superior

11.8.1.1 – Caracterização de Ação Formativa

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Nº de Cursos/Ações de Formação Ministrados	Nº Alunos
Marinha	CEFA	7	83
	CIH	34	277
	CITAN	25	192
	EAM	162	3.528
	EHO	1	10
	EMERG	8	103
	ESUB	3	10
	ETNA	406	3.309
	EFUZ	55	605
	Subtotal	701	8.117
Exército	CM	12	701
	IPE	8	263
	1BIMec	3	54
	CPAE	10	76
	DMT	3	11
	CME	0	0
	GCC	0	0
	GAC	14	119
	ESE	49	819
	RC6	9	59
	RPARA	34a)	811a)
	ESSM	63	527
	CAVE	2	8
	EA	88	715
	ESE	49	819
	RAAA1	7	105
	CSMIE	5	57
	CIGeoE	7b)	22b)
	CTOE	11	158
	RCmds	11c)	271c)
	RA5	13	43
	RE1	7	106
	RE3	9	134
	RC3	4	62
	RAME	6	631
	RG1	3	70
	RG2	16	291
	RG3	10	306
	RI10	2	13
	RI13	13	211
	RI19	4	431
	RI3	0	0

	RL2	10	196
	RMan	8	28
	Rtm	28	368
	RTransp	5	49
	UNAP/ZMA	6	37
	UNAP/Cmd		
	ZMM	0	0
	Subtotal	529	8.571
Força Aérea	CFMT	121	1.564
	Subtotal	121	1.564
TOTAL		1.351	18.252

11.9 – INSTRUTORES E PESSOAL DE APOIO, POR CENTROS DE INSTRUÇÃO

11.9.1 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Categoria

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Militares				Militarizados				Civis	TOTAL
		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL	Inspetores	Chefes	Guardas	TOTAL		
Marinha	CEFA	6	6	4	16	0	0	0	0	0	16
	CIH	2	5	0	7	0	0	0	0	0	7
	CITAN	10	5	0	15	0	0	0	0	0	15
	EAM	14	3	2	19	0	2	23	25	18	62
	EHO	13	0	0	13	0	0	0	0	21	34
	EMERG	2	9	6	17	0	0	0	0	0	17
	CIS	3	6	0	9	0	0	0	0	0	9
	ETNA	42	186	12	240	0	0	0	0	2	242
	EFUZ	7	28	20	55	0	0	0	0	0	55
	TOTAL	99	248	44	347	0	2	23	25	41	457

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Militares				Civis	TOTAL
		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL		
Exército	CM	0	0	0	0	83	83
	IPE	0	0	0	0	54	54
	ESE	7	5	0	12	2	14
	EA	101	96	0	197	0	197
	EPS	47a)	64a)	0	111	0	111
	TOTAL	155	165	0	320	139	139

a) A EPS designa-se Escola de Serviços

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Militares				Civis	TOTAL
		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL		
Força Aérea	CFMT	62	93	2	157	0	157
	TOTAL	62	93	2	155	0	0

11.9.2 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Habilitações

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Habilitações Académicas				TOTAL
		Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Outra	
Marinha	CEFA	0	4	1	11	16
	CIH	0	0	2	5	7
	CITAN	0	2	9	4	15
	EAM	4	28	14	20	66
	EHO	7	10	15	2	34
	EMERG	0	0	2	15	17
	CIS	0	1	2	6	9
	ETNA	0	22	28	192	242
	EFUZ	0	3	2	50	55
	Subtotal	11	70	75	305	461
	Exército	CM	0	4	66	13
IMPE		6	46	0	2	54
ESE		1	1	5	7	14
EA		0	28	46	123	197
EPA		0	0	0	0	0
EPE		0	0	0	0	0
EPS		0	22	32	53	107
EPI		0	0	0	0	0
EPC		0	0	0	0	0
RPARA		0	0	0	0	0
ETP		0	40	15	109	164
CTOE		0	10	2	18	30
RCmds		0	7	5	58	70
CMEFD		0	0	0	0	0
RA5		0	0	0	0	0
RC3		0	0	0	0	0
RG3		0	0	0	0	0
UnAo/CmdZMM		0	0	0	0	0
Subtotal		7	158	171	383	719
Força Aérea		CFMT	0	13	50	94
Subtotal	0	13	50	94	157	
TOTAL		18	241	296	782	1.337

11.9.3 – Caracterização do Pessoal de Apoio

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Militares				Militarizados				Civis	TOTAL
		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL	Inspetores	Chefes	Guardas	TOTAL		
Marinha	CEFA	3	3	3	9	0	0	0	0	0	9
	CIH	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	CITAN	1	1	0	2	0	0	0	0	0	2
	EAM	0	0	0	0	0	0	1	1	2	3
	EHO	1	0	0	1	0	0	0	0	3	4
	EMERG	0	2	1	3	0	0	0	0	0	3
	CIS	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1
	ETNA	0	4	18	22	0	0	0	0	1	23
	EFUZ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	5	10	23	38	0	0	1	1	6	45

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Militares				Civis	TOTAL
		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL		
Exército	CM	24	19	62	105	106	211
	IMPE	18	19	19	56	65	121
	ESE	6	3	2	11	3	14
	EA	78	72	82	232	40	272
	EPA	0	0	0	0	0	0
	EPE	0	0	0	0	0	0
	EPS	0	0	1	1	2	3
	EPI	0	0	0	0	0	0
	EPC	0	0	0	0	0	0
	EPT	0	0	0	0	0	0
	RPARA	1	3	2	6	0	6
	CTOE	5	7	22	34	0	34
	RCmds	5	15	40	60	0	60
	CMEFD	0	0	0	0	0	0
	RA5	0	0	0	0	0	0
	RC3	0	0	0	0	0	0
	RG3	0	0	0	0	0	0
	UnAo/CmdZMM	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	137	138	230	505	216	721

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Militares			TOTAL	Civis	TOTAL
		Oficiais	Sargentos	Praças			
Força Aérea	CFMT	10	45	57	112	38	150
TOTAL		10	45	57	55	38	38

Capítulo

12

NOTA EXPLICATIVA

O Sistema de Saúde Militar (SSM) tem por missão garantir o apoio sanitário à componente operacional e, simultaneamente, assegurar a assistência médica aos efetivos militares e às suas famílias, procedendo a uma avaliação permanente dos recursos humanos que servem a força militar desde a sua admissão ao serviço.

A criação do Hospital das Forças Armadas (HFAR), através do Decreto-Lei n.º 84/2014, de 27 de maio, enquanto hospital militar único, composto pelos Polos de Lisboa e do Porto, tem por missão prestar cuidados de saúde diferenciados aos militares das Forças Armadas, bem como à família militar e aos deficientes militares. Tal como previsto na Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) - Decreto-Lei n.º 184/2014 de 29 de dezembro, o HFAR encontra-se na dependência da Direção de Saúde Militar (DIRSAM) do EMGFA e íntegra a Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo (UTITA), a Unidade Militar de Toxicologia (UMT) e o Centro de Epidemiologia e Intervenção Preventiva (CEIP).

Apesar da criação de um hospital militar único, cada Ramo das Forças Armadas continua a possuir o seu próprio Serviço de Saúde, em virtude da especificidade da missão e da particularidade dos meios de que dispõe. Assim, pese embora algumas estruturas da medicina operacional especializada como o Centro de Medicina Aeronáutica (CMA) e o Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica (CMSH), estejam localizadas no Campus de Saúde Militar, adjacentes ao Polo de Lisboa e na dependência funcional do diretor do HFAR, permanecem sob a dependência hierárquica dos respetivos ramos.

Os recursos humanos da saúde - Médicos, Enfermeiros, Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica, Técnicos Superiores de Saúde, Auxiliares de Ação Médica e Socorristas, encontram-se assim distribuídos pelo HFAR e pelas restantes estruturas de saúde afetas aos Ramos. Trata-se de um efetivo maioritariamente militar, apesar de complementado pelo recurso a trabalhadores civis de forma a responder às diferentes especificidades e necessidades.

12.1 – INFRAESTRUTURAS HOSPITALARES

12.1.1 – Localização

HFAR		
Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	Polo do Porto*
	Azinhaga dos Ulmeiros	Av. da Boavista
	Lisboa	Porto

12.1.2 – Camas, segundo o fim a que se destinam

HFAR			
	Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	Polo do Porto
Internamento geral			
- Lotação oficial		138	72
- Lotação praticada		0	0
Enfermarias		59	15
Quartos		34	49
Cuidados Intensivos		7	3
Cuidados Intermédios		0	0
Salas de Recobro		16	0
Serviço de Observação (Urg.)		6	5
Hospital de dia		6	0
Outras camas		10	0
TOTAL		276	144

12.1.3 – Capacidade Funcional

	HFAR		
	Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	Polo do Porto
a. Salas operatórias (*)		6	4
b. Gab. de cons. Externa		64	56
c. Equipamentos diagnóstico e terapêutica:	Endoscopia	5	1
	Hemodialise (nº. dialisadores)	0	0
Imagiologia	Ecografia	3	6
	Imag. convencional (RX)	5	1
	Mamografia	1	5
	Osteodesiometria	1	1
	Tomografia comput. (TC)	2	1
	Outros	1	0
Laboratórios anatomia patológica e tanatologia		1	1
Laboratórios de patologia clínica		1	1
Medicina nuclear		1	1
Raios laser		18	1
Serviços de imuno-hemoterapia		1	1
Serviços farmacêuticos		2	1
Outros		0	0
TOTAL		112	81

(*) Incluídas ou não em bloco operatório

12.2 – RECURSOS HUMANOS

12.2.1 – Médicos militares e civis

Polos Hospitalares	HFAR			Marinha	Exército	Força Aérea	UTITA	UMT	CEIP
	Polo de Lisboa	Polo do Porto							
Contra-Almirante; Major General	1	0	4	0	0	0	0	0	0
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	4	1	8	0	5	1	0	0	0
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	15	10	6	4	6	0	0	0	0
Capitão-Tenente; Major	24	9	12	7	12	0	0	0	0
1º Tenente; Capitão	45	5	32	12	17	0	0	0	1
2º Tenente; Tenente	23	0	4	9	19	0	0	0	0
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	0	0	0	0	4	0	0	0	0
Aspirante a Oficial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Civis RCTFP	37	30	0	9	1	0	0	0	1
Civis RCPS	38	0	0	5	0	0	0	0	0
TOTAL	187	55	66	46	64	1	0	0	2

Exército: Ressalva-se o facto de existir 1 Brigadeiro-General, que não foi possível registar na presente tabela

12.2.2 – Enfermeiros militares e civis

Polos Hospitalares	HFAR Polo de Lisboa	Polo do Porto	Marinha	Exército	Força Aérea	UTITA	UMT	CEIP
Capitão Tenente; Major	0	0	2	4	1	0	0	0
1º Tenente; Capitão	0	0	6	2	0	0	0	0
2º Tenente; Tenente	0	0	2	0	0	0	0	0
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	6	9	23	14	0	0	0	0
Sargento-Mor	0	0	1	0	0	0	0	0
Sargento-Chefe	10	4	10	4	1	0	0	0
Sargento-Ajudante	17	1	29	0	6	1	0	2
1º Sargento	90	12	115	13	28	1	0	2
2º Sargento	0	0	10	1	2	0	0	0
Subsargento; Furriel	8	1	0	10	0	0	0	0
Civis RCTFP	46	42	0	4	0	1	0	0
Civis RCPS	0	37	0	0	0	0	0	0
TOTAL	177	106	198	52	38	3	0	4

12.2.3 – Técnicos de Superiores de Saúde (295)

Polos Hospitalares	HFAR Polo de Lisboa	Polo do Porto	Marinha	Exército	Força Aérea	UTITA	UMT	CEIP
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	0	0	2	0	0	0	1	0
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	5	1	3	2	1	0	0	0
Capitão-Tenente; Major	7	3	5	0	4	1	1	0
1º Tenente; Capitão	10	2	1	0	1	1	1	1
2º Tenente; Tenente	0	0	2	0	10	0	0	0
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	16	2	4	0	4	0	0	0
Aspirante a Oficial	0	0	4	0	0	0	0	0
Civis RCTFP	8	5	0	0	0	0	0	0
Civis RCPS	9	13	0	1	0	0	0	0
TOTAL	55	26	21	3	20	2	3	1

12.2.4 – Médicos Dentistas

Polos Hospitalares	HFAR Polo de Lisboa	Polo do Porto	Marinha	Exército	Força Aérea	UTITA	UMT	CEIP
Contra-Almirante; Major General	0	0	0	0	0	0	0	0
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	0	0	0	0	0	0	0	0
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	1	3	0	0	0	0	0	0
Capitão-Tenente; Major	0	0	0	4	0	0	0	0
1º Tenente; Capitão	5	0	2	1	0	0	0	0
2º Tenente; Tenente	0	0	0	3	0	0	0	0
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	2	0	3	0	0	0	0	0
Aspirante a Oficial	0	0	5	0	0	0	0	0
Civis RCTFP	2	1	0	1	7	0	0	0
Civis RCPS	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	10	4	10	9	7	0	0	0

12.2.5 – Médicos Veterinários Militares e Civis

Polos Hospitalares	HFAR Polo de Lisboa	Polo do Porto	Marinha	Exército	Força Aérea	UTITA	UMT	CEIP
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	0	0	N/A	0	0	0	0	0
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	0	0	N/A	6	0	0	0	0
Capitão-Tenente; Major	0	0	N/A	10	0	0	0	0
1º Tenente; Capitão	0	0	N/A	10	0	0	0	0
2º Tenente; Tenente	0	0	N/A	0	0	0	0	0
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	0	0	N/A	1	2	0	0	0
Aspirante a Oficial	0	0	N/A	0	0	0	0	0
Civis RCTFP	0	0	N/A	0	0	0	0	0
Civis RCPS	0	0	N/A	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	27	2	0	0	0

12.2.6 – Enfermeiros Veterinários militares e civis (298)

Polos Hospitalares	HFAR Polo de Lisboa	Polo do Porto	Marinha	Exército	Força Aérea	UTITA	UMT	CEIP
Sargento-Mor	0	0	N/A	1	0	0	0	0
Sargento-Chefe	0	0	N/A	1	0	0	0	0
Sargento-Ajudante	0	0	N/A	1	0	0	0	0
1º Sargento	0	0	N/A	2	0	0	0	0
2º Sargento	0	0	N/A	0	0	0	0	0
Civis RCTFP	0	0	N/A	0	0	0	0	0
Civis RCTPS	0	0	N/A	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	5	0	0	0	0

12.2.7 – Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica

Polos Hospitalares	HFAR Polo de Lisboa	Polo do Porto	Marinha	Exército	Força Aérea	UTITA	UMT	CEIP
Capitão	0	3	0	9	0	0	0	0
Tenente	0	1	0	0	0	0	0	0
Sargento-Mor	0	0	0	1	0	0	0	0
Sargento-Chefe	0	0	1	3	0	0	0	0
Sargento-Ajudante	0	0	6	6	0	0	2	0
1º Sargento	0	0	5	2	0	0	1	0
2º Sargento	0	0	5	4	0	0	0	0
Furriel RC	0	2	0	20	0	0	0	0
2º Furriel	1	0	0	1	0	0	0	0
Civis RCTFP	55	10	0	10	7	0	0	0
Civis RCPS	9	20	1	3	0	0	0	0
TOTAL	65	36	18	59	7	0	3	0

12.2.8 – Médicos no HFAR, por Especialidade Exercida (a)

		HFAR	
		Polos Hospitalares	Polo de Lisboa
			Polo do Porto
a. Especialidades cirúrgicas	Anestesiologia		16
			6
	Cirurgia geral		15
			5
	Cirurgia plástica reconstrutiva		4
			2
	Cirurgia vascular/Angiologia		2
			2
	Estomatologia		0
			0
	Ginecologia/Obstetria		7
			3
	Neurocirurgia		3
			1
Oftalmologia		9	
		7	
Ortopedia		7	
		5	
Otorrinolaringologia		11	
		3	
Urologia		8	
		5	
Outras esp. cirúrgicas		0	
		0	
b. Especialidades médicas	Anatomia patológica		3
			2
	Cardiologia		8
			3
	Dermatologia		3
			2
	Endocrinologia		6
			1
	Fisiatria		5
			3
	Gastroenterologia		5
			1
	Hematologia		1
			0
	Imunoalergologia		1
			1
	Imagiologia		21
			7
	Infeciologia		2
			0
Medicina interna		18	
		7	
Nefrologia		3	
		1	
Neurologia		5	
		2	
Oncologia médica		5	
		2	
Pneumologia		7	
		2	
Psiquiatria		6	
		7	
Reumatologia		2	
		1	
Outras esp. Médicas:		2	
		6	
c. Outras Especialidades	Medicina geral e familiar		2
			12
TOTAL		187	99

(a) Os médicos devem ser contados uma única vez, segundo a especialidade que exercem. No caso de exercerem mais de uma especialidade no hospital, deverão ser indicados naquele a que dedicam um maior número de horas de trabalho.

12.2.9 – Técnicos Superiores no HFAR, por especialidade

	Polos Hospitalares	HFAR	
		Polo de Lisboa	Polo do Porto
Técnico superior de saúde	- Ramo de farmácia	10	4
	- Ramo de laboratório	8	1
	- Ramo de nutrição	3	2
	- Ramo de psicologia clínica	8	3
	- Ramo de veterinária	0	0
	- Outros ramos	21	6
Técnico superior	- De serviço social	2	2
	- De instalações e equipam. de serviços de saúde	3	1
	- Outros ramos	1	7
TOTAL		56	26

12.2.10 – Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica no HFAR, por especialidade

	Polos Hospitalares	HFAR	
		Polo de Lisboa	Polo do Porto
Dietistas		1	0
Higienistas orais		3	0
Ramo laboratorial	- Patologia clínica	8	7
	- Anatomia patológica	2	0
	- Farmácia	0	1
	- Outros	2	0
Ramo radionuclear	- Radiologia	9	6
	- Outros	1	0
Ramo cinesiológico	- Fisioterapia	6	7
	- Outros	0	0
Terapeutas da fala		1	1
Terapeutas ocupacionais		2	1
Outro pessoal técnico de diagnóstico e de terapêutica		8	6
TOTAL		43	29

12.3 – ATIVIDADE HOSPITALAR

12.3.1 – Consultas Efetuadas, por especialidade, no HFAR

	Polos Hospitalares	HFAR		TOTAL
		Polo de Lisboa	Polo do Porto	
a. Especialidades cirúrgicas	Anestesiologia	1.436	287	1.723
	Cirurgia geral	3.830	891	4.721
	Cirurgia plástica reconstrutiva	2.043	651	2.694
	Cirurgia vascular/Angiologia	726	441	1.167
	Estomatologia/Maxilofacial	0	841	841
	Ginecologia	3.085	992	4.077
	Neurocirurgia	2.936	275	3.211
	Obstetrícia	0	21	21
	Oftalmologia	8.597	3.836	12.433
	Ortopedia	6.208	4.199	10.407
	Otorrinolaringologia	6.321	233	6.554
	Urologia	5.334	2.139	7.473
	Outras especialidades cirúrgicas	0	4.589	4.589
	b. Especialidades médicas	Cardiologia	9.485	1.000
Dermatologia		5.328	1.732	7.060
Endocrinologia		3.965	1.708	5.673
Gastroenterologia		3.670	920	4.590
Hematologia		0	0	0
Imunoalergologia		0	0	0
Infeciologia		490	0	490
Medicina Física e de Reabilitação		4.041	1.872	5.913
Medicina interna		2.104	981	3.085
Nefrologia		805	251	1.056
Neurologia		2.618	688	3.306
Oncologia médica		1.607	823	2.430
Pneumologia		2.278	1.290	3.568
Psiquiatra		3.055	3.123	6.178
Reumatologia		1.191	411	1.602
Outras especialidades médicas		10.941	13.212	24.153
C. Outras Consultas		Medicina Geral e Familiar	1.995	3.185
	Medicina Dentária	10.787	5.295	16.082
	Nutrição e/ou Dietética	1.952	1.086	3.038
	Outras:	0	0	0
TOTAL	106.828	56.972	163.800	

12.3.2 – Atos de Terapêutica Efetuados no HFAR

	Polos Hospitalares	HFAR		TOTAL
		Polo de Lisboa	Polo do Porto	
Braquiterapia		0	0	0
Imuno-hemoterapia		2.511	0	2.511
Fisioterapia		100.529	7.590	108.119
Medicina nuclear (tratamento com isótopos)		750	0	750
Hemodialise		0	0	0
Ortóteses		0	0	0
Próteses		0	0	0
Quimioterapia		2.596	0	2.596
Sessões de psicoterapia		523	0	523
Outros tratamentos		0	0	0
TOTAL		106.909	7.590	114.499

12.3.3 - Atos de Diagnóstico Efetuados no HFAR

	Polos Hospitalares	HFAR		TOTAL
		Polo de Lisboa	Polo do Porto	
Anatomia patológica		4.351	0	4.351
Imagiologia		43.765	0	43.765
Ecocardiogramas		2.202	64	2.266
Eletrocardiogramas		12.140	330	12.470
Eletroencefalogramas		315	24	339
Endoscopia		969	60	1.029
Exames mio-elétricos		0	18	18
Exames hemodinâmicos		0	0	0
Holters		1.104	21	1.125
Provas de esforço		776	12	788
Provas de função respiratória		521	32	553
Psicologia		617	0	617
Outros		0	0	0
TOTAL		66.760	561	67.321

12.3.4 - Intervenções Cirúrgicas Realizadas, por Especialidade

	Polos Hospitalares	HFAR		TOTAL
		Polo de Lisboa	Polo do Porto	
a. Especialidades cirúrgicas	Cirurgia geral	841	209	1.050
	Cirurgia plástica reconstrutiva	354	131	485
	Cirurgia vascular/Angiologia	69	35	104
	Ginecologia/Obstetria	145	22	167
	Neurocirurgia	147	33	180
	Oftalmologia	1.368	294	1.662
	Ortopedia	447	281	728
	Otorrinolaringologia	422	91	513
	Urologia	230	80	310
	Outras Especialidades Cirúrgicas	5	23	28
b. Especialidades médicas	Cardiologia	27	0	27
	Dermatologia	0	66	66
	Endocrinologia	0	0	0
	Fisiatria	0	0	0
	Gastroenterologia	1	0	1
	Nefrologia	0	0	0
	Oncologia médica	0	0	0
	Pneumologia	0	0	0
	Reumatologia	0	0	0
	Outras Especialidades Médicas	0	0	0
c. Outras especialidades	Estomatologia/Medicina Dentária	16.010	159	16.169
	TOTAL	20.066	1.424	21.490

12.3.5 - Taxa Mensal de Ocupação das Camas, por Polo Hospitalar

	Polos Hospitalares	HFAR		TOTAL
		Polo de Lisboa	Polo do Porto	
Janeiro		61,30%	0,00%	61,30%
Fevereiro		65,40%	0,00%	65,40%
Março		60,20%	0,00%	60,20%
Abril		65,00%	0,00%	65,00%
Mai		69,80%	0,00%	69,80%
Junho		63,90%	0,00%	63,90%
Julho		56,70%	0,00%	56,70%
Agosto		53,30%	0,00%	53,30%
Setembro		67,50%	0,00%	67,50%
Outubro		69,90%	0,00%	69,90%
Novembro		93,30%	0,00%	93,30%
Dezembro		91,00%	0,00%	91,00%
	Média	68,11%	0,00%	68,11%

Capítulo

13

NOTA EXPLICATIVA

O Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, veio estabelecer o regime jurídico da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), resultante da unificação dos três subsistemas de saúde específicos de cada um dos Ramos (Assistência na Doença aos Militares da Marinha - ADMA, Assistência na Doença aos Militares do Exército - ADME e Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea - ADMFA) num único subsistema sujeito a um regime paralelo ao da Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado (ADSE).

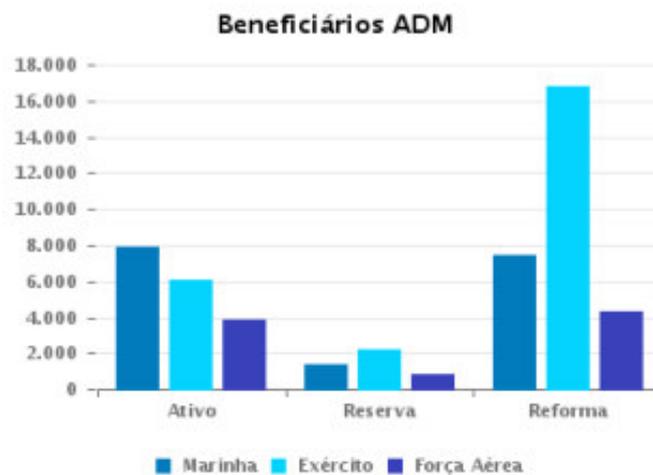
Aquele diploma estabeleceu que a gestão deste novo subsistema da saúde incumbe ao Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (IASFA, I.P.). A regulamentação do funcionamento foi definida pela Portaria n.º 284/2007, de 12 de março.

BENEFICIÁRIOS

A qualidade de beneficiário, de acordo com o Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, adquire-se com a prévia inscrição na ADM, podendo esta assumir um caráter obrigatório ou facultativo. Os beneficiários integram as categorias de beneficiários titulares e de beneficiários familiares ou equiparados.

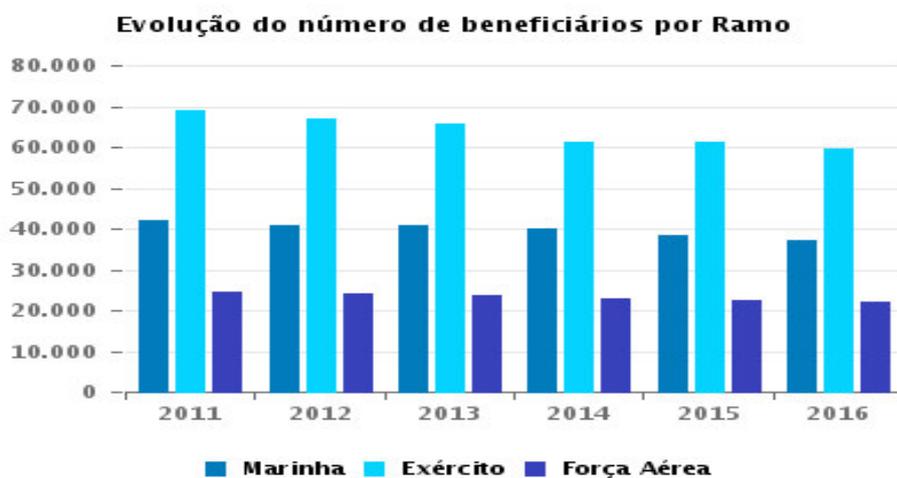
13.1 - BENEFICIÁRIOS ADM - DISTRIBUIÇÃO POR RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS E POR TIPOLOGIA

Sistema de Apoio	ADM			TOTAL
	Marinha	Exército	Força Aérea	
Ativo	7.941	6.113	3.891	17.945
Reserva	1.350	2.220	813	4.383
Reforma	7.490	16.805	4.355	28.650
TOTAL	16.781	25.138	9.059	50.978



13.2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS

Sistema de Apoio	ADM			TOTAL
	Marinha	Exército	Força Aérea	
2016	37.334	59.616	22.227	119.177
Dados retrospectivos				
2015	38.561	61.175	22.406	122.142
2014	39.957	61.154	22.711	123.822
2013	40.860	65.863	23.683	130.406
2012	40.966	67.031	24.023	132.020
2011	42.016	68.862	24.637	135.515



13.3 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE

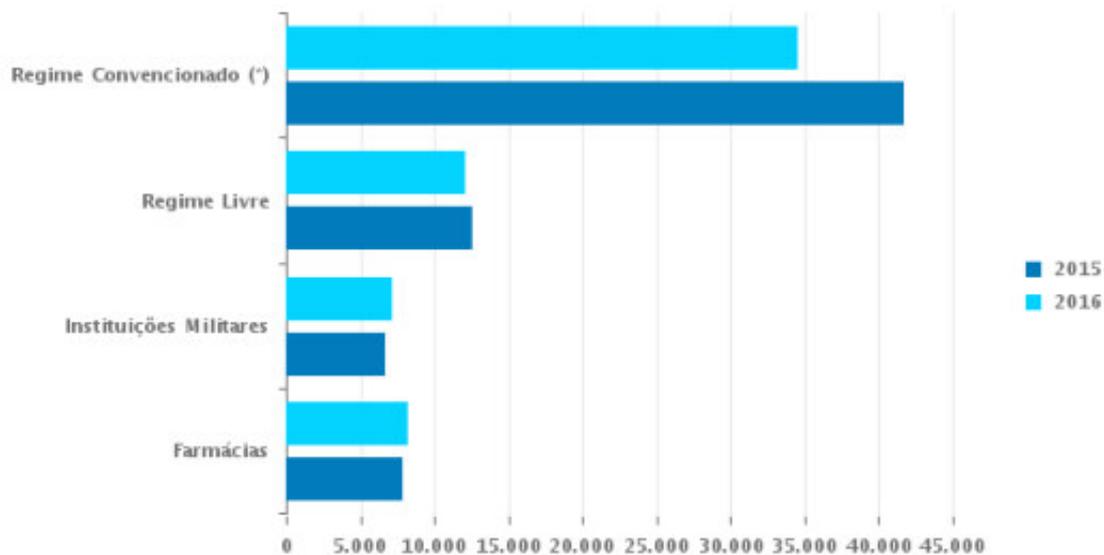
Sistema de Apoio	ADM
2016	61592,30
2015	68523,65
2014	58618,51
2013	77930,81
2012	69632,90
2011	73706,30



13.4 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE POR MODALIDADE DE ASSISTÊNCIA

Sistema de Apoio	ADM		Variação
	2015	2016	
Farmácias	7.792,89	8.134,92	4,39%
Instituições Militares	6.602,36	7.052,23	6,81%
Regime Livre	12.468,51	12.014,83	-3,64%
Regime Convencionado (*)	41.649,66	34.390,32	-17,43%
TOTAL	68.513,42	61.592,3	-10,10%

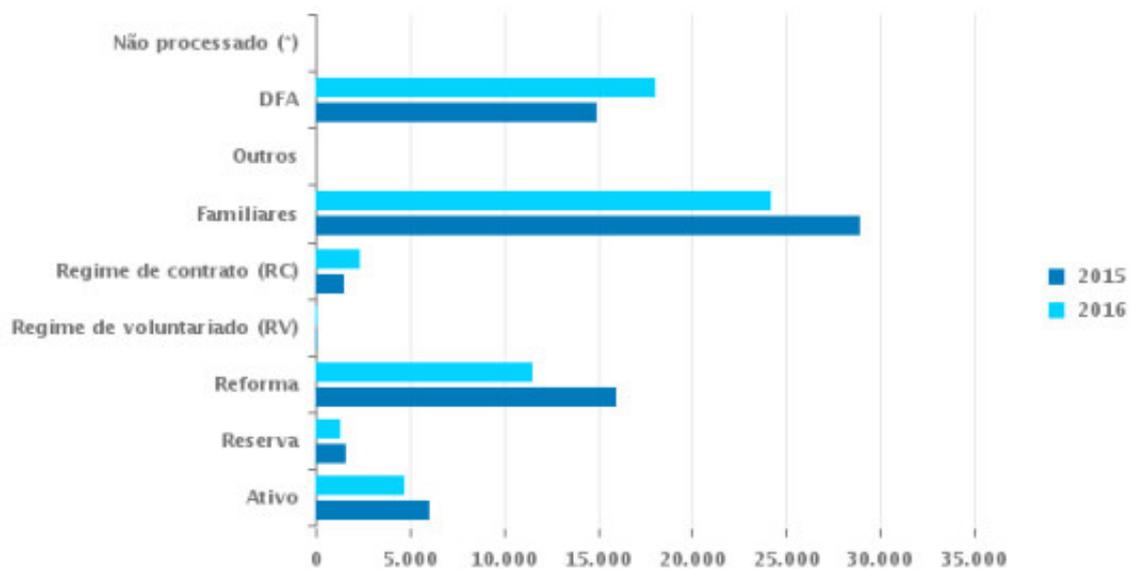
(*)Entidades Convencionadas + CAS



13.5 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS

	ADM		Variação
	2015	2016	
Ativo	5970,58	4625,13	-22,53%
Reserva	1544,94	1225,03	-20,71%
Reforma	15891,73	11402,31	-28,25%
Regime de voluntariado (RV)	10,80	20,46	89,44%
Regime de contrato (RC)	1439,57	2258,87	56,91%
Familiares	28810,09	24109,45	-16,32%
DFA	14855,95	17951,05	20,83%
Outros	0,00	0,00	0,00%
Não processado (*)	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	68523,66	61592,30	-10,12%

(*) Pago pelo valor total da fatura, não por ato a ato médico, imputável a cada beneficiário



Capítulo

14

NOTA EXPLICATIVA

Os dados a seguir apresentados foram coligidos pelo Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA, I.P.) as prestações familiares e sociais despendidas com o pessoal militar e civil pelos órgãos e serviços centrais do MDN (SC/MDN), EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, Instituto da Defesa Nacional e IASFA, a que aludem os Decretos-Leis n.ºs 223/95, de 8 de setembro e 133-B/97, de 30 de maio, este último revogado, na parte relativa ao subsídio familiar a crianças e jovens e ao subsídio de funeral, pelo Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, alterado pelo Decreto-lei n.º133/2012 de 27 de Junho; os subsídios concedidos, pelo IASFA, I.P., aos seus beneficiários, previstos no Decreto-Lei n.º 193/2012 de 23 Agosto.

Tais prestações pecuniárias (abonos, subsídios e prestações complementares) estão agrupadas nas Funções de Proteção Social, consideradas pelo Instituto Nacional de Estatística na sua publicação *“Estatísticas de Proteção Social Associações Sindicais Patronais”*.

O IASFA, I.P., intervém junto dos seus beneficiários no campo da ação social complementar, nomeadamente na atribuição de subsídios e de outros benefícios sociais.

FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIOS

Função Invalidez

Subsídio especial de apoio de 3ª pessoa (SEAP), concedido pelo IASFA, I.P., a beneficiários, em função da sua situação socioeconómica, que se encontrem em situação de necessidade de apoio de terceira pessoa, sem que se torne necessário o seu internamento em estabelecimento hospitalar, ou não seja aconselhável, ou possível, o seu internamento em lar.

Função Carência Económica e Velhice

Subsídio complementar normal de pensões (SCNP), concedido aos beneficiários que auferem rendimentos inferiores a um determinado valor (mínimo vital) presentemente fixado pelo IASFA, pelo valor equiparado à remuneração mínima garantida. Em 2012, o Subsídio Complementar de Apoio Familiar (SCAF) foi integrado no SCNP, sendo o valor do mínimo vital acrescido de um montante a fixar anualmente pelo Conselho Diretivo, por cada elemento dependente do agregado familiar. No anuário da Defesa o SCAF estava agrupado na função família.

Subsídio especial de lar (SEL), para auxiliar o internamento em lares (públicos ou privados, não fazendo parte do IASFA, I.P.), dos beneficiários que, comprovadamente, não possam manter-se no agregado familiar;

Subsídio especial de residente (SER), para permitir aos beneficiários mais carenciados o seu internamento nas Residenciais para Idosos (RI) e Centros de Recuperação (CR) dos equipamentos sociais do IASFA, I.P.

Função Sobrevivência

Subsídios por morte e de funeral previstos, respetivamente, nos Decretos-Leis n.ºs 223/95, de 8 de setembro e 176/2003, de 2 de agosto.

Função Família

Abono de família para crianças e jovens que visa compensar os encargos decorrentes de situações geradoras de despesas para as famílias, especialmente previstas no Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2009, de 28 de agosto;

Bonificação por deficiência, prevista no Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio, acrescendo ao abono de família para crianças e jovens, concedido nos termos do Decreto-Lei n.º 176/2003, de agosto;

Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial, subsídio mensal vitalício e subsídio por assistência de 3ª pessoa, regulados pelo Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio;

Comparticipações concedidas pelo IASFA, I.P.:

Escolar (CE), aos agregados com mais fracos recursos económicos e em todos os graus de ensino;

Especial para o apoio na deficiência (CEAD), aos beneficiários titulares ou beneficiários familiares cujos descendentes ou equiparados sejam portadores de deficiência, independentemente da idade, e frequentem estabelecimentos de ensino especial na valência de apoio técnico precoce, valência sócio-

educativa ou valência de atividades ocupacionais. A comparticipação poderá ainda ser atribuída pela frequência de ensino regular, nomeadamente em creche e jardim de infância, desde que esta frequência seja considerada essencial para superar ou minimizar a deficiência, contribuindo para um melhor desenvolvimento pessoal e integração social.

OUTRAS FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL

Assistência a Idosos

As Residenciais de Idosos do IASFA, I.P. constituem um alojamento coletivo para beneficiários idosos em situação de maior risco de perda de independência ou de autonomia, que se encontrem com dificuldades em residir no meio familiar normal.

Os Centros de Recuperação do IASFA, I.P. constituem um alojamento coletivo para beneficiários idosos em regime de internamento temporário ou definitivo, quer para convalescença quer para situações de dependência moderada ou severa.

Assistência Médica e Sanitária

O apoio nos cuidados primários de saúde em regime ambulatorio, como complemento de outros sistemas de saúde, a beneficiários titulares e familiares constitui outra missão de proteção social exercida pelo IASFA, I.P. Esta ação é concretizada através dos Centros Médicos, onde se efetuam consultas das diversas especialidades, exames auxiliares de diagnóstico, ações terapêuticas e pelo apoio prestado pelos Postos Clínicos.

Na assistência sanitária destaca-se o serviço farmacêutico, constituído por uma Farmácia, instalada no Centro de Apoio Social de Oeiras, que tem como missão o apoio sanitário, em medicamentos, aos beneficiários internados nos Centros de Recuperação e Residenciais de Idosos, aos utentes das consultas externas e aos beneficiários em geral.

Assistência a Jovens Estudantes e Crianças

O apoio a jovens estudantes é prestado pelas Residenciais Universitárias do IASFA, cujo objetivo é proporcionar, de acordo com as disponibilidades, alojamentos aos filhos dos beneficiários titulares matriculados em estabelecimentos de ensino superior na área da Grande Lisboa.

O apoio sócio-educativo aos filhos dos beneficiários titulares do IASFA, I.P. é disponibilizado por alguns equipamentos ligados à educação, nomeadamente uma Creche, um jardim de infância/Pré-Escolar e a Escola de Ensino Básico nº 1 do Alfeite (o ensino básico é ministrado sob a responsabilidade do Ministério da Educação). As Atividades de Tempos Livres, extintas em 2006, deram lugar ao Centro de Recursos (CERE) que continuou a apoiar os alunos que frequentam aquele estabelecimento de ensino.

Assistência Financeira

A assistência financeira prestada pelo IASFA, I.P., aprovado a 2 de Dezembro 2010 aos beneficiários envolve a concessão de empréstimos, liquidação de subsídios pecuniários por morte (CPFA), que permitem resolver situações gravosas, urgentes e imprevistas.

Assistência Habitacional

Um dos objetivos a atingir pelo IASFA, I.P., na sua prestação de apoio à habitação, é a disponibilização de fogos aos seus beneficiários em condições favoráveis.

Assistência no Lazer

O IASFA, I.P., como representante de Portugal no Comité de Ligação dos Organismos Sociais Militares (CLIMS), desenvolve a cooperação entre os organismos responsáveis pela ação social militar, tanto no âmbito da doutrina e metodologias do apoio social como no intercâmbio de jovens e de residências de férias, em apoio da família militar.

Proporciona aos seus beneficiários, a preços sociais, períodos de férias e de repouso nos Centros de Apoio Social de Oeiras e de Runa e no Centro de Repouso de Porto Santo (CEREPOSA), organizando turnos de frequência de acordo com o calendário e o normativo da época.

14.1 - BENEFICIÁRIOS DO IASFA,I.P. – DISTRIBUIÇÃO POR RAMOS DAS FA

Ramo das FA		Marinha	Exército	Força Aérea	Civis IASFA I.P.	TOTAL
Número de beneficiários titulares		17.405	18.369	8.812	138	44.724
Variação face ao ano anterior	Em valor absoluto	737	1.414	601	1	2.753
	Em percentagem (%)	2,00%	4,00%	4,00%	0,00%	10,00%

A variação ocorrida face ao ano de 2015, deve-se a um upgrade efetuado à Base de Dados da Ação Social Complementar do IASFA, I.P. (SIASC), para onde foram importados Beneficiários Titulares e Familiares da Base de Dados da ADM não contabilizados até ao final de 2015

14.2 - FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL – INVALIDEZ – SUBSÍDIO

IASFA I.P.		N.º de Beneficiários	Valor
Comparticipações	CEAD	44	46.733,15
	CE	832	144.540,00
	Subtotal	876	191.273,15
Subsídios Complementares	SCERPI	72	206.879,83
	SCAP	264	288.196,00
	SCCE	74	95.325,43
	SCE	2	1.660,00
	Subtotal	412	592.061,26
TOTAL		1.288	783.334,41

14.3 – AÇÃO SOCIAL COMPLEMENTAR

		Nº de Beneficiários	2015	2016
Apoio a Idosos	ERPI – Unidade Funcional 1		*	220
	ERPI – Unidade Funcional 2		*	157
	Subtotal		0	377
Assistência Médica	Consultas		19.104	24.080
	Consultas Med. Dentária e Tratamentos de Estomatologia		6.797	6.691
	Exames Auxiliares de Diagnóstico		7.565	5.967
	Exames e Tratamentos de Enfermagem		60.293	63.335
	Fisioterapia		86.218	96.893
	Terapia Ocupacional		14.737	9.937
	Terapia da fala		705	353
	Psicologia/Neuropsicologia		*	1.593
	Pequena Cirurgia		*	0
		Subtotal		195.419
Assistência a Jovens e Crianças	Residenciais Universitárias		8	13
	Berçário/Creche		103	94
	Jardim de Infância		81	109
	Centro de Recursos (CERE)		295	296a)
		Subtotal		487
Apoio Financeiro	Empréstimos - Nº		434	11b)
	Empréstimos - Montante		2.049.691€	47.800
	Subsídios pecuniários por morte (ex-CPFA)		501	439
		Subtotal		2.050.626
Assistência Habitacional	Habitação renda económica		1.291	1.133
	Habitação renda livre		*	218
	Apartamentos Autónomos		*	25
		Subtotal		1.291
Assistência no Lazer	CLIMS		1.948	3.893
	Centro de Repouso de Porto Santo		390	385
		Subtotal		2.338
TOTAL			2.250.161	263.642

* Em 2015 o formato da tabela não continha esta informação.

a)A concessão de empréstimos normais encontrava-se regulada pela I.P: AS.12, alteração nº 07 de 29-03-2012, e destinava-se a satisfazer carências sociais ocasionais dos beneficiários suscetíveis de serem solucionados com o escalonamento do encargo respetivo em prestações mensais. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 35/2016, de 29 de junho, primeira alteração ao Decreto-Lei nº 193/2012, de 23 de agosto, foi eliminada a possibilidade do Instituto conceder empréstimos aos seus beneficiários, estando previsto no entanto, que a a resposta a necessidades prementes de natureza socioeconómica, motivadas por circunstâncias extraordinárias da vida dos beneficiários, deve, na nova configuração das missões e atribuições do IASFA, I.P., ser encontrada no mecanismo de comparticipação financeira extraordinária, sempre que possível reembolsável. Durante o ano de 2016 e até ao cancelamento da legislação anterior, foram concedidos 11 empréstimos no valor total de 47,800,00€.

b)O número de jovens e crianças apoiadas pelo CERE, foram contabilizadas só até julho de 2016, por extinção do CERE. O número de jovens e crianças apoiadas pelo CERE, foram contabilizadas só até julho de 2016, por extinção do CERE.

14.4 - FUNÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL - PRESTAÇÕES POR ENCARGOS FAMILIARES

Função de Proteção Social – Sobrevivência – SUBSÍDIOS

	SC/MDN		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		IASFA I.P.	
	N.º	Montante	N.º	Montante	N.º	Montante	N.º	Montante	N.º	Montante	N.º	Montante
Abono de Família para Crianças e Jovens	15	13.405,26	0	27.617,65	289	189.410,11	627a)	941.301,09	108	93.705,73	26	13.836,17
Subsídio por Freq. de Est. de Educação Especial	0	0,00	0	0,00	3	5.076,67	1	843,66	0	0,00	0	0,00
Subsídio Parental	13	15.620,97	0	42.767,83	207	1.053.175,20	b)	0,00	424	710.458,99	11	7.237,75
Subsídio Mensal Vitalício	1	2.121,12	0	6.363,36	21	39.417,48	19	37.649,88	9	19.090,08	0	0,00
Subsídio por Assistência de 3.ª Pessoa	0	0,00	0	6.421,22	43	47.011,57	35	39.017,91	14	16.458,96	2	2.324,77
Bonificação por Deficiência	0	0,00	0	15.467,48	177	166.473,46	135	166.810,49	46	46.679,69	2	1.689,34
Subsídio de Funeral	0	0,00	0	0,00	2	427,72	3	1.677,72	1	213,86	1	1.257,66
Subsídio por Morte	0	0,00	0	0,00	12	15.091,92	23	28.926,18	4	15.235,32	0	0,00
TOTAL	29	31.147,35	0	98.637,54	754	1.516.084,13	843	1.216.226,93	606	901.842,63	42	26.345,69

EMGFA: Número não disponível.

Exército:

a) Os dados disponíveis consideram o SUBSÍDEO FAMILIAR, em que inclui os valores referentes aos subsídios de casamento, nascimento, parental, aleitação e abono de família que foram substituídos ou extintos pelo DL n.º 133-B/97, de 30Mai.

b) Incluído no valor do Abono de família para criança e jovens, de acordo com a alínea a).

Força Aérea: O N.º indicado corresponde ao n.º de militares/civis que em 2016 usufruíram das prestações

O montante está expresso em Euros

14.5 - TOTAL ANUAL DE SUBSÍDIOS/COMPARTICIPAÇÕES E MONTANTES DESPENDIDOS POR TIPO

Tipo	SC/MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA, I.P.	TOTAL
Subsídios Complementares	0	0	0	0	1	412	413
Ação Social Complementar - Comparticipações	0	0	0	0	0	876	876
Ação Social Complementar - Montante Despendido	0	0	0	0	1.911,7	783.334,41	785.246,11
Prestações por encargos familiares - Subsídios	0	0	0	0	606	42	648
Prestações por encargos familiares - Montante	0	98.637,54	0	0	901.842,63	26.345,69	1.026.825,86
TOTAL	0	98.637,54	0	0	904.361,33	811.010,1	1.814.008,97

Exército: Segundo a Direção de serviço de Pessoal do Exército, terá a ver com o Dec-Lei 223/95 de 8 de setembro, supondo-se estar no âmbito de ação do IASFA

Força Aérea: Na Ação Social Complementar apenas se considerou o Abono/Prestação Complementar de Invalidez.

Capítulo

15

NOTA EXPLICATIVA

A atividade realizada pela IGDN em 2016 reflete a operacionalização e consolidação da estratégia iniciada em 2013, decorrente de uma percepção realista das necessidades dos Clientes da Inspeção-Geral, designadamente S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional e as Entidades Auditadas.

Esta nova estratégia da IGDN encontra-se sustentada no seu processo de auditoria, que integra uma metodologia uniforme e sistemática, que para além do conceito tradicional de inspeção¹⁰, combina as principais normas internacionais sobre abordagem por processos e avaliação de risco, numa perspetiva sistémica, integradora¹¹, preventiva, proativa, pedagógica e de melhoria das entidades da defesa nacional.

Alinhada com a crescente opção governativa pela prevenção dos riscos existentes na Administração Pública, a nova metodologia para o processo de Auditoria, tem contribuído de forma significativa para o aumento dos padrões de oportunidade, relevância e utilidade dos produtos e serviços prestados aos Clientes e Parceiros Institucionais da IGDN, designadamente dos Relatórios de Auditoria, Relatórios Síntese de Análise de Risco e da Matriz de Risco da Defesa Nacional.

15.1 - AUDITORIAS EXECUTADAS PELA IGDN

Tipo	N.º do Processo	Nome do Processo	Estrutura	N.º de Inspetores
A	5.2	Gestão e Inventário de bens móveis do Estado	SGMDN; DGPDN; DGRDN; IDN; PJM	2
A	6.1	Gestão Armazéns e inventário existências	HFAR	2
A	7.2	Contratação Pública	SGMDN; DGPDN; DGRDN; IDN; PJM	2
A	7.3	Realização da Despesa	DGRDN; EXÉRCITO; FORÇA AÉREA	4
A	8.1	Planeamento e gestão de recursos humanos	MARINHA; EXÉRCITO; FORÇA AÉREA	4
A	8.7	Controlo de assiduidade e horários de trabalho	IH; LMPQF	2
A	8.8	Processamento e pagamento de remunerações certas e permanentes	SGMDN	4
A	10.1	Implementação de Sistemas de Informação no âmbito da Defesa Nacional	SGMDN; EMGFA; MARINHA; EXÉRCITO; FORÇA-AÉREA	3
A	10.2	Implementação de Planos de Continuidade de Negócio no âmbito da Defesa Nacional	MARINHA; EXÉRCITO; FORÇA AÉREA	3
A	13.1	Gestão de utentes no âmbito da assistência médica nas Forças Armadas	HFAR; MARINHA; EXÉRCITO; IASFA	3
E	8.2	Recrutamento, seleção e admissão de pessoal	DGRDN	2

A – Auditoria aprovada na sequência do Plano de Atividades.

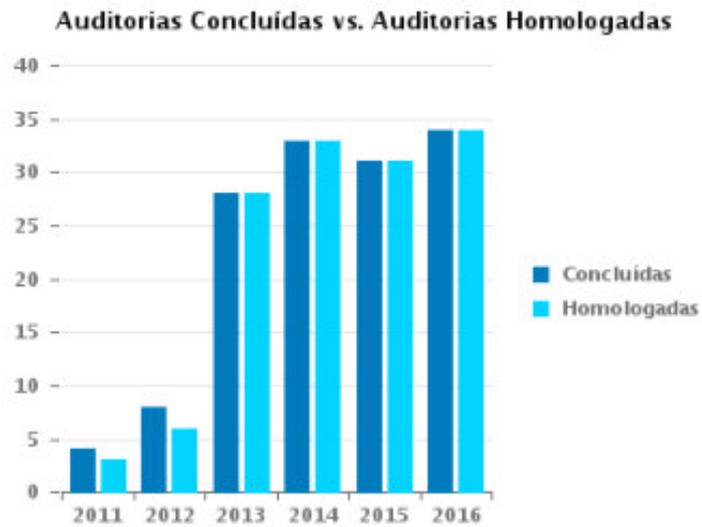
E – Auditoria extraordinária

¹⁰ “Ato de examinar, observar fatos históricos”.

¹¹ Integra o portefólio de testes substantivos e de conformidade utilizados nos questionários do artigo 62º da LEO e nas designadas auditorias de gestão, de desempenho, financeira, de sistemas, etc. Os testes são específicos dos pontos de controlo e atividades críticas de cada um dos processos da Matriz de Risco da Defesa Nacional e variam em função dos fatores de riscos e riscos relacionados.

15.2 – AUDITORIAS CONCLUÍDAS vs. AUDITORIAS HOMOLOGADAS

Auditorias	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Concluídas	4	8	28	33	31	34
Homologadas	3	6	28	33	31	34



Capítulo

16

NOTA EXPLICATIVA

O Capítulo 16, “Atividades Culturais e Desportivas”, da responsabilidade da Direção de Serviços de Comunicação e Relações Públicas da SG/MDN, inclui dados estatísticos referentes a:

- Iniciativas e eventos culturais;
- Museus da Defesa;
- Bibliotecas da Defesa;
- Arquivos da Defesa;

Os Museus, as Bibliotecas e os Arquivos da Defesa, dado o património artístico, os fundos documentais e o espólio arquivístico que os caracterizam, assumem um papel fundamental no âmbito da cultura militar em particular e da Nação em geral.

Com efeito, o património móvel que se encontra à guarda dos vários Museus e Núcleos Museológicos Militares espalhados por todo o País, representa um valioso acervo artístico, histórico, técnico e científico, sendo considerado por este facto um espaço privilegiado da memória coletiva portuguesa.

As Bibliotecas afetas ao Exército, Marinha e Força Aérea, recolhem, nas suas áreas especializadas, um importante património bibliográfico nacional, que disponibilizam a um público interno e externo, maioritariamente militar, mas também a investigadores nacionais e estrangeiros.

Por seu turno os Arquivos da Defesa nas suas vertentes de corrente, intermédio e histórico, constituem um acervo e um património documentais imprescindíveis para a Instituição Militar e para o conhecimento da História de Portugal, cuja preservação se afigura essencial.

CONCEITOS

MUSEUS DA DEFESA

Os Museus da Defesa, como centros de conhecimento inesgotável do passado e memória dos feitos militares, são locais de educação e cultura ao serviço da comunidade. Além da salvaguarda e exposição de coleções, conservam atualmente a memória coletiva de forma mais alargada, através da mostra da evolução das ciências e técnicas associadas à História Militar.

Verdadeiros polos culturais alargados, referenciam-se, além dos Museus Militares do Exército em Lisboa, Porto, Chaves, Elvas, Coimbra, Batalha, Bragança e Buçaco, os Museus da Marinha, o Aquário Vasco da Gama, a Fragata D. Fernando II e Glória e o Museu do Ar, entre outros.

BIBLIOTECAS DA DEFESA

As Bibliotecas da Defesa, caracterizam-se por um espólio valiosíssimo constituído por livros, revistas, jornais, cartas e mapas, entre outras fontes de informação. Os fundos específicos prendem-se com áreas transversais e comuns a todas as bibliotecas, tais como história militar, estratégia e tática militares, relações internacionais, geopolítica, e geoestratégia.

Consideram-se, para este efeito, as Bibliotecas Centrais de cada um dos Ramos, as Bibliotecas dos Estabelecimentos de Ensino Superior, a Biblioteca do IESM, a Biblioteca da Secretaria-geral do MDN e a Biblioteca do IDN.

ARQUIVOS DA DEFESA

Os Arquivos da Defesa, cujo património faz a ligação com sucessivas gerações que serviram nos três ramos das Forças Armadas, possuem um espólio de valor histórico incalculável para conhecimento do passado e compreensão do presente. A tipologia dos arquivos corresponde às três fases do valor dos documentos e respetiva frequência de utilização: de uso diário (corrente) de uso esporádico (intermédio) e de conservação permanente (histórico).

Os Arquivos mais importantes são, no Exército, o Arquivo Geral e o Arquivo Histórico, na Marinha o Arquivo Geral, na Força Aérea o Arquivo Histórico e ainda, na dependência do MDN, o Arquivo da Defesa Nacional (ADN).

16.1 – INICIATIVAS / EVENTOS CULTURAIS
16.1.1 – Número de Iniciativas / Eventos Culturais

Iniciativas / Eventos	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea
Eventos organizados	0	5	1.788	83	108
Publicações Editadas	0	0	7	1	12a)
Exposições	4	0	11	0	5
Conferências	0	8	6	0	2
Mostras Bibliográficas	0	0	3	0	1
Livros Publicados	0	13	0	0	2b)
Banda/Orquestra - Concertos Musicais	0	0	56	0	45
Banda/Orquestra - Desfiles e Paradas	0	0	70	0	114
Outros Eventos	0		0	0	0
Outros Eventos *		0			
TOTAL	4	26	1.941	84	289

* Preencher quando necessário

EMGFA: Dados recolhidos apenas no âmbito do IUM.

Livros publicados: Em formato eletrónico e papel- 2; Em formato papel- 10; Em formato eletrónico- 1

Ainda no contexto da divulgação e valorização do conhecimento científico e doutrinário, no âmbito das Ciências Militares, durante o ano de 2016 o IUM apoiou o lançamento da obra "OOlho do Furacão: o fim do fim - Timor", da autoria do General António Martins Barrento (Fronteira do Caos).

a) Referente à Revista MAIS ALTO com tiragem média mensal de 3000 exemplares.

b) 2 Livros Publicados em 2016, em colaboração com editora externa à Força Aérea.

16.2 – MUSEUS DA DEFESA

16.2.1 – Número de acervo / peças, por museu

Museu	Ramo	N.º Peças (Acervo)
Museu Militar de Lisboa	Exército	ND
Museu Militar do Porto	Exército	ND
Museu Militar de Bragança	Exército	ND
Museu Militar de Elvas	Exército	ND
Museu Militar do Buçaco	Exército	ND
Museu Militar da Madeira	Exército	ND
Museu Militar dos Açores	Exército	ND
Museu da Marinha	Marinha	21.460
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	Marinha	342
Sala Museu do Fuzileiro	Marinha	ND
Fragata D. Fernando II e Glória	Marinha	a)
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	Marinha	36
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	Marinha	48
Instituto Hidrográfico	Marinha	ND
Museu do Ar	Força Aérea	800b)
TOTAL		22.686

a) Algumas das peças expostas na FDFG estão inventariadas na Base de Dados do MM. Encontram-se cedidas à FDFG.

b) Resultante de doações e restauros de aeronaves.

16.2.2 – Número de visitas, por museu

Museu	Ramo	N.º Visitas
Museu Militar de Lisboa	Exército	17.317
Museu Militar do Porto	Exército	8.080
Museu Militar de Bragança	Exército	45.107
Museu Militar de Elvas	Exército	5.039
Museu Militar do Buçaco	Exército	5.969
Museu Militar da Madeira	Exército	6.030
Museu Militar dos Açores	Exército	23.116
Museu da Marinha	Marinha	158.300
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	Marinha	0
Sala Museu do Fuzileiro	Marinha	8.361
Fragata D. Fernando II e Glória	Marinha	35.139
do Farol de Santa Marta	Marinha	47.205
do Farol de São Vicente	Marinha	15.242
Instituto Hidrográfico	Marinha	176
Museu do Ar	Força Aérea	52.251a)
TOTAL		427.332

a) Sintra - 33.630 ; Ovar - 17.508 ; Alverca - 1.113

16.3 – BIBLIOTECAS DA DEFESA

16.3.1 – Fundos existentes, por número de registos, em suporte papel e suporte digital

Bibliotecas	Ramo	N.º de Registos	
		Suporte Papel	Suporte Digital
Biblioteca da Secretaria-Geral do MDN	MDN	50.640	0
Biblioteca da Fortaleza de S. Julião da Barra	MDN	1.769	0
Biblioteca do Instituto de Defesa Nacional	MDN	671	1.429
Biblioteca do Instituto Universitário Militar*	EMGFA	36.301	a)
Biblioteca do Exército	Exército	1.381	0
Biblioteca do Colégio Militar	Exército	0	0
Biblioteca da Escola de Armas	Exército	0	0
Biblioteca da Escola de Sargentos do Exército	Exército	0	0
Biblioteca da Escola dos Serviços	Exército	0	0
Biblioteca da Liga dos Combatentes	Exército	0	0
Biblioteca da Academia Militar	Exército	0	0
Biblioteca Central de Marinha	Marinha	58.734	36
Biblioteca da Escola Naval	Marinha	388	40
Biblioteca do Serviço de documentação da Força Aérea	Força Aérea	5.039	0
Biblioteca Técnica do Centro de Form. Militar e Técnica da FA	Força Aérea	972	0
Biblioteca Técnica da Direção de Saúde da Força Aérea	Força Aérea	1.089	0
Biblioteca do Museu do Ar	Força Aérea	1.320	0
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas	Força Aérea	23.350b)	0
TOTAL		181.654	1.505

a) Não foi possível apurar o número de registos em suporte digital.

b) Reporta-se apenas ao número de registos bibliográficos, em SIGB-Horizon, e não ao número de exemplares.

16.3.2 – Serviço ao público – Número de utilizadores

Bibliotecas	Ramo	N.º de Utilizadores	
		Militares	Civis
Biblioteca da Secretaria-Geral do MDN	MDN	430	400
Biblioteca da Fortaleza de S. Julião da Barra	MDN	0	0
Biblioteca do Instituto de Defesa Nacional	MDN	230	357
Biblioteca do Instituto Universitário Militar	EMGFA	0	0
Biblioteca do Exército	Exército	166	0
Biblioteca do Colégio Militar	Exército	0	0
Biblioteca da Escola de Armas	Exército	0	0
Biblioteca da Escola de Sargentos do Exército	Exército	0	0
Biblioteca da Escola dos Serviços	Exército	0	0
Biblioteca da Liga dos Combatentes	Exército	0	0
Biblioteca da Academia Militar	Exército	0	0
Biblioteca Central de Marinha	Marinha	95	227
Biblioteca da Escola Naval	Marinha	145	1.028
Biblioteca do Serviço de documentação da Força Aérea	Força Aérea	202	19
Biblioteca Técnica do Centro de Form. Militar e Técnica da FA	Força Aérea	450	0
Biblioteca Técnica da Direção de Saúde da Força Aérea	Força Aérea	0	0
Biblioteca do Museu do Ar	Força Aérea	1	0
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas	Força Aérea	2.922	8a)
TOTAL		4.641	2.039

EMGFA: Não foi possível efetuar a contagem dos utilizadores militares/civis da Biblioteca.

a) Ambos os dados incluem apenas os leitores que também são utilizadores.

16.3.3 – Serviços prestados, por Biblioteca

Bibliotecas	Ramo	Serviços		
		Pedidos Pesquisa	Empréstimos	Acesso Base Dados
Biblioteca da Secretaria-Geral do MDN	MDN	743	886	380
Biblioteca da Fortaleza de S. Julião da Barra	MDN	0	0	0
Biblioteca do Instituto de Defesa Nacional	MDN	181.081	1.084	110.000
Biblioteca do Instituto Universitário Militar	EMGFA	a)	1.282	11.905
Biblioteca do Exército	Exército	0	0	0
Biblioteca do Colégio Militar	Exército	0	0	0
Biblioteca da Escola de Armas	Exército	0	0	0
Biblioteca da Escola de Sargentos do Exército	Exército	0	0	0
Biblioteca da Escola dos Serviços	Exército	0	0	0
Biblioteca da Liga dos Combatentes	Exército	0	0	0
Biblioteca da Academia Militar	Exército	0	0	0
Biblioteca Central de Marinha	Marinha	51	182b)	c)
Biblioteca da Escola Naval	Marinha	317	193b)	c)
Biblioteca do Serviço de documentação da Força Aérea	Força Aérea	127	62	59
Biblioteca Técnica do Centro de Form. Militar e Técnica da FA	Força Aérea	353	67	0
Biblioteca Técnica da Direção de Saúde da Força Aérea	Força Aérea	0	0	0
Biblioteca do Museu do Ar	Força Aérea	1	0	0
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas	Força Aérea	390	1.406d)	4d)
TOTAL		183.063	5.162	122.348

a) Não foi possível apurar o número de pedidos de pesquisa.

b) Foi entendido Empréstimos como sendo Empréstimos Domiciliários. No caso de dever ser entendido como n.º total de obras a ir à Leitura (Sala de Leitura + Empréstimo Domiciliário), o valor é de 1.268.

c) Os dados de Acesso à Base de Dados só podem ser fornecidos pelo MDN, entidade gestora.

Exército: Dados não disponíveis.

d) Engloba empréstimos presenciais, domiciliários e interbibliotecas.

Força Aérea: Bases de dados subscritas.

Força Aérea: 132 plataformas em Open Access.

16.4 – ARQUIVOS DA DEFESA

16.4.1 – Metros lineares (ml) de documentação, apenas do Arquivo Histórico

Arquivos	Documentação Arquivo Histórico (ml)
Arquivo da Defesa Nacional	1.500,00
Arquivo Geral do Exército	34.000,00
Arquivo Histórico Militar	9.000,00
Centro documentação, informação e Arquivo Central da Marinha	a)
Arquivo Histórico da Marinha	11.678,15
Arquivo Histórico da Força Aérea	1.850,00
TOTAL	58.028,15

a) O CDIACM é um arquivo central.

16.4.2 – Tratamento e descrição de Fundos e Coleções, apenas do Arquivo Histórico

Arquivos	Fundos e Coleções Arquivo Histórico (n.º de Processos)
Arquivo da Defesa Nacional	4.331
Arquivo Geral do Exército	53.934
Arquivo Histórico Militar	172c)
Centro documentação, informação e Arquivo Central da Marinha	a)
Arquivo Histórico da Marinha	904b)
Arquivo Histórico da Força Aérea	11
TOTAL	59.352

a) O CDIACM é um arquivo central.

b) Registo inclui: coleção, subcoleção, fundo, seção, subseção, série, subsérie, unidade de instalação, documento composto e documento simples. Total de representações digitais: 225528.

c) 2 m/l

16.4.3 – Serviço ao público – número de utilizadores

Arquivos	Nº de Utilizadores Arquivo Histórico
Arquivo da Defesa Nacional	218
Arquivo Geral do Exército	167
Arquivo Histórico Militar	2.049
Centro documentação, informação e Arquivo Central da Marinha	a)
Arquivo Histórico da Marinha	1.110
Arquivo Histórico da Força Aérea	166
TOTAL	3.710

a) O CDIACM é um arquivo central.

SIGLAS

ADM	Assistência aos Doentes Militares
ADMA	Assistência aos Doentes Militares do Exército
ADME	Assistência aos Doentes Militares da Marinha
ADMFA	Assistência aos Doentes Militares da Força Aérea
ADN	Arquivo da Defesa Nacional
ADSE	Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado
AETD	Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa (Bens e Serviços)
AFA	Academia da Força Aérea
AFG	Afeganistão
AGS	Navio Hidrográfico
AGSC	Navio Hidrográfico Costeiro
AM	Academia Militar
ANA	Afghan National Army
ANCP	Autoridade Nacional de Proteção Civil
AMN	Autoridade Marítima Nacional
ANP	Afghan National Police
ANPC	Autoridade Nacional de Protecção Civil
ANPDC	Afghan National Police Distribution Centre
ANPTC	Afghan National Police Training Centre
AOF	Assistência Operacional de Forças
AOR	Navio Reabastecedor
APA	Agencia Portuguesa de Ambiente
APD	Ajuda Pública de Desenvolvimento
AQAP	Allied Quality Asserurance Publication
AT	Advisors Teams
BA5	Base Aérea Nº5
BCMA	Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas
BF	Base de Fuzileiros
BG	Battle Groups
BiH	Bósnia e Herzegovina
BIMEC	Brigada Mecanizada
BINF	Batalhão de Infantaria
BIPara	Brigada de Paraquedistas
BLD	Blindado
BOAT	Batalhão Operacional Aero-terrestre
BrigRR	Brigada de Reação Rápida
BTC	Bihanga Training Centre
BTWC	Biological and Toxin Weapons Convention
CAN	Conselho do Atlântico Norte
CCF	Comando do Corpo de Fuzileiros
CCW	Certain Conventional Weapons
CDIACM	Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central de Marinha
CE	Comparticipação especial
CE	Consultas Externas

CEAD	Comparticipação especial para o apoio na deficiência
CEDS	Combat equipment for Dismounted Soldier
CEFA	Centro de Educação Física da Armada
CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
CEIP	Centro de Epidemiologia e Intervenção Preventiva
CEMC	Curso de Estado Maior Conjunto
CEMGFA	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
CEMRES	Centro Euromagrebino de Investigação e estudos Estratégicos
CEREPOSA	Centro de Repouso de Porto Santo
CFMT	Centro de Formação Militar e Técnica
CGE	Conta Geral do Estado
Cger	Companhia Geral
CGER	Comando Geral
CI	Contra Informação
CIF	Central Issue Facility
CIH	Centro de Instrução de Helicópteros
CIM	Célula de Informações Militares
CIM	Célula de Informações Militares
CIMIC	Civil Military Cooperation
CIMIN	Comité Interministerial de Alto Nível
CINAV	Centro de Investigação Naval
CIPQPEM	Centro de Instrução do Pessoal do Quadro da Polícia dos Estabelecimentos da Marinha
CISM	Conseil Internatinal du Sport Militaire
CISMIL	Centro de Informações e Segurança Militares
CITAN	Centro de Instrução de Tática Naval
CLESD	Conselho Luso-espanhol de Segurança e Defesa
CLIMS	Comité de Ligação dos Organismos Sociais Militares
CM	Colégio Militar
CMA	Centro de Medicina Aeronáutica
CMDT UMD	Comandante da Unidade de Meios de Desembarque
CMEFD	Centro Militar de Educação Física e Desportos
CMF	Coalition Maritime Forces
CMSH	Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica
CN	Contigente Nacional
CN	Comando Naval
CNED	Centro Naval de Ensino à Distância
CNPCE	Conselho Nacional Planeamento Civil de Emergência
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COM	Comando Operacional da Madeira
COMAERFAP	Comando Aereo da Força Aérea
COMAR	Centro de Operações Marítimas
COMNAV	Comando Naval
CORG	Códigos de Organização
COSNC	Curso de Operadores do Sistema Nacional de Catalogação
CP	Prevenção de Conflitos

CPHM	Comissão Portuguesa de História Militar
CPLP	Comunidade dos Países de língua Portuguesa
CPX	Command Post Exercise
CR	Centros de Recuperação
CR	Centros de Recuperação
CRO	Operações de Resposta a Crises
CS	Conselho de Segurança
CS/ONU	Conselho de Segurança da ONU
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CSS	Center for Security Studies
CTA	Campo de Tiro de Alcochete
CTC	Corpo de Tropas Comando
CTF	Combined Task Force
CTM	Cooperação Técnico Militar
CTOE	Centro de Tropas Operações Especiais
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
CZAA	Comando de Zona Aérea dos Açores
CZMILA	Comando de Zona Militar dos Açores
DAE	Destacamento de Ações Especiais
DCCR	Despesas com Compensação em Receita
DEU	Alemanha
DFA	Deficientes das Forças Armadas
DGAM	Direção Geral de Autoridade Marítima
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGPND	Direção-geral de Política da Defesa Nacional
DGRDN	Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional
DHCM	Direção de História e Cultura Militar
DIRSAM	Direção de Saúde Militar
DICSI	Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação
DMS	Destacamento de Mergulhadores Sapadores
DPP	Departamento de Prospetiva e Planeamento
DRC	Democratic Republic of Congo
DTP	Direção Técnico Pedagógica
EAM	Escola de Autoridade Marítima
ECOSF	Componente Operacional do Sistema de Forças
EESPUM	Estabelecimentos de ensino Superior Público
EFFA	Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas
EFUZ	Escola de Fuzileiros
EHO	Escola de Hidrografia e Oceanografia
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica S.A.
EM	Estruturas de Missão
EMAS	<i>Eco-Management and Audit Scheme</i>
EME	Estado-Maior do Exército
EMERG	Escola de Mergulhadores
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas

EN	Escola Naval
EPA	Escola Prática de Artilharia
EPC	Escola Prática de Cavalaria
EPE	Escola Prática de Engenharia
EPI	Escola Prática de Infantaria
EPR	Entidades Primariamente Responsáveis
EPS	Escola Prática dos Serviços
EPT	Escola Prática de Transmissões
ESE	Escola de Sargentos do Exército
ESSM	Escola do Serviço de Saúde Militar
ESUB	Escola de Submarinos
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETNA	Escola de Tecnologias Navais da Armada
ETP	Escola de Tropas Pára-Quedistas
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
EUBG	EU Battle Groups
EUFOR	European Force
EUNAVFOR	European Naval Force
EUROFOR	European Rapid Operational Force
EUROMARFOR	European Maritime Force
EUSEC RDC	EU advisory and assistance mission for security reform in the Democratic Republic of Congo
EUTM	EU Training Mission
FACA	Forças Armadas Centro Africanas
FCT/UNL	Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Técnica de Lisboa
FDGF	Fragata Dom Fernando e Glória
FFAA	Forças Armadas
FFGH	Fragata Vasco da Gama e Embarque de Helicópteros
FHQ	Force Headquarters
FHQ AFLOAT	Estado-Maior Embarcado
FIBUA	Fighting in Build-up Areas
FND	Forças Nacionais Destacadas
FOC	Full Operational Capability
FPNEM	Formulation & production of New Energetic Materials
FRA	França
FRA	Forces Royales Air
FRI	Força de Reação Imediata
FS	Corveta
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
GAM	Grupo de Auto-Metralhadoras
GBR	Reino Unido
GMP MEK	Grupo Marítimo Português Mers El Kébir
GNR	Guarda Nacional Republicana
H/V	Horas Vôo
HFA	Hospital da Força Aérea
HFAR	Hospital das Forças Armadas

HMAR	Hospital da Marinha
HMB	Hospital Militar de Belém
HMP	Hospital Militar Principal
HMR1	Hospital Militar Regional N.º1
HMR2	Hospital Militar Regional N.º2
HO	Operações Humanitárias
HoA	Corno de África
HoA	Corno de África
HQ ARRC	Headquarter Allied Rapid Reaction Corps
HUMINT	Human and Intelligence
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IASFA	Instituto de Ação Social das Forças Armadas
IB	Instrução Básica
IC	Instrução Complementar
ICES	International Council for the Exploration of the Sea
ID&I	Investigação e Desenvolvimento e Inovação
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IGDN	Inspeção-geral da Defesa Nacional
IGFA	International Game Fish Association
IGoE	Instituto Geográfico do Exército
IH	Instituto Hidrográfico
ILF	Intermediate Logistic Facility
IMFACC	International Military Flight Training Center Consortium
IMPE	Instituto Militar dos Pupilos do Exército
INA	Direção-Geral da Qualificação dos trabalhadores em funções públicas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INTERGEDEF	Intervención General de la Defensa
IO	Instituto de Odivelas
IPC	Initial Planning Conference
IPTM	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos
IRF	Immediate Reaction Force
ISAF	International Security assistance Force
JIP-FP	Joint Investment Programme on force Protection
JO	Operações Conjuntas
JTC	Jazeera Training Camp
KACTC	Kabul Air Training Centre
KAIA	Aeroporto Internacional de Kabul
KFOR	Kosovo Force
Km	Kilómetros
KMTC	Kabul Military Training Centre
KTM	KFOR Tacres Manbat
LC	Liga dos Combatentes
LCU	Lancha de Desembarque Grande
LFR	Lancha de Fiscalização Rápida

LHD	Landing Helicopter Dock
LMPQF	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
LNO	Liaison Officer
LOMAR	Lei Orgânica da Marinha
LOT	Liaison Observation Team
LPM	Lei de Programação Militar
LR	Lares Residenciais
LSM	Lei do Serviço Militar
MAU	Military Advisory Unit
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MFAP	Ministério das Finanças e da Administração Pública
MHP	Missões Humanitárias e de Paz
MIA	Mogadiscio Internacional Airport
MilAd	Military Advisory
MILREP	Military representative
Minusma	United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali
ml	Metros lineares
MM	Manutenção Militar
MNBG	Multinational Battle-Groups
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MONIZEE	Sistema de Monitorização e Previsão Operacional da ZEE Portuguesa
MPC	Main Planning Conference
MSO	Operações de Segurança Marítima
MSU	Multinational Specialized Unit
MTT	Mobile Training Team
NAC	Conselho do Atlântico Norte
NAFO	<i>Northwest Atlantic Fisheries Organization</i>
NAP	Número de Abastecimento Provisório
NEAFC	North East Atlantic Fisheries Commission
NGF	NATO Graduated Forces
NMA	NATO Military Authorities
NNA	Número Nato de Abastecimento
NRF	NATO Response Force
NRP	Navio da República Portuguesa
NRP	Navio da República Portuguesa
NU	Nações Unidas
OAE	Operação "Antive Endeavour"
OAP	Operation Allied Protector
ODN	Orçamento da Defesa Nacional
OGFE	Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.
OGME	Oficinas Gerais de Material de Engenharia
OHQ	Operational Headquarter
OMLT	Operational Mentoring and Liaison Team
ONU	Organização da Nações Unidas
OOS	Operation Ocean Shield

OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OSPAR	Convenção para a proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAOC	Plano de Atividade Operacional Civil
PB	Consolidação da Paz
PE	Imposição de Paz
PEFC	<i>Program for the Endorsement of Forest Certification Schemes</i>
PEMPOR	Programa de Ensino Militar em Portugal
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PGR	Plano de Gestão de Riscos
PGRIC	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Plano Indicativo de Cooperação
PJ	Polícia Judiciária
PK	Manutenção de Paz
PLOP	Países de Língua Oficial Portuguesa
PM	Restabelecimento da Paz
POLMIL	Politico-Militar
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PSO	Operações de Apoio à Paz
PSP	Polícia de Segurança Pública
QG	Quartel General
QGOE	Quartel-general de Operações Especiais
QP	Quadros Permanentes
QPCISN	Quadro do Pessoal Civil do Instituto de Socorros a Náufragos
QPMM	Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha
QRA(I)	Quick Reaction Alert Interceptor
QRF	Quick Reaction Force
RAP	Readiness action Plan
RC	Regime de Contrato
RG1	Regimento
RI	Residenciais para Idosos
RLSM	Regulamento da Lei do Serviço Militar
RSM	Resolute Support Mission
RV	Regime de voluntariado
RV	Regime de Voluntariado
SAR	Search and Rescue
SC/MDN	Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional
SCAF	Subsídio Complementar de Apoio Familiar
SCI	Sistema de Controlo Interno
SCNP	Subsidio Complementar Normal de Pensões
SCS	Serviços Centrais de Suporte
SEAP	Subsídio especial de apoio de 3ª pessoa
SECA	Secções de Catalogação
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEL	Subsídio especial de lar

SEN	Serviço Efetivo Normal
SER	Subsidio Especial de Residente
SFA	Assistência de Segurança de Forças
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SFN	Sistemas de Força Nacional
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SHAPE	Supreme Headquarters Allied Powers Europe
SI/TIC	Sistemas de Informação e Tecnologias de Informação e Comunicação
SIADAP	Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SIC	Sistemas de Informação e Comunicação
SICM	Serviços de Identificação e Classificação de Material
SIGDN	Sistema Integrado de Gestão do Ministério da Defesa Nacional
SIGE	Sistema de Informação de Gestão Estratégica
SIMPOC	Sistema de Informação de Monitorização de Projetos e de Organização do Conhecimento
SNMG	Standing NATO Maritime Group
SOLTG	Special Operations Land Task Group
SOR	Statement of Requirements
SOTG	Special Operations Task Group
SRR	Search and Rescue Region
SSG	Guided Missile Submarine
STANAVFORMED	Força Naval Permanente do Mediterrâneo
TACP	Tactical Air Control Party
TACRES	Tactical Reserve
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TO	Teatro de Operações
UCK	Ushtria Çlirimtare e Kosoves
UE	União Europeia
UMI	Unidades Móveis de Instrução
UMT	Unidade Militar de Toxicologia
UN	<i>United Nations</i>
UNAMA	United Nations assistance Mission in Afghanistan
UNIFIL	United Nations Interim Force in Lebanon
UNMIK	United Nations Military Mission in Kosovo
UNMIT	United Nations Integrated Mission in East-Timor
UTITA	Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo
VEEO	Voyage Energy and Emissions Optimizer
VHF	Very High Frequency
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZMA	Zona Marítima dos Açores